Universidade Federal do Maranhão
Centro de Ciências Sociais
Programa de Pós-Graduação Gestão de Ensino da Educação Básica

KATIÚCIA ERMIZA MOREIRA DA SILVA PEREIRA

QUILOMBO URBANO LIBERDADE: um estudo sobre as Manifestações Étnico-Culturais Afro-Maranhenses no contexto da Lei 10.639/2003

São Luís
2023

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO GESTÃO DE ENSINO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

KATIÚCIA ERMIZA MOREIRA DA SILVA PEREIRA

QUILOMBO URBANO LIBERDADE: um estudo sobre as Manifestações Étnico-Culturais Afro-Maranhenses no contexto da Lei 10.639/2003

São Luís
2023

KATIÚCIA ERMIZA MOREIRA DA SILVA PEREIRA

QUILOMBO URBANO LIBERDADE: um estudo sobre as Manifestações Étnico-Culturais Afro-Maranhenses no contexto da Lei 10.639/2003

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão de Ensino da Educação Básica (PPGEEB) como requisito obrigatório para o título de Mestra em Educação - Gestão de Ensino da Educação Básica.

Orientador: Prof. Dr. Antonio de Assis Cruz Nunes

São Luís
2023

IMAGEM DA CAPA

fbcdn-sphotos-f-a.akamaihd.net
https://br.pinterest.com/pin/340655159293077094/

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

PEREIRA, KATIÚCIA ERMIZA MOREIRA DA SILVA.
QUILOMBO URBANO LIBERDADE: : um estudo sobre as Manifestações Étnico-Culturais Afro-Maranhenses no contexto da Lei 10.639/2003 / KATIÚCIA ERMIZA MOREIRA DA SILVA PEREIRA. - 2023.
247 p.

Orientador(a): ANTONIO DE ASSIS CRUZ NUNES.
Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Gestão de Ensino da Educação Básica/ccso, Universidade Federal do Maranhão, SÃO LUÍS, 2023.

1. EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA. 2. LEI Nº 10.639/03. 3. MANIFESTAÇÕES CULTURAIS. 4. QUILOMBO URBANO. I. NUNES, ANTONIO DE ASSIS CRUZ. II. Título.

KATIÚCIA ERMIZA MOREIRA DA SILVA PEREIRA

QUILOMBO URBANO LIBERDADE: um estudo sobre as Manifestações Étnico-Culturais Afro-Maranhenses no contexto da Lei 10.639/2003

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão de Ensino da Educação Básica (PPGEEB) como requisito obrigatório para o título de Mestra em Educação - Gestão de Ensino da Educação Básica.

Aprovada em :28/09/2023

BANCA EXAMINADORA

_____

Prof. **Antonio de Assis Cruz Nunes** (Orientador)
Doutor em Educação - PPGEEB

_____

Prof. **Raimundo Nonato Assunção Viana** (1º Examinador)
Doutor em Educação - PPGEEB

_____

Profa. **Claudicéa Alves Durans** (2ª Examinadora)
Doutora em Políticas Públicas - IFMA

_____

Profa. **Antonia da Silva Mota** (Suplente Interna)
Doutora em História - PPGEEB

_____

Prof. **Angelo Rodrigo Bianchini** (Suplente Externo)
Doutor em Educação - PPGE/UFMA

A minha ancestralidade negra, especialmente Cláudio Moreira (avô materno) e Felipe Tucum (tataravô materno) in memoriam, cujo legado de luta me colocaram onde estou, na Universidade.

AGRADECIMENTOS

A Jeová, o Deus que eu adoro, que me criou e me amou primeiro, a toda sua família celestial composta por seu filho Jesus Cristo, nossa dádiva de salvação, e os anjos, criaturas espirituais que me protegem.

Aos meus pais, Zuriel e Ana Clarinda, especialmente minha mãe, uma incansável no propósito de me tornar a mulher que eu sou, dedicou toda a sua vida para assegurar o direito à educação dos filhos.

Ao meu esposo, Jorge Luís, companheiro de todas as horas, cuja parceria edifica todo o meu ser porque somos uma só carne, um pertence ao outro.

Aos meus irmãos, Vinícius, Dirceu e Diana, que entrelaçam não só os laços consanguíneos, mas de amor, destacando Diana, uma parceira de todos os momentos.

As minhas filhas, Jhenifer e Maria Eduarda, que desenvolvem em mim o amor maternal, que me incentivam a lutar por elas todos os dias.

Aos meus sobrinhos: Daniel Lucas, Cauã, Ana Clara, Ana Paula e Ana Carla, genes dos povos pretos que darão continuidade a luta de nossa raça.

À Universidade Federal do Maranhão por ter me proporcionado a desenvolver meus estudos num Curso de Pós-graduação Stricto Sensu.

Ao Programa de Pós-Graduação em Gestão de Ensino da Educação Básica, especificamente à Coordenadora Professora Doutora Vanja Maria Dominices Coutinho Fernandes e ao Vice-Coordenador Professor Antonio de Assis Cruz Nunes pela gestão séria e comprometida com o Mestrado Gestão de Ensino da Educação Básica.

Ao meu Orientador, Prof. Dr. Antônio de Assis Cruz Nunes, por sua paciência, colaboração, contribuição e amizade, por acreditar no meu potencial e na importância da minha pesquisa.

A Secretaria Municipal de Educação de São Luís, especialmente a Secretária Adjunta de Ensino, a senhora Gusmaia Mousinho Pestana, por ter aceito e autorizado com satisfação minha pesquisa na UEB Ministro Mário Andreazza.

A gestora, coordenadora e professores da Unidade de Educação Básica Ministro Mário Andreazza, por me receberem de braços abertos colaborando para o progresso de minha pesquisa.

Aos docentes da minha Banca de Defesa da Dissertação - Raimundo Nonato Assunção Viana e Claudicéa Alves Durans por terem aceito o convite com satisfação e apreço.

Aos docentes do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Ensino da Educação Básica – PPGEEB, por me proporcionar um leque de teorias educacionais dando uma amplitude para o fortalecimento da minha práxis além de oportunizar manhãs de conhecimentos com professores tão aguerridos na defesa de uma educação plural, pública e de qualidade, aos mestres com carinho: Antonia Mota, Assis Nunes, Cenidalva Miranda de Sousa Teixeira, Vanja Fernandes e Maria José Albuquerque Santos.

Ao Grupo de Estudo Investigações Pedagógicas Afro-Brasileira, pelas noites de profundas discursões e reflexões acerca das Relações Étnico-Raciais.

Á minha Turma do PPGEEB de 2020 (5ª Turma), especialmente minha colega de Orientação, Ilana Silva Sousa, juntas protagonizamos muitos momentos de superação e alegria.

A egressa do Programa e minha amiga pessoal, Aline Aparecida Frazão, uma incentivadora para que eu fizesse parte da família PPGEEB, me ajudou muitíssimo no processo de seleção e vibrou fervorosamente com minha aprovação.

Aos colegas de trabalho da Escola Municipal Antonio Costa Ribeiro, da Rede Municipal de Santa Rita que se tornaram meus amigos e minhas amigas ao longo desses anos de dedicação à educação.

Aos irmãos pretos que encontrei na Turma 2020: Delza, Enimeyre, Israel e Valda, cuja a dor é a mesma, constituímos a exceção, infelizmente muitos de nós não tiveram ou não tem a oportunidade de ocupar espaços de poder como nós tivemos, por isso estamos engajados na luta para que outros de nós ocupem esses lugares.

A todos os meus alunos da Escola Municipal Antônio Costa Ribeiro, da Rede Municipal de Santa Rita, que me ajudaram a caminhar no Mestrado e por querer dar sempre o melhor a eles.

Aos professores que tive ao longo da vida, construtores da minha formação acadêmica e cidadã, da educação infantil à pós-graduação, especialmente: Jacilene Mota, Maria da Graça, Sá Marques, Natércia Garrido e Maria José Quaresma.

"O importante não é ser o primeiro ou primeira, o importante é abrir caminhos"

Conceição Evaristo

RESUMO

A pesquisa aborda sobre as manifestações étnico-culturais afro-maranhenses no contexto da Lei nº 10.639/2003 no Quilombo Urbano Liberdade no município de São Luís-Maranhão. O local de pesquisa investigado foi a escola Unidade de Educação Básica Ministro Mário Andreazza, que está localizado no Bairro da Liberdade. O objetivo geral da pesquisa foi investigar sobre as manifestações étnico-culturais afro-maranhenses e afro-brasileiras na Unidade de Educação Básica Ministro Mário Andreazza, no Quilombo Urbano da Liberdade, com vista a construir um Caderno de Orientações Pedagógicas Afro-Maranhense à luz da Lei Nº 10.639/03. O questionamento central da pesquisa foi como as manifestações étnico-culturais afro-maranhenses e afro-brasileiras poderia ser trabalhada na Unidade de Educação Básica Ministro Mário Andreazza, no Quilombo Urbano da Liberdade por meio de um Caderno de Orientações Pedagógicas Afro-Maranhense à luz da Lei Nº 10.639/03? A Dissertação está dividida em sete seções, a saber: a Introdução; Retrospectiva histórica das legislações brasileiras no contexto racial; Educação Quilombola no Brasil; Manifestações Culturais no contexto da Educação para as Relações Étnico-Raciais; As manifestações para culturais do Quilombo Urbano Liberdade; a Unidade de Educação Básica Mário Andreazza no contexto das manifestações culturais afro-maranhense, e por último as Considerações Finais. Na seção que trata da UEB Ministro Mário Andreazza no contexto das manifestações culturais afro-maranhenses, inicialmente descrevemos uma caracterização minuciosa da escola pesquisada, em seguida discorremos sobre o percurso metodológico da Dissertação, depois desenvolvemos as análises e interpretações dos sujeitos da pesquisa articulando os eixos teóricos firmados na investigação e em continuidade descrevemos o produto educacional, que foi um Caderno de Orientações Afro-Maranhenses. O Caderno está composto por cinco capítulos, retirando a Introdução e a Conclusão. Propusemos as atividades em forma de workshops pedagógicos. Em virtude do Covid-19, não aplicamos o produto educacional na escola selecionada. Nos ancoramos na Instrução Normativa Nº 04/2020/PPGEEB/UFMA que tornou facultativo a aplicabilidade do produto educacional. As fontes bibliográficas que praticamente deram sustentação a pesquisa foram: Assunção (2012), Cavalleiro (2001), Duarte (2013), Carneiro (2015), Gomes (2017), Schwarcz; Starlng (2015), dentre outras. Os instrumentos de coleta de dados utilizados foram a observação, entrevista semiestruturada com a gestora escolar, a coordenadora pedagógica e um docente de História. A pesquisa concluiu com o Caderno de Orientações Pedagógicas sobre as manifestações culturais contribuindo para atender ás necessidades de ensino e aprendizagem não só para a UEB Ministro Mário Andreazza, quanto para as demais escolas do Quilombo Urbano Liberdade.

Palavras-chave: Manifestações Culturais. Quilombo Urbano. Educação Escolar Quilombola. Lei nº 10.639/03.

ABSTRACT

The research deals with the Afro-Maranhense ethnic-cultural manifestations in the context of Law nº 10.639/2003 in Quilombo Urbano Liberdade in the municipality of São Luís-Maranhão. The investigated research site was the school Ministro Mário Andreazza Basic Education Unit, which is located in Bairro da Liberdade. The general objective of the research was to investigate the Afro-Maranhense and Afro-Brazilian ethnic-cultural manifestations at the Ministro Mário Andreazza Basic Education Unit, at Quilombo Urbano da Liberdade, with a view to building an Afro-Maranhense Pedagogical Guidelines Notebook in the light of the Law No. 10.639/03. The central question of the research was How the Afro-Maranhense and Afro-Brazilian ethnic-cultural manifestations could be worked on in the Basic Education Unit Ministro Mário Andreazza, in Quilombo Urbano da Liberdade through a Notebook of Afro-Maranhense Pedagogical Orientations in the light of the Law No. 10.639/03? The Dissertation is divided into seven sections, namely: the Introduction; Historical retrospective of Brazilian legislation in the racial context; Quilombola Education in Brazil; Cultural Manifestations in the context of Education for Education for Ethnic-Racial Relations; The cultural manifestations of Quilombo Urbano Liberdade; the Basic Education Unit Mário Andreazza in the context of Afro-Maranhense cultural manifestations, and finally the Final Considerations. In the section that deals with UEB Minister Mário Andreazza in the context of Afro-Maranhense cultural manifestations, we initially describe a detailed characterization of the researched school, then we discuss the methodological course of the Dissertation, then we developed the analyzes and interpretations of the research subjects articulating the theoretical axes established in the investigation and, in continuity, we described the educational product, which was an Afro-Maranhenses Orientations Notebook. The Notebook is made up of five chapters, excluding the Introduction and the Conclusion. We proposed activities in the form of workshops and pedagogy. Due to Covid-19, we do not apply the educational product at the selected school. We are anchored in Normative Instruction No. 04/2020/PPGEEB/UFMA, which made the applicability of the educational product optional. The bibliographic sources that practically supported the research were: Assunção (2012), Cavalleiro (2001), Duarte (2013), Carneiro (2015), Gomes (2017), Schwarcz; Starling (2015), among others. The data collection instruments used were observation, semi-structured interviews with the school manager, the pedagogical coordinator and a history teacher. The research concluded that the Notebook of Pedagogical Guidelines on cultural manifestations could contribute to meet the teaching and learning needs not only for UEB. Minister Mário Andreazza, and for the other schools of Quilombo Urbano Liberdade.

Keywords: Cultural Manifestations. Urban Quilombo. Quilombola School Education. Law nº 10.639/03.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Constituição Federal de 1891..... 28
Figura 2 - Primeira bandeira brasileira inspirada da bandeira norte-americana... 29
Figura 3 - Constituição de 1934..... 31
Figura 4 - Intelectuais do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova de 1934.. 32
Figura 5 - Ruralismo Pedagógico..... 33
Figura 6 - Constituição de 1937..... 35
Figura 7 - Frente Negra Brasileira (FNB)..... 37
Figura 8 - Constituição de 1946..... 38
Figura 9 – Cerimônia de Posse de Leonel Brizola em 1959..... 40
Figura 10 – Primeiro Congresso Negro Brasileiro realizado na Cidade de Porto Alegre – RS em 1958..... 41
Figura 11 - Constituição de 1967..... 42
Figura 12 - Constituição Federal de 1988..... 44
Figura 13 – Da esquerda para a direita: Edimilson Valentim, Carlos Alberto Caó, Benedita da Silva e Paulo Paim..... 46
Figura 14 – Último discurso de Darcy Ribeiro no Senado Federal..... 51
Figura 15 – Assinatura da Lei 10.639 em 09 de janeiro de 2003..... 53
Figura 16 - Quilombo Jamari dos Pretos..... 58
Figura 17 – Negro Cosme..... 59
Figura 18 – O Brasil do século 19 – Pintura de Johann Moritz Rugendas..... 61
Figura 19 - Vista Panorâmica do Quilombo Família Félix em Porto Alegre - RS.. 62
Figura 20 – Antigo Matadouro do Bairro da Liberdade..... 69
Figura 21- Tambor de Crioula..... 71
Figura 22 – Festas de reggae no Centro Histórico de São Luís..... 74
Figura 23 - Frente do Matadoura da Liberdade em 1923..... 82
Figura 24 – Primeiro Quilombo Urbano do Maranhão – Território Liberdade Quilombola..... 84
Figura 25 – Sociedade Junina Turma de São João Batista..... 86
Figura 26 – Sociedade Junina Boi de Leonardo..... 88
Figura 27 – Mário David Andreazza..... 91
Figura 28 – Avenida Mário Andreazza em São Luís..... 91
Figura 29 – Inauguração da escola..... 92

Figura 30 - Reforma em 1990..... 93
Figura 31 – Reforma em 1992..... 93
Figura 32 – Reforma em 2003..... 93
Figura 33 – Reforma em 2018..... 93
Figura 34 – Sala de aula (imagem interna)..... 95
Figura 35 - Corredores da escola (imagem interna..... 95
Figura 36 - Banheiros (imagens interna e externa)..... 96
Figura 37 – Cantina e Bebedouro..... 96
Figura 38 – Secretaria (imagem externa e interna)..... 97
Figura 39 –Salas de professores, arquivo e recurso (imagem externa)..... 97
Figura 40 - Palco do pátio da escola..... 98
Figura 41 – Pátio da escola..... 98
Figura 42 – Exposição de Projetos dos alunos do 3º ano no pátio da escola..... 98
Figura 43 – Mural Halloween..... 99
Figura 44 – Mural da Consciência Negra..... 100
Figura 45 – Projeto Pedagógico Afro da escola..... 101
Figura 46 – Sala de pesquisa..... 102
Figura 47 – Licença do produto educacional..... 134
Figura 48 - Capa artística do Caderno de Orientações Pedagógicas Afro-Maranhense..... 135
Figura 49 - Primeiras seções do Caderno de Orientações Afro-Maranhense..... 137
Figura 50 - Workshop 1 – O que são manifestações culturais?..... 138
Figura 51 - As Manifestações Culturais do Quilombo Urbano da Liberdade..... 139
Figura 52 - Workshop 2 – Reggae..... 140
Figura 53 – Sugestões didáticas..... 141
Figura 54 – Aprofundando o Assunto..... 141
Figura 55 - Workshop 3 – Tambor de Crioula..... 142
Figura 56 – Curiosidades nossa Terra, nossa Gente..... 143
Figura 57 - Workshop 4 – Bumba-Boi..... 144
Figura 58 – Operacionalizando o workshop..... 144
Figura 59 - Mingau de Milho..... 145
Figura 60 - Workshop 5 – Cacuriá..... 146
Figura 61 - Origem do Cacuriá..... 147
Figura 62 - Curiosidade nossa Terra, nossa Gente..... 148

LISTA DE SIGLAS

BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CEP	Código de Endereçamento Postal
CEM	Centro de Ensino Médio
CIEPs	Centros Integrados de Educação Popular
CNE	Conselho Nacional de Educação
COPENN	Congresso dos Pesquisadores Negros do Nordeste
DCNEEQ	Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola
DNOQEQ	Diretrizes Nacionais Operacionais para a garantia da Qualidade das Escolas Quilombolas
DCTM	Documento Curricular do Território Maranhense
DEIP	Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda
DIP	Departamento de Imprensa e Propaganda
DPDC	Departamento de Propaganda e Difusão Cultural
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EJA	Educação de Jovens e Adultos
ERER	Educação para as Relações Étnico-Raciais
FNB	Frente Negra Brasileira
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MNU	Movimento Negro Unificado
MUCDR	Movimento Unificado contra a Discriminação Étnico-Racial
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PISA	Programme for International Student Assessment
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PNE	Plano Nacional de Educação
PPGEEB	Programa de Pós-Graduação em Gestão de Ensino da Educação Básica
PPP	Projeto Político Pedagógico
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
SEMED	Secretaria Municipal de Educação
SUDAM	Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
SUDENE	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
SEPPIR	Secretaria de Políticas de Promoção e Igualdade Racial
TEN	Teatro Experimental do Negro
UEB	Unidade de Educação Básica
UFMA	Universidade Federal do Maranhão
UNESCO	Organização das Nações unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
USAID	United States Agency for International Development

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Distribuição por áreas das principais manifestações culturais do Bairro da Liberdade..... 84
Tabela 2 – Distribuição de Funcionários – UEB Ministro Mário Andreazza..... 103
Tabela 3 – Painel dos Diretores da UEB Ministro Mário Andreazza..... 104

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Entendimento sobre a Lei nº 10.639/2003..... 112
Quadro 2 - Manifestações étnico-culturais ou diversidade étnico-culturais no Maranhão.....114
Quadro 3 - Entendimento sobre Quilombo Urbano..... 116
Quadro 4 - Relação Quilombo Urbano X Manifestações Culturais..... 118
Quadro 5 - Projetos voltados para a Cultura Afro-Brasileira e Africana..... 119
Quadro 6 - Manifestação Cultural trabalhada na UEB Ministro Mário Andreazza. 121
Quadro 7 - Pontos positivos, negativos e desafios que a UEB Ministro Mário Andreazza enfrenta ao trabalhar as Manifestações Afro-Brasileira ou Afro-Maranhense..... 124

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Sexo (Gênero), Faixa etária e Raça..... 127
Gráfico 2 - Manifestações Culturais.....128
Gráfico 3 - Brincante de Manifestações Culturais..... 129
Gráfico 4 - Entendimento sobre Quilombo Urbano da Liberdade.....130
Gráfico 5 - Algumas manifestações culturais da população negra.....131
Gráfico 6 - Projetos voltados para as manifestações culturais.....132
Gráfico 7 - Como as Manifestações Culturais Afro-Brasileira e
Afro-Maranhense deveriam ser trabalhadas na UEB Ministro Mário Andreazza. 133

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO..... 19
2 RETROSPECTIVA HISTÓRICA DAS LEGISLAÇÕES BRASILEIRAS NO CONTEXTO ÉTNICO-RACIAL..... 27
2.1 Constituições federais.....27
2.1.1 Constituição de 1891.....27
2.1.2 Constituição de 1834..... 30
2.1.3 Constituição de 1937..... 33
2.1.4 Constituição de 1946..... 37
2.1.5 Constituição de 1967..... 41
2.1.6 Constituição de 1988..... 43
2.3 Legislações educacionais..... 46
2.3.1 Lei 4024/61..... 46
2.3.2 Lei 5540/68..... 48
2.3.3 Lei 5692/71..... 49
2.3.4 Lei 9394/96..... 50
2.3.5 Lei 10.639/03..... 53
2.3.4.1Resolução Nº 01/04..... 54
2.3.4.2Parecer Nº 03/04..... 55
2.3.4.1.3 Plano de Implementação da Lei Nº 10.639/03..... 56
3 EDUCAÇÃO QUILOMBOLA NO BRASIL..... 57
3.1 Quilombos rurais..... 57
3.2 Quilombos urbanos..... 60
3.3 As Diretrizes Curriculares para a Educação Escolar Quilombola..... 62
4 MANIFESTAÇÕES CULTURAIS NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO RACIAIS.....66
4.1 Manifestações Culturais.....67
4.1.1 Patrimônio Material..... 68
4.1.2 Patrimônio Imaterial..... 70
4.2 Memória..... 74
4.3 Pertencimento..... 76
4.4 Cidadania..... 78
5 AS MANIFESTAÇÕES CULTURAIS DO QUILMBO URBANO LIBERDADE..... 80
5.1 Caracterização histórica e geográfica do Bairro da Liberdade..... 80
5.2 Quilombo Urbano Liberdade.....82
5.3 Liberdade: um celeiro cultural..... 84
5.3.1 Contexto histórico do Boi da Floresta..... 85
5.3.2 Contexto histórico do Boi de Leonardo.....87
6 A UNIDADE DE EDUCAÇÃO BÁSICA MINISTRO MÁRIO ANDREAZZA NO CONTEXTO DAS MANIFESTAÇÕES CULTURAIS AFRO-MARANHENSES.....90
6.1 Histórico da Unidade de Educação Básica Ministro Mário Andreazza 90
6.1.1 Caracterização da escola..... 92
6.2 Metodologia da pesquisa..... 104
6.3 O lugar de fala dos participantes da pesquisa 109
6.3.1 A gestão escola, a coordenação pedagógica e o professor de História..... 110
6.3.2 Os discentes..... 126

6.4 Proposta de aplicabilidade do Caderno de Orientações Pedagógicas Afro-Maranhense..... 134
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....149
REFERÊNCIAS.....153
APÊNDICES.....170
APÊNDICE A..... 171
APÊNDICE B.....172
APÊNDICE C..... 173
APÊNDICE D 174
APÊNDICE E..... 175
ANEXOS..... 246
ANEXO A..... 247
ANEXO B..... 248

1 INTRODUÇÃO

Conforme Duarte (2013, p.62), “o ser humano começou a diferenciar-se do restante dos animais quando passou a produzir os meios de sua existência”. Neste sentido, é perceptível esse processo de transformação com a natureza e com si próprio.

Em 1888, a escravidão foi abolida no Brasil, porém a condição da população negra a deixou marginalizada de direitos básicos mesmo com o advento da República (AROUCHA, 2009).

Até 1988, se passou um século de intensa luta acerca de direitos de povos historicamente marginalizados (negros/indígenas). Se concebemos a ideia de uma sociedade plurirracial, supõe-se igualdade de condições a todos. “Ou a sociedade brasileira é democrática para todas as raças e lhes confere igualdade econômica, social e cultural, ou não existe uma sociedade plurirracial democrática” (MUNANGA, 2020, p.91). Baseado nesse entendimento, vozes eloquentes como a de Abdias do Nascimento ecoava pelo povo preto na construção coletiva da nova Constituição Federal de 1988. Exigia-se na nova Carta Magna do País igualdade de condições e direitos a todos os povos que constituíam a sociedade brasileira (MUNANGA, 2020).

Constitucionalmente negros, indígenas e brancos foram igualados. O inciso IV do Art. 3º dar essa garantia, pois, “promove o bem de todos, sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (BRASIL, 2020a, p.7).

Concordamos com Pereira (2021, p.4) quando diz que: “Na verdade, se observarmos a história, os negros sempre lutaram pelo direito a educação mesmo em tempos de leis que inviabilizavam esse acesso”. Nessa perspectiva, o Movimento Negro, agente atuante no combate ao racismo, elegeu a escola como um espaço de enfrentamento a ele. É notório suas principais ações que foram implementadas na educação. Em tempo, Gomes (2017, p.36) descreve:

> Atualmente, no plano educacional, algumas das reivindicações históricas do Movimento Negro para a educação foram transformadas em políticas do Ministério da Educação (MEC), leis federais, decisões do Congresso Nacional e do Supremo Tribunal Federal.

Segundo a Lei nº 9394/96, no Título Dos princípios e Fins da Educação Nacional, no art. 3º, existem aqueles que se coadunam com a questão de uma educação voltada para as diferenças étnicas, as quais a escola deve levar em conta, vejamos:

> **I- igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;** II- liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; III - pluralismo de idéias [sic] e de concepções pedagógicas; **IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância**; V - coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; VI - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; VII - valorização do profissional da educação escolar; VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino; IX - garantia de padrão de qualidade; X - valorização da experiência extra-escolar; XI - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais (BRASIL, 2021b, p. 1, grifo nosso).

Ainda no contexto da legislação educacional brasileira sobre a questão da diversidade étnica, em 09 de janeiro de 2003 é sancionada pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva a Lei 10.639 que altera a Lei Nº 9394/96. Esta, também foi alterada pela Lei nº 11.645/08, que passou a ter a seguinte redação no artigo 26A: "Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena" (BRASIL, 2021c, p.32). E o artigo 79B, que diz: "O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como ‘Dia Nacional da Consciência Negra" (BRASIL, 2021c, p.50).

É importante destacar a atuação do Movimento Negro e do Movimento Quilombola que protagonizaram uma agenda que resultou na 3ª Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância, promovida pela Organização das Nações Unidas (ONU), de 31 de agosto a 08 de setembro de 2001, na cidade de Durban, África do Sul. A partir daí o governo brasileiro se desdobra em políticas mais concretas com destaque para a criação da Secretaria de Promoção e Igualdade Racial (SEPPIR) em 2003 (GOMES, 2017).

Conforme Gomes (2017 p.19), a partir da Constituição de 1988, a população afro-brasileira começou a ter um capítulo que trata sobre os seus direitos enquanto cidadãos. Vejamos:

> A própria inclusão do racismo como crime inafiançável na Constituição Federal e a obrigatoriedade do estudo da história e cultura afro-brasileira e africana nas escolas públicas e particularidades da educação básica não teriam se transformado em realidade, ajudando a todos nós, brasileiras e brasileiros, de todo e qualquer grupo étnico-racial, a superar nossa ignorância sobre o racismo e seus efeitos nefastos, como também a reconhecer o protagonismo de negras e dos negros, que representam 53% da população que vive e constrói o nosso país.

De acordo com Silva (2015), o pertencimento em relação ao território é algo profundo, assim, a luta quilombola existe porque há um sentimento por parte dos quilombolas de que aquele território habitado é deles, assim como podem se intitularem donos da terra. Não por razões econômicas, mas pelos fundamentos culturais e ancestrais e pelo o sentimento de luta e de resistência.

A Resolução nº 08, de 20 de novembro de 2012, definiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica, no artigo 3º da seguinte forma: "Grupos étnicos-raciais [sic], definidos por autoatribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica" (BRASIL, 2020b, p.4).

Do exposto, de modo geral, há um entendimento generalizado que a educação quilombola restringe-se apenas ao meio rural. Todavia, torna-se necessário desconstruir esse entendimento. Conforme, descrevemos anteriormente que na Constituição Federal de 1988, o texto restringe-se às terras de pretos no meio rural, o conceito e o lugar de quilombo desenvolveu-se, também para o meio urbano. Neste sentido, as Diretrizes Curriculares da Educação Básica descrevem: “o conceito de quilombo incorpora também as comunidades quilombolas que ocupam áreas urbanas, ultrapassando a ideia de que essas se restringem ao meio rural” (BRASIL, 2020b, p.4).

Ainda as Diretrizes Curriculares da Educação Básica descrevem que no contexto rural, a educação quilombola é uma articuladora entre terra e raça que se transforma em algo muito complexo por sua capacidade de interfaces, pois, a questão quilombola assume questões étnicas, raciais e identitárias, mas também questões de território e luta pela terra (BRASIL, 2020b).

Acrescentamos que a nossa pesquisa se restringe numa área quilombola urbana denominada Liberdade, na cidade de São Luís. Conforme Assunção (2017), o referido quilombo é formado pelas seguintes áreas (bairros): Liberdade, Fé em Deus, Camboa e Diamante. Após a certificação passou a ser chamado de Território Liberdade Quilombola, reconhecida por meio da Portaria nº 192, de 13 de novembro de 2019, conforme no Art. 1º:

> Certificar que a comunidade, a seguir identificada, se Autodefiniu como Remanescente de Quilombo, conforme Declaração de Autodefinição que instrui o processo administrativo 01420.103053/2018-31: QUILOMBO DA LIBERDADE, SÃO LUÍS – MA, e sob o Art. 2º- Autorizar o registro da presente

> certificação no Livro de Cadastro Geral nº 020, sob o nº 2.783, às fls.006 (BRASIL, 2019, p.1).

Conforme o exposto, elegemos como campo de pesquisa a Unidade de Educação Básica Ministro Mário Andreazza, escola quilombola situada no Território Liberdade Quilombola. Na perspectiva de atender as Diretrizes Curriculares Nacional para a Educação Escolar Quilombola a Escola é considerada Quilombola (BRASIL, 2021b).

A Liberdade é um celeiro cultural, percebemos bem isso nas Manifestações Culturais representadas como no bumba-boi, “que se tornara símbolo da identidade cultural maranhense” (COSTA, 20015, p.66), no reggae, no tambor de crioula, no hip hop, nos festejos e etc. O bairro fora fundado por negros quilombolas que migraram para a Capital, ora por melhores condições de vida atraídos pelo Parque Fabril, ora porque foram expulsos de suas terras devido a especulação fundiária (ASSUNÇÃO, 2017).

Corroborando das ideias de Almada (2015, p.60), “o compromisso mais importante da atividade profissional do professor é a mediação entre o aluno e a sociedade” [..]. Dessa forma, considerando o Documento Curricular do Território Maranhense (DCTM) que estabeleceu aos alunos do 9º ano, o objeto de conhecimento as manifestações culturais para o autorreconhecimento de sujeitos e o lugar que ocupam, pesquisamos na UEB Ministro Mário Andreazza como as manifestações étnico-culturais estão sendo trabalhadas, por isso escolhemos professores, estudantes, coordenador e gestor como sujeitos de nossa pesquisa.

Destacamos que esta pesquisa inova por se direcionar a contextos escolares, sobretudo em investigar as manifestações étnico-cultural afro. Há pesquisas acerca do Território Liberdade Quilombola, porém nos aspectos sociais, em outros campos, na escola está sendo uma das pioneiras. Ensejamos que ela contribua para as diferentes literaturas que versam sobre das Relações Étnico-Raciais.

O interesse pela temática da pesquisa se deu por vários motivos, que estamos chamando de momentos. Vejamos:

No primeiro momento é por conta da nossa trajetória enquanto professora da Educação Básica. Nossa identidade profissional nos exigiu uma ação complexa de reviver e relembrar ações discursivas que nos levaram a refletirmos sobre nós mesmas e a nossa subjetividade dentro de um espaço carregado de sentidos e singularidades.

No segundo momento é o nosso autorreconhecimento enquanto Mulher Negra, que possui um espaço de fala, que é vítima do racismo desde a infância, inclusive as maiores agressões foram na escola. Daí ocasionou uma mudança de pensamento e atitude, consequentemente a formação em Letras e atuação junto de jovens negros periféricos que necessitam de emancipação.

No terceiro momento é da relevância social do nosso objeto de pesquisa, que é discutir as manifestações cultuais e artísticas no contexto de um quilombo urbano de São Luís. Neste sentido, procuramos mostrar que neste quilombo, apesar das pessoas serem vítimas de representações sociais negativas e racistas, é um território de riquezas culturais do povo afro-maranhense, assim como um território de lutas, resistências, de construções e de reconstruções de mecanismos de combate ao racismo.

O último e o quarto momento se deu por nossa participação no I Congresso dos Pesquisadores Negros do Nordeste (COPENOR) realizado em 2017, na Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Ficamos inebriadas por vermos várias pesquisas, vários conhecimentos e discussões sobre o combate do racismo à população negra nordestina. Em consequência dessa participação nos sentimos impelidas em desenvolver uma investigação nesse campo de conhecimento em nível de mestrado. Foi então que nos propusemos em pleitear uma vaga para o Mestrado Profissional Gestão de Ensino da Educação Básica, da Universidade Federal do Maranhão. Avaliamos que teríamos muito a contribuir com a temática da educação para as relações étnico-raciais no contexto escolar, visto que é no chão da escola que precisamos efetivar ações e políticas voltadas para o enfrentamento e o combate do racismo.

Acrescentamos que delimitamos as turmas do 9º ano do Ensino Fundamental por considerarmos como sendo um ano de transição para última etapa da Educação Básica, que no caso é o Ensino Médio. A disciplina que investigamos foi História. Para atender o parágrafo 2º, do artigo 1º da Lei nº 10.639/03 que diz: "Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras" (BRASIL, 2020a, p.1).

Do exposto, levantamos o seguinte questionamento central da nossa investigação: Como as manifestações étnico-culturais afro-maranhenses e afro-brasileiras poderia ser trabalhada na Unidade de Educação Básica Ministro Mário

Andreazza, no Quilombo Urbano da Liberdade por meio de um Caderno de Orientações Pedagógicas Afro-Maranhense à luz da Lei Nº 10.639/03?

Do exposto, de acordo com o questionamento central, formulamos outros questionamentos:

Que conhecimentos teóricos e metodológicos os docentes de História da Unidade de Educação Básica Mário Andreazza possuem acerca da Lei nº 10.639/2003 e sobre Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola?

Quais compreensões sobre manifestações étnico-culturais ou diversidade étnico-culturais em contextos étnico-raciais os docentes de História da Unidade de Educação Básica Mário Andreazza possuem?

De que forma a História e Cultura Afro-Brasileira e Africana à luz da Lei 10.639/2003 são trabalhadas pelos docentes de História da Unidade de Educação Básica Mário Andreazza?

Como um Caderno de Orientações Pedagógicas Afro-maranhense poderia contribuir para o ensino das manifestações étnico-culturais afro-maranhenses e afro-brasileiras à luz da Lei nº 10.639/03 na Unidade de Educação Básica Mário Andreazza?

A pesquisa possui o seguinte objetivo geral: Investigar sobre as manifestações étnico-culturais afro-maranhenses e afro-brasileiras na Unidade de Educação Básica Ministro Mário Andreazza, no Quilombo Urbano da Liberdade, com vista a construir um Caderno de Orientações Pedagógicas Afro-Maranhense à luz da Lei Nº 10.639/03.

Os objetivos específicos da pesquisa, são os seguintes:

- Averiguar que conhecimentos teóricos e metodológicos os docentes História da Unidade de Educação Básica Mário Andreazza possuem acerca da Lei nº 10.639/2003 e sobre Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola;
- Verificar quais compreensões sobre manifestações étnico-culturais ou diversidade étnico-culturais em contextos étnico-raciais os docentes de História da Unidade de Educação Básica Ministro Mário Andreazza possuem;
- Compreender de que forma a História e Cultura Afro-Brasileira e Africana à luz da Lei 10.639/2003 são trabalhadas pelos docentes

de História da Unidade de Educação Básica Ministro Mário Andreazza;

- Elaborar um Caderno de Orientações Pedagógicas Afro-maranhense para contribuir para o ensino das manifestações étnico-culturais afro-maranhenses e afro-brasileiras à luz da Lei nº 10.639/03 na Unidade de Educação Básica Ministro Mário Andreazza.

Para a fundamentação da pesquisa, utilizamos as seguintes fontes bibliográficas: Carneiro (2015) Carvalho (2004); Gomes (2017); Nunes (2011) Saviani (2017) e Schwarcz; Starlng (2015) que analisam a história das legislações brasileiras no contexto étnico-racial. Assim como os estudiosos dos quilombos, Assunção (2012); Pereira (2007); Prince (2012) e Vainfas (2012) e os intelectuais negros, conhecidos como os teóricos dos quilombos, Abdias do Nascimento, Clóvis Moura e Maria Beatriz Nascimento que nos trazem a história dos quilombos no Brasil. Também destacamos os estudos de Assunção (2017) e Dias (2009) que se preocuparam em provar que o Bairro da Liberdade é um quilombo tornando-o o primeiro Quilombo Urbano do Maranhão. Ressaltamos os estudos das manifestações culturais ludovicense através de Costa (2015); Silva (2011); Freitas (2021) que se fundamenta na memória tão bem evidenciada por Le Goff (2015). Destacamos também teóricos do Currículo como Arroyo (2013); Campos (2001); Cavalleiro (2001). Nos procedimentos metodológicos recorremos aos estudos de Triviños (1995); Lakato & Marconi (2007); Gressler (2003) para fundamentar nosso estudo de caso na UEB Ministro Mário Andreazza.

A organização da escrita da Dissertação está assim constituída: Na primeira seção foi feita a introdução, a qual descrevermos a configuração teórica, metodológica e organizativa do texto dissertativo; na segunda seção foi realizada uma retrospectiva histórica das legislações brasileiras no contexto étnico-racial, iniciando com as constituições federais e terminando com a Lei nº 10.639/03 e seus congêneres. Na terceira seção desenvolvemos uma escrita sobre a Educação Quilombola nos níveis rural e urbano, bem como as Diretrizes Curriculares para a Educação Escolar Quilombola; Na quarta seção descrevemos sobre as manifestações culturais no contexto da educação para as relações étnico raciais; Na quinta seção discorremos sobre as manifestações culturais do Quilombo Urbano Liberdade, trazendo uma caracterização histórica e geográfica do bairro assim como o contexto

político que culminou no reconhecimento dessa área como um quilombo, também descrevemos historicamente dois Bumba-Boi tradicionais do bairro. Na sexta seção apresentamos a Unidade de Educação Básica Ministro Mário Andreazza no contexto manifestações culturais, que ficou dividida nas seguintes subseções: histórico da escola pesquisada, metodologia da pesquisa, o lugar de fala dos participantes da pesquisa e a proposta de aplicabilidade do Caderno de Orientações Afro-maranhense. Na sétima seção que são as considerações finais discorremos acerca do alcance dos objetivos formulados, indicamos as manifestações culturais como conteúdo de ensino que possa ser implementado nas escolas quilombolas conforme preceitua as Diretrizes Curriculares para a Educação escolar Quilombola.

Esperamos que a nossa pesquisa traga contribuições para os estudos da educação para as relações étnico-raciais, especificamente para o estudo de quilombos urbanos, assim como para a UEB Ministro Mário Andreazza.

2 RETROSPECTIVA HISTÓRICA DAS LEGISLAÇÕES BRASILEIRAS NO CONTEXTO ÉTNICO-RACIAL

2.1 Constituições federais

2.1.1 Constituição de 1891

A tão aguardada e esperada República, proclamada no dia 15 de novembro de 1889 não foi capaz de se diferenciar do antigo regime (CARVALHO, 2004). Neste sentido, “Não houve tomadas de bastilhas, marchas sobre Versalhes nem ações heroicas” (CARVALHO, 2004, p.53). A participação popular fora quase nula, por outro lado as ideias positivistas circulavam a todo vapor. Os maiores propagadores foram os militares, como Benjamin Constant, assim os civis, como o Rui Barbosa, Alberto Sales e Quintino Bocaiúva que faziam a defesa do liberalismo. Além destes, havia alguns, defensores da República Jacobina, como Silva Jardim (CARVALHO, 2004).

Do exposto, foi elaborado no Brasil uma Assembleia Constituinte culminando na elaboração da primeira Constituição Republicana e a segunda Constituição do país. Acrescentamos que a Constituição de 1891 foi a primeira da forma de governo da República, tendo antes a primeira da forma de governo da Monarquia em 1822. Esta foi marcada por princípios religiosos, sobretudo o catolicismo. Enquanto a de 1891 rompe[1] juridicamente com o catolicismo, e preconiza os ideais laicos, ou seja, sem vínculos religiosos, passando a ser uma constituição secular.

A Constituição Brasileira de 1891 reafirmou os valores republicanos trazendo uma importante mudança na conjuntura política, social e ideológica do Estado. Ao romper com a Igreja Católica, ela inaugurou o chamado Estado Laico, onde todos podem e devem professar sua fé (BRASIL, 2012).

[1]Esse rompimento está presente na redação do texto da Constituição de 1891 (BRASIL, 2012). Por outro lado, no monumento Floriano Peixoto, foram colocados quatro grupos em bronze e uma estátua. Esses grupos representam as três raças formadora da população brasileira e a religião católica, estão representados na estátua mediante poemas famosos de nossa Literatura. O Caramuru (raça branca), A Cachoeira de Paulo Afonso (raça negra), Y-Juca Pirama (raça amarela) e Anchieta (catolicismo), outros aspectos bastantes significativos que revelam a presença forte do Catolicismo na República são os feriados católicos que no geral representam os santos padroeiros de diversas cidades do Brasil, além da Nossa Senhora Aparecida, oficialmente a padroeira do Brasil (CARVALHO, 2004).

A Constituição Federal de 1891 tomou como modelo a constituição dos Estados Unidos da América (EUA), tendo como elemento principal o princípio do federalismo, que se baseia no princípio da união de coletividades políticas autônomas, isto é, união de coletividades públicas dotadas de autonomia política e constitucional, autonomia federativa (SILVA, 2000). O federalismo fora a principal causa da inserção da elite paulistana na adesão a República. Esta inaugurou no Brasil a chamada República do Café-com-Leite, no qual Minas Gerais e São Paulo reversavam a presidência do país. Abaixo uma imagem da Primeira Constituição Republicana do país:

Figura 1 - Constituição Federal de 1891

Fonte: Agência Brasil (2021)

Na perspectiva racial, a Constituição de 1891 não descreve em nenhum artigo uma preocupação com os povos historicamente escravizados, pois ela generaliza todos, dando uma ideia de que as raças convivem pacificamente ou que não há raças, mas uma só. Vejamos o que o artigo 69 destaca:

> **1º** Os nascidos no Brasil, ainda que de pae [sic] estrangeiro, não residindo este a serviço de sua nação; **2o** Os filhos de pae [sic] brasileiro e os ilegítimos [sic] de mãe brasileira, nascidos em paiz [sic] estrangeiro, si estabelecerem domicilio na Republica; **3o** Os filhos de pae [sic] brasileiro, que estiver noutro paiz [sic] ao serviço da Republica, embora nella [sic] não venham domiciliar-se; **4o** Os estrangeiros, que, achando-se no Brasil aos 15 de novembro de 1889, não declararem, dentro em seis mezes [sic] depois de entrar em vigor

> a Constituição, o animo [sic] de conservar a nacionalidade de origem; **5º** Os estrangeiros, que possuírem [sic] bens imóveis [sic] no Brasil, e forem casados com brasileiras ou tiverem filhos brasileiros, contanto [sic] que residam no Brasil, salvo si manifestarem a intenção de não mudar de nacionalidade; **6o** Os estrangeiros por outro modo naturalizados (BRASIL, 2012, p.80).

Coadunando com as ideias de Carvalho (2004), o texto constitucional de 1891 demonstra as falhas dos esforços das correntes republicanas que tentaram expandir a legitimidade do novo regime por falta de uma identidade republicana como os Estados Unidos da América tivera. Houve a necessidade de resgatar a figura de Tiradentes transformando-o em herói. “O herói republicano por excelência é ambíguo, multifacetado, esquartejado” (CARVALHO, 2004, p.141). A criação desses símbolos republicanos, como outro exemplo, a bandeira, expandem o ideário positivista, traduzem uma ordem e um progresso no qual criou uma narrativa de que no Brasil se instalou uma nova ordem política, econômica, social e cultural que quebrou com o atraso outorgado pelo antigo regime.

Nesse contexto de efervescência política e ideológica fora elaborado no governo de Floriano Peixoto a Constituição de 1891, influenciada pelo positivismo, liberalismo e os princípios da Revolução Francesa (1789), bastante influenciada pela Constituição dos Estados Unidos da América.

Abaixo, mostramos a primeira bandeira brasileira, de 1889, inspirada na bandeira dos Estados Unidos da América:

Figura 2 - Primeira bandeira brasileira inspirada da bandeira norte-americana

Fonte: Guia do Estudante (2021

2.1.2 Constituição de 1934

Após um conturbado início do novo regime, onde duas forças se correlacionavam, República da Espada X República do Café-com-Leite, a partir de 1930 o Brasil vive uma nova conjuntura política, um período conhecido como a Revolução de 1930[2]. A partir dela um Governo Provisório foi instalado no Brasil, tendo como ideia principal substituir a Constituição de 1891 e logo em seguida realizar uma eleição presidencial. Contudo, Getúlio Vargas queria consolidar seu poder. A Crise de 1929, por outro lado e a postura autoritária bem evidenciada na dissolução do Congresso Nacional e nas Assembleias existentes nos estados e municípios fez com que ele nomeasse interventores para governar os estados (SKIDMORE, 1988).

Outro marco importante desse primeiro ano de governo varguista é a ampliação do aparato burocrático com a criação de ministérios importantes, como por exemplo, o Ministério do Trabalho que instituiu mudanças na legislação trabalhista: regulamentação na carga diária de trabalho para oito horas, criou a carteira de trabalho e concedeu direito de férias. Também foi rebatizado o antigo Ministério da Instrução Pública, Correios e Telégrafos para Ministério da Educação e da Saúde Pública. Este desenvolvia atividades a vários ministérios, como saúde, esporte, lazer e meio ambiente. Os assuntos ligados a educação eram tratados pelo Departamento Nacional do Ensino (DNE), subordinado ao Ministério da Justiça (BRASIL, 2020).

As medidas centralizadoras de Vargas causaram muita insatisfação principalmente na elite paulista, pois esta começou a exigir a formação de uma

---

[2] A partir de 1920 a República Velha entrou em crise, surgiram movimentos que começaram a questionar essa política, como exemplo, os Tenentistas, que foi um movimento que surgiu entre os jovens oficiais do Exército brasileiro, estes demandavam a realização das eleições sem fraudes (SKIDMORE,1998). Conforme era estabelecido na política do café-com-leite, nas eleições de 1930, o então presidente do país, Washington Luís, deveria nomear um mineiro para a disputa presidencial (o favorito era Antônio Carlos Ribeiro de Andrada), porém o presidente acabou nomeando Júlio Prestes. Isso levou ao rompimento entre paulistas e mineiros que desencadeou na aliança entre mineiros com outra oligarquia (a gaúcha) lançando um candidato para disputar com Júlio Prestes: Getúlio Vargas. A chapa de Getúlio e do vice João Pessoa recebeu o nome de Aliança Liberal. Ainda assim, a Aliança Liberal não saiu vitoriosa, Júlio Prestes foi eleito presidente do Brasil, isto gerou uma insatisfação tão grande em parte da chapa de Getúlio Vargas que culminou num estopim: o assassinato de João Pessoa, numa Confeitaria em Recife. Esse fato foi utilizado para justificar um levante militar contra Washington Luís. Esse levante, conhecido como Revolução de 30, contava com as dissidências oligárquicas (mineiros e gaúchos) e com os tenentistas. Vargas aderiu ao movimento quando percebeu que teria sucesso e poderia ser alçado ao poder (SCHWARCZ; STARLING, 2015).
No dia 24 de outubro, Washington Luís foi deposto da presidência, a posse de Júlio Prestes foi impedida e uma junta militar provisória governou o país até 3 de novembro de 1930, quando Getúlio Vargas foi nomeado presidente para um governo de transição. Iniciou nesse momento o período de quinze anos em que Getúlio Vargas governaria o Brasil (SKIDMORE,1998).

Assembleia Constituinte para que uma nova eleição presidencial acontecesse. Numa tentativa de contornar essa insatisfação, Vargas decretou no início de 1932 um Código Eleitoral que trouxe mudanças significativas no sistema eleitoral brasileiro, tais: reduziu drasticamente as fraudes eleitorais que era comum na República Velha, o voto tornou-se secreto e obrigatório, a Justiça eleitoral fora criada para regular essa área, além da contemplação das mulheres com o sufrágio universal.

Apesar desses importantes avanços, a situação política do Brasil continuava instável devido ao Governo Provisório. Então, em 1934 é promulgada a nova Constituição do Brasil, fortemente influenciada pela Constituição Alemã do período da República de Weiman.[3]

Abaixo, uma imagem da Constituição de 1934:

Figura 3 - Constituição de 1934

Fonte: AGÊNCIA BRASIL (2014)

Conforme Skidmore (1998), a Constituição de 1934 era uma mescla de liberalismo político e reformismo socioeconômico. Ela gerou muita insatisfação em Getúlio Vargas porque colocava um fim a sua trajetória como presidente do Brasil, pois com a promulgação dela, Vargas foi eleito indiretamente presidente do país, mas,

[3]A República de Weimar vigorou na Alemanha entre os anos de 1919 e 1933 e configurou o período de transição entre a Primeira Guerra Mundial e o Nazismo. Tinha como principal objetivo as definições do funcionamento da República, com o modelo bicameral, ou seja, duas casas: o Reichstag (o Parlamento) e o Reichsrat (a Assembleia). Haveria também dois chefes da República: o Chanceler, responsável pela administração geral e o Chefe de Estado, o presidente, responsável pelas questões do Estado, como diplomacia, forças armadas e etc (SKIDMORE, 1998).

em 1938, teria que entregar o poder a outro político, uma vez que estava impedido de disputar reeleição.

Consideramos que a educação teve um importe avanço na Constituição de 1934, tento em vista a reinvindicação de um grupo de intelectuais preocupado em elaborar um programa de política educacional amplo e integrado. O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova de 1932, redigido por Fernando Azevedo e assinado por conceituados educadores, como Anísio Teixeira repercutiu na Constituição em tela. O Manifesto propunha que o Estado organizasse um plano geral de educação, e definisse a bandeira de uma escola única, laica, pública, obrigatória e gratuita. Nessa época a principal concorrente do Estado na área da educação era a Igreja Católica. Então, na Constituição de 1934, a educação passa a ser vista como um direito de todos e devendo ser ministrada pela família e pelo poder público (BRASIL, 2020).

Figura 4 - Intelectuais do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova de 1934

Fonte: Inep (2021)

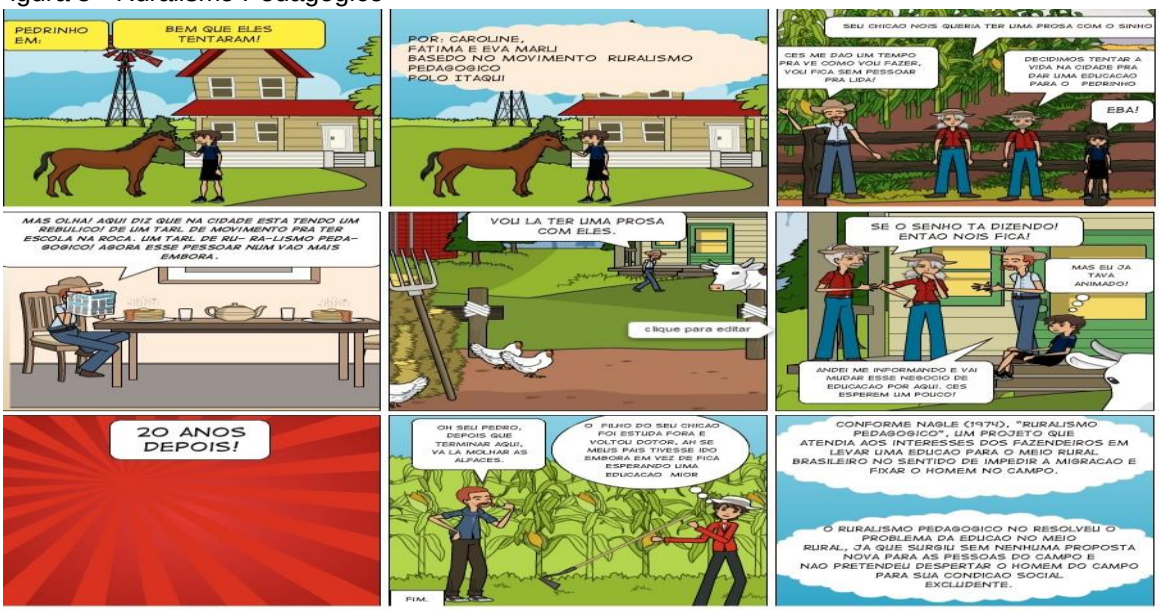
Segundo Teixeira (2012), a Constituição de 1934 trouxe benefícios a educação, embora tenha durado somente 3 anos, ela intensificou as políticas promovidas na Constituição de 1891. Como marco legal, garantia a permanência do homem rural no campo, porém, não fazia uma propaganda de uma vida urbana, e sim da realidade rural, que foi chamada de ruralismo pedagógico.

O ruralismo pedagógico é uma prática criada com o objetivo de fixação do homem no campo (BEZERRA; ANDRADE, 2017). Influenciado pelo Movimento Escola Nova, o ideário perpetuado era o de aliança entre prática e experiência que conduziria o educando a revelar seu potencial. Daí foi pensada uma escola que atendesse as especificidades rurais, pois, ao mesmo tempo que o educando aprendia a ler e a escrever, também entraria em contato com o próprio meio. Como exemplo dessa sistematização pedagógica, fora instalada a primeira escola normal rural no Brasil, pois a ideia era pensar e sistematizar uma escola que ensinasse os alunos a

viverem em seu ambiente e aprendessem a tirarem proveito dele. “A escola precisa ensinar a viver” (OLIVEIRA, 1984, p.18).

Conforme Nagle (1974), logo nas primeiras décadas da República, começou a ter um grande índice de êxodo rural, que fez surgir, no campo, um movimento ruralista que visava convencer as pessoas a continuarem a viverem na zona rural. Dessa forma tem-se o ruralismo pedagógico que tinha como objetivo atender aos interesses dos fazendeiros em levar uma educação para o meio rural brasileiro na perspectiva de conter a migração e fixar as pessoas no campo. Sobre isso, colocamos abaixo uma imagem que retrata a política de fixar as pessoas do meio rural:

Figura 5 - Ruralismo Pedagógico



Fonte: Educação do Campo (2017)

2.1.3 Constituição de 1937

No ano de 1935, uma nova revolta articulou-se contra o governo de Getúlio Vargas, dessa vez a Intentona Comunista, que surgiu na capital do país, Rio de Janeiro, tendo o apoio de importantes cidades como Natal (RN) e Recife (PE), liderada por Luiz Carlos Prestes e apoiada pela agente soviética, enviada de Moscou, Olga Benário (HIGA, 2021).

Essa revolta está pautada nas disputas ideológicas entre nazifascismo e comunismo tendo como pano de fundo a ascensão de Adolf Hitler, na Alemanha, e de Benito Mussolini, na Itália. Essas ideias vivenciadas na Europa materializaram-se em confrontos armados e violentos, chegando também ao Brasil. O principal objetivo da Intentona Comunista era a deposição de Getúlio Vargas, difusão das ideias comunistas por todo o país e implantação de um governo comunista liderado por Luiz Carlos Prestes (HIGA, 2021).

Ainda conforme Higa (2021), a Intentona Comunista foi duramente massacrada pelo governo federal e serviu como justificativa para Getúlio Vargas aumentar o Poder do Executivo sobre a sociedade dando um golpe de Estado, surgindo a Constituição de 1937, que dissolveu o Congresso Nacional, revogou a Constituição de 1934, sem qualquer consulta prévia, outorgou ao país o Estado Novo, sob inspiração fascista, tomando uma série de medidas, no qual destacam-se:

> Instituição da pena de morte; supressão da liberdade partidária e da liberdade de imprensa; anulação da independência dos Poderes Legislativo e Judiciário; restrição das prerrogativas do Congresso Nacional; permissão para suspensão da imunidade parlamentar; prisão e exílio de opositores do governo; e eleição indireta para presidente da República, com mandato de seis anos (SENADO FEDERAL, 2021. p.2).

Por ter ideias fascista, a Constituição de 1937, ficou conhecida como Constituição Polaca, se inspirou no modelo semifascista polonês que era autoritária e concedia ao governo poderes praticamente ilimitados. Dessa forma:

> Nota-se, assim, que a Constituição de 1937 dava respaldo legal para o regime autoritário do Estado Novo e era um retrocesso, se comparada à anterior, em termos de democracia e direitos humanos. Vale lembrar que os crimes e as perseguições a quem se opôs a essa forma de governo continuaram até o fim do regime e, quando este chegou ao fim, as atrocidades cometidas ficaram impunes. (RESENDE, 2017, S/P)

Conforme Coelho (2020), a Constituição de 1937 apresentou dispositivos para organizar a educação nacional, criação de um Plano Nacional de Educação (PNE) e do Conselho Nacional de Educação (CNE). O texto constitucional vincula educação aos valores cívicos e econômicos. O Artigo 130 esclarece a questão do ensino primário:

> O ensino primário [sic] é obrigatório [sic] e gratuito. A gratuidade, porém, não exclui o dever de solidariedade dos menos para com os mais necessitados; assim, por ocasião [sic] da matricula, será exigida aos que não alegarem, ou notoriamente não puderem alegar [sic] escassez de recursos, uma contribuição modica e mensal para a caixa escolar. (BRASIL, 2012, p.84).

A seguir, uma imagem da capa da Constituição de 1937:

Figura 6 - Constituição de 1937

Fonte: Sohistoria (S/D)

No início nos anos de 1930, nos centros urbanos, a Imprensa Alternativa Negra rompeu com o imaginário racista pautado no racismo científico. “Os jornais tinham um papel educativo, informavam e politizavam a educação negra sobre os seus próprios destinos rumo à construção de sua integração na sociedade na época” (GOMES, 2017, p.29).

Em contrapartida a esse tipo de imprensa, o governo varguista também articulou sua forma de informar a população. Dessa forma, criou em 27 de dezembro de 1939, através do Decreto-Lei nº 1915 o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), este tinha como objetivo difundir a ideologia do regime por meio da propaganda política e também por realizar a censura (SILVA, 2022).

No artigo 2º do Decreto há quatro itens que provam esse caráter de cerceador do DIP, vejamos:

> a) centralizar, coordenar, orientar e superintender a propaganda nacional, interna ou externa, e servir, permanentemente, como elemento auxiliar de informação dos ministérios e entidades púbicas e privadas, na parte que interessa à propaganda nacional;
> c) fazer a censura do Teatro, do Cinema, de funções recreativas e esportivas de qualquer natureza, de rádio-difusão, da literatura social e política, e da imprensa, quando a esta forem cominadas as penalidades previstas por lei;
> n) proibir a entrada no Brasil de publicações estrangeiras nocivas aos interesses brasileiros, e interditar, dentro do território nacional, a edição de quaisquer publicações que ofendam ou prejudiquem o crédito do país e suas instituições ou a moral;
> o) promover, organizar, patrocinar ou auxiliar manifestações cívicas e festas populares com intuito patriótico, educativo ou de propaganda turística, concertos, conferências, exposições demonstrativas das atividades do Governo, bem como mostras de arte de individualidades nacionais e estrangeiras (BRASIL, 2022d, p.1).

O DIP não foi o único órgão criado para esse tipo de atividade, antes dele houve o Departamento Oficial de Publicidade (1931-1934) e o Departamento de Propaganda e Difusão Cultural (DPDC) que existiu entre 1934 a 1938, sendo substituído pelo DIP. O Departamento de Imprensa e Propaganda tinha sua sede na capital do país da época, Rio de Janeiro, porém, o seu controle se espalhou para os demais estados do Brasil por meio dos Departamentos Estaduais de Imprensa e Propaganda, os DEIPs. Assim, o DIP tinha a possibilidade de controlar minunciosamente tudo o que acontecia no território nacional (SILVA, 2022).

As matérias jornalísticas da imprensa alternativa vinculavam a ideia de ascensão do negro via educação, tudo muito bem articulado e promovido pela Frente Negra Brasileira[4], que sistematizou os saberes emancipatórios à realidade dos negros brasileiros, dentre esses saberes, o político é o mais destacado. Isto fez com que a Frente Negra se tornasse em 1936 um partido político, sofrendo um duro golpe em 1937 devido ao decreto assinado por Getúlio Vargas que colocou na ilegalidade todos os partidos políticos. “A Frente Negra pode ser considerada, também, como uma articuladora, sistematizadora de saberes emancipatórios, principalmente os políticos, sobre a realidade dos negros brasileiros da época” (GOMES, 2017, p. 30).

Segundo Nunes (2013, p.55),

[4] Associação de caráter político, informativo, recreativo e beneficente. Surgiu em 1931, em São Paulo, com o objetivo de tornar-se uma articulação nacional. Composta por vários departamentos, promovia a educação e o entretenimento de seus membros, além de criar escolas e cursos de alfabetização de crianças, jovens e adultos; também visava a integração dos negros na vida política, social e cultural, denunciando as formas de discriminação racial existentes na sociedade brasileira daquele período (GOMES, 2017).

> A Frente Negra Brasileira foi a maior organização social negra que existiu até o surgimento do Movimento Negro Unificado em 1978 na cidade de São Paulo. A FNB foi fundada em 1931 e terminou suas atividades em virtude da Ditadura Vargas em 1937. Teve como principal representante Arlindo Veiga dos Santos. Em 1936 tornou-se partido Político, mas caiu na clandestinidade em 1937.

Eis uma imagem da Frente Negra Brasileira (FNB) em uma delegação da entidade:

Figura 7 - Frente Negra Brasileira (FNB)

Fonte: BBC News Brasil (2020)

2.1.4 Constituição de 1946

Promulgada durante o governo do General Eurico Gaspar Dutra, a Constituição de 1946 foi fruto de dois acontecimentos históricos: a queda do Estado-Novo e a derrota do Nazi-Fascismo na II Guerra Mundial. Foi muito importante por consagrar liberdades expressas na Constituinte de 1934, pois assegura no parágrafo 1º, do Artigo 141, que todos somos iguais perante a Lei (BRASIL, 2020).

O parágrafo 8º do mesmo artigo estabelece que:

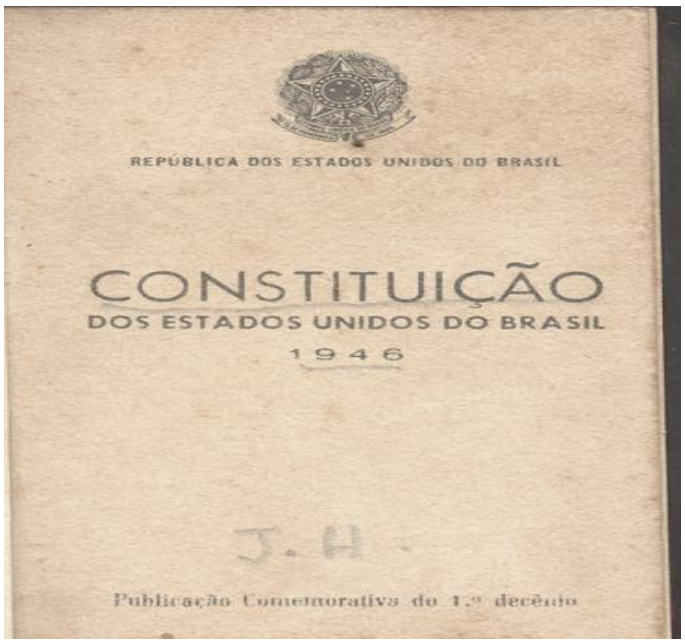
> Por motivo de convicção religiosa, filosófica ou política, ninguém será privado de nenhum dos seus direitos, salvo se a invocar para se eximir de obrigação, encargo ou serviço impostos pela lei aos brasileiros em geral, ou recusar os que ela estabelecer em substituição daqueles deveres, a fim de atender escusa de consciência (BRASIL, 2020, p.80)

Essa Constituição é considerada um importante avanço, pois garantiu direitos fundamentados em princípios democráticos, nas liberdades individuais e coletivas. Também, as crenças e as religiões são consideradas direitos que não podem sofrer interferências de mecanismos coercitivos ligados a ideologias de grupos em detrimento de outros.

Conforme Schwarcz &Starling (2015), a Constituição de 1946 manteve as conquistas sociais desde a década de 1930, mas repôs a exigência da democracia e do exercício dos direitos políticos como condições intocáveis para a vida pública brasileira.

Abaixo, uma imagem da capa da Constituição de 1946:

Figura 8 - Constituição de 1946



Fonte: CONRADO LEILOEIRO (SD)

Importante destacarmos que a referida constituição brasileira dá muita ênfase ao ensino primário. Vejamos:

> Art 168 - A legislação do ensino adotará os seguintes princípios:
> I - o ensino primário é obrigatório e só será dado na língua nacional;
> II - o ensino primário oficial é gratuito para todos; o ensino oficial ulterior ao primário sê-lo-á para quantos provarem falta ou insuficiência de recursos;
> III - as empresas industriais, comerciais e agrícolas, em que trabalhem mais de cem pessoas, são obrigadas a manter ensino primário gratuito para os seus servidores e os filhos destes (BRASIL, 2020, p.37).

Conforme Nunes (2011), no contexto da redemocratização após 1945, o Teatro Experimental do Negro incorporou o espírito democrático promovida pela Constituição de 1946. Neste sentido: "O TEN realizou duas Convenções Nacionais do Negro Brasileiro, sendo que, a primeira aconteceu em 1945 na cidade de São Paulo e a segunda aconteceu em 1946 na cidade do Rio de Janeiro" (NUNES, 2011, p.58).

Ainda, conforme Nunes (2013, p.58-59):

> Essas convenções tiveram a participação de intelectuais e militantes negros que discutiam sobre as relações raciais no Brasil, assim como houve participações de alguns parlamentares e de partidos políticos. Na ocasião, foi criado o Comitê Democrático Afro-brasileiro, considerado um braço forte político do referido Teatro.

Consideramos que o Teatro Experimental Negro (TEN) deixou um grande legado para o movimento social negros na perspectiva da luta contra o preconceito e a discriminação racial. Sobre isso, temos:

> O TEN alfabetizava seus primeiros participantes, recrutados entre operários, empregados domésticos, favelados sem profissão definida, modestos funcionários públicos, e oferecia-lhes uma nova atitude, um critério próprio que os habilitava também a indagar o espaço ocupado pela população negra no contexto nacional [...] O TEN deixou herdeiros e saberes. A luta pela visibilidade dos negros e negras na cena artística e cultural, na literatura e na mídia continua até hoje (GOMES, 2017, p.30-31)

Em 1958, a Sociedade Beneficente Floresta Aurora conseguiu a partir de muitos esforços de seus quadros administrativos e de diversos apoios, realizar com sucesso o Primeiro Congresso Nacional do Negro na cidade de Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul. Importante destacar que era ano eleitoral, e o PTB – Partido Trabalhista Brasileiro foi um dos apoiadores dessa iniciativa, com destaque para o deputado estadual eleito pela sigla, o Professor Armando Temperani Pereira e o governador eleito também por ela, Leonel Itagiba de Moura Brizola (GOMES, N/D).

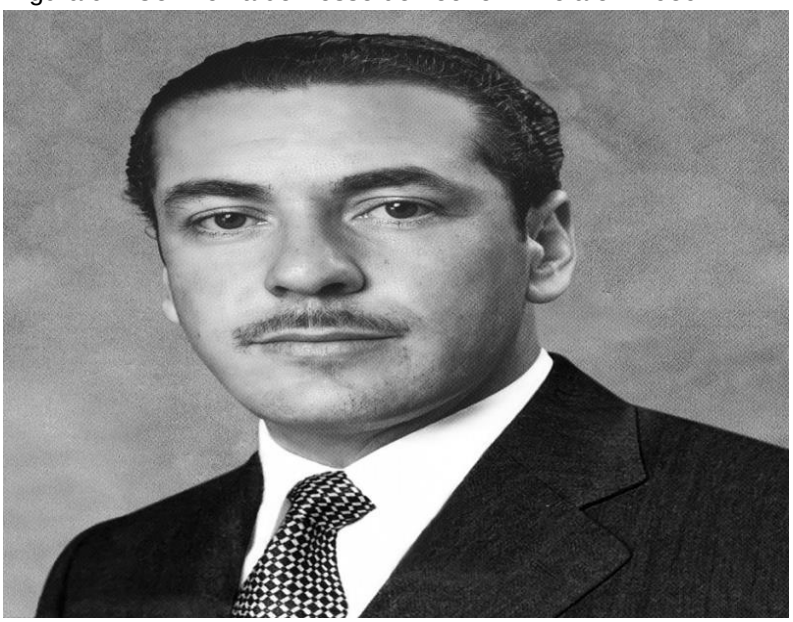
O PTB já governava em âmbito municipal, destacando as articulações políticas em torno de apoio aos movimentos sociais que foi uma das principais bandeiras do partido pelo fim do analfabetismo. De modo geral, a população mais atingida pelo analfabetismo era a população negra. Então, trazer para dentro do debate no Primeiro Congresso Nacional do Negro a necessidade de políticas de alfabetização frente, assim como a situação da população afro-brasileira na sociedade e o papel histórico do negro no país, exigia do Estado uma preocupação e um

posicionamento no enfrentamento e/ou erradicação dessa realidade. Do exposto, Gomes, n/d, p. 7) descreve:

> Em Porto Alegre a comunidade negra vivia um período de transformações, iniciavam-se as obras de urbanização advindas com as políticas desenvolvimentistas, bairros tradicionais negros são desterritorializados entre eles o Areal da Baronesa e a Colônia Africana, espaços simbólicos para os afro-descendentes que, tornaram-se espaços valorizados do ponto de vista imobiliário. A Rua dos Andradas passou a ser o referencial simbólico e identitário para esta comunidade.

Eis uma imagem de Leonel Brizola na época em que se tornou Governador do Estado do Rio Grande do Sul:

Figura 9 – Cerimônia de Posse de Leonel Brizola em 1959



Fonte: Palácio Piratinini (N/D)

Importante destacarmos que o Primeiro Congresso Nacional do Negro não só debateu questões internas, como também a externa, pois, dedicou-se a analisar os processos de independência dos países africanos. Neste sentido, estabeleceu uma maior aproximação com o continente africano (GOMES, N/D). Vejamos uma imagem do Primeiro Congresso Nacional do Negro:

Figura 10 – Primeiro Congresso Negro Brasileiro realizado na Cidade de Porto Alegre – RS em 1958

Fonte: Ipeafro (2020)

2.1.5 Constituição de 1967

A Constituição de 1967 é resultante da Ditadura Militar instalada no Brasil em 1964 sob uma suposta ameaça Comunista no Brasil num momento em que o mundo vivia a chamada Guerra Fria. Dois blocos econômicos dominavam o mundo: Estados Unidos X União Soviética. À época, João Goulart ou Jango como era apelidado, governava o Brasil. Como principal pilar do seu governo, defendia um pacote reformista, a chamada Reformas de Base. Dentro desse pacote, a reforma agrária se fazia presente que desagradava a elite econômica conservadora, e que era vista com uma suposta ideologia comunista. (SCHWARCZ; STARLING, 2015).

Após três anos de Ditadura, é promulgada uma nova Constituição no Brasil, mesmo sendo considerada altamente autoritária, cerceadora das liberdades democráticas, na questão racial ela de modo subterfúgio e/ou paradoxal, incorpora um artigo que ao mesmo tempo preconiza a igualdade racial entre todos, reafirma a ideologia da democracia racial brasileira[5]. Vejamos: “Todos são iguais perante a lei,

[5] A democracia racial brasileira é considerada uma ideologia que tem raízes desde o a segunda metade do Século XIX, quando intelectuais norte-americanos vieram para o Brasil pesquisar sobre as relações étnicas até a partir da obra Casa Grande & Senzala, do Sociólogo Gilberto Freyre. A referida ideologia consiste em afirmar que não existe preconceito, discriminação ou racismo entre os grupos étnicos que vivem no Brasil. Todos vivem ou se relaciona de modo harmonioso do ponto de vista racial (NUNES, 2011; GUIMARÃES, 2002)

sem distinção, de sexo, raça, trabalho, credo religioso e convicções políticas. O preconceito de raça será punido pela lei" (BRASIL, 2021e, p.78).

Eis uma imagem da Constituição de 1967:

Figura 11 - Constituição de 1967

Fonte: TRACA (S/D)

Segundo Nunes (2013, p.63): "Mesmo que o mito da democracia racial se colocava como uma ideologia político-ideológica do regime militar, o movimento negro não deixou de assumir posições em prol de uma formação identitária racial. Dessa forma, o governo militar na perspectiva de passar uma imagem não autoritária à população brasileira, inicia uma política de patrocínios econômicos para várias instituições de movimentos negros, como o IleAiye (Bahia); Centro de Cultura Negra do Maranhão; Centro de Estudos do Negro no Pará; Instituto Brasileiro de estudos Africanistas (MOURA, 1988).

Nesse contexto político no âmbito educacional, foi aprovada a Lei nº 5692, de 11 de agosto de 1971 que Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1° e 2º graus e dá outras providências (BRASIL, 2021).

Apesar do conturbado período político, a luta negra se expande a ponto de várias entidades raciais se articularem e fundarem em 18 de junho de 1978 o Movimento Unificado Contra a Discriminação Étnico-Racial (MUCDR) em São Paulo, rebatizado em dezembro de 1979 de Movimento Negro Unificado (MNU). "O MNU talvez seja o principal responsável pela formação de uma geração de intelectuais

negros que se tornaram referência acadêmica na pesquisa sobre relações étnico-raciais no Brasil “ (GOMES, 2017, p.32).

A partir de 1980, no processo de reabertura política e redemocratização do país o Movimento Negro passou a dar ênfase especial na educação, isto se deu pelo acesso de importantes ativistas ao ensino superior e posteriormente a pós-graduação. Em tempo, temos:

> É possível dizer que até a década de 1980 a luta do Movimento Negro, no que se refere ao acesso à educação, possuía um discurso mais universalista. Porém, à medida que este movimento foi constatado que as políticas públicas de educação, de caráter universal, ao serem implementadas, não atendiam à grande massa da população negra, o seu discurso e suas reivindicações começaram a mudar. Foi nesse momento que as ações afirmativas, que já não eram uma discussão estranha no interior da militância, emergiram como uma possibilidade e passaram a ser uma demanda real e radical, principalmente a sua modalidade de cotas (GOMES, 2017, p.33).

2.1.6 Constituição de 1988

Após 21 anos de Ditadura Militar, o Brasil retoma ao regime democrático através das eleições indiretas. No dia 15 de janeiro de 1985, Tancredo Neves é eleito pelo Congresso Nacional Presidente do Brasil, essa data simboliza o fim da Ditadura Militar e iniciou-se discussões e debates acerca de uma nova Constituição Federal.

O Brasil precisava consolidar a democracia, haja vista que por 21 anos esteve sucumbida. Por isso, o Congresso Nacional debateu, dialogou, redigiu e votou a nova Constituição da República Federativa do Brasil. O preâmbulo da Constituição demonstra qual era o sentimento no ano de 1988, um sentimento de esperança e de justiça a todos os brasileiros, vejamos:

> Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembléia [sic] Nacional Constituinte para instituir um Estado democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com solução pacífica de controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte Constituição da República Federativa do Brasil (BRASIL, 2011, S/P).

A imagem abaixo da Constituição de 1988 traduz bem esse sentimento.

Figura 12 - Constituição Federal de 1988

Fonte: Amazon (S/D)

A Constituição de 1988, no artigo 5º, estabelece que todos são iguais perante a lei, todos os brasileiros têm garantido a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à segurança e à propriedade (BRASIL, 2011, p.19). O artigo 6º descreve que os direitos sociais: “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição” (BRASIL, 2011, p.20).

A Educação é tratada com veemência no Capítulo III da Constituição de 1988 no artigo 205 ao 214. Alguns desses artigos passaram por emendas constitucionais ao longo dos anos de sua vigência.

Nesse cenário de discussões e de concretização dos direitos fundamentais garantidos na Carta Magna[6] de 1988, os movimentos negros veem um terreno fértil para emergir suas ideias de enfrentamento à discriminação racial, daí a escola passa se ser um lugar de luta e enfrentamento ao sistema opressor racista. A atuação do

[6] A Carta Magna é um documento que tem sua origem na Inglaterra, em 1215, consistia na garantia aos nobres um comando mais justo por parte da realeza, servia como uma balança entre os diferentes interesses da nobreza e da realeza, era um acordo para que o rei não cometesse tantas injustiças. No contexto atual segue a mesma intenção de outrora, também é um documento que impede que o Estado brasileiro cometa injustiças contra sua própria população (LUNA, 2019).

Movimento Negro se constitui como um regulamentador e produtor de conhecimentos e saberes estes dividem-se em: saberes identitários (cada vez é mais latente a discussão de quem é preto e de quem é branco); saberes políticos (o lugar de fala pertence a quem é conhecedor do assunto, por isso os que antes se negavam a discutir raça são obrigados a revelar sua ignorância e chamar para opinar pesquisadores, intelectuais e ativistas do Movimento Negro); saberes estético-corpóreos (aqueles ligados a estética e corporeidade negra) (GOMES, 2017).

Os anos pós 1988 foi de intensa luta na consolidação não só da Constituição de 1988, como também para a garantia de direitos das populações historicamente negligenciadas pelo Estado brasileiro. A população negra vivenciou nos anos de 1990 e início do século XXI uma agenda conturbada, porém com intensos avanços, alguns deles se materializaram em legislações educacionais.

Na construção da Constituição de 1988 é importante destacar que só haviam quatro vozes parlamentares negros em Brasília: o jornalista, advogado e militante do Movimento Negro, Carlos Alberto Caó (autor da Lei nº 7.346/1985, que mudou o texto da Lei Afonso Arinos [7]de 1951, a qual tomava contravenção penal o preconceito de raça. Como homenagem o texto ficou conhecido como Lei Caó; a parlamentar e ativista Benedita da Silva, deputada federal filiada o Partido dos Trabalhadores – PT (uma das poucas mulheres negras na política, desde a redemocratização do país segue sua carreira política atuando em defesa da população negra); o deputado federal Paulo Paim, que desde 2018 é Senador da República, filiado ao PT/RS e Edmilson Valentim, filiado desde os 20 anos de idade ao Partido Comunista do Brasil – PCdoB/RJ, já exerceu por três vezes o mandato de Deputado Federal onde conseguiu aprovar diversas leis de sua autoria em defesa da classe trabalhadora com destaque para os trabalhadores domésticos que em sua maioria são representados pela população negra (GOMES; RODRIGUES, S/D).

Esses três homens pretos e essa única mulher negra conseguiram traduzir na redação do texto as diferentes vozes reverenciadas pelos Movimentos Negro e

[7] Afonso Arinos de Melo Franco (1905-1990) foi jurista, político, professor, historiador, ensaísta e crítico brasileiro, também é um imortal da Academia Brasileira de Letras, dentre seus principais legados está a criação da Lei que leva o seu nome, Afonso Arinos. Depois da abolição da escravidão em 1888, somente com essa lei em 1951, sancionada por Getúlio Vargas, que tivemos uma legislação em combate ao racismo, contudo ela tinha um viés mais pedagógico do que jurista, pois na prática ela não condenava o crime de racismo, a condenação só veio anos depois com a Lei Caó. A Lei Afonso Arino foi um avanço, mas ela tinha mais o objetivo de conscientizar a população do que punir os racistas (RIBEIRO, 2021).

Quilombola. Abaixo uma imagem dos quatro parlamentares que lutaram por direitos à população da diáspora africana:

Figura 13 – Da esquerda para a direita: Edimilson Valentim, Carlos Alberto Caó, Benedita da Silva e Paulo Paim

Fonte: Brasil de Fato (2019)

2.3 Legislações educacionais

2.3.1 Lei 4024/61

Desde a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública, em 1930, o Estado brasileiro se propôs a promover reformas no ensino. A partir do Estado Novo, Gustavo Capanema, estão Ministro da Educação, promoveu diversos decretos-lei que se tornaram Leis Orgânicas do Ensino (QUEIROZ; MOITA, 2007).

As leis instituídas no Brasil, na maioria das vezes, seguiram as ideologias das elites dominantes, e com as legislações educacionais brasileiras não foi diferente, tanto que a partir dos anos de 1940 era cada vez mais acirrado esse debate que se estendeu ao início da elaboração da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em 1948. Dessa forma: “Em 1948, Clemente Mariani apresentou o anteprojeto da Lei de Diretrizes e Bases (LDB). Este projeto foi exaustivamente debatido por longos 13 anos e deu origem à Lei 4024, promulgada em 1961” (QUEIROZ; MOITA, 2007, p. 8).

Na época das discussões acerca da Lei nº 4024/61, o Brasil passava por um acirrado debate de dois modelos econômicos: O agroexportador e o urbano-

industrial. Isso repercutiu na educação, pois, acirrou-se também um debate entre os defensores da escola pública e os adeptos das redes particulares vinculados à Igreja, que buscavam manter-se no sistema educativo (SAVIANI, 2017).

Nesse cenário, é necessário destacar que a Lei nº 4024/61 apesar dos ânimos acirrados, trouxe importantes avanços. Vejamos:

> A Lei n º 4024/61 regulava a concessão de bolsas, a aplicação de recursos no desenvolvimento do sistema público bem como a iniciativa privada através de subvenções financeiras. Também previa a cooperação entre União, Estados e Municípios. E assim tem sido ao logo da história da educação. Os governos mudam, e a educação vai sofrendo influências políticas, sociais, econômicas, culturais. Mas os interesses atendidos só são os das elites dominantes (QUEIROZ; MOITA, 2007 p.8).

A Lei nº 4024/61 tem 120 artigos distribuídos em treze (títulos), a saber: Dos Fins da Educação; Do Direito à Educação; Da Liberdade do Ensino; Da Administração do Ensino; Dos Sistemas de Ensino; Da Educação de Grau Primário; Da Educação de Grau Médio; Da Orientação Educativa e da Inspeção; Da Educação de Grau Superior; Da Educação de Excepcionais; Da Assistência Social Escolar; Dos Recursos para a Educação; Disposições Gerais e Transitórias (BRASIL, 2021e).

Em relação às questões étnico-raciais, a Lei nº 4024/61 praticamente não tem um título ou um capítulo que tratam sobre essa questão, salvo o Título I - Dos Fins da Educação que na letra g, do artigo 1º descreve: "a condenação a qualquer tratamento desigual por motivo de convicção filosófica, política ou religiosa, bem como a quaisquer preconceitos de classe ou de raça" (BRASIL, 2021e, n.p).

O Art. 9º da referida lei, estabeleceu as funções da Câmara de Educação Básica e da Câmara de Educação Superior, o parágrafo 1º enumera as atribuições da Câmara de Educação Básica, a saber:

> a) examinar os problemas da educação infantil, do ensino fundamental, da educação especial e do ensino médio e tecnológico e oferecer sugestões para sua solução;
> b) analisar e emitir parecer sobre os resultados dos processos de avaliação dos diferentes níveis e modalidades mencionados na alínea anterior;
> c) deliberar sobre as diretrizes curriculares propostas pelo Ministério da Educação e do Desporto;
> d) colaborar na preparação do Plano Nacional de Educação e acompanhar sua execução, no âmbito de sua atuação;
> e) assessorar o Ministro de Estado da Educação e do Desporto em todos os assuntos relativos à educação básica;
> f) manter intercâmbio com os sistemas de ensino dos Estados e do Distrito Federal, acompanhando a execução dos respectivos Planos de Educação;
> g) analisar as questões relativas à aplicação da legislação referente à educação básica (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2021, p. 3).

A letra a do Artigo 9º esclarece a incumbência principal da Lei 4024/61 em diagnosticar os problemas da Educação Básica e resolvê-los (BRASIL, 2021e). Nesse sentido, observamos que a questão do ensino na maioria das vezes esteve no cenário político de todo e qualquer governo. Embora, o discurso seja de preocupação com o ensino brasileiro, é preciso estabelecer concisamente a quem pertence o direito à educação, pois está pautado em dois trabalhos: o trabalho do educador de ensinar e o trabalho do estudante de aprender (CARA, 2019).

2.3.2 Lei nº 5540/68

Alicerçada nos ideais da Ditadura Militar instalada no Brasil em 1964, o texto da Lei nº 5540/68 foi revestido de um caráter autoritário e desmobilizador. Assim, isso ficou conhecida como a Reforma Universitária de 1968 (ANTUNES; SILVA; BANDEIRA, 2020; QUEIROZ; MOITA, 2007).

O principal objetivo dessa Lei era desmobilizar a ação estudantil que ficava impossibilita de construir grupos reivindicatórios (SAVIANI, 1987). Portanto, o Art.16, parágrafo 4º, enfatizava a manutenção da ordem e da disciplina consequentemente impulsos doutrinários do regime militar, dentre os principais afetados estão as Universidades, que sentem diretamente os efeitos ditatoriais em seus espaços devido a uma série de atos institucionais baixados pelo governo (QUEIROZ, MOITA, 2007).

Do exposto:

> O processo de federalização das instituições de ensino superior e as constantes críticas à política universitária, bem como o desenvolvimento do movimento estudantil ocasionou a reforma de 1968 com base nas Leis de 5.540 e 55.398, que possibilitaram mudanças baseadas na repressão política e ideológica do corpo discente e do corpo docente. Essa reforma aliada com os atos institucionais baixados pelo governo militar e a constituição de 1967 abriram espaço para uma grande transformação do ensino superior, modificando a sua estrutura administrativa e política (ANTUNES; SILVA; BANDEIRA, 2020, p.3).

Em síntese, a política educacional instituída precisou adaptar o sistema educacional às estruturas do poder edificado, instalando uma tripla função: a reprodução da força de trabalho, a conservação das relações de classes e a eliminação do senso político (QUEIROZ; MOITA, 2007).

2.3.3 Lei nº 5692/71

Em plena consolidação do regime militar é aprovada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação ou Lei nº 5.692/71. Essa Lei foi sancionada por Emílio Garrastazu Médici, na época presidente do Brasil e o seu Ministro da Educação, Jarbas Passarinho.

Conforme o momento político que o país enfrentava, onde a ideologia Brasil-Potência era divulgada, sentiu-se a necessidade de criar uma lei educacional que mantivesse o status quo fortalecendo a imagem de país desenvolvimentista. É instituído no âmbito educacional o ensino tecnicista (QUEIROZ; MOITA,2007).

A educação tecnicista se encaixava nas ideias de racionalismo, objetivando a organização e a eficiência essas ideias implantaram uma concepção de educação voltada para o modelo empresarial característico do sistema capitalista (SAVIANI, 2013). Esse modelo se efetuava na escola da seguinte forma:

> Esse modelo se configurava na preparação de mão-de-obra qualificada para atuar no mercado de trabalho, em que segundo Aranha (1996) o conteúdo a ser transmitido correspondia a informações objetivas, o método utilizado para a transmissão dos conhecimentos era baseado na divisão de tarefas entre os diversos técnicos de ensino, estes também responsáveis pelo planejamento racional do trabalho educacional e a tarefa do professor se resumia em um mero executor do que foi planejado para a sala de aula (SILVA; ROCHA, S/D, p. 4).

Dentre os parâmetros estabelecidos na época, é necessário destacar que a Lei nº 5.692/71 introduz o ensino do 1º grau em oito anos e o ensino de 2º grau em três anos, que inicialmente era obrigatoriamente profissionalizante, voltando a ter os antigos ensinos clássico e científico por meio da Lei 7.044/82, que passa a ser denominado de Educação Geral.

Destacamos que a Lei 5692/71, como forma de manter a sua ideologia disfarçadamente de um sentimento patriótico, foi introduzida no currículo escolar das escolas de 1º e 2º graus a Disciplina Educação Moral e Cívica. O artigo 7 descreve:

> Será obrigatória a inclusão de **Educação Moral e Cívica**, Educação Física, Educação Artística e Programas de Saúde nos currículos plenos dos estabelecimentos de lº e 2º graus, observado quanto à primeira o disposto no Decreto-Lei n. 369, de 12 de setembro de 1969 (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2021, p.3, grifo nosso).

A inclusão dessas disciplinas, sobretudo Educação Moral e Cívica, vinha atender os interesses do governo militar, visto que visava uma despolitização, assim como visava uma formação de mão de obra alienada, apenas para atender uma demanda de um ideário de país em desenvolvimento (SILVA; ROCHA, S/D).

Durante essas reformulações no ensino, desde que se instalou a Ditadura Militar no Brasil, eis que surge o MEC-USAID, um acordo entre o governo brasileiro através do Ministério da Educação (MEC) e a *United States Agency for International Development* (USAID), que objetivava reformular todos os níveis de ensino brasileiros adotando o modelo norte-americano (SILVA; ROCHA, S/D).

O acordo MEC-USAID concentrou acepções essenciais, posteriormente informou os caminhos que deveriam ser seguidos pelos responsáveis pela formulação da política educacional para o ensino superior: a racionalização do ensino, o apego prioritário ao ensino técnico, o desprezo pelas Ciências Sociais e Humanas, inspiração no modelo empresarial e o estabelecimento de um vínculo estreito entre formação acadêmica e produção industrial (QUEIROZ; MOITA, 2007).

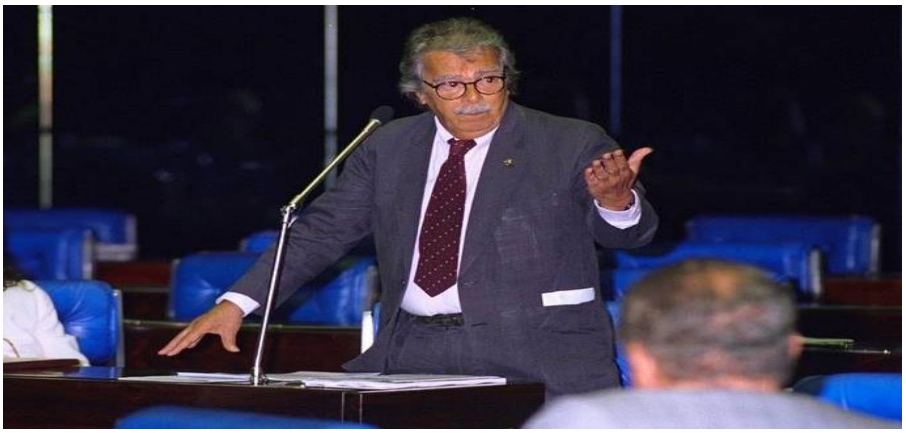
2.3.4 Lei nº 9394/96

Após a promulgação da Constituição Federal de 1988, surge a necessidade de discutir os rumos da educação no Brasil. Por oito anos a nova Lei de Diretrizes da Educação (LDB) fora debatida e modificada no Congresso Nacional. Dentre todas essas modificações, o substitutivo do então Senador da República, Darcy Ribeiro[8] fora o mais importante, tanto que ela foi batizada com o seu nome, tornando-se conhecida como a Lei Darcy Ribeiro, pois sintetizava todo o legado desse educador que sempre fez da educação sua bandeira de luta e de vida (GOMES, 2010).

[8][...] Darcy não era um só, eram vários. Como singularidade é pobre, constituía uma pluralidade de seres em apenas um. Por isso, certa vez, num discurso, comparou-se a uma cobra com várias peles. Ao longo da vida vestiu várias delas, algumas ao mesmo tempo: foi pelo menos educador, antropólogo, indigenista, escritor de ficção e político. Por dentro dessas peles, ele era singular: apaixonado por tudo que escrevia e fazia, sonhador, orador que sacudia corações e mentes, idealista que não ficava só nos ideais, construtor de sonhos na prática. Quando falamos o seu nome, podemos nos lembrar do edificador de Centros Integrados de Educação Popular (Cieps) no Rio de Janeiro, do criador de universidades (a última das quais, a Universidade Estadual do Norte Fluminense) e do exilado que viveu longo tempo fora do Brasil (GOMES, 2010, p. 11).

Segue abaixo uma imagem dessa importante personalidade em seu último discurso no plenário do Congresso Federal em 05 de dezembro de 1996, dois meses antes da sua morte em 17 de fevereiro de 1997, vejamos:

Figura 14 – Último discurso de Darcy Ribeiro no Senado Federal



Fonte: Partido Democrático Trabalhista – PDT (2017)

A Lei Darcy Ribeiro[9] é a segunda Lei de Diretrizes e Bases da Educação no país, debatida e sancionada na década da educação (anos 1990), revolucionou o ensino no Brasil, como alguns exemplos, promoveu a descentralização e autonomia das escolas e universidades, permitiu a criação de um processo regular de avaliação do ensino brasileiro. São muitos os avanços no ensino básico e superior (QUEIROZ; MOITA, 2007).

O primeiro avanço da Lei nº 9394/96 foi a garantia do acesso à educação das crianças de 0 a 6 anos, antes o Estado só garantia oito anos no Ensino Fundamental como primeira etapa da escolarização. Sobre isso, o Art. 29, alterado pela Lei 12.796 [10]de 2013, descreve:

[9] Sancionada em 20 de dezembro de 1996, sem vetos, pelo então Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, a Lei de Diretrizes da Educação Nacional tornou-se a Lei Darcy Ribeiro. Darcy não mediu esforços para transformar seus projetos em leis, mas nenhum foi tão magnânimo como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Ao tomar como base, a Constituição Federal de 1988, que estabeleceu novas determinações para a educação, Darcy, Senador da República, na pele de educador, fez dessa pauta seu principal objetivo na legislatura (GOMES, 2010).

[10]Sancionada em 04 de março de 2013, pela então Presidenta do Brasil, Dilma Rousseff, a Lei nº 12. 796 alterou alguns artigos da Lei nº 9.394, dentre esses o Art. 29, estabelecendo a faixa etária de 0 a 5 anos de crianças para o acesso à Educação Infantil (BRASIL, 2013)

> A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade (BRASIL, 2021a, p.15).

O segundo consiste na universalização do ensino fundamental que na lei anterior era ofertado somente aos alunos de 7 a 14 anos, na nova Lei nº 9394/96 passa atender a todos sem limite de idade, além da garantia, conforme o inciso V[11], do Art. 53 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) do acesso à escola pública, gratuita próxima da residência do aluno (BRASIL, 1990).

Outro avanço foi o aumento da carga horária, na Lei nº 5696/71 era garantido 180 dias letivos e 720h s, a nova lei alterou isso, são 200 dias letivos e 800h (BRASIL, 2021). O ensino médio passou por uma grande reviravolta, pois a concepção que se tinha era de um ensino destinado aos desvalidos da sorte, habilitação profissional obrigatória, formando mão-de-obra e preparando para a produção (BRASIL, 1996). A nova LDB trouxe uma concepção ampla na formação do indivíduo desconstruindo a ideia tecnicista e resgatando a identidade perdida (CARNEIRO, 2015).

Vejamos o que o Art.35 descreve:

> I - a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos;II - a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;III - o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;IV - a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina (BRASIL, 2021a, p. 20).

Segundo Carneiro (2015), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) é ao mesmo tempo um GPS e uma bússola da educação escolar. Por isso os anos subsequentes serão de intensa mudança na própria lei, grupos buscarão que suas vozes sejam ouvidas, como por exemplo, o Movimento Negro que exigirá seu direito com a discussão, debate e sanção da Lei nº 10.639/2003.

[11]Inciso alterado pela Lei 13. 845 de 2019, que acrescentou o direito aos alunos estarem matriculados na mesma escola que seus irmãos que frequentem a mesma etapa ou ciclo da educação básica (BRASIL, 2019).

2.3.5 Lei Nº 10.639/03

No dia 09 de janeiro de 2003 foi sancionada pelo então Presidente da República Federativa do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, a Lei nº10.639. Ela é um resultado de intensas lutas promovido pelos atores políticos, dentre estes o Movimento Negro, que buscou um novo entendimento do dia 13 de maio, o qual se preocupou em denunciar os livros didáticos que enalteciam a imagem da Princesa Isabel como A Redentora difundindo uma narrativa de que os negros deveriam ser gratos por todas as gerações à monarquia, devido a sua assinatura. O Movimento Negro o interpreta politicamente como Dia Nacional de Luta contra o Racismo (GOMES, 2017).

A Lei nº 10.639 alterou a LDB em dois artigos: o 26, tornando-o 26-A, que obriga o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira em todos os estabelecimentos de ensino, público e privado, do país. Vejamos os parágrafos 1º e 2º:

> § 1º O conteúdo programático a que se refere o **caput** deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.
> § 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras (BRASIL, 2021a, p.1).

Assim, o Art.79 fora acrescido o 79-B que instituiu no calendário escolar o 20 de novembro como Dia Nacional da Consciência Negra (BRASIL, 2021). “Esta é mais uma conquista do processo de reeducação e de construção de saberes realizado pelo Movimento Negro” (GOMES, 2017, p.109).

Eis uma imagem da assinatura da Lei 10.639 pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva:

Figura 15 – Assinatura da Lei 10.639 em 09 de janeiro de 2003

Fonte: Canjeré (2018)

2.3.4.1 Resolução Nº 01/04

A Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004 instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (BRASIL, 2004).

O Conselho Nacional de Educação (CNE) foi o responsável por traçar os caminhos dessa Resolução e sua efetivação nas escolas, uma vez que a Lei nº 10.639 regulamentou, mas não apontou os caminhos pedagógicos. Dessa forma, surgiu a necessidade de documentos legais que fizesse isso.

O Artigo 2º da Resolução apresenta seguintes princípios, as orientações, os fundamentos e a meta das Diretrizes Curriculares:

> As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africanas constituem-se de orientações, princípios e fundamentos para o planejamento, execução e avaliação da Educação, e têm por meta, promover a educação de cidadãos atuantes e conscientes no seio da sociedade multicultural e pluriétnica do Brasil, buscando relações étnico-sociais positivas, rumo à construção de nação democrática (BRASIL, 2004a, p.1).

O referido documento é constituído por nove artigos que dialogam com o Parecer CNE/CP 03/2004 (BRASIL, 2004a), assim como amplia a própria Lei nº 10.639 que transcende os muros escolares, pois diminui o abismo do desconhecimento entre Brasil e África (GOMES, 2017).

2.3.4.2 Parecer Nº 03/04

Sob a relatoria de Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva, foi aprovado no dia 1º de março de 2004 o Parecer CNE/CP Nº003. O principal objetivo dele foi regulamentar as alterações trazidas à Lei 9394/96 pela Lei 10.639/03 (BRASIL, e estabelecer a quem se destinava. Eis:

> Destina-se, o parecer, aos administradores dos sistemas de ensino, de mantenedoras de estabelecimentos de ensino, aos estabelecimentos de ensino, seus professores e a todos implicados na elaboração, execução, avaliação de programas de interesse educacional, de planos institucionais, pedagógicos e de ensino. Destina-se, também, às famílias dos estudantes, a eles próprios e a todos os cidadãos comprometidos com a educação dos brasileiros, para nele buscarem orientações, quando pretenderem dialogar com os sistemas de ensino, escolas e educadores, no que diz respeito às relações étnico-raciais, ao reconhecimento e valorização da história e cultura dos afro-brasileiros, à diversidade da nação brasileira, ao igual direito à

> educação de qualidade, isto é, não apenas direito ao estudo, mas também à formação para a cidadania responsável pela construção de uma sociedade justa e democrática (BRASIL, 2004b, p.2).

O Parecer nº 03/04, também abriu espaço para as discussões de políticas de reparação voltadas para a educação de negros, permanência e sucesso escolar, ou seja, garantia de direitos a uma população historicamente rechaçada pelo Estado. Assim, traz à tona toda a responsabilidade do governo brasileiro com a população afro-brasileira. Em tempo, temos:

> Cabe ao Estado promover e incentivar políticas de reparações, no que cumpre ao disposto na Constituição Federal, Art. 205, que assinala o dever do Estado de garantir indistintamente, por meio da educação, iguais direitos para o pleno desenvolvimento de todos e de cada um, enquanto pessoa, cidadão ou profissional. Sem a intervenção do Estado, os postos à margem, entre eles os afro-brasileiros, dificilmente, e as estatísticas o mostram sem deixar dúvidas, romperão o sistema meritocrático que agrava desigualdades e gera injustiça, ao reger-se por critérios de exclusão, fundados em preconceitos e manutenção de privilégios para os sempre privilegiados (BRASIL, 2004b, p.3)

Conforme o exposto, é latente e evidente o sentimento de ressarcimento, tanto por parte do Estado, quanto por parte da sociedade que têm uma dívida histórica com os descendentes de africanos negros devido a todos os danos causados pelo regime escravista, danos estes que se dividem em: psicológicos, materiais, sociais, políticos e educacionais (BRASIL, 2004b).

2.3.4.1.3 Plano de Implementação da Lei Nº 10.639/03

O Plano de implementação da Lei nº 10.639/03 é um documento influenciado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), desenvolvido por um Grupo de Trabalho Interministerial instituído pela Portaria Interministerial MEC/MJ/SEPPIR[12] nº 605 de 20 de maio de 2008 (BRASIL, 2008a). Tinha como objetivo geral o seguinte:

[12]Os Ministros de Estado da Educação (Fernando Haddad), da Justiça (Tarso Genro) e da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República (Edson Santos de Sousa), no uso de suas atribuições constitucionais e legais, consideraram em 2008 a necessidade de um Plano Nacional de Implementação e Acompanhamento da Lei 9.394/96, alterada nos seus artigos 26 A e 79 B pela Lei nº 10.639/03, no qual instituíram um Grupo de Trabalho, através dessa Portaria, a traçar os caminhos e mecanismos para a efetivação da Lei (BRASIL, 2008b).

> Promover a valorização e o reconhecimento da diversidade étnico-racial na educação brasileira a partir do enfrentamento estratégico de culturas e práticas discriminatórias e racistas institucionalizadas presentes no cotidiano das escolas e nos sistemas de ensino que excluem e penalizam crianças, jovens e adultos negros e comprometem a garantia do direito à educação de qualidade de todos e todas (BRASIL, 2008b, p.11).

Os objetivos específicos se dividiam entre a promoção da institucionalização da Lei nº 10.639 no âmbito de todo o Ministério da Educação e nas gestões educacionais de municípios, estados e o Distrito Federal, além de fortalecer o papel do MEC e de acelerar o ritmo de implementação da LDB alterada pela 10.639/2003 em todo o território nacional, nas redes públicas e privadas de forma a cumprir o previsto na Resolução nº 1/2004 (BRASIL, 2008b).

Acrescentamos que o Plano Nacional de Educação (PNE) não foi aprovado em 2012 como previa o Plano de Implementação da Lei nº 10.639/2003, mas em 25 de junho de 2014 através da Lei nº 13.005. A vigência dele irá até 2024, conforme está previsto no PNE, que por sua vez está estabelecido pelas Diretrizes Curriculares para a Educação Escolar Quilombola (BRASIL, 2014).

O Plano de Implementação da Lei nº 10.639/03 se justificava por considerar a magnitude, a abrangência e a complexidade do desafio de promover a igualdade racial nas creches e escolas de todo país (BRASIL, 2008b).

3 EDUCAÇÃO QUILOMBOLA NO BRASIL

3.1 Quilombos rurais

Conforme Price (2012), na memória popular o exemplo de quilombo mais conhecido é o de Palmares. A proporção dele corresponde a antítese de tudo o que a escravidão representava.

Segundo Vainfas (2012, p.70):

> Palmares foi, com efeito, a maior rebelião e a manifestação mais emblemática, como é sabido, dos quilombos coloniais. Resistiu por cerca de cem anos às expedições repressivas, promoveu assaltos aos engenhos e povoações coloniais e estimulou fugas em massa de escravos na capitania. Palmares provocou tanta inquietação entre colonos, padres e funcionários del rei que a própria Monarquia portuguesa, submetida a inúmeras pressões, tentou em diversos momentos negociar com os rebeldes, a exemplo do que os governos coloniais fizeram ou fariam em outras partes da Afro-América. Os agentes do colonialismo português por várias vezes não souberam mesmo o que fazer, apavorados com o cotidiano da rebelião palmarina, frustrados com as sucessivas derrotas que os calhambolas [sic] impunham a seus terços. Acabariam por isso mesmo, prisioneiros de muitos dilemas e hesitações.

Assunção (2012) descreve que o Maranhão pode ser considerado uma sociedade escravista tardia, apesar da introdução de alguns escravos africanos desde o século XVII, somente no final do XVIII que o Estado apresentou traços de uma escravidão agrícola plenamente desenvolvida. Ainda, Assunção (2012) explica o motivo da existência de quilombos rurais no Maranhão em locais de matas tão fechada, o que difere do restante do Nordeste, isto se dá devido a posição geográfica do estado que em quase todo o seu território é abundante de matas com muitos rios e riachos, consequentemente os quilombos se estabeleceram nas cabeceiras de rios, nos locais mais afastados das florestas, zonas não ocupadas pelas grandes lavouras. Todavia, esse fenômeno tão peculiar abriu espaço para outro debate: tipos de quilombos no Maranhão.

O primeiro tipo são as fugas de escravos para as imediações das fazendas. Podemos encontrá-los nas grandes fazendas de escravos, como nos municípios de Alcântara, Viana, Vitória do Mearim, Itapecuru-Mirim e Rosário.

O segundo tipo de quilombo, são aqueles grupos mais afastados das imediações das fazendas. Estes localizavam-se nas grandes matas das áreas de fronteiras (ASSUNÇÃO 2012).

O terceiro e último tipo de quilombo, é aquele que combina agricultura de subsistência com garimpo. Um exemplo dele é o Quilombo do Turiaçu (ASSUNÇÃO 2012).

Segundo Pereira (2007, p,15), no Maranhão contemporâneo existem mais ou menos 640 comunidades negras rurais. Assim:

> São comunidades que se encontram localizadas nos vales dos rios Itapecuru, Mearim, Pindaré, Turi, Munim, Parnaiba e na Baixada Ocidental e Oriental, ou seja, a área norte do Maranhão onde a agricultura mercantil de base escravista existiu até ao século.

Eis uma imagem do Quilombo Jamari dos Pretos no município de Turiaçu:

Figura 16 - Quilombo Jamari dos Pretos

Fonte: Facebook (2019)

Segundo dados da Secretaria de Igualdade Racial, o Maranhão, hoje, possui 713[13] comunidades remanescentes de quilombos reconhecidas, dentre essas, 518 já receberam seus certificados emitido pela Fundação Palmares (MARANHÃO, 2021). Isto nos reporta para o século XIX, mais precisamente a década de 1840, o

[13] Até o ano de 2019, o Maranhão registrava 713 comunidades remanescente de quilombos reconhecidas, desse número 518 já estão certificadas e as 195 restantes aguardam suas certificações através do órgão responsável em certifica-las: A Fundação Palmares. (MARANHÃO, 2021).

período de instabilidade política nas províncias devido ao período regencial no Brasil. No Maranhão eclodiu a maior guerra civil, a Balaiada.[14] Os escravos na grande maioria das vezes não estiveram isentos das influências revolucionárias do seu tempo, por isso temos como maior representante nessa insurreição popular Cosme Bento das Chagas, o Negro Cosme, que conseguiu reunir mais de 3.000 quilombolas nessa guerra (ASSUNÇÃO, 2012).

Abaixo mostramos a imagem da maior liderança quilombola no Maranhão no século XIX, o Negro Cosme:

Figura 17 – Negro Cosme

Fonte: O Imparcial (2020)

Pereira (2007) considera que a história dos quilombos no Maranhão está intimamente ligada com o sentimento de luta dos quilombolas e pela identidade quilombola. Neste sentido, ainda que a escravidão fosse presente no Estado, na maioria das vezes os negros se organizava para lutar contra a opressão de seus algozes. Se hoje temos 713 comunidades quilombolas reconhecidas pelo governo estadual, muito se deu pela luta desde os séculos passados, mais precisamente o

[14] Foi a maior guerra civil ocorrida no Maranhão, entre 1838 e 1841, foi devido tanto à luta entre liberais e conservadores como à crescente revolta da população de cor contra as arbitrariedades da elite (ASSUNÇÃO, 2012).

XIX, com o exemplo da Balaiada, a qual ficou evidente que os negros não ficavam passivos à sua condição social.

3.2 Quilombos urbanos

Conforme Batista (2019), os estudos sobre quilombos se deve a três grandes intelectuais negros, conhecidos como teóricos dos quilombos: Clóvis Moura, que criou o termo quilombagem para ressaltar as atividades de resistências, rebeldia e protesto dos escravizados, tendo como núcleo central o quilombo; Maria Beatriz Nascimento, que traz à tona a ressignificação do termo quilombo ao longo dos tempos passados até os dias atuais, no qual se tornou um projeto de nação dos excluídos que versa pelo território e pertencimento objetivando a existência); e Abdias do Nascimento, que propõe um Estado Nacional Quilombola antirracista, livre, justo e soberano, ou seja, o quilombo é um legado que devemos continuar.

A partir desses estudos, podemos entender as pesquisas que hoje provam a existência de quilombos urbanos em todo o território nacional. Acrescentamos que discussão sobre os quilombos urbanos não é recente, pois isso nasce desde a vinda da Família Real para o Brasil. Naquela época surgiram os esconderijos urbanos principalmente nas cidades portuárias como Rio de Janeiro, Recife, Salvador e Pelotas, considerados como dormitórios de escravos fugidos (CASTRO, 2009).

Nesse contexto, surgiu o *frenes*i nos centros urbanos, concentração de negros que se dividiam entre os escravos que perambulavam pelas ruas carregando sacas dos navios para os cais e os escravizados de ganho que trabalhavam como marceneiros, sapateiros, prostitutas, quitandeiras e carregadores. No fim do dia, eles levavam o dinheiro arrecadado para seus senhores. No início do século XIX a massa era constituída de libertos e fugitivos das fazendas (CASTRO, 2009).

Conforme Barbosa (2010), essas aglomerações ficavam afastadas das cidades, pois os dormitórios se estabeleceram nos altos dos morros se tornando território de negros. Dessa forma:

> Os quilombos urbanos do passado tiveram grande importância na vida do trabalhador negro nas cidades. Esses trabalhadores se acomodavam muitas vezes em cortiços na periferia ou em casa de amigos e parentes, para exercer durante o dia suas funções nos mercados ou nos portos ou em qualquer atividade remunerada (BRASIL, 2013, p. 430).

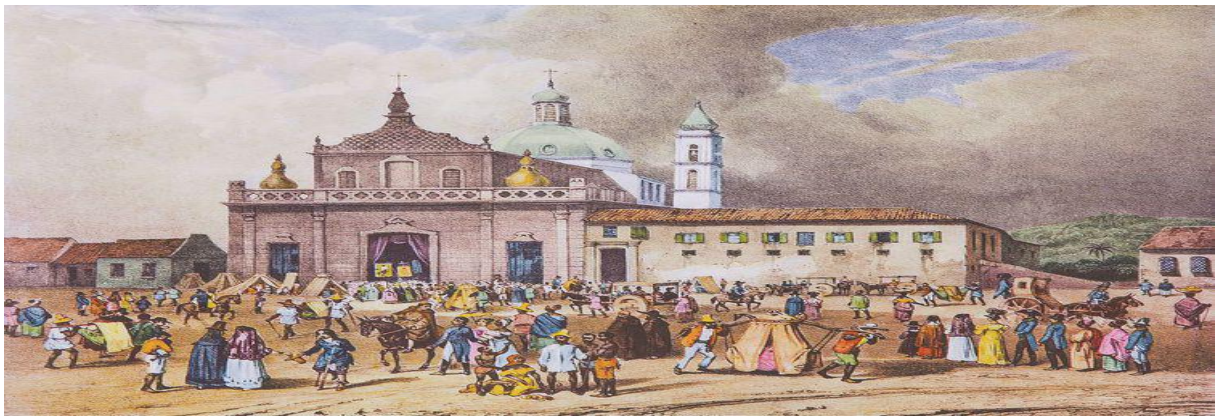
Segundo o Documento Curricular do Território Maranhense - DCTM o reconhecimento de quilombos no Brasil é recente, vejamos:

> O reconhecimento dos quilombos no Brasil deu-se na segunda metade do século XX, pois antes desse período era como se essa população não existisse no país, sendo confinada a um breve período depois da abolição da escravatura. O não reconhecimento e a evidente permanência dos quilombos até os dias atuais denota a grande resistência histórica desses povos no sentido da luta pela preservação de seus direitos, sua identidade cultural e posse de suas terras (MARANHÃO, 2019, p 43).

Conforme o Diretrizes Curriculares para a Educação Escolar Quilombola, desde o século XIX os quilombos urbanos começaram a se estabelecer nas cidades, os chamados dormitórios de negros ora se organizavam dentro das cidades, no frenesi delas, ora fora delas, nos altos dos morros. Eles constituíram aglomerados de negros transformando-se em comunidades clandestinas, um reduto de resistência na luta abolicionista. Ainda com o fim da escravidão em 1988, os quilombos urbanos não desapareceram da paisagem das cidades (BRASIL, 2020b).

Os centros urbanos do Brasil escravista na grande maioria das vezes eram retratados pelos artistas. Vejamos uma imagem que representa essa época:

Figura 18 – O Brasil do século 19 – Pintura de Johann Moritz Rugendas



Fonte: Vermelho (2020)

O processo de reconhecimento de quilombos urbanos é muito complexo, isto muito se dá pela localização, há uns que nascem em regiões urbanas e outros que crescem absorvendo as cidades, se urbanizando (BRASIL, 2020b).

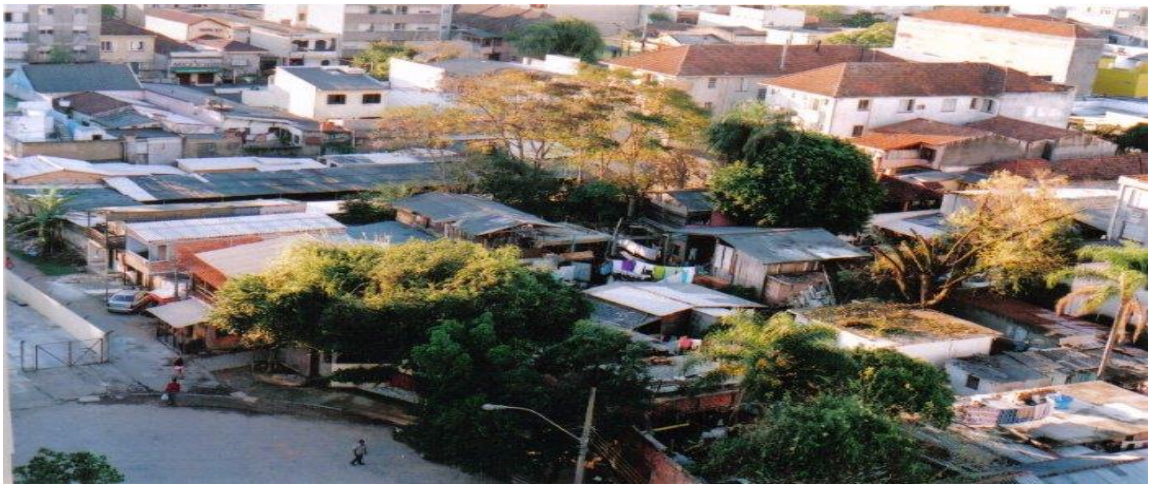
Oficialmente o reconhecimento de quilombos urbanos no Brasil se deu a partir da primeira década dos anos 2000. Na cidade de Porto Alegre no Rio Grande do Sul, no ano de 2009 houve o reconhecimento do primeiro quilombo urbano no país,

o Quilombo Urbano da Família Silva, localizado entre as avenidas Nilo Peçanha e Carlos Gomes, antes do reconhecimento o bairro era conhecido como Chácara das Três Figueiras, originalmente era de chácaras ocupadas por negros alforriados que construíram suas casas com pouquíssima infraestrutura, mas mantinham vivo toda a sua herança africana, principalmente seu culto à sua religião (REINHOLZ, 2019).

Atualmente, em todo o Rio Grande do Sul, 19 comunidades quilombolas já tiveram seu reconhecimento publicado no Diário Oficial da União, dentre essas, quatro estão tituladas: Família Silva (Porto Alegre), Chácaras das Rosas (Canoas), Casca (Mostarda) e Rincão dos Martimianos (Restinga Seca) (SCHUCH, 2015).

Vejamos uma imagem da quarta comunidade quilombola da Capital gaúcha a ser reconhecida como um quilombo urbano: O Quilombo Família Félix.

Figura 19 – Vista Panorâmica do Quilombo Família Félix na Cidade de Porto Alegre - RS



Fonte: Schuch (2015)

O Quilombo Família Félix era conhecido como a área da antiga Ilhota, entre os bairros Azenha e Cidade Baixa, em Porto Alegre, essa região é um reduto de ocupação negra, um dos moradores mais ilustres foi o músico Lupicínio Rodrigues[15] (SCHUCH, 2015).

3.3 As Diretrizes Curriculares para a Educação Escolar Quilombola

[15] Lupicínio Rodrigues (1914-1974) foi um importante compositor e cantor brasileiro, autor de grandes sucessos como: Acaso você chegasse, Nervos de Aço e Vingança (FRAZÃO, 2020).

Em 5 de junho de 2012, sob a relatoria de Nilma Lino Gomes, foi aprovada as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola (BRASIL, 2020b). Isto se deu a partir da promulgação da Lei nº 10.639/2003 que garantiu a inserção da história e cultura quilombola no currículo das escolas de todo país. Esse marco legal considera e assegura que as comunidades quilombolas fazem parte da história e da composição da sociedade brasileira (BRASIL, 2021b).

Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola descrevem o seguinte:

> Assim, a Educação Escolar Quilombola foi pensada para os povos negros, a partir de elementos de suas identidades, raízes ancestrais, recuperando e valorizando saberes tradicionais, e sua implementação é acompanhada por consulta prévia do poder público às comunidades, suas organizações e lideranças, considerando os aspectos normativos institucionais e burocráticos que sustentam as políticas públicas (BRASIL, 2021b p.3).

O Conselho Nacional de Educação (CNE), através da Resolução de nº 8 de 20 de novembro de 2012, promoveu audiências públicas com representantes das entidades quilombolas e governamentais, pesquisadores e entidades da sociedade civil no qual estabeleceu a modalidade de Educação Quilombola nas Diretrizes Curriculares da Educação Básica (BRASIL, 2020b).

O Parecer CNE/CEB nº 8, aprovou no dia 10 de dezembro de 2020 as Diretrizes Nacionais Operacionais para a garantia da Qualidade das Escolas Quilombolas (DNOQEQ), um documento que toma como base as metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação (2014-2020) que em seis anos de vigência poderia ter avançado mais nos resultados, como por exemplo, a criação da categoria escola quilombola a ser regulamentada por todos os conselhos de Educação de Estados e Municípios em que existam quilombos, assim como a categoria específica de professor quilombola com respectiva carreira de cargos e salários (BRASIL, 2021c).

O referido documento, também descreve sobre a construção e equipamentos de escolas com estrutura arquitetônica, ambientes e materiais didáticos próprios, tudo endossado pelo Projeto Pedagógico que poderá ser construído com a participação das comunidades nas decisões, sistematizado pelo uso de recursos financeiros próprios (BRASIL, 2021c).

Nesse cenário de intensas lutas e debates, o qual culminou na aprovação das Diretrizes Curriculares para a Educação Escolar Quilombola e efetivação dela,

concordamos que a postura do docente, as culturas profissionais se diversificaram, conforme Arroyo (2020, p.11) descreve:

> Essa diversidade de lutas postas na sociedade em tantas fronteiras e territórios por direitos, por ações afirmativas terminam afetando e reconfigurando a cultura e as identidades docentes. Novos e diversos perfis de docência enriquecem e diversificam os currículos de formação. Para formar essa diversidade profissional foram criados cursos de Pedagogia da Terra, Formação de Professores de Campo, Indígenas, Quilombolas, de Implementação das Leis 10.639/03 e 11.645/08. O perfil do profissional e a docência ficaram mais ricos, uma vez que se tornaram mais ricos.

Os Artigos 34 ao 38 das Diretrizes Curriculares para a Educação Escolar Quilombola apresentam a forma como o currículo dessa modalidade deve está organizado. Corroborando com ideias de Arroyo (2020) o currículo é uma arena política e um território em disputa. Assim, descrevemos os princípios que permeiam o Art. 35 das referidas Diretrizes:

> I -garantir ao educando o direito a conhecer o conceito, a história dos quilombos no Brasil, o protagonismo do movimento quilombola e do movimento negro, assim como o seu histórico de lutas;
> II -implementar a Educação das Relações Étnico-Raciais e o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, nos termos da Lei nº9.394/96, na redação dada pela Lei nº10.639/2003, e da Resolução CNE/CP nº 1/2004;
> III - reconhecer a história e a cultura afro-brasileira como elementos estruturantes do processo civilizatório nacional, considerando as mudanças, as recriações e as ressignificações históricas e socioculturais que estruturam as concepções de vida dos afro-brasileiros na diáspora africana;
> IV - promover o fortalecimento da identidade étnico-racial, da história e cultura afro-brasileira e africana ressignificada, recriada e reterritorializada nos territórios quilombolas;
> V -garantir as discussões sobre a identidade, a cultura e a linguagem, como importantes eixos norteadores do currículo;
> VI - considerar a liberdade religiosa como princípio jurídico, pedagógico e político atuando de forma a:
> a) superar preconceitos em relação às práticas religiosas e culturais das comunidades quilombolas, quer sejam elas religiões de matriz africana ou não;
> b) proibir toda e qualquer prática de proselitismo religioso nas escolas.
> VII - respeitar a diversidade sexual, superando práticas homofóbicas, lesbofóbicas, transfóbicas, machistas e sexistas nas escolas (BRASIL, 2021b, p.13-14).

Nesse sentido, compreendemos que o currículo deve se organizar com constante diálogo entre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e Diretrizes Curriculares para a Educação Escolar Quilombola.

Conforme Cavalleiro (2001), ainda continuamos lutando por uma democracia substantiva. Nessa perspectiva Silva (2001, p.65) nos alerta acerca de dois aspectos, vejamos:

> A Educação é uma das áreas em que figura o maior número de experiências concretas e de produção teórica no escopo de trabalhos implementados pelos Movimentos Negros contemporâneo. Desde os primeiros anos da década de 1980, dois aspectos vêm sendo abordados com ênfase: o livro didático e o currículo escolar.

Cavalleiro (2001); Silva (2001), Arroyo (2020) nos convida a repolitizar as disputas no território dos currículos. Em consonância a tudo isso, se materializa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais que fora instituída pela Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004. Esse documento toma como objetivo o seguinte:

> O sucesso das políticas públicas de Estado, institucionais e pedagógicas, visando a reparações, reconhecimento e valorização da identidade, da cultura e da história dos negros brasileiros dependente necessariamente de condições físicas, materiais, intelectuais e afetivas favoráveis para o ensino e para a aprendizagens; em outras palavras, todos os alunos negros e não negros, bem como seus professores, precisam sentir-se valorizados e apoiados. Depende também, de maneira decisiva, da reeducação das relações entre negros e brancos, o que aqui estamos designando como relações étnico-raciais. Depende, ainda, de trabalho conjunto, de articulação entre processos educativos escolares, políticas públicas, movimentos sociais, visto que as mudanças éticas, culturais, pedagógicas e políticas nas relações étnico-raciais não se limitam à escola (BRASIL, p. 500, 2013).

Diante do exposto, nos chama atenção a formação dos professores para atuarem na Educação Escolar Quilombola que tem um sentido de urgência. Pois, essa necessidade de garantir formação a esses docentes e de consolidar a Educação Escolar Quilombola como modalidade da Educação Básica tem impelido a realização de políticas afirmativas que corrijam as desigualdades educacionais que historicamente incidem sobre essa parcela da população (BRASIL, 2020b).

4 MANIFESTAÇÕES CULTURAIS NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO RACIAIS

Ao nos debruçarmos para conceituar cada categoria que fundamenta Cultura, Educação e Relações Étnico Raciais, percebemos que todas estão interligadas nas relações humanas, sujeitas à dinâmica conjuntural. Isto nos permite identificar as divergências entre idealistas (metafísica) e materialistas dialéticos. O primeiro não admite mudanças, movimentos, nada se modifica e se transforma, o segundo faz o contrário, nada é pronto e acabado, para eles “é um conjunto de processos em desenvolvimento, onde tudo o que está aparentemente estável está, na verdade, se transformando o tempo todo” (MIRHAN, 2020, p. 62).

A partir dessas ideias, podemos observar os diferentes conceitos de cultura. Vejamos:

Para Santos (2006, p.7)

> Cultura é uma preocupação contemporânea, bem viva nos tempos atuais. É uma preocupação em entender os muitos caminhos que conduziram os grupos humanos às suas relações presentes e suas perspectivas de futuro. O desenvolvimento da humanidade está marcado por contatos e conflitos entre modos diferentes de organizar a vida social, de se apropriar dos recursos naturais e transformá-los, de conceber a realidade e expressá-la. A história registra com abundância as transformações por que passam as culturas, seja movidas por suas forças internas, seja em consequência desses contatos e conflitos, mais frequentemente por ambos os motivos. Por isso, ao discutirmos sobre cultura temos sempre em mente a humanidade em toda a sua riqueza e multiplicidade de formas de existência. São complexas as realidades dos agrupamentos humanos e as características que os unem e diferenciam, e a cultura as expressa

Com base nisso, entendemos a abrangência do termo no qual engloba mecanismos multifacetados para atender a uma demanda intensa, pois os conflitos fazem parte da vida social, assim, cada realidade cultural tem sua lógica interna, a qual devemos conhecer para que façam sentido suas práticas, costumes, concepções e as transformações pelas quais estas passam (SANTOS, 2006).

As transformações sofridas por cada realidade cultural devem ser vistas como um processo cultural e evolutivo, pois, trata-se de uma construção constante de uma identidade, pousada nas memórias e experiências que, por certo, não serão as mesmas (ANGELINE et al. N/D, p. 5).

Nessa perspectiva, categorias discursivas como Manifestações Culturais, Memória, Pertencimento e Cidadania dialogam entre si com o objetivo de educar

gerações acerca da importância da origem dos povos e do quanto essa origem está alicerçada nas bases humanas. Vejamos cada uma:

4.1 Manifestações Culturais

Etimologicamente a palavra manifestação vem do Latim *manifestus*, que significa compreensível, claro, aparente, evidente. Ainda a palavra é "formada por *manus* que significa mão, mais *festus*, que significa agarrado, apanhado" (DEISI, 2012, p.1).

Num conceito mais amplo, temos uma locução adjetiva substantivada, pois inseriu o termo cultura transformando-se numa categoria discursiva carregada de sentido e significado.

Ribeiro (1995), destaca a cultura universal dos brasileiros como tendo diferenciações apenas nas subculturas, características de cada região do país. Dessa forma:

> (...) os brasileiros se sabem, se sentem e se comportam como uma só gente, pertencente a uma mesma etnia. Vale dizer, uma entidade nacional distinta de quantas haja, que fala uma mesma língua, só diferenciada por sotaques regionais, menos remarcados que os dialetos de Portugal. Participando de um corpo de tradições comuns mais significativo para todos que cada uma das variantes subculturais que diferenciaram os habitantes de uma região, os membros de uma classe ou descendentes de uma das matrizes formativas. Mais que uma simples etnia, porém, o Brasil é uma etnia nacional, um povo-nação, assentado num território próprio e enquadrado dentro de um mesmo Estado para nele viver seu destino (RIBEIRO, 1995, p. 21-22).

As matrizes defendidas por Ribeiro (1995), que também estão presentes na Constituição Federal de 1988, são o indígena, o negro e o branco europeu que se miscigenaram, transformando-se num só povo que ele caracterizou como mestiço[16]. Por isso o Estado assume um importante papel: guardião da nossa cultura.

Segundo a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 215, inciso 1º, afirma que: “O Estado protegerá as manifestações culturais populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório

[16] A Historiografia Brasileira influenciada pela Biologia, na maioria das vezes, apontou o temo mestiço como o cruzamento de branco com negro. Para antropólogos como Darcy Ribeiro e Gylberto Freire, o termo mestiço toma outra dimensão, faz parte do processo de miscigenação do povo brasileiro (RIBEIRO, 1995; FREYRE, 2013).

nacional" (BRASIL, 2021a, p.140). O artigo 216 da referida lei além de conceituar o patrimônio cultural amplia o conceito para as diferentes formas do fazer humano, vejamos:

> **I – as formas de expressão**; **II - os modos de criar, fazer e viver**; **III – as criações artísticas**, **cientificas e tecnológicas**; IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados ás manifestações artístico-culturais; V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (BRASIL, 2021a, p. 141, grifo nosso).

Destacamos os três primeiros princípios por incidirem diretamente na nossa pesquisa uma vez que envolve as manifestações culturais e o patrimônio imaterial.

Acrescentamos que até 1988, o que prevalecia era o Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, que através do seu Artigo 1º limitava o conceito de patrimônio imaterial. Vejamos:

> Constituem o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse [sic] público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico (BRASIL, 2021a, p.1).

Conforme Dimenstein (2016), três fatos políticos e culturais foram decisivos para a criação do conceito de patrimônio cultural no Brasil: A Semana de Arte Moderna, em 1922, a implantação do Estado Novo e a criação, em 1937, do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), atualmente Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

4.1.1 Patrimônio Material

O Decreto-Lei nº 25 de 1937, sancionado pelo então Presidente da República, Getúlio Vargas, estabeleceu no capítulo V, artigo 25, os representantes da sociedade civil que dialogavam com o Estado acerca do patrimônio. Assim:

> O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional procurará entendimentos com as autoridades eclesiásticas, instituições científicas, históricas ou artísticas e pessôas [sic] naturais o jurídico, com o objetivo de obter a cooperação das mesmas em benefício do patrimônio histórico e artístico nacional (BRASIL, 2021a, p.4).

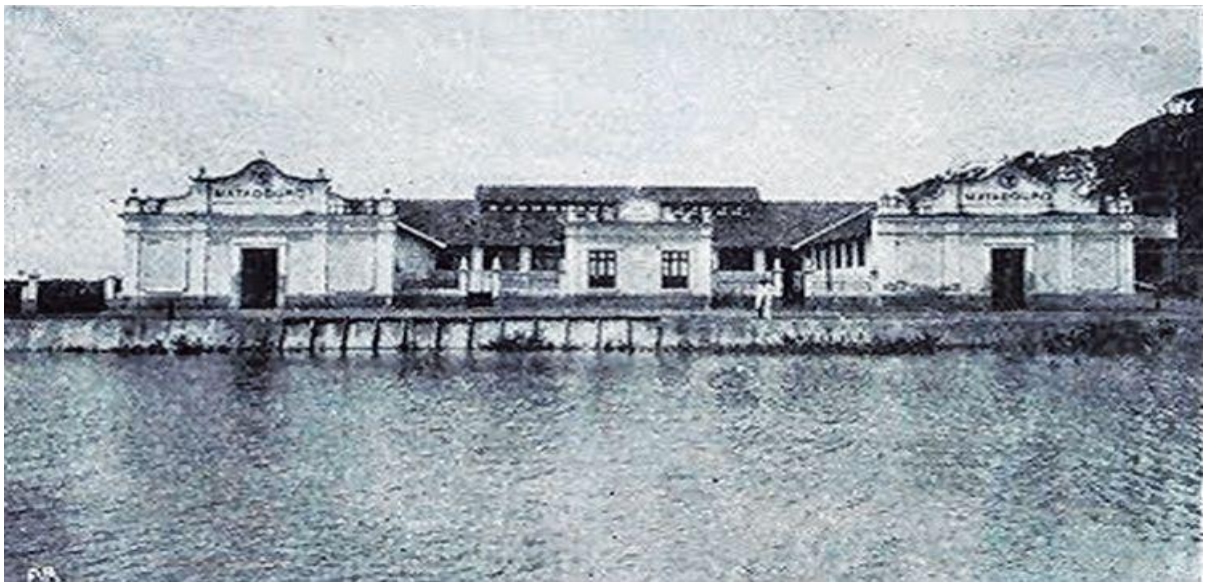
Neste documento a principal função do SPHAN é organizar o processo de tombamento de obras, sítios arqueológicos, monumentos, paisagens. O Serviço de

Patrimônio Histórico e Artístico Nacional se preocupava em cuidar dos bens tombados de natureza material. O órgão em questão, não despolitiza o debate e muito menos culpa a população, ao contrário, esclarece que nos anos de 1930, vivíamos a efervescência de uma franca expansão urbana-industrial, modernização e implantação de novas infraestruturas, como consequência a destruição do patrimônio. Contudo, “a novidade da legislação que estava sendo criada no país: a ideia de uma herança coletiva, objeto de tutela do Estado que não implicava em desapropriação e, para a qual, adotava-se um novo instrumento, o tombamento” (SCIFONI, 2017, p.7).

O processo de tombamento instalado a partir dos anos 1930, se expandiu por todo o Brasil. No Maranhão o ápice se deu na própria Capital que se dividiu entre cidade velha (Centro Histórico) e cidade nova (Ponte São) Francisco (DIAS, 2009).

Como já descrito anteriormente a origem do bairro Liberdade está ligada a construção do Matadouro. Vejamos uma imagem desse patrimônio material.

Figura 20 – Antigo Matadouro do Bairro da Liberdade



Fonte: O Estado do Maranhão (2018)

4.1.2 Patrimônio Imaterial

Conforme a Emenda Constitucional nº 48 de 10 de agosto de 2005, eis os princípios que norteiam a proteção aos bens culturais:

> **I defesa e valorização do patrimônio cultural brasileiro**; II produção, promoção e difusão de bens culturais; III formação de pessoal qualificado para a gestão da cultura em suas múltiplas dimensões; IV - democratização do acesso aos bens de cultura; **V - valorização da diversidade étnica e regional** (BRASIL, 2022a, p.1, grifo nosso).

Destacamos os princípios I e V por viabilizar uma educação patrimonial, pois são princípios que exigem que a escola tome uma posição acerca de democratizar as culturas, de trabalhar e valorizar a diversidade. Por isso o conceito de patrimônio imaterial fora ampliado, correspondendo:

> Os bens culturais de natureza imaterial dizem respeito àquelas práticas e domínios da vida social que se manifestam em saberes, ofícios e modos de fazer; celebrações; formas de expressão cênicas, plásticas, musicais ou lúdicas; e nos lugares (como mercados, feiras e santuários que abrigam práticas culturais coletivas) (BRASIL, 2022b, p.1).

Segundo o Documento, o Patrimônio Cultural Imaterial, a educação patrimonial é transmitida de geração a geração, constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, sua história, sua interação com a natureza, gerando um sentimento de continuidade e identidade, contribuindo para promover o respeito à diversidade cultural e a criatividade humana (BRASIL, 2022c, N/P).

Como exemplo de patrimônio cultural imaterial destacamos o Tambor de Crioula, conforme o conceito de Costa (2015, p.77):

> O Tambor de Crioula é uma manifestação folclórica da cultura popular maranhense realizada em forma Circular, em devoção a São Benedito (santo negro, franciscano, protetor dos negros e das brincadeiras), possuindo três tambores por nomes meião, tambor grande, e crivador. É conduzida por toadas (cantos) emanadas pelos mestres e brincantes que são acompanhados pela percussão e ritmo dos tambores em consonância com a dança das coureiras (mulheres) e, em alguns casos, coureiros (homens), como por exemplo, na Puga dos Homens

Eis uma imagem dessa importante manifestação cultural maranhense:

Figura 21- Tambor de Crioula

Fonte:

Fonte: Milani (2007)

Em 2007, o Tambor de Crioula foi reconhecido oficialmente pelo IPHAN como patrimônio cultural imaterial, a solenidade de entrega de registros aos representantes de 80 grupos da capital maranhense de Tambor de Crioula aconteceu na Casa das Minas[17], estiveram na solenidade as seguintes personalidades que na época ocupavam cargos políticos: Gilberto Gil (Ministro da Cultura); Luiz Fernando de Almeida (Presidente do IPHAN); Jackson Lago (Governador do Maranhão) e Tadeu Palácio (Prefeito de São Luís) (MILANI,2022).

Conforme Freitas (2022, p. 44):

> O Tambor de Crioula traz em seu bojo elementos que remetem aos valores afro-maranhenses, tais como a oralidade que não se estabelece apenas do ponto de vista como a comunicação é falada, mas ao longo da história da intelectualidade humana, tendo tem-se aperfeiçoado e se tornado uma faculdade do conhecimento, os quais têm sido desde tempos imemoriais, treinado e significado como arte de passar conhecimento e histórias adiante.

O Tambor de Crioula tem uma representação de uma história de luta das condições aviltantes da população negra escravizada, pois convertia suas dores e crenças, em ideais de liberdade (FREITAS, 2022).

[17] Terreiro de religião africana mais antigo de São Luís (MA) que foi fundada no século XIX. Único da Mina-Jejê, exerceu grande influência sobre a casa de Minas de outras nações. A Casa sempre fora chefiada por mulheres respeitando a tradição matriarcal vinda da África, são as vodunsis, ou seja, as devotas que recebem as entidades, os voduns em transe. Desde 2002 a Casa das Minas foi tombada pelo IPHAN e passa por um processo de declínio devido à falta de vodunsis (mulheres) que mantenham a tradição (UFMA, 2015).

Neste sentido, conforme o Dossiê do IPHAN, muitas manifestações da população negra escravizada no Brasil tiveram oposições por parte das autoridades, que foram desde os senhores proprietários de terras até os governantes, que na maioria das vezes era homens brancos. Eis:

> Apesar da significativa participação dos africanos e seus descendentes na formação da sociedade maranhense – cerca de setenta por cento da população –, seus cantos, cultos, danças, festas e tradições orais em geral foram rechaçados, vistos como baderna, reprimidos e perseguidos por governos e polícias. Até mesmo depois da abolição da escravidão, as comemorações populares de matriz africana, submetidas aos preconceitos dos brancos, deviam ser autorizadas pela polícia para que tivessem lugar em São Luís. Isso acontecia com a festa do Divino, o bumba meu boi, o tambor de mina e, evidentemente, com o tambor de crioula. Citando um estudo de Ribeiro realizado no Arquivo Público do Estado do Maranhão,entre documentos da Secretaria de Polícia referentes ao período entre 1885 e 1930 (IPHAN, 2017, p.59).

Consideramos importante acrescentar que existem inúmeros grupos de tambor de crioula no Maranhão, sobre isso segundo o IPHAN (2007, p.1), descreve:

> Decreto número três mil quinhentos e cinquenta e um, de quatro de agosto de dois mil, consta à folha seis versa, o seguinte: Registro número 005. Bem cultural: Tambor de Crioula do Maranhão. Descrição: o Tambor de Crioula é uma manifestação afro-brasileira que ocorre na maioria dos municípios do Maranhão, envolvendo uma dança circular feminina, canto e percussão de tambores [...]. Esta descrição corresponde à síntese do conteúdo do processo administrativo nº 01450.005742/2007-71 e Anexos, no qual se encontra reunido um amplo conhecimento sobre esta Forma de Expressão, contido em documentos textuais, bibliográficos e audiovisuais. O presente Registro está de acordo com a decisão proferida na 53ª reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, realizada no dia dezoito de junho de dois mil e sete. Data do Registro: 20 de novembro de 2007. E por ser verdade, eu, Márcia Genesia de Sant'Anna, Diretora do Departamento do Patrimônio Imaterial do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, lavrei a presente certidão que vai por mim datada e assinada. Brasília, Distrito Federal, 20 de novembro de 2007.

Outra grande manifestação cultural e artística é o reggae, pois apesar de sua origem ser da Jamaica, foi no Maranhão que esse ritmo musical encontrou maior acolhida entre os maranhenses. "O Maranhão conserva muitas tradições folclóricas, como o Bumba-Meu-Boi e o Tambor-de-Crioula, mas não deixa de assimilar o moderno: São Luís é considerada a capital brasileira do reggae" (MILANI, 2007, p. 1).

Conforme Silva (2016), o reggae surge na zona rural de São Luís e se estende para a zona urbana. Em 30 de outubro de 2002, a Prefeitura Municipal de São Luís, através da Lei nº 4102, instituiu o dia municipal do regueiro, comemorado todo 5 de setembro (SÃO LUÍS, 2008).

Segundo Marcelino (2020, p.1), a aceitação do reggae pelas comunidades negras periféricas de São Luís está nas raízes africanas:

> A semelhança entre a Jamaica e o Maranhão está também nas origens africanas da população. Muito dos escravizados que chegaram ao porto de São Luís no século XVIII embarcaram na Costa da Mina, hoje Costa do Marfim. Na mesma época, desembarcaram em território jamaicano mais de 500 mil escravizados originários da Costa do Ouro, atual República do Gana.

A globalização promove a aproximação entre etnias pertencentes a um mesmo lugar, dessa forma estabelece um conceito universal de cultura. O cenário sociocultural muda conforme os processos de construção de identidades. Hoje, os estudos provam que as culturas são ressignificadas nas trocas com as expressões culturais tradicionais (SILVA, 2016).

O reggae quando iniciou em São Luís encontrou fortes barreiras para o seu desenvolvimento, similar as manifestações do tambor de crioula como descrevemos anteriormente. Dessa forma, segundo Freire (2012, p.71):

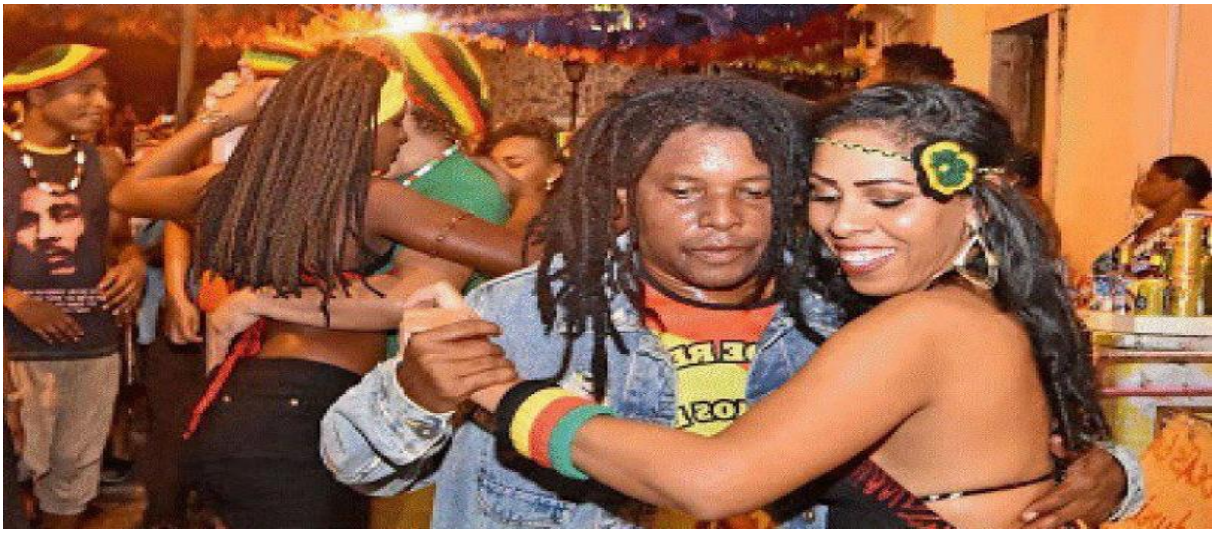
> Há muitos relatos de violência policial nos clubes, principalmente na década de 1980, quando as festas já atraiam centenas de pessoas. “A polícia não tinha pena não. Ia descendo o pau mesmo. Eles achavam que todo mundo era bandido, não tavam nem aí” [...] [... a criminalidade registrada nos bairros onde o reggae teve maior penetração desde as décadas de 1970/1980 aos apreciadores do ritmo, postos socialmente sob suspeita, pelo fato de residirem em áreas de periferia, por sua vez, como “lugar de negro”, de marginal”. Nesse caso, tanto a periferia quanto o negro que lá reside são alvos de discriminação.

No contexto educacional o reggae ainda carrega preconceitos e discriminações, pois consideramos que as manifestações culturais das populações africana, afro-brasileira e afro-maranhense, grande parte das vezes, recebem obstáculos para o seu desenvolvimento. Sobre essa situação, concordamos com Costa (2019, p. 90) quando descreve que:

> O reggae é um termo complexo e muitas vezes se torna confuso, quando tratamos desse tema no espaço escolar, pois é uma categoria de abordagem sociocultural, econômica, histórica, política e de identidade carregado de estereótipos e preconceitos. Nesse contexto, utilizamos o reggae com ênfase para as questões étnico-raciais, considerando-o como um elemento a ser abordado em sala de aula como parte da realidade dos (as) alunos(as) afro-maranhenses

A seguir uma imagem dessa cultura (reggae) ressignificada no Maranhão:

Figura 22 – Festas de reggae no Centro Histórico de São Luís



Fonte: Imirante (2021)

4.2 Memória

Conforme Le Goff (1990), a Idade Média venerava os velhos, sobretudo porque os consideravam homens-memórias, prestigiosos e úteis. Esse entendimento perpetuou por todo mundo ocidental, no qual elencou o papel da memória tanto no mundo social, quanto no mundo escolástico. Durante todo o período medieval a memória cristã fora muito difundida, aterrissou no período moderno desconstruindo e construindo sua essência. Assim, neste período histórico havia uma diferenciação entre memória oral e a memória escrita. Todavia, nos tempos modernos se tornou burocrática devido a formação dos Estados, sobretudo a partir da Revolução Francesa que a memória passou a assumir um caráter revolucionário.

Os desenvolvimentos contemporâneos da memória concentram-se nos processos da constituição da memória coletiva, historicamente são cinco períodos: "o da transmissão oral, o da transmissão escrita com tábuas ou índices, o das fichas simples, o da mecanografia e o da seriação eletrônica" (LEROI-GOURHAN apud LE GOFF, 1990, p.402).

A evolução da sociedade a partir da metade do século XX clarifica a importância do papel que a memória coletiva desempenha, pois, é ela que faz parte

das sociedades desenvolvidas ou em vias de desenvolvimento, das classes dominadas e das classes dominantes, lutando todas pelo poder ou pela vida, pela sobrevivência e pela promoção. Assim, Le Goff, (1990, p.410) amplia o conceito de memória:

> Mas a memória coletiva é não somente uma conquista, é também um instrumento e um objeto de poder. São as sociedades cuja memória social é sobretudo oral ou que estão em vias de constituir uma memória coletiva escrita que melhor permitem compreender esta luta pela dominação da recordação e da tradição, esta manifestação da memória.

Todavia, consideramos que o conceito de memória é manipulado e usado como instrumento e objeto de poder. Portanto, a memória dos excluídos, dos marginalizados e da minoria, é confinada ao silencio, transmitida de uma geração a outra oralmente, guardada em estrutura de comunicação informal e não através de publicações. Isto nos ajuda a compreender melhor a forma como a memória e fatos sociais foram conduzidos e relatados pela historiografia (ROCHA; ALVES; REIS, 2014).

Em sociedades com legado escravista, como é o caso do Brasil, o apagamento das histórias ancestrais tornou-se muito evidente, pois, havia a intencionalidade do opressor em apagar a história de um grupo social oprimido, na medida que foram escolhidas quais histórias seriam contadas. Nesse processo de apagamento, o primeiro a ser apagado é o nome, por vergonha ou por medo. Aos poucos, os sobrenomes europeus iam se incorporando aos nomes africanos até aniquilá-los de vez. Conforme Missiato (2021, p. 255), esse objetivo buscava um projeto ainda maior, vejamos:

> Com isso não se perdia apenas um nome e sobrenome, com eles iam embora também as heranças, as raízes da árvore da vida, as histórias acerca da instituição do nome, enfim, as memórias familiares e coletivas que eles abarcavam, bem como a possibilidade de reconhecimento como parte fundamental de alguma coisa superior a si mesmos. Perder o nome e sobrenome significava, desse modo, cortar o caule da árvore existencial, determinando às vidas rompidas, uma morte lenta, desnutrida e seca. Era o mesmo que retirar o Ser dos perímetros da humanidade, haja vista que sucumbindo sua cultura, suas histórias, suas crenças, seus processos afirmativos de tornar-se pessoa, o que restava era apenas um espectro fantasmagórico da pessoa que um dia foram.

Corroborando ainda das ideias de Missiato (2021), o extermínio das memórias de um povo é o próprio apagamento desse povo. No Brasil, a arte do apagamento das memórias é recorrente desde a colonização, pois essa prática foi imposta pelos grupos que tradicionalmente ocuparam ou ocupam posições de

privilégios. Todavia, esse apagamento é negado pela grande maioria da população negra intelectual e dos movimentos sociais negros.

Do exposto, selecionamos um fragmento de um poema da poetisa Conceição Evaristo que convida as pessoas resgatarem suas memórias. Eis:

> O mar vagueia onduloso sob os meus pensamentos
> A memória bravia lança o leme:
> Recordar é preciso.
> O movimento vaivém nas águas-lembranças
> dos meus marejados olhos transborda-me a vida,
> salgando-me o rosto e o gosto.
> Sou eternamente náufraga,
> mas os fundos oceanos não me amedrontam
> e nem me imobilizam.
> Uma paixão profunda é a boia que me emerge.
> Sei que o mistério subsiste além das águas (EVARISTO, 2008, p.9).

O poema de Conceição Evaristo não faz apenas um convite, mas cobra uma ação política: precisamos recuperar as memórias perdidas pelos apagamentos executados pela colonização. Não é uma tarefa fácil, a carga emocional é imensa, pois, além de revivermos uma dor, precisamos nos nutrir de coragem e força para implodir o sistema racista, que hoje, talvez mate mais do que antes. Assim: “Recuperar as memórias é o processo em que se permite vir à tona uma ferida nunca tratada, que sempre dói, que infecta a outros e tantas vezes sangra” (MISSIATO, 2021, p. 264).

Precisamos recuperar a memória para desconstruir essa visão limitada de que nossas memórias são apenas o samba, a culinária, o futebol e danças regionais/nacionais, pois devemos ir para além disto, como também deixar evidenciado que muitos desses legados de memórias foram desenvolvidos no continente americano a custo de muitas dores, genocídios e negações.

4.3 Pertencimento

Somos simpatizantes com um célebre pensamento de Rubem Alves quando diz: "Não haverá borboletas se a vida não passar por longas e silenciosas metamorfoses" (PENSADOR, S/D, p.1). Dessa forma, um pertencimento étnico-racial, grande parte das vezes, se constrói a partir dessas metamorfoses, o ser humano pertence a um casulo, assim como as borboletas pertencemos a um lugar. E quando estamos num processo de construção de um pertencimento étnico-racial temos que

negar cada estágio de desenvolvimento de pensamento para outro nível de pensamento, que esperamos ser de uma forma crítica e consciente.

. Segundo Moriconi (2014, p.14), o pertencimento é:

> quando uma pessoa se sente pertencente a um local ou comunidade, sente que faz parte daquilo e consequentemente se identifica com aquele local, assim vai querer o bem, vai cuidar, pois aquele ambiente faz parte da vida dela, é como se fosse uma continuação dela própria.

O pertencimento cria no indivíduo uma identidade, a partir daí uma necessidade de empenho coletivo em busca de emancipação política para obter uma sociedade mais justa e igualitária. Quando as pessoas são levadas a refletir acerca de suas vidas e do ambiente em que estão inseridas o pensamento torna-se mais crítico e reflexivo dentro de uma perspectiva emancipatória. Não à toa memória e pertencimento estão intimamente ligados, a parti do resgate da memória, o indivíduo se reconhece enquanto pertencente àquele grupo ou povo (SANTOS, 2002).

Ainda Santos (2002), a elite intelectual brasileira inventou um ser negro no Brasil, difundiu um percurso de ideias que naturalizaram a inferioridade dos negros. Isso perpassou para a atualidade, pois os estereótipos criados acerca do negro são os mais negativos possíveis, isto fez com que muitos negros não quisessem pertencer uns aos outros, a estereotipagem é um mecanismo racista que faz com que muitos negros não se reconheçam enquanto etnia.

Outro fator que tem impossibilitado o sentimento de pertencimento é a mestiçagem, a ideia de país mestiço por excelência, no qual a imagem do negro foi esvaziada dos conceitos de beleza estética, moral, material e cultural. Ser negro ainda significa ser inferior aos demais membros de nossa sociedade, ainda é ter menos escolaridade e emprego, menos acesso à cultura e aos status (SANTOS, 2002). Acrescentamos que a mestiçagem ou a ideologia da miscigenação brasileira vem de encontro com a perspectiva da ideologia da democracia racial brasileira, muito enaltecida por Gilberto Freyre e seus seguidores, que grande maioria dos estudos aponta a referida democracia como um racismo disfarçado para ocultar o grande fosso existente entre o grupo social branco, detentores de privilégios e os grupos sociais negros, indígenas e outros, detentores de marginalizações sociais. Neste sentido, a democracia racial brasileira é concebida como um mito da democracia racial brasileira, com foi assaz provado por Florestan Fernandes (FERNANDES, 1965; FREYRE, 2005)

4.4 Cidadania

Historicamente cidadania é um termo associado a vida em sociedade. Num conceito ocidental, uma vez que originalmente nos deparamos com esse termo a partir do desenvolvimento das polis gregas, o conceito de cidadão grego difere ao conceito que temos hoje até porque o sentido e significado do termo está condicionado a épocas distintas.

Do exposto, temos:

> A cidadania está intrinsecamente ligada ao desenvolvimento humano e suas relações sociais estão dentro do contexto do Estado, portanto, seu conceito não é determinado, sua compreensão varia no tempo e no espaço, modificando-se a depender do jogo de interesses de quem busca ser cidadão. Cada época produziu práticas e reflexões sobre cidadania muito distintas, pois é uma construção histórica específica da civilização ocidental. Nesse sentido, entendemos ser necessária uma historiografia para melhor compreensão do que vem a ser a luta constante de direitos que conduzam à cidadania plena (LIMA; JÚNIOR; BRZEZINSK, 2019, p. 2483).

A partir dessas ideias acerca do termo cidadania nos deparamos com os problemas estruturais no Brasil. A sociedade escravagista brasileira tratou o negro como mercadoria, durante três séculos o cidadão brasileiro era o branco europeu colonizador. O século XX, que foi marcado por duas grandes guerras e os reflexos delas no mundo, exigiu que o termo cidadania atingisse os desfavorecidos, as minorias. Nesse contexto, com os efeitos da globalização, o conceito contemporâneo de cidadania não é apenas o cidadão que vota, mas aquele que exerce esse direito de forma consciente e participativa. Hoje, cidadania é a condição que o indivíduo tem de desenvolver todas as suas potencialidades incluindo sua participação ativa, organizada e consciente da vida coletiva no Estado, é ter condição de acesso aos direitos sociais e econômicos (LIMA; JÚNIOR; BRZEZINSK, 2019).

O conceito tão abrangente de cidadania ainda não contempla a todos, haja vista que a população negra tem seus direitos sucumbidos pelo denso véu da colonização escravista (MISSIATTO, 2021).

Embora saibamos a importância da educação, o acesso a ela pela população negra ainda é muito restrito. Nesta direção:

> Surge, assim, a importância da educação, que através dos tempos adquiriu a responsabilidade de formar cidadãos conscientes de suas decisões, com o poder/dever de contribuir para os desígnios da sociedade. Educar para a cidadania é um dos temas mais abordados pelas instituições educacionais na atualidade, entretanto, se questiona que cidadãos estão se formando e se realmente as escolas possuem capacidade e autonomia para essa formação (LIMA; JÚNIOR; BRZEZINSK, 2019, p. 2482).

No campo educacional, a partir da homologação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), em dezembro de 2017, cidadania tornou-se uma competência no currículo. São as competências que ajudarão os alunos a se tornarem cidadãos aptos a seguir nos estudos, para atuar no mundo do trabalho e ainda pensar em soluções para demandas individuais e sociais de forma autônoma, crítica e ética (BRASIL, 2021a).

Segundo o Documento Curricular do Território Maranhense (DCTM), a Competência Responsabilidade e Cidadania busca uma ação pessoal e coletiva autônoma, responsável, flexível, resiliente e determinada para que o indivíduo saiba tomar decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários, tendo como resultado uma participação ativa na avaliação dos problemas atuais, levando em conta desafios como valores conflitantes e interesses individuais (MARANHÃO, 2019).

5 AS MANIFESTAÇÕES CULTURAIS DO QUILOMBO URBANO LIBERDADE

5.1 Caracterização histórica e geográfica do Bairro da Liberdade

O Bairro da Liberdade situa-se na porção leste da Ilha do Maranhão, na cidade de São Luís. Limita-se ao norte e a oeste com o Rio Anil, ao sul com o Bairro do Monte Castelo e a leste com o Bairro Camboa (DIAS, 2009).

A área que corresponde ao Bairro da Liberdade tem suas origens descritas de duas formas: a primeira é descrita pela historiografia maranhense, que creditou a fundação dele a um sítio chamado de Itamaracá de propriedade de Ana Joaquina Jansen Pereira, e a segunda é descrita pela história oral, relatos dos moradores antigos, no qual creditam ao Matadouro essa origem (ASSUNÇÃO, 2017).

Do exposto:

> A história do bairro Liberdade data da construção do Matadouro Modelo, com início em 1918. O matadouro era um local que reunia diversas funções, além do abate do gado bovino e suíno, também realizava o salgamento de couro de gado, o alojamento para abate, refrigeração da carne para venda, exame veterinário das carnes e vísceras, armazenamento de água para higienização dos compartimentos e descarte dos dejetos. Esse matadouro é citado pelos agentes sociais como uma referência de formação do bairro Liberdade (ASSUNÇÃO, 2017, p. 27).

Esse abatedouro de animais teve sua construção concluída em 1920. Em 1937 ele foi estatizado pelo prefeito Otacílio Saboya Ribeiro, como consequência iniciou-se o processo de ocupação dessa área culminando anos mais tarde num bairro (DIAS, 2009).

Ainda Dias (2009, p. 108) descreve:

> Em 1950 o Matadouro é oficialmente transformado em bairro. Esse avanço se dar na esteira no processo de redemocratização do país com a queda do Estado Novo. A partir daquele momento prevaleceu em todo o Brasil a política clientelista e populista muito comum no período desenvolvimentista que se estendeu até o golpe militar de 1964. Nesse contexto, diversos lotes do bairro Matadouro foram sendo entregues a populares

Em 1966, a partir da eleição de Epitácio Cafeteira o bairro abandonou a alcunha de Matadouro e passou a ser chamado de Liberdade, foi uma promessa de campanha que se concretizou com a vitória nas eleições. A maioria dos moradores é originário da baixada maranhense, pois essa migração ocorreu paralelamente aos

grandes empreendimentos no Maranhão, como por exemplo, os recursos provenientes da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM e Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, a construção das rodovias Belém-Brasília e a BR 316 que liga a região norte a Brasília e a Teresina (PEREIRA, 2007).

Segundo Dias (2009, p.109), são muitos os fatores que influenciaram a ocupação dessa área, com destaque para Centro de Lançamento de Alcântara:

> Além desses fatores, a construção do Centro de Lançamento de Alcântara – CLA, em 1980 – baixada maranhense- chegou a expropriar aproximadamente 10 mil pessoas, favoreceu também esse deslocamento rumo ao bairro da Liberdade. Além de alcantarense, encontramos neste bairro, moradores oriundos de municípios da baixada como: São Bento, Cururupu, Viana, Pinheiro, entre outros.

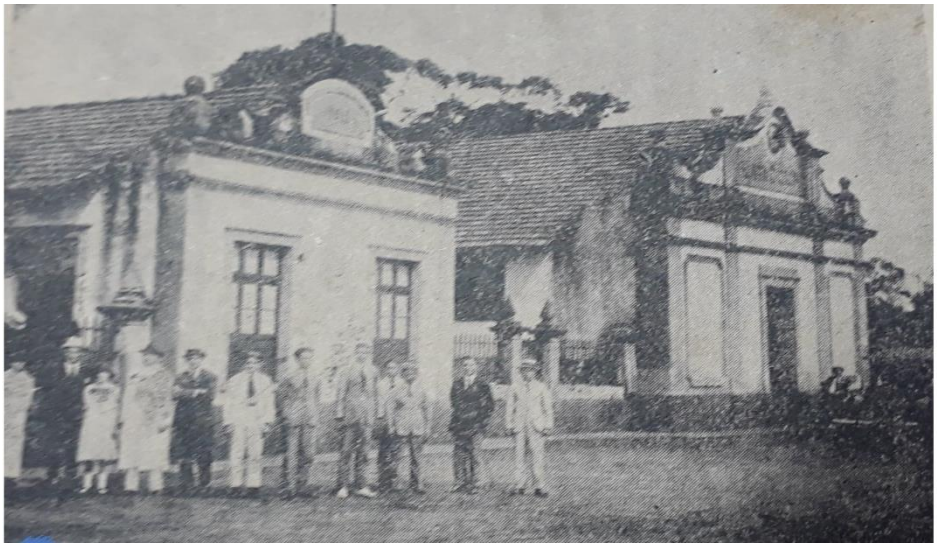
Na década de 1980, o programa habitacional do Governo Federal chamado de PROMORAR foi desenvolvido no bairro da Liberdade. Esse programa habitacional foi criado para erradicar as palafitas, os casebres, locais insalubres, os quais a maioria da população estava submetida. O PROMORAR iniciou-se no Rio de Janeiro no intuito de erradicar as favelas da Maré, se estendendo aos demais estados, principalmente Alagoas e Bahia. Depois estendeu-se para as palafitas do bairro da Liberdade, São Francisco e Alemanha da Capital Maranhense (PINHEIRO, 2013).

Em termos práticos o PROMORAR não erradicou as palafitas da Liberdade, deixando os moradores revoltados acentuando ainda mais os problemas de infraestrutura do bairro. A população marginalizada creditou ao programa uma esperança de melhoria estrutural, porém não foi o que ocorreu. No entanto, no início dos anos 2000 o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC[18]devolveu a esperança aos moradores de terem habitações salubres, pois as palafitas seriam transformadas em apartamentos (PINHEIRO, 2013).

Abaixo, uma imagem do Matadouro do Bairro da Liberdade em 1923, considerado um dos marcos iniciais de sua criação.

[18]O PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), lançado em janeiro de 2007, é um programa do Governo Federal Brasileiro que engloba um conjunto de políticas econômicas em diversos projetos desenvolvidos e executados em todas as regiões do país, planejado para os quatro anos consequentes. O PAC tem como principal objetivo acelerar o crescimento econômico do Brasil, estimulando o setor produtivo e ao mesmo tempo levando benefícios sociais, a partir de obras estruturadoras nas áreas de infraestrutura envolvendo saneamento, habitação, energia, transporte e recursos hídricos (FILHO, 2009).

Figura 23 - Frente do Matadoura da Liberdade em 1923



Fonte: Facebook (2021**)**

5.2 Quilombo Urbano Liberdade

Os bairros Liberdade, Camboa, Fé em Deus e Diamante constituem o primeiro quilombo urbano do Maranhão: O Território Liberdade Quilombola. Esses bairros estão situados na porção leste da cidade de São Luís, próximo ao Centro Histórico. As origens desses bairros têm como principal causa, a econômica, pois no final do século XIX, fora instalada em São Luís a primeira fábrica têxtil[19]. Isto fez com que atraíssem pessoas de todo estado, motivados pelo progresso econômico e por melhores condições de vida. As pessoas começaram a se instalar nos arredores da fábrica. Essas instalações eram precárias, feitas de pau a pique, cobertas de palhas, ou seja, eram casebres autoconstruídos pelos próprios moradores. Isso configurava os chamados bairros operários (ASSUNÇÃO, 2017).

Observando todo o processo de urbanização de São Luís, verificamos que o Território Liberdade Quilombola sofre influências de diversos fatores, como por exemplo, a Ponte José Sarney, a construção e a inauguração do terminal portuário da Ponta da Madeira.

[19] A Fábrica de Fiação e Tecidos Maranhense, ficou conhecida como Fábrica Camboa, por estar localizada no bairro do mesmo nome. Foi fundada em 1888 e se tornou a primeira grande fábrica têxtil da capital e a segunda do Maranhão. Após a sua primeira falência, foi comprada pelo industrial Cândido Ribeiro, passando a fábrica a ser administrada pela empresa Ribeiro, Enes& Companhia. Era a mais antiga do Maranhão. Operava com 300 teares e tinha a produção a mais de 1.800.000 metros anuais de tecido conhecido como riscado de algodão. Faliu em 1970. A área onde esta fábrica funcionava deu lugar às instalações da Rádio e TV Difusora (O IMPARCIAL, 2020, p.3).

Após todo esse percurso histórico na formação dos bairros Liberdade, Fé em Deus, Camboa e Diamante, observamos o contingente populacional que em sua maioria é formada por negros com raízes africanas bastante expressiva, demonstrada não só em suas tradições, mas no modo de vida e na sua cultura. A Liberdade e adjacências é a área mais negra da capital maranhense, haja vista que é muito forte o legado africano, o qual é demonstrado nas mais diversas manifestações culturais dentre elas: o Hip Hop que é um “movimento político e cultural das classes populares, gestado no universo plebeu da comunidade negra e periférica” (DIAS, 2009, p.209).

Ainda, sentimos a necessidade de destacar o imaginário coletivo que vê a Liberdade e adjacências como espaço de violência, marginalidade, desocupação, miséria e vadiagem. Os grandes jornais locais, principalmente a partir da década de 1990, se propuseram a vincular uma imagem negativa desses bairros, como episódios de truculência policial com a população negra (DIAS, 2009).

Essa imagem negativa propagada pela mídia, a repressão do Estado e a herança africana fazem da militância quilombola suas pautas, não apenas para exigir respeito, como também reconhecer essa área como um quilombo urbano, que possui uma riqueza cultural étnica e que precisa ser respeitado e reconhecido como um território de negros cidadãos maranhenses.

O Território Liberdade Quilombola foi reconhecido pela Fundação Palmares através da Portaria nº 192 no dia 13 de novembro de 2019, publicado no Diário oficial da União (BRASIL, 2019).

Abaixo a imagem de uma vista panorâmica do Primeiro Quilombo Urbano do Maranhão:

Figura 24 – Primeiro Quilombo Urbano do Maranhão – Território Liberdade Quilombola

Fonte: Raimundo Borges (2019)

5.3 Liberdade: um celeiro cultural

O bairro da Liberdade concentra uma riqueza cultural vasta e diversa. Percebemos esse celeiro cultural na forma em que se apresenta no próprio bairro. As manifestações culturais são distribuídas por áreas geográficas (principais avenidas do bairro). Vejamos a tabela abaixo:

Tabela 1 – Distribuição por áreas das principais manifestações culturais do bairro da Liberdade

MANIFESTAÇÃO CULTURAL	ENDEREÇO
Boi de Floresta, Tambor de Crioula da Nadir e Terreiro de Mina do Negão	Rua Tomé de Sousa
Boi de Leonardo e Tambor de Crioula da Regina	Rua Bernardo Guimarães
Quilombo do Alberto e Cacuriá da Regina	Rua Inglês de Sousa
Terreiro de Mina Pai Airton, Dança Afro e Festa do Divino	Rua Nossa Senhora das Graças
Tambor de Crioula do Nelsinho e Teatro Pai Haroldo	Rua Augusto Lima
Festa do Divino	Rua gregório de Matos
Dança Portuguesa	Rua do Poço
Boi de Basílio Durans	Conjunto Pró-Morar

Fonte: Pesquisa empírica (2022)

Essas áreas descritas na tabela acima são as mais evidenciadas no turismo local, inclusive algumas cenas da novela Travessia (2022), de autoria de Glória Péres, da Rede Globo de Televisão foram gravadas nessas áreas, pois o poder público, através da Secretaria Municipal de Cultura, direciona um cuidado mais aguerrido com essas áreas. Contudo, não podemos deixar de registrar que no bairro da Liberdade existe uma gama de manifestações culturais em outras áreas não menos importantes do que as descritas acima.

Conforme Dias (2009), o bairro da Liberdade passou a ser um conglomerado composto de pequenas comunidades como Brasília, Pró-Morar, Floresta, Rua da Vala, Vila Sésamo, Vila Maruim, Baixinha, Alto do Bode e etc. Essas comunidades possuem Código de Endereçamento Postal (CEP) próprio, em cada uma existe uma manifestação que marca profundamente a histórica cultural do bairro da Liberdade.

Nesse contexto, os Terreiros de Umbanda, festa do divino, boi de zabumba, blocos-afro, blocos carnavalescos, tambor de crioula, dança portuguesa e hip-hop são

exemplos da diversidade cultural em todo bairro da Liberdade. Também o reggae que segundo Dias (2009, p.110) faz parte da identidade coletiva dos moradores do bairro, vejamos:

> O reggae, também tem relevância destacada na construção dessa identidade coletiva. Muitos consideram a Liberdade como bairro que congrega a maior quantidade de adeptos do reggae no Maranhão e outros como o berço do reggae na capital maranhense.

Dentre os vários exemplos de patrimônio cultural imaterial no Quilombo Urbano Liberdade destacamos o Bumba meu boi, no qual Costa (2015, p.7) o conceitua:

> O Bumba meu boi é uma manifestação folclórica da cultura popular brasileira caracterizada como folguedo. No seu universo simbólico de representação, existem vários elementos mitológicos, religiosos e teatrais que permitem à brincadeira uma posição de destaque no imaginário popular nacional.

Portanto, consideramos importante destacar dois Bumba Boi Tradicionais do Quilombo Urbano Liberdade: Boi da Floresta e Boi de Leonardo.

5.3.1 Contexto histórico do Boi da Floresta

No dia 12 de março de 1972 foi fundado o Boi da Floresta por Apolônio Melônio. Ressaltamos que Apolônio Melônio foi fundador de outros bumba-boi tanto na capital quanto no interior do estado do Maranhão. Nas cidades interioranas destacamos os bumba-boi de Viana e Pindaré, em São Luís além do Boi da Floresta também é fundador do Boi de São Francisco e Saviana, infelizmente o Boi de Saviana, hoje não existe mais (PESQUISA EMPÍRICA, 2022).

O Boi da Floresta é um boi tradicional com sotaque da baixada[20]. A origem do sotaque se deve ao seu fundador, pois Apolônio Melônio nasceu na baixada maranhense[21], num povoado chamado Teles Câmara, município de São João Batista.

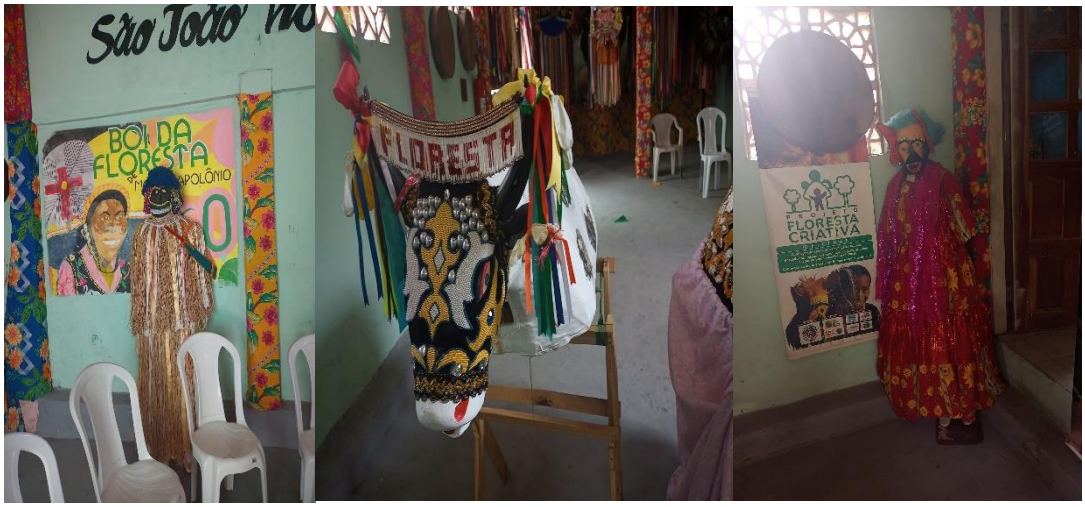
[20] "Tem o som mais leve e suave, com pandeiros e matracas. As roupas vêm com penas e bordados em base de veludo e chapéus de fitas. O Cazumba, bicho e homem são personagens característicos desse sotaque". (EBC, 2015, p.1)

[21] Região composta por 21 municípios e Alcântara. É caracterizada por uma complexa interface de ecossistemas além de possuir o maior conjunto de bacias lacustres do nordeste brasileiro (INSTITUTO BAIXADA, S/D).

Na baixada maranhense esse sotaque é predominante, com suas características próprias (PESQUISA EMPÍRICA, 2022).

Eis uma imagem da sede do Boi da Floresta:

Figura 25 – Sociedade Junina Turma de São João Batista



Fonte: Pesquisa empírica (2022)

Desde a sua fundação, o Boi da Floresta tem como missão resgatar pessoas que estão em situação de vulnerabilidade social. A presidenta atual do Boi, a senhora Nadir Cruz, enaltece e esclarece essa missão, vejamos:

> "Cheguei para viver na sede do Boi em 1978, tinha 13 anos e o Boi da Floresta, através do Mestre Apolônio, resgatou-me de uma vida de infortúnios. Eu estudei, cheguei na Universidade, sou Bacharel em Turismo, graças ao Boi. Minha vida foi totalmente transformada pelo Boi, essa missão eu dou continuidade assim como eu tive oportunidade outros também terão" (FALA DE NADIR CRUZ).

A Sociedade Junina Turma de São João Batista, Barracão do Bumba-meu-boi da Floresta, dar continuidade a essa missão através das seguintes oficinas: Confecção de Careta do personagem Cazumbá; Bordado com miçangas e canutilhos em peças de veludo usadas no Bumba-meu-boi tradicional; Confecção de indumentárias de Bumba-meu-boi tradicional. Essas oficinas têm como público alvo jovens e adolescentes na faixa etária de 13 a 22 anos (PESQUSA EMPÍRICA, 2022).

Nas oficinas os jovens e adolescentes aprendem acerca da sua herança cultural, o legado dos povos pretos, aprendem a participar de atividades políticas, exercer sua cidadania além de tomar consciência do legado africano. O Bumba-meu-boi da Floresta através de suas oficinas educa e resgata indivíduos que estão em situação de vulnerabilidade social (PESQUISA EMPÍRICA, 2022).

5.3.2 Contexto histórico do Boi de Leonardo

O Boi de Leonardo foi fundado em 1956. Essa fundação se deve a duas situações vividas pelo fundador do Boi, o senhor Leonardo Martins Santos. A primeira é a saída de Leonardo do Boi do Areal (Monte Castelo) no qual foi brincante por quase 6 anos. A segunda situação foi justamente o estopim para a fundação do Boi em 1956. Leonardo fora acometido por uma grave enfermidade e fez uma promessa para São João, caso fosse curado fundaria um Boi para homenagear todos os anos o santo de sua devoção, São João. Leonardo teve seu pedido atendido e por 40 anos ficou à frente do Boi, uma vez que veio a óbito na data de 24 de julho de 2004 (PESQUISA EMPÍRICA, 2022).

Leonardo nasceu no dia 6 de novembro de 1921, na cidade de Guimarães – MA. Aos 17 anos se mudou para São Luís em busca de melhores condições de vida, morando com um tio até quando adoeceu e retornou para a sua cidade natal, para sua recuperação. Leonardo tinha diversas habilidades, um exímio percussionista, um leitor nato, considerado por muitos como um autodidata. Para compor suas toadas, tinha como inspiração a literatura de cordel. Era um leitor assíduo e colecionador desse tipo de literatura (PESQUISA EMPÍRICA, 2022).

As rimas que compunha precisava dialogar com a métrica para dar uma melodia alinhada com o sotaque de zabumba. Leonardo sempre foi zabumbeiro, não à toa o sotaque do boi fundado por ele seja zabumba, vejamos como esse sotaque é caracterizado:

> O sotaque de zabumba, é marcado pela presença da percussão rústica e cadenciada. Usam roupas aveludadas, saias bordadas e chapéus com fitas. Teve sua origem na região de Guimarães e arredores (EBC, 2015, p.1).

A missão do Boi de Leonardo é a cura, através das plantas medicinais curar as pessoas das mais graves moléstias. Leonardo teve a expertise do saber fazer arte e beberagens, ambas curam as dores do ser humano, a primeira cura as dores da alma e a segunda as do corpo (PESQUISA EMPÍRICA, 2022).

Atualmente a Sociedade Junina Boi de Leonardo é presidida por uma mulher, uma das filhas de Leonardo, a senhora Regina Avelar. Ela tem mantido vivo o legado de Leonardo. Vejamos uma imagem da sede do Boi de Leonardo:

Figura 26 – Sociedade Junina Boi de Leonardo

Fonte: Pesquisa Empírica (2022)

Como podemos observar tanto o Boi de Leonardo quanto o Boi da Floresta hoje são presididos por mulheres, essa responsabilidade não era comum às mulheres, mas aos homens. Os trabalhos das mulheres eram condicionados ao artesanato, culinária, a dança, enfim a atividades que não exigia um espírito de liderança, mesmo porque o Bumba-Boi sempre foi um universo de homens, porém as mulheres estão adentrando esses espaços provando que também são competentes e capazes de manter vivo o legado e a missão do Boi, assim como transmitir às gerações a herança africana (PESQUISA EMPÍRICA, 2022)

Tanto Regina Avelar (Boi de Leonardo) quanto Nadir Cruz (Boi da Floresta) articulam junto a Secretaria Municipal de Cultura os eventos nos quais os Bumba-boi se apresentam, as visitas aos barracões, a prestação de contas, uma vez que são elas que também administram as finanças dos seus respectivos Bumba-boi. Também, elas cuidam dos seus Tambores de Crioula, cada uma tem o seu, visto que o Tambor de Crioula é uma manifestação cultural que não segue um ciclo de apresentações como o Bumba-Boi, pois pode se apresentar o ano todo, em diversas ocasiões, como por exemplo, nascimento, casamento, funeral, aprovação em concursos e vestibulares, promessas e etc. A responsabilidade dessas mulheres se torna ainda maior além de cuidar do que já cuidavam (Tambor de Crioula), administram um universo que sempre fora adentrado por homens _ o Bumba-boi (PESQUISA EMPÍRICA).

6 A UNIDADE DE EDUCAÇÃO BÁSICA NO CONTEXTO MANIFESTAÇÕES CULTURAIS AFRO-MARANHENSES

6.1 Histórico da Unidade de Educação Básica Ministro Mário Andreazza

A Unidade Integrada Ministro Mário Andreazza (assim chamada até o ano de 2005) foi construída em 1985 pelo Prefeito Mauro Fecury, bem no local onde funciona hoje o Mercado da Liberdade, com capacidade para receber 1350 alunos em seus três turnos. No mesmo ano de sua fundação, criaram a Feira da Liberdade no antigo prédio onde funcionou o Matadouro de São Luís.

A criação da Feira no Antigo Matadouro gerou insatisfação nos feirantes, estes sentiram-se prejudicados com a transferência deles para o Antigo Matadouro uma vez que tinham estabelecido suas barracas no local onde a escola Mário Andreazza fora construída. Os feirantes não aceitaram a transferência de suas barracas para um local distante de seus consumidores. A clientela começou a debandar para outras feiras de outros bairros da capital maranhense (UEB MINISTRO MÁRIO ANDREAZZA, 2020).

Em meio a tantos prejuízos, os feirantes tomaram uma decisão radical: ocuparam toda a extensão do muro que cercava a frente da escola com suas barracas de produtos variados e insatisfeitos quase todos os dias jogavam para dentro e para o telhado da escola restos de alimentos que sobravam da feira. Chegaram a atear fogo em arquivos e assaltaram móveis e utensílios da cozinha da escola. Diante de um cenário tão caótico, a Prefeitura de São Luís se viu obrigada em 1988 a transformar a feira da Liberdade (Antigo Matadouro) em escola, onde fora ocupada em 1989 por toda a comunidade escolar da Unidade Integrada Ministro Mário Andreazza (UEB MINISTRO MÁRIO ANDREAZZA, 2020).

Destacamos conforme o Projeto Político Pedagógico (PPP), os motivos da nomenclatura da escola, pois presta uma homenagem a Mario David Andreazza que nasceu em Caxias do Sul, 20 de agosto de 1918 e morreu em São Paulo, 19 de abril de 1988, foi um militar e político brasileiro. Foi ministro dos Transportes nos governos Costa e Silva e Médici, tendo sido responsável por obras como a Ponte Rio-Niterói e a Transamazônica, entre muitas outras. Destacou-se também pelo que ficou conhecido como Batalha dos Fretes, em que conseguiu situar a Marinha Mercante

brasileira no cenário antes dominado pelas potências marítimas internacionais (UEB MINISTRO MÁRIO ANDREAZZA, 2020).

Eis uma imagem dessa personalidade histórica:

Figura 27: Mário David Andreazza

Fonte: Folha de São Paulo (2023)

Assim como em diversas capitais do Brasil, é muito comum monumentos, avenidas ou repartiçoes públicas homenagearem personalidades que se destacaram principalmente durante o período da Ditadura Militar, conforme o PPP da UEB Mário Andreazza, o Ministro veio algumas vezes ao Maranhão para inaugurar obras faraônicas no período militar, assim visitou por diversas vezes São Luís, por isso seu nome homenageia diferentes patrimônios, como por exemplo, a Avenida Mário Andreazza que corta seis bairros na capital: Jardim Eldorado, Turu, Olho D'Água, Cohama e Cohajap. Segue a imagem abaixo:

Figura 28 - Avenida Mário Andreazza em São Luís

Fonte: Kamaleão (2018)

6.1.1 Caracterização da escola

Atualmente[22] a UEB Mário Andreazza está funcionando no prédio que antes pertencia ao Centro de Ensino Médio Estado do Pará[23], devido a pandemia da Covid-19 que manteve as escolas fechadas por dois anos no qual obrigou o ensino ser concebido de uma forma inédita, ou seja, remotamente (LIMA, 2020).

No processo de retorno às aulas presenciais, o prédio onde funcionava a escola está passando por uma série de reformas em suas instalações e não se sabe se após a conclusão dessas reformas a escola retornará ao antigo prédio ou permanecerá nas instalações onde funcionou o CEM Estado do Pará.

A escola Estado do Pará é considerada uma das escolas mais antigas do bairro da Liberdade, fundada ainda na década de 1960 e por todos esses anos passou por algumas reformas, como podemos observar nas imagens das placas abaixo:

Figura 29 – Inauguração da escola

Fonte: Pesquisa empírica (2022)

Figura 30 - Reforma em 1990

[22] Atualmente, estamos nos referindo ao ano de 2021

[23]A Unidade Integrada Estado do Pará devido o processo de municipalização das escolas públicas, não atende mais o ensino fundamental, somente o ensino médio. Num primeiro momento passou a ser chamada de Centro de Ensino Médio (CEM) Estado do Pará, hoje, devido mais uma etapa do Projeto PAC Rio Anil no qual o Governo do Estado do Maranhão construiu o Centro Educa Mais Luiz Alves Ferreira, e parte de suas instalações fora utilizada para a construção dessa nova escola, o CEM Estado do Pará se unificou ao Centro de Ensino Nerval Lebre, localizado na Camboa (MARANHÃO, 2021).

Fonte: Pesquisa empírica (2022)

Figura 31 – Reforma em 1992

Fonte: Pesquisa empírica (2022)

Figura 32 – Reforma em 2003

Fonte: Pesquisa empírica (2022)

Figura 33 – Reforma em 2018

Fonte: Pesquisa empírica (2022)

Conforme Dias (2009, p.110) essas escolas se destacam como um ponto de referência ou cartão postal do bairro, pois:

> No interior do bairro existem duas escolas da rede pública de ensino fundamental, uma mantida pelo governo municipal a Unidade Integrada Ministro Mário Andreazza e a outra pelo governo estadual a Unidade Integrada Estado do Pará. Diversos bares funcionam com bailes, principalmente de reggae como Cidinho Bar, Bar do Reizinho, NatyFreedom, etc. Festas com serestas é também muito comum neste bairro.

A UEB Ministro Mário Andreazza funciona nos períodos diurno e noturno atendendo todo Ensino Fundamental (Anos Iniciais e Anos Finais), distribuído da seguinte forma: Os Anos Iniciais funcionam no turno matutino e os Anos finais funcionam no turno vespertino. A modalidade EJA (Educação de Jovens e Adultos) funciona no turno noturno.

O número de matriculados aproxima-se de mil.[24] Estes vivem nas comunidades que compõe o conglomerado que constitui o Quilombo Urbano, como Brasília, Pró-Morar, Floresta, Rua da Vala, Vila Sésamo, Vila Maruim, Baixinha, Alto do Bode e etc. Todavia, há discentes provenientes dos bairros adjacentes como Camboa e Fé em Deus. A Liberdade é um bairro marcado pela riqueza cultural e pela pobreza sócio-estrutural (DIAS, 2009).

Segundo dados do Censo (2020), a infraestrutura da UEB Mário Andreazza comporta alimentação escolar para os discentes, energia da rede pública, acesso à internet, água filtrada, esgoto da rede pública, banda larga, água da rede pública e lixo destinado a coleta periódica.

Quanto as instalações de ensino, possui 16 salas de aulas, laboratório de informática, banheiro adequado à alunos com deficiência ou mobilidade reduzida, sala da diretoria, quadra de esportes descobertas, sala de secretaria, sala de professores, cozinha e dispensa, além de equipamentos que auxiliam no processo de ensino aprendizagem como aparelho televisivo, impressora, DVD, aparelho de som, copiadora, projetor multimídia (Datashow).

Conforme já expusemos anteriormente a UEB Ministro Mário Andreazza está funcionando no antigo prédio da Escola Estado do Pará, portando apresentaremos imagens das instalações desse prédio mesmo porque a pesquisa foi realizada entre os meses de outubro a dezembro de 2022 nessas instalações.

[24] Dados do Censo de 2021.

A estrutura física da UEB Mário Andreazza está organizada em espaços amplos e adequados, assim distribuída: 16 salas de aulas, equipadas com quadro branco, luminárias, ar-condicionado e ventilador conforme as seguintes imagens:

Figura 34 – Sala de aula (imagem interna)

Fonte: Pesquisa empírica (2022)

Há amplos corredores que dividem as 16 salas de aulas permitindo um acesso maior a todas as instalações da escola. Vejamos algumas imagens:

Figura 35 - Corredores da escola (imagem interna)

Fonte: Pesquisa empírica (2022)

Destacamos também condições básicas de saúde e higiene como banheiros, bebedouro e cantina, espaços limpos e cuidados por funcionários da empresa Clasi[25] a fim de garantir um ambiente salubre e digno à pessoa humana. Segue abaixo algumas imagens dos banheiros:

[25] O GRUPO CLASI é formado por duas empresas: A CLASI SEGURANÇA, fundada em 2003, atuando no segmento de vigilância e segurança patrimonial. E a CLASI SERVIÇOS, fundada em 2004 para

Figura 36 - Banheiros (imagens interna e externa)

Fonte: Pesquisa empírica (2022)

Abaixo imagens do bebedouro e da cozinha conforme descritos no parágrafo anterior:

Figura 37 – Cantina e Bebedouro

Fonte: Pesquisa empírica (2022)

Consideramos importante destacar outros espaços de suma importância no processo de ensino/aprendizagem (secretaria, sala de professores, sala de recurso e arquivo), eis algumas imagens desses espaços:

atuar no segmento de terceirização de serviços. Mantém um contrato com a Prefeitura Municipal de São Luís operando nos órgãos públicos administrado pelo poder municipal (CLASI, 2023).

Figura 38 – Secretaria (imagem externa e interna)

Fonte: Pesquisa empírica (2022)

Figura 39 –Salas de professores, arquivo e recurso (imagem externa)

Fonte: Pesquisa empírica (2022)

Outro espaço bastante privilegiado da escola é o pátio, espaço amplo, arejado, onde ocorre muitas situações, local que a gestão reúne os alunos para passar informações, lugar onde os alunos se reúnem para as conversas comuns aos adolescentes, também funciona como um refeitório além de ser um ambiente em que acontece a apresentação de diferentes projetos: internos (realizados pelos professores e alunos) e externos (realizado por agentes externos interessados numa aproximação entre sociedade civil e escola). Abaixo algumas imagens:

Figura 40 - Palco do pátio da escola

Fonte: Pesquisa empírica (2022)

Figura 41 – Pátio da escola

Fonte: Pesquisa empírica (2022)

Figura 42 – Exposição de Projetos dos alunos do 3º ano no pátio da escola

Fonte: Pesquisa empírica (2022)

Ainda sobre os projetos ocorridos na UEB Ministro Mário Andreazza, descreveremos alguns. Primeiramente gostaríamos de inserir acerca das causas de cada mês, logo na recepção da escola é comum um mural decorado discorrendo acerca do mês e o tema que se homenageia. Quando chegamos na escola no início do mês de outubro, a decoração era toda rosa devido ao outubro rosa, mês em que toda a sociedade está envolvida na conscientização da luta contra o câncer de mama. Ainda no referido mês, até porque em outubro há diversas comemorações, a escola na quinzena final se dedicou a homenagear o Halloween[26], conforme a imagem abaixo:

Figura 43 – Mural Halloween

Fonte: Pesquisa empírica (2022)

Em novembro, mês em que se comemora a Consciência Negra no Brasil, a UEB Ministro Mário Andreazza se dedicou a ornamentar seus espaços com elementos afro. Recorreu a objetos que fazem alusão ao período escravocrata no Brasil e que são ainda muito utilizados nas cozinhas de famílias quilombolas. Eis uma imagem dessa ornamentação:

[26] Festa popular com origem na civilização Celta, povo politeísta que celebrava o Festival Samhain. Foi trazida para os Estados Unidos por imigrantes irlandeses no século XIX, desde então tornou-se uma tradição. No Brasil a comemoração da festa é mais recente, a vinda dela para cá se dá pela influência norte-americana mas há 20 anos se popularizou tanto que é bastante comum a comemoração da Festa nos cursos de idiomas e nas escolas através de componentes curriculares que a relacione com a cultura inglesa e estadunidense (TODA MATÉRIA, 2023).

Figura 44 – Mural da Consciência Negra

Fonte: Pesquisa empírica (2023)

Como podemos observar: na mesa há utensílios muito comum nos quilombos maranhense. As vassouras feitas de palhas da região, pilão, fogareiro, caudeirão, cofo de palha, peneira e o ferro de passar roupas ainda são utilizados nos quilombos rurais. O cabelo afro enfeitado com flores roxas passa uma ideia de supervalorização a identidade negra, uma vez que as piores formas de violência racista são usadas contra o cabelo. Também na escola estava acontecendo um projeto realizado por agentes externos, a revista Raça em parceria com a Prefeitura Municipal de São Luís, na pessoa da senhora Esmênia Miranda[27], realizou um projeto de Identidade Afro, no qual o cabelo era o objeto de estudo e pesquisa, atendeu crianças do 4º e 5º ano, na idade entre 10 e 11 anos. O intuito do Projeto era despertar nessas crianças a autoestima, demostrar o quanto o cabelo não é um elemento só de enfeite, mas de orgulho, principalmente da ancestralidade negra.

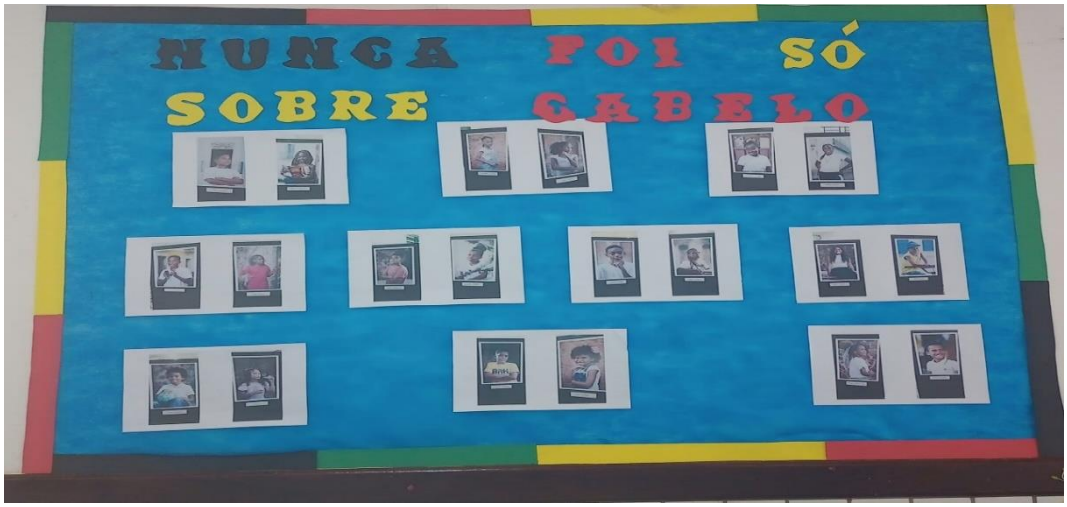
O contato que tivemos com esse projeto foi só através da gestora, ela nos informou acerca dele e das expectativas da equipe pedagógica, o projeto acontecia num horário oposto ao de nossa pesquisa e atendia a um público que não era o público da nossa pesquisa. Conforme a Gestora, a senhora Ana Ruth Barros, o projeto foi muito bem aceito pela comunidade escolar, os pais autorizaram a participação dos filhos e o direito de imagem deles, pois a culminância do Projeto foi uma sessão de

[27] Atualmente é Vice-Prefeita da Cidade de São Luís, exercendo um mandato de 4 anos (2021-2024). No primeiro ano de governo foi secretária municipal de educação, durante esse período se aproximou das escolas públicas municipal, uma vez que só conhecia a realidade das escolas públicas estadual já que é uma professora licenciada do ensino médio. Tem como bandeira de luta a educação e a consciência racial uma vez que se autodefine enquanto uma Mulher Negra (FRAZÃO, 2016).

fotos nas escadarias da Praça Nauro Machado[28], no centro histórico de São Luís. As fotos selecionadas pela equipe fotográfica da revista seriam apresentadas numa das edições da revista.

A equipe fotográfica da revista repassou para a gestão da UEB Ministro Mário Andreazza algumas fotos dos alunos, a gestora organizou um mural dessas fotos e fez uma exposição delas na escola conforme a imagem abaixo:

Figura 45 – Projeto Pedagógico Afro da escola



Fonte: Pesquisa empírica (2022)

Outra instalação que sempre é visitada por alunos e professores é a biblioteca, porém como a UEB Ministro Mário Andreazza está funcionando num prédio que até pouco tempo pertencia a outra escola e no seu antigo prédio está havendo reformas e não se sabe como ficará essa situação após o término das reformas. Nas novas instalações não identificamos uma biblioteca organizada, há uma sala em que os alunos recorrem para pesquisas, porém funciona mais como um depósito de livros didáticos. Vejamos a imagem abaixo:

[28]A Praça Nauro Machado está localizada no Centro Histórico de São Luís, no Maranhão. Foi construída em 1982, com o nome de Praça da Praia Grande. Em 2001, ganhou a denominação atual, em homenagem ao poeta maranhense Nauro Machado.É um dos mais importantes espaços públicos do Centro Histórico, sendo palco para manifestações culturais como apresentações de Bumba meu boi, festivais de música e teatro de rua. Além disso, é um ponto de encontro nos fins de semana, em razão dos vários bares e restaurantes no local (AGÊNCIA BUSER, 2023, p.1).

Figura 46 – Sala de pesquisa

Fonte: Pesquisa empírica (2022)

Como podemos observar na imagem, na sala há um amontoado de objetos, mesas, cadeiras, livros didáticos, mas não há outras características que definem uma biblioteca, como por exemplo a presença de um bibliotecário e a organização da estante de livros.

No Projeto Político Pedagógico da escola (2019) não há uma descrição acerca da existência de biblioteca na UEB Ministro Mário Andreazza, descreve outras instalações como por exemplo, diretoria, sala de professores, secretaria, cozinha, pátio coberto e banheiros.

No que se refere ao aspecto administrativo, na UEB Ministro Mário Andreazza possui 79 funcionários, destes 65 estão diretamente ligados à Secretaria Municipal de Educação, sendo: 1 Diretora Geral, 2 Diretores Adjuntos, 2 Coordenadoras Pedagógicas, 1 Secretária, 46 Professores, 09 Administrativos e 4 Apoios Pedagógicos. Os demais 14 funcionários pertencem as empresas terceirizadas e dividem-se em: 01 Nutricionista, 03 Merendeiras, 06 Auxiliares Operacionais de Serviços Diversos (AOSD) e 4 Agentes de Portaria. Elaboramos uma tabela com a distribuição dos servidores e suas respectivas ocupações, para uma melhor compreensão. Vejamos:

Tabela 2 – Distribuição de Funcionários – UEB Ministro Mário Andreazza

FUNCIONÁRIOS	QUANTIDADE	TOTAL
Diretora Geral	01	01
Diretores Adjuntos	02	02
Coordenadoras Pedagógicas	02	02
Secretária	01	01
Professores	46	46
Administrativos	09	09
Operacionais (AOSD)	06	06
Apoios Pedagógicos	04	04
Nutricionista	01	01
Merendeiras	03	03
Agentes de Portaria	04	04
TOTAL		**79**

Fonte: Pesquisa empírica (2022)

Segundo Libâneo (2001), o primeiro sentido de organização e gestão da escola, enquanto instituição, é uma unidade social em que pessoas trabalham juntas, espaço de interação, lugar de relações para alcançar determinados objetivos, especificamente, o de promover o ensino-aprendizagem dos alunos. Portanto essa atividade conjunta precisa ser estruturada, organizada e gerida. São pessoas que gerem e são geridas, o ambiente escolar apesar de conflitante não deve esquecer jamais que todos os seres envolvidos nele são seres humanos, conforme o poema abaixo descreve:

Escola é
... o lugar que se faz amigos.
Não se trata só de prédios, salas, quadros,
Programas, horários, conceitos...
Escola é sobretudo, gente
Gente que trabalha, que estuda
Que alegra, se conhece, se estima.
O Diretor é gente,
O coordenador é gente,
O professor é gente,
O aluno é gente,
Cada funcionário é gente.
E a escola será cada vez melhor
Na medida em que cada um se comporte
Como colega, amigo, irmão.
Nada de “ilha cercada de gente por todos os lados”
Nada de conviver com as pessoas e depois,
Descobrir que não tem amizade a ninguém.
Nada de ser como tijolo que forma a parede, indiferente, frio, só.
Importante na escola não é só estudar, não é só trabalhar,

> É também criar laços de amizade, É criar ambiente de camaradagem,
> É conviver, é se “amarrar nela”!
> Ora é lógico...
> Numa escola assim vai ser fácil! Estudar, trabalhar, crescer,
> Fazer amigos, educar-se, ser feliz.
> É por aqui que podemos começar a melhorar o mundo.
> (Paulo Freire, 2023, p.1)

Ao longo de seus quase 39 anos de fundação a UEB Ministro Mário Andreazza já contou com vários gestores e vem prestando um grande serviço ao Quilombo Urbano Liberdade. O Projeto Político Pedagógico da escola traz um painel dos gestores, do primeiro gestor a atual gestora. Então, elaborou-se uma tabela acerca dessas informações contidas no PPP, vejamos:

Tabela 3 – Painel dos Diretores da UEB Ministro Mário Andreazza

ANO	NOME
1985	Antero Penha de Freitas
1989	Valdelina da Conceição Silva Diniz
1990	Locília de Jesus Silva Costa
1991	Antônio Carlos Silva Baldez
1992	Lucília Pinto Dias
1993	Cleonice dos Santos Lopes
1995	José dos Santos Brússio
1997	Maria dos Remédios Oliveira Lima
2005	Ana Ruth Barros
2013	João Vilar Braga
2013	Ana Ruth Barros

Fonte: Pesquisa empírica (2022)

Conforme a tabela acima, a senhora Ana Ruth Barros exerce o cargo de Gestora da UEB Ministro Mário Andreazza desde 2013, inclusive nosso primeiro contato com a escola foi através dela. Sob posse da carta de autorização da Secretaria Municipal de Educação – SEMED, nos apresentamos a ela e fomos muito bem recepcionados e acolhidos por toda equipe administrativa e pedagógica da instituição.

6.2 Metodologia da pesquisa

Na literatura da metodologia da pesquisa em ciências sociais, o percurso metodológico é compreendido como um detalhamento de todas as etapas de uma pesquisa científica (DEMO; 2000; RÚDIO, 1998).

Acrescentamos que a pesquisa realizada estar no bojo classificatório da pesquisa aplicada, uma vez que investigou ambientes empíricos de educação, sendo a pesquisa aplicada entendida como aquela que o "investigador é movido pela necessidade de contribuir para fins práticos mais ou menos imediatos, buscando soluções para problemas concretos" (BERVIAN & CERVO, 1996, p.47).

O método de procedimento escolhido foi um estudo de caso, que segundo Triviños (1995, p.133): "É uma categoria de pesquisa cujo objeto é uma unidade que se analisa profundamente".

O método de abordagem utilizado foi a dialética que segundo Lakatos; Marconi (2007) busca interpretar a realidade partindo do pressuposto que os fatos não podem ser revelados fora de um contexto social, político e econômico.

Do exposto:

> A ação recíproca informa que o mundo não pode ser entendido como um conjunto de 'coisas', mas como um conjunto de processos, em que as coisas estão em constante mudança, sempre em vias de se transformar. As coisas e os acontecimentos existem como um todo, ligados entre si, dependentes uns dos outros (LAKATOS; MARCONI, 2007, p. 19).

O método dialético parte da premissa de que, na natureza, tudo se relaciona, transforma-se e há sempre uma contradição inerente a cada fenômeno. Neste tipo de método, para conhecer determinado fenômeno ou objeto de estudo, o pesquisador precisa estudá-lo em todos os seus aspectos, suas relações e conexões, sem tratar o conhecimento como algo rígido, já que tudo no mundo está sempre em constante mudança. A razão da escolha deste método se deu em virtude que ele descreve um objeto de estudo na sua totalidade, assim como em movimento e contradição (RICHARDSON, 1999; TRIVIÑOS, 1995).

Neste sentido, ao investigar as Manifestações Culturais no Quilombo Liberdade à luz da Lei nº 10.639/03 em contextos escolares, estávamos atentos que as unidades escolhidas são partes de uma totalidade social que sofre contradições em face de vários movimentos que o real impele ou repele para todas as partes de um todo social.

A pesquisa foi realizada com um professor de História, uma coordenadora pedagógica dos Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º), a gestora escolar e

discentes do 9º ano. Devido ao cenário mundial acerca da maior pandemia global dos últimos tempos por conta do vírus SARS-Cov-22, que durante dois anos manteve as escolas fechadas transferindo o ensino presencial para o remoto, nos foi apresentado possibilidades de alternância quanto a logística da pesquisa. Então, os procedimentos logísticos da coleta de dados puderam ser adaptados ao cenário da época. Poderíamos fazer a coleta de dados empíricos por meio da forma remota usando Ferramenta Executiva Google Meet. Todavia, caso optássemos pelo ensino híbrido (remoto e presencial) estaríamos respaldados pela Instrução Normativa nº 04/2020/PPGEEB/UFMA, que orienta que os métodos e procedimentos da pesquisa podem ser realizados no formato híbrido, desde que atenda os protocolos de segurança estabelecidos pelas autoridades de saúde (UFMA, 2020).

Os instrumentos de coleta de dados que utilizamos foram: observação, entrevista e questionário.

Antes de iniciarmos as observações na Unidade de Educação Básica Ministro Mário Andreazza, protocolamos um pedido de autorização na Secretaria Municipal de Educação – SEMED, em posse dessa Carta de Autorização (ANEXO A), nos apresentamos a gestora da escola, a partir da data autorizada iniciamos as observações. Nossas observações foram organizadas por meio de um Roteiro de Observação (APÊNDICE A), ao qual buscamos observar como os professores de História desenvolviam suas práticas pedagógicas, sobretudo se contemplam as Diretrizes Curriculares para a Educação Escolar Quilombola. Elucidamos que em função da pandemia do Covid-19, tivemos que seguir os protocolos sanitários previstos para nos proteger do vírus, como uso de máscara, álcool em gel e distanciamento social.

Acrescentamos que fizemos uma observação sistemática que segundo Lakatos; Marconi (2007), é utilizada em pesquisas que têm como objetivo a descrição precisa dos fenômenos ou testes de hipóteses. Dessa forma, consideramos ser conveniente realizar um estudo exploratório para a construção dos instrumentos, no sentido de fazermos os registros dos dados.

Nas nossas observações consideramos importantes ficarmos atentas às instalações físicas da escola, assim como a ornamentação do ambiente, por isso fizemos os registros fotográficos, pois o aspecto visual é uma das consequências da função social da escola. Compreendemos que a observação é uma técnica de coleta de dados que utiliza os sentidos para captar aspectos da realidade, não se trata

apenas de um ver ou ouvir superficial, mas uma busca deliberada levada a efeito com cautela e predeterminação (GRESSLER, 2003).

Como já descrevemos em páginas anteriores, as entrevistas foram realizadas com a gestora escolar, a coordenadora pedagógica (6º ao 9º) (APÊNDICE B) e um docente de História da Unidade de Educação Básica Ministro Mário Andreazza (APÊNDICE C). Utilizamos entrevistas semiestruturadas, organizadas em roteiros prévios, de forma que puderam ser modificados durante o percurso. A finalidade desse instrumento foi encontrar argumentos para explicar as percepções dos participantes da pesquisa acerca da Lei nº 10.639/03, na perspectiva da representatividade negra, bem como indicar *se* o/a professor/a desenvolve atividades ligadas à temática étnico-racial no currículo e se faz conforme preceitua as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola. Conforme Costa (2021, p.1) a entrevista semiestrurada “é um diálogo direcionado, ao mesmo tempo, ajustável, que deixa brechas para que o avaliador e avaliado tenham liberdade de comportamento e possam se expressar de maneira mais espontânea”.

Segundo Minayo (2010, p.261) entrevista é:

> É acima de tudo uma conversa a dois, ou entre vários interlocutores, realizada por iniciativa do entrevistador, destinada a construir informações pertinentes para o objeto de pesquisa, e abordagem pelo entrevistador, de temas igualmente pertinentes tendo em vista este objeto.

A representação gráfica da análise e interpretação dos dados que utilizamos na pesquisa empírica foram quadros, gráficos e tabelas.

Segundo Barros (1990, p.84), o quadro é usado "quando a informação que se quer representar não é numérica, pode-se representá-la por meio de quadro de respostas”. Neste sentido, os quadros estarão na pesquisa, quando descrevemos as respostas dos sujeitos selecionados, no caso a gestora escolar, a coordenadora pedagógica e o docente de História.

As tabelas foram usadas para as respostas dos estudantes, na medida que organizam dados quantitativos e remetem a um total, e que também facilita a demonstração das informações dos dados.

De acordo com o Guia de Apresentação de Teses da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo: "Tabela é a forma não discursiva de apresentação de informações, representadas por dados numéricos e codificações,

dispostos em uma ordem determinada, segundo as variáveis analisadas de um fenômeno" (USP, 2017, p.35)

O questionário foi realizado com os discentes das turmas do 9º ano (APÊNDICE D), no caso três turmas. Todas do turno vespertino. Trabalhamos em forma de amostra, compreendida como a “menor representação de um todo maior. Conclusões ou generalizações foram feitas a respeito do todo, tomando-se estudos feitos sobre uma parcela representativa, ou seja, a amostra” (GRESSLER, 2003, p.140).

O tipo de amostra que usamos foi a amostragem estratificada, que ainda segundo Gressler (2003, p.142):

> é aquela na qual a população, a fim de que a amostra seja representativa, é dividida em extratos, dos quais é retirado por meio de um outro processo de seleção, podendo ser randômico, sistemático, etc; um número de elementos que deverão compor a amostra.

Neste sentido, trabalhamos com uma amostra de extratos contendo gênero e raça. Utilizamos uma amostra de 25% do total de discentes de cada turma. Ressaltamos que a aplicabilidade dos questionários se deu de forma presencial, organizamos um determinado horário de forma que não prejudicasse os discentes em relação as outras disciplinas, também nos preocupamos com os sentimentos deles, deixando claro que não era preciso assinarem seus nomes nos questionários porque prezamos pelo anonimato, isto foi importante para combater qualquer tipo de timidez ou inibição deixando-os livres para responder o que se era pedido, esclarecemos ainda que se houvesse alguma pergunta que causasse algum incômodo ou constrangimento que a deixasse sem resposta. Em relação a isso tivemos todo o cuidado na elaboração do questionário, levamos muito em conta a idade deles, a imaturidade e a inexperiência comum aos adolescentes e principalmente sempre nos reportávamos ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Conforme preceitua a BNCC, as manifestações culturais são conteúdo dos alunos do 9º ano (BRASIL, 2022). É nesse seguimento que os discentes são capazes de se reconhecerem como sujeitos e pertencentes de um lugar. Todavia esse processo se inicia desde a Educação Infantil através do Campo de Experiências: O

eu, o outro e nós[29]. No intuito de ouvi-los para além de só observá-los realizamos o questionário.

A pesquisa se constituiu em três momentos, a saber:

No primeiro momento constituiu da fase das observações sistemáticas, as quais geramos um diagnóstico para as fases sucessivas; por isso utilizamos o diário de campo para registros documentais da pesquisa.

No segundo momento, constituiu a fase das entrevistas com os sujeitos da pesquisa (gestora escolar, a coordenadora pedagógica e o docente de História) e a aplicação dos questionários aos discentes das turmas do 9º ano.

No terceiro momento construímos o produto de nossa pesquisa, que é um Caderno de Orientações Pedagógicas Afro-Maranhense (APÊNDICE E) à luz da Lei nº 10.639/2003. Em função da pandemia do Covid 19 e da Instrução Normativa Nº 04/2020/PPGEEB/UFMA que torna facultativo fazer a intervenção do produto, optamos por não fazer, então desenvolvemos uma proposta de aplicabilidade. Eis o que prevê a referida Instrução Normativa:

> Art. 1º Todos os discentes, a partir da Turma 2019, em virtude do Coronavírus(SARS-COV-2/COVID-19), em obediência a Portaria GR nº 2412020-MR, a Resolução nº 1.981- CONSEPE, de 09 de abril de 2020 e a Resolução nº 2.018-CONSEPE, de 10 de junho de 2020, que tratam sobre as atividades remotas no âmbito da Universidade Federal do Maranhão, poderão, facultativamente, fazer a intervenção do produto educacional na escola e/ou em outro espaço educacional

Em face ao exposto, o produto educacional de nossa pesquisa contém orientações didáticas sobre as Manifestações Culturais do Quilombo Urbano Liberdade com o objetivo de levar o patrimônio cultural imaterial para dentro do chão da escola, concebemos uma educação que forme sujeitos respeitosos das culturas alheias e acima de tudo que valorize a sua própria cultura. Portanto, estruturamos o nosso produto educacional em forma de workshops e está descrito na subseção 5.4 com maiores esclarecimentos.

6.3 O lugar de fala dos participantes da pesquisa

[29] Um dos Campos de Experiências da Educação Infantil, tem como objetivo principal desenvolver a construção da identidade da criança, ensinando-a a viver e conviver de forma democrática dentro dos mais variados contextos sociais, propondo uma educação que a impulsione a refletir sobre a diversidade, respeito ao outro, desenvolvendo sua autonomia (DCTM, 2019).

6.3.1 A gestão escola, a coordenação pedagógica e o professor de História

A Resolução do Conselho Nacional de Saúde (CNS) Nº 196, de 10 de outubro de 1996 determinou as condições necessárias que envolva pesquisas com seres humanos, essas condições não se restringem apenas àquelas realizadas nas ciências da saúde, mas toda aquela que envolva direta ou indiretamente pessoas, então são definidos parâmetros éticos que devem ser seguidos (BRASIL, 1996, p.2).

Nas pesquisas aplicadas, quando se propõe a descrever uma determinada temática de estudo, os seres humanos envolvidos precisam se sentir seguros e respeitados, por isso acatamos a recomendação ética da Resolução CNS 196 (BRASIL, 1996). Assim, procuramos seguir as orientações do nosso Programa de Pesquisa (PPGEEB) e dispusemos aos sujeitos o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (ANEXO B) que é:

> [...] anuência do sujeito da pesquisa e/ou do seu representante legal, livre de vícios (simulação, fraude ou erro), dependência, subordinação ou intimidação, após explicação completa e pormenorizada sobre a natureza da pesquisa, seus objetivos, métodos, benefícios previstos, potenciais de riscos e o incômodo que esta possa acarretar, formulada em um termo de consentimento, autorizando sua participação voluntária no experimento (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 47).

Em posse da anuência dos sujeitos da pesquisa, descreveremos as análises e interpretações dos dados. As falas da Gestora, da Coordenadora Pedagógica e do Professor de História assim como as respostas dos alunos do 9º ano em forma de questionário foram analisadas para compreender a educação das relações étnico-raciais em suas perspectivas de entendimentos.

Assim sendo, prezamos pelo anonimato. Na direção de preservar as identidades dos sujeitos da pesquisa, optamos em dar nomes fictícios de pessoas da cultura popular maranhense. Consideramos uma maneira em homenagearmos personalidades maranhenses que deixaram um grande legado.

Vejamos os nomes dos homenageados:

Patativa[30], licenciada em Letras/Português. Atualmente exerce o cargo de gestora na Unidade de Educação Básica Ministro Mário Andreazza, desde 2013.

[30] Maria do Socorro Silva, conhecida artisticamente como **Patativa**, nasceu em 05 de outubro de 1937 em Pedreiras, município brasileiro do estado do Maranhão, terra também de seu então amigo músico, João do Vale (1934 – 1996). A cantora mudou-se para São Luís ainda enquanto criança, iniciando a demonstração do seu dom musical no ápice da sua juventude, cantando em rodas de amigos e barzinhos, até então sem nenhuma pretensão de desbravar o mundo da música. O nome artístico faz

Dona Teté[31], licenciada em Pedagogia. Atualmente exerce o cargo de Coordenadora Pedagógica dos Anos Finais do Ensino Fundamental na Unidade de Educação Básica Ministro Mário Andreazza, desde 2020.

João Chiador[32], licenciado em História. É um dos professores de História na Unidade de Educação Básica Ministro Mário Andreazza, leciona nas turmas de 8º e 9º ano.

A Lei nº 10.639 de 09 de janeiro de 2003 altera a Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para incluir no currículo da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira (BRASIL, 2023). Nesse sentido, perguntamos aos entrevistados quais seus entendimentos acerca da Lei nº 10.639/2003. Eis suas respostas na página seguinte:

alusão ao canto do pequeno pássaro amazônico. Patativa é uma sambista que teve um reconhecimento tardio, seu primeiro álbum só foi lançado em 2014, com 77 anos de idade, o álbum foi produzido pelo cantor Zeca Baleiro (PORTAL GUARÁ, 2022).

[31]Almerice da Silva Santos, nascida em 1924, no bairro do Batatã/Coroadinho, em São Luís, ganhou no batismo o apelido de Teté. Nasceu num ambiente que fervilhava cultura e desde cedo se tornou uma das Caixeiras da Festa do Divino, aos 50 anos assumiu sua grande paixão: o cacuriá. Faleceu em 2011, vítima de AVC, contudo seu legado continua através do Cacuriá que hoje, é reconhecido pela sua irreverência e alto-astral, sendo uma referência na produção cultural do Nordeste (O IMPARCIAL, 2017).

[32] João Costa Alves, artisticamente conhecido como João Chiador, foi um poeta, compositor e cantador de toadas do Boi de São José de Ribamar, foi amo do Boi da Maioba por 32 anos, e estava no Boi de Ribamar desde 1993. É considerado um ícone do Bumba Boi do Maranhão por tem composto toadas que homenageiam o Estado do Maranhão e a Cidade de São Luís, faleceu em 2017, vítima de uma parada cardiorrespiratória (IMIRANTE, 2017).

Quadro 1: Entendimento sobre a Lei nº 10.639/2003

PARTICIPANTES	RESPOSTAS
PATATIVA	"É uma lei que traz a cultura afro-brasileira para dentro das escolas além de ser um importante instrumento de combate ao racismo nas escolas".
DONA TETÉ	"É a lei que obriga a cultura e a história da África nas nossas escolas, foi sancionada em 2003 e desde então tem obrigado as escolas de todo o Brasil a trabalhar a temática racial".
JOÃO CHIADOR	"Uma lei sancionada pelo Presidente Lula em janeiro de 2003, essa lei alterou nossa LDB 9394/96 para poder fazer a inclusão no Currículo Oficial da Rede de Ensino de todo o país a obrigatoriedade da história e cultura afro-brasileira. Essa lei acabou por significar a partir de então um marco, um grande avanço nas histórias das lutas antirracistas no Brasil. Outro fato interessante também sobre essa lei é que ela estabeleceu conteúdos programáticos, a lei lista os conteúdos que devem ser ensinados nas escolas. Outro ponto interessante é que a Lei estabelece também a inclusão no calendário escolar o dia 20 de novembro como Dia Nacional da Consciência Negra. A Constituição Federal de 1988, conforme alguns críticos dizem é um conjunto de leis com muito pouca aplicabilidade. Então, meu entendimento sobre a Lei 10.639 é que apesar dela ser importantíssima e está contida em nossa LDB, o que se verifica de modo amplo e generalizado é que ela não surtiu o efeito esperado, o que se verifica é que acabou sendo mais uma lei para inglês ver, surte pouco alcance. Ela é um resultado das lutas do povo negro desde os tempos coloniais ao atual e devido esse pouco alcance dela é que a UFMA criou um Curso de Licenciatura em Estudos Africanos e Afro-Brasileiro, o ativismo negro lutou por esse Curso por não suportar que a temática racial em nossas escolas seja apenas um tema transversal, mas se torne uma Disciplina Oficial do Currículo.

Fonte: Pesquisa empírica (2022)

Analisando as respostas dos participantes verificamos que todos demonstraram tem entendimentos sobre a Lei nº 10.639/2003. Patativa e DonaTeté são muito objetivas nas respostas, todavia, consideramos que João Chiador ampliou o seu entendimento, pois faz referência ao 20 de novembro e demonstrou seu descontentamento em relação a não efetivação da referida lei nas escolas de todo o Brasil. Ele considera como um marco nas lutas antirracistas, na entrevista deixa claro que a Constituição Federal de 1998 é repleta de emendas conforme alguns críticos afirmam e por isso há muita lei para pouca aplicabilidade.

João Chiador reconhece a magnitude da Lei nº 10.639/03, mas diz que ela não surtiu o efeito esperado, nas palavras dele "é mais uma lei para inglês ver[33]". Em

[33] Expressão até hoje utilizada quando não se tem a intenção de concretizar. Faz referência a Lei Feijó, promulgada em 7 de novembro de 1831, faz parte do conjunto de leis que tinha como objetivo acabar com a escravidão no Brasil. Naquela época a pressão inglesa era muito grande para acabar com a escravidão, o Brasil era uma recém-nação e não podia entrar em conflito com a principal potência

sua fala ele chama atenção para o Curso de Licenciatura em Estudos Africanos e Afro-brasileiros da UFMA, visto que credita a criação desse curso ao ativismo negro e que não aceita mais a temática racial ser tratada apenas como um tema transversal. Finalizou que considera que a temática seja tratada por meio de uma disciplina.

João Chiador afirma que a Lei nº 10.639/03é um resultado da luta do povo negro desde os tempos coloniais ao atual, não surgiu do nada, trata-se de uma lei que traz a importância do negro na formação da sociedade brasileira, resgatando as contribuições que o negro tem dado em diversas áreas: na política, na economia, na cultura, na religião; enfim faz parte do conjunto de leis orquestradas que tende a superar a desigualdade racial no Brasil.

Diante do que fora exposto na entrevista, percebemos que os entrevistados conhecem a Lei 10.639, a consideram de suma importância no currículo escolar e sabem do quão necessária é ao enfrentamento e combate ao racismo.

Localizar no tempo a gênese das manifestações culturais, suas origens, não é tarefa fácil, porém nos debruçamos a identificá-las, apreciá-las e entendê-las. Especificamente no Maranhão, temos uma formação plurirracial e essa diversidade determina origens e conflitos presente na nossa cultura, vejamos:

> [...] uma particularidade sobre a cultura popular no Maranhão, que é formada de forma pluri-racial [sic], ou seja, os formadores da cultura estão dentro de grupos étnicos diversos que se relacionaram por motivos alheios à sua vontade, formalizando uma sociedade pluriétnica. Pode-se entender então, a origem da força da cultura popular maranhense: brancos, indígenas tupinambás e negros escravos estão simbolizados na bandeira e nas raízes das manifestações culturais. Entretanto, essa união nunca foi pacífica e até hoje o ludovicense possui sérios problemas para se adequar a essa cultura multi-racial (SANTOS et al., 2012, p. 2)

A partir desse entendimento acerca da diversidade étnico-cultural, principalmente a forma como está organizado no estado do Maranhão, sobretudo na capital São Luís, compreender os conhecimentos que os participantes têm acerca das manifestações étnico-culturais, consideramos indispensável perguntarmos aos entrevistados o que sabem sobre elas. As respostam estão descritas no Quadro 2:

(Inglaterra), por isso criou uma lei para pôr fim à pressão da coroa britânica, mas sem nenhum interesse que a lei fosse cumprida, daí a expressão para inglês ver (DAGOSTIN, 2020).

Quadro 2: Manifestações étnico-culturais ou diversidade étnico-culturais no Maranhão

PARTICIPANTES	RESPOSTAS
PATATIVA	“Na minha vida as manifestações culturais sempre estiveram desde que eu nasci, hoje não sou praticante de nenhuma devido minha vida profissional, mas o tambor de crioula, tambor de mina, o bumba-meu-boi fazem parte do meu cotidiano, sou negra, filha de quilombolas, tenho 58 anos e fui criada dentro desse ambiente cultural”.
DONA TETÉ	“No Maranhão temos diversas manifestações: Blocos Afro, Bumba-meu-boi, Tambor de Crioula e etc. Nosso estado é muito rico na sua diversidade afro”.
JOÃO CHIADOR	“O Brasil é um país que possui dimensões continentais e historicamente apresenta uma variedade de povos desde à época do sistema colonial, estamos falando dos indígenas, dos negros, dos imigrantes italianos, alemães, ingleses, japoneses e etc. Então essas manifestações étnico-culturais tem o aspecto da diversidade, da variedade de costumes tradicionais que cada povo desse tem, também chamado etnia; quando ocorre a mistura, o encontro dessas raças nós passamos a ter a diversidade, a variedade. Então essas manifestações apresentam aspectos que vão representar em cada estado do nosso país uma cultura bem diversificada, por exemplo, o Estado de Goiás, ali tem a cultura indígena misturada com os paulistas, mineiros, gaúchos, povos bolivianos, paraguaios, argentinos; essa mistura de povos no centro-oeste do Brasil vai resultar numa produção que vai chegar numa diversidade, numa manifestação interessante representada na culinária, na religião. Aqui no Maranhão temos muito forte a dança: temos quadrilhas, tambor de crioula, cacuriá, dança portuguesa, dança do caroço, dança do lelê, elas representam um encontro de povos que fizeram e fazem parte da nossa sociedade brasileira”.

Fonte: Pesquisa empírica (2022)

Em muitas famílias maranhenses se respira cultura, a fala de Patativa evidencia muito isso, ela foi categórica ao afirmar que hoje não é praticante de nenhuma manifestação cultural, porém elas estão na vida dela desde quando nasceu. Citou algumas que fazem parte do seu cotidiano demonstrando seu autorreconhecimento enquanto Mulher Negra e Quilombola. Dona Teté cita algumas manifestações deixando claro que o Maranhão é muito rico em sua diversidade afro.

Nas falas dessas duas participantes há um conceito muito abstrato das manifestações culturais, pois citam algumas apesar que reconhecem que o Maranhão é rico em sua diversidade cultural, porém conceituar manifestações, conhecer sua gênese, suas origens, as falas demonstram que não há esse entendimento. Patativa evidenciou sua história pessoal buscando através dela conceituá-las, mas isso evidencia que nasceu num ambiente de grandes manifestações culturais, mas não conseguiu estabelecer um conceito acerca da temática. Do mesmo modo Dona Teté, cita algumas, como por exemplo, o tambor de crioula e o bumba-meu-boi, porém,

consideramos que a mesma não conseguiu fazer uma relação de sentido e significado para chegar a um conceito.

O participante João Chiador conceitua manifestações étnico-culturais ou diversidade étnico-culturais, inclusive a fala dele entra em consenso com o antropólogo Darcy Ribeiro que considerou a maior riqueza do Brasil o seu próprio povo. Dessa forma, buscou-se compreender a formação da identidade brasileira a partir da mistura de diferentes povos e culturas, destacando a importância da diversidade e da valorização das raízes culturais do Brasil (RIBEIRO, 1995).

Conforme Chiador, o Brasil é um país que possui dimensões continentais e por historicamente apresentar uma variedade de povos: indígenas, negros, imigrantes europeus e asiáticos, houve um encontro de etnias que promoveram a diversidade, a mistura de costumes, tradições e crenças. Essas etnias apresentam aspectos peculiares de cada região, à guisa de exemplo dado por ele é o estado de Goiás que proporcionou um encontro entre indígenas, gaúchos, paulistas, mineiros e vizinhos sul-americanos, que culminou numa culinária riquíssima e bastante diversificada. O Maranhão, na visão de João Chiador, tem como o grande expoente a dança, portanto os exemplos citados por ele demonstram o quão a dança está enraizada na nossa cultura.

Interpretando as respostas dos sujeitos podemos observar que o conceito de manifestações étnico-culturais ou diversidade étnico-culturais ainda não é definido por eles, com exceção de João Chiador que demonstrou um conhecimento mais ampliado do assunto. Todavia, os demais participantes não demonstraram conhecer de forma mais aprofundada as manifestações culturais, artísticas e étnicas maranhenses.

O Bairro da Liberdade é um celeiro cultural, tanto que foi oficializado como Remanescente de Quilombo pela Fundação Cultural Palmares por meio da Portaria nº 192/2019 (BRASIL, 2019). Assim, criou-se o primeiro Quilombo Urbano do Maranhão. Diante disso, perguntamos aos participantes da pesquisa o que eles entendiam por Quilombo Urbano, no quadro 3 estão descritas as respostas:

Quadro 3: Entendimento sobre Quilombo Urbano

PARTICIPANTES	RESPOSTAS
PATATIVA	"É a migração de pessoas do interior do estado do Maranhão. Uma grande concentração de negros oriundos da baixada maranhense, de cidades como São Vicente de Ferrer, Viana, Matinha, Penalva e cidades litorâneas como Guimarães e Alcântara. Então, essa concentração de negros que migraram para cá, trouxeram sua cultura demonstradas nos utensílios domésticos, na farinha, na religião e nas danças e esse modo de vida fez da Liberdade um Quilombo. Eu não moro na Liberdade mas posso dizer com veemência que trabalho num Quilombo Urbano".
DONA TETÉ	"Um território localizado na zona urbana de São Luís com uma população predominantemente negra".
JOÃO CHIADOR	"São áreas onde vivem comunidades remanescentes dos antigos quilombos, aqueles que no passado eram habitações dos negros fugidos, foragidos das senzalas. Atualmente os quilombos urbanos são espaços de lutas, resistência contra todo tipo de opressão e exclusão social. Então são espaços que promovem o resgate da cultura negra e fazem todo o tipo de enfrentamento e ativismo político contra a exclusão social do negro contra o racismo, a intolerância, as inúmeras formas de violência contra o povo negro, enfim são espaços onde o povo negro constrói um processo contínuo de lutas em favor de uma construção de uma sociedade menos injusta, uma sociedade que garanta direitos a todos".

Fonte: Pesquisa empírica (2022)

Analisando as respostas dos participantes, percebemos uma ideia de territorialidade muito diversificada. Dona Teté considera o quilombo urbano como um território, Patativa como uma concentração e João Chiador como um espaço. Territorialidade perpassa por tudo isso e podemos conceituar como:

> (...) compreendemos a noção de territorialidade como um processo de relações sociais, tanto econômicas, como políticas e culturais de um indivíduo ou de um grupo social. A territorialidade corresponde às relações sociais e às atividades diárias que os homens têm com sua natureza exterior. É o resultado do processo de produção de cada território, sendo fundamental para a construção da identidade e para a reorganização da vida quotidiana (SAQUET, 2013, p. 8)

Patativa em sua fala traz dados acerca dos moradores da Liberdade, segundo ela, a maioria da população do Quilombo Liberdade é oriunda de cidades situadas na baixada maranhense e no litoral, que possuem uma grande quantidade de negros. Dona Teté tem uma ideia bastante geográfica, especificamente acerca de localização, pois se ateve apenas em dizer que o referido quilombo urbano está localizado em São Luís, sem descrever outros elementos culturais e étnicos. João Chiador se reporta ao período escravocrata brasileiro, o qual os quilombos eram áreas constituídas por negros foragidos de senzalas para poder conceituar o quilombo

urbano que segundo ele são espaços de lutas, de resistência a todo tipo de opressão e exclusão social. Também considerou que o quilombo urbano é um espaço de ativismo político de promoção do resgate da cultura negra para enfrentar toda forma de violência contra a população negra. Porém, utilizou a palavra espaço, quando diz "são espaços onde o povo negro constrói um processo contínuo de lutas..." Neste sentido, os quilombos, sejam rurais ou urbanos são considerados territórios, na perspectiva que têm vivências, experiências, construções, desconstruções e reconstruções de processos étnico-culturais. Enquanto o espaço seria um lugar vazio, amorfo e sem construções de vivências. Conforme as Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica, artigo 3º, Inciso II define quilombos rurais e urbanos como "lutam historicamente pelo direito à terra e ao território o qual diz respeito não somente à propriedade da terra, mas a todos os elementos que fazem parte de seus usos, costumes e tradições" (BRASIL, 2019, p.4).

Diante do exposto podemos considerar que cada participante tem um conceito diferente de quilombo urbano. Desde o surgimento dos primeiros quilombos no Brasil, ainda no período colonial, os quilombos não foram apenas mais um esconderijo de fugitivos. Os quilombos eram/são lugares de resistência contra todo tipo de opressão. Essa ideia concebida de que quilombo é um lugar de concentração de negros consideramos ultrapassada. A ideia de quilombo urbano hoje está associada a vida do negro após a Abolição, os egressos das senzalas foram negados como cidadãos, foram segregados e marginalizados pelo poder público, restando a habitarem em territórios que ao longo do tempo se tornaram lugares de resistência (MOURA, 2021).

Em meio a tudo isso perguntamos aos participantes da pesquisa como eles relacionam quilombo urbano X manifestações culturais afro-brasileiras e afro-maranhenses. As respostas estão descritas no quadro 4:

Quadro 4: Relação Quilombo Urbano X Manifestações Culturais

PARTICIPANTES	RESPOSTAS
PATATIVA	“Uma relação de mão-dupla. O povo preto trouxe do interior sua cultura para cá, a cidade se apropriou dessa cultura e a urbanizou investindo em uma troca cultural até mesmo entre países”.
D.TETÉ	“Eu acredito inclusive que o bairro da Liberdade se tornou um Quilombo não por ser um bairro de pessoas negras, mas devido a essas manifestações culturais. Não dar para dissociar uma coisa da outra. É a cultura, a religiosidade, o modo de vida e a preservação da ancestralidade que caracteriza o Quilombo”.
JOÃO CHIADOR	“Não existe quilombo urbano sem que haja manifestações culturais do povo negro e muito menos não existem manifestações culturais afro-brasileira sem que haja um lugar apropriado para que ocorram essas formas de expressões da cultura do povo negro Então o Quilombo Urbano para existir ele precisa de gente com identidade em suas formas de expressão ali praticadas. Da mesma forma que não existe Quilombo Urbano sem Manifestações Culturais, tão pouco existe Manifestações Culturais genuinamente fortes sem que haja um lugar de origem onde é produzido no chão da terra, onde existe ali um passado histórico, onde existe as ligações com os ancestrais, as habitações, enfim existe toda uma historicidade que interliga processualmente as manifestações culturais afro-brasileiras e afro-maranhenses. Então não dar para pensar uma coisa sem a outra. O Quilombo é um lugar por excelência da luta do povo negro, lutas em favor da construção de identidades e das formas de resistência do povo negro contra toda forma de opressão do povo branco sobre eles. Recentemente em 2018, o bairro da Liberdade, considerado a maior comunidade de remanescentes de quilombos, o maior quilombo a céu aberto da América Latina completou 100 anos de existência. Nessa ocasião a comunidade preta do bairro organizou uma série de eventos culturais, artísticos, religiosos, houve uma verdadeira efervescência cultural/política no bairro. A comunidade esteve dentro das escolas chamando todos a participarem dessa comemoração onde a cultura e a beleza preta era evidenciada e reverenciada por todos que prestigiaram”.

Fonte: Pesquisa empírica (2022)

Analisando as respostas dos sujeitos, identificamos que todos compartilham da mesma ideia: "Não há Quilombo Urbano sem Manifestações Culturais ou vice-versa". Consideramos o que define um Quilombo não é a quantidade de pessoas negras que residem lá, mas a forma como as pessoas desse lugar preserva sua cultura, sua religião, suas raízes, sua ancestralidade.

No auge de nossa investigação nos propusemos a observar as dificuldades ou desafios de efetivação da Lei 10.639/2003no lócus da pesquisa, pois o cenário de nossas instituições ainda é de uma estrutura racista, machista e classista isto faz com

que leis já aparentemente consolidadas estejam sempre sob risco de não cumprimento e retrocessos (LIMA; SOUSA, 2021).

Diante disso procuramos compreender como a UEB Ministro Mário Andreazza tem desenvolvido projetos de trabalho voltado para a Cultura Afro-Brasileira e Africana à luz da Lei 10.639/03; as respostas estão descritas no quadro 5:

Quadro 5: Projetos voltados para a Cultura Afro-Brasileira e Africana

PARTICIPANTES	RESPOSTAS
PATATIVA	"Eu posso dizer já que sim porque há 12 anos se tornou algo muito corriqueiro aqui. Os professores de História e Artes lideraram essa luta de aplicabilidade da Lei, eles logo influenciaram os professores de Língua Portuguesa e depois os outros. Posso dizer que todos os professores da UEB Ministro Mário Andreazza estão muito preocupados com essa questão do racismo e também muito empenhados em combatê-lo, também o perfil do nosso alunado mudou muito, eles se aceitam mais e eles próprios exigem esse enfrentamento".
D.TETÉ	"Desenvolve sim, estou atualmente como coordenadora do 6º ao 9º, antes estava na coordenação do 1º ao 5º, mas sempre desenvolvemos projetos voltados para a história e cultura afro, mesmo porque a escola está situada num bairro de negros com uma forte cultura africana, uma das muitas experiências que tivemos foi trabalhar o tambor de crioula".
JOÃO CHIADOR	"Devido as condições adversas de trabalho que nós professores enfrentamos, principalmente nesse cenário de pandemia, onde temos professores doentes, alunos doentes, salas superlotas, enfim uma série de problemas. Eu trabalho de forma muito conteúdista, aulas expositivas, não dialogadas, temos o mínimo que é o livro didático e ele tem sido o recurso, o trabalho está muito centrado na fala do professor. Em anos normais, não atípicos como esse que vivemos além de políticas de retrocesso desse governo autoritário de Jair Bolsonaro, posso dizer que nós (corpo docente) trabalhávamos em forma de projetos, fazíamos de forma coletiva, interdisciplinar. No início do ano letivo, na jornada pedagógica nós professores já estabelecíamos os projetos e sempre a Lei 10.639/2003 se fez presente. Especificamente eu sempre forcei o protagonismo estudantil, faço dinâmicas de leituras, pesquisas, entrevistas aos moradores do bairro, geralmente nossos alunos fazem parte de alguma manifestação afro o que torna mais rico essa troca de aprendizagem, sempre busquei os centros da cultura popular do bairro organizando visitas aos centros da cultura do bairro como os Bois do Mestre Apolônio e Mestre Leonardo".

Fonte: Pesquisa empírica (2022)

Conforme o quadro de respostas do Quadro 7, consideramos que Patativa foi enfática ao dizer que há 12 anos a UEB Ministro Mário Andreazza tem desenvolvido projetos da Cultura Afro-Brasileira e Africana. Afirma ainda que por meio da Lei nº 10.639/03 conseguiu adesão com outros professores em efetivar o texto legal. Afirma que os professores dos componentes curriculares História e Artes lideraram essa luta de efetividade da Lei, implica dizer que devido a formação deles nessas licenciaturas

(História/Artes), a tomada de consciência foi instantânea, coube aos mesmos promover um trabalho de conscientização com os seus pares, nesse trabalho logo influenciaram os professores de Língua Portuguesa para em seguida ter a incorporação dos demais na efetivação da Lei na escola. Diante desse dado, concordamos com Tardif (2020) quando afirma que as mudanças na educação estão associadas a mudança de atitude dos professores.

Outro ponto bastante observado na resposta de Patativa é o novo perfil do alunado, ela diz que hoje estão se aceitando mais e por isso exigem um enfrentamento ao racismo. Podemos inferir vários aspectos acerca disso, como por exemplo, a globalização, o acesso aos meios de comunicação, os debates em sala de aula ou na própria família. Enfim, hoje temos alunos não tão passivos como outrora, essas vozes silenciadas no currículo não querem mais continuar silenciadas, elas gritam e por isso exigem ser ouvidas e compreendidas.

A resposta de Dona Teté nos faz refletir em consonância com a resposta de Patativa de que a aplicabilidade da Lei 10.639/2003 na UEB Ministro Mário Andreazza começou do maior para o menor, ou seja, começou o 6º ao 9º Ano do Ensino Fundamental, e depois para as turmas do 1º ao 5º Ano

João Chiador trouxe primeiramente em sua resposta um incômodo, as problemáticas e angústias comuns à profissão, isto também nos chamou atenção o quanto é prejudicial às questões relacionadas a ERER. Como se não bastasse, esses problemas que dificultam o trabalho do professor em sala de aula, há 3 anos sofremos com a pandemia global provocada pelo vírus da Covid-19, esse tempo que ele chama de atípico trouxe muitos prejuízos ao ensino e o de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. João Chiador também considera o governo autoritário de Jair Bolsonaro um entrave nesse ensino, haja vista durante a pandemia do Covid 19 culminou com um afrouxamento de políticas públicas, sobretudo na implementação da Lei 10.639/2003. Conforme Lima; Sousa (2021), as políticas públicas voltadas para os grupos vulneráveis socialmente, como mulheres, crianças, negros, quase sempre sofrem ameaças de cumprimentos de leis quando aparecem contextos justificados pelos poderes públicos de dificuldades de atender às reivindicações de determinados grupos vulneráveis. Assim, a Pandemia da Covid 19 foi utilizada como pretexto de não implementação da Lei nº 10.639/03.

Então por viver esse período conturbado que afetou a sociedade nos diferentes aspectos: político, econômico, saúde, cultura, educação, tecnológico, João

Chiador respondeu que atualmente está trabalhando a História e Cultura Afro-Brasileira e Africana de forma conteudista, aulas expositivas, não dialogadas, seguindo o mínimo que tem nas escolas que é o livro didático. Houve um retrocesso porque antes do governo autoritário de Jair Bolsonaro e da Pandemia, ele junto com todo o corpo docente realizava projetos que traziam a comunidade para dentro da escola prezando sempre pelo protagonismo estudantil.

Conforme Pereira (2020), nesses dois anos em que as escolas permaneceram fechadas e o ensino estava em formato on-line, houve uma invisibilidade na Lei 10.639/2003 nas escolas da rede municipal de São Luís. Os professores que já não tem a Educação para as Relações Étnico-Raciais (ERER) contemplada em sua Formação Inicial, ao enfrentar essa nova mudança no ensino se sentiram sozinhos, pois não havia uma proposta de trabalhos voltados para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana no ensino remoto. “A formação continuada de profissionais de educação se coloca, desse modo, como um ponto fundamental para a efetivação de um ensino antirracista na educação básica” (LIMA; SOUSA, 2021, p.122).

Ampliando mais a pesquisa procuramos saber se os entrevistados trabalham ou já trabalharam alguma manifestação étnico-cultural afro-maranhense do Bairro da Liberdade. O quadro 6 traz os detalhes dessas respostas.

Quadro 6: Manifestação Cultural trabalhada na UEB Ministro Mário Andreazza

PARTICIPANTES	RESPOSTAS
PATATIVA	“Sim. Promovemos visitas as feiras para conhecer as plantas medicinais muito comum nas beberagens. No contexto da dança promovemos na escola o Tambor de Crioula. Também visitamos várias casas de Umbandas, os terreiros, fizemos um mapeamento dessas manifestações. Foi muito satisfatório porque tanto a escola quanto a comunidade afro se sentiram valorizadas devido essa troca cultural”.
D.TETÉ	“Estou recém-chegada na escola, eu trouxe um capoeirista para dentro da escola para as oficinas de capoeira. Tem sido uma experiência incrível. Fora isso a escola sempre trabalhou principalmente o Bumba-meu-boi, o sotaque de zabumba que é muito comum no bairro”.
	”Sim, já trabalhei. Promovi rodas de conversas sobretudo da cultura do Bumba-meu-boi. Fiz aulas passeios com os alunos, organizamos entrevistas, visitamos as sedes dos bois do Mestre Apolônio e Mestre Leonardo, lá eles conheceram todos os elementos que fundamentam a estrutura dessa manifestação, houve um envolvimento muito grande, pois conheceram das indumentárias aos instrumentos de persuasão. O resultado foi muito satisfatório porque foi um momento muito especial na vida dos nossos estudantes, ouvi falas empoderadas de alunos tímidos, eles se sentiram representados e ali houve um momento em que realmente a escola atingiu um diálogo com seus estudantes, ainda os que não conheciam a manifestação, puderam ver e ouvir acerca delas de uma forma totalmente diferente do que é

JOÃO CHIADOR	apresentado fora dos muros escolares. Acredito que é esse o papel da escola estabelecer uma ponte entre a sociedade evidenciando que ela é diversa, precisamos quebrar esse abismo de sociabilidade. Eu considero sim que é a Escola que tem que trazer as manifestações culturais para dentro dela porque assim ela cumprirá o seu papel social que é falar a mesma linguagem dos seus estudantes, problemas de ordem estrutural como evasão escolar certamente diminuiria muito, chego até a dizer que acabaria porque os alunos estariam num lugar que os privilegia e os respeita, eles realmente a viriam como seu segundo lá".

Fonte: Pesquisa empírica (2022)

Analisando as respostas dos entrevistados, constatamos que as manifestações culturais são trabalhadas na UEB Ministro Mário Andreazza. Todos foram unânimes em dizer que sim. Desde 2016, as diretrizes da Educação Patrimonial foram estabelecidas através da Portaria nº 137/2016[34], que no Art. 3º preceitua:

> I - Incentivar a participação social na formulação, implementação e execução das ações educativas, de modo a estimular o protagonismo dos diferentes grupos sociais;
> II - Integrar as práticas educativas ao cotidiano, associando os bens culturais aos espaços de vida das pessoas;
> III - valorizar o território como espaço educativo, passível de leituras e interpretações por meio de múltiplas estratégias educacionais;
> IV - Favorecer as relações de afetividade e estima inerentes à valorização e preservação do patrimônio cultural;
> V - Considerar que as práticas educativas e as políticas de preservação estão inseridas num campo de conflito e negociação entre diferentes segmentos, setores e grupos sociais;
> VI - Considerar a intersetorialidade das ações educativas, de modo a promover articulações das políticas de preservação e valorização do patrimônio cultural com as de cultura, turismo, meio ambiente, educação, saúde, desenvolvimento urbano e outras áreas correlatas;
> VII - incentivar a associação das políticas de patrimônio cultural às ações de sustentabilidade local, regional e nacional;
> VIII - considerar patrimônio cultural como tema transversal e interdisciplinar (BRASIL, 2016, p.2).

Conforme esse artigo e as respostas dos participantes, podemos concluir que há um estímulo ao protagonismo dos diferentes grupos sociais, isto fica evidente na resposta de Patativa que tem promovido na UEB Ministro Mário Andreazza visitas às Casas de Umbanda, às feiras, realizando um mapeamento das manifestações culturais, ou seja, integrando as práticas educativas ao cotidiano, associando os bens culturais aos espaços da vida das pessoas. Nesta direção, ainda segundo as diretrizes da Educação Patrimonial, no artigo 5º, descreve:

[34] Portaria que " Estabelece diretrizes de Educação Patrimonial no âmbito do Iphan e das Casas do Patrimônio" (BRASIL, 2016, p.1).

> São instrumentos estratégicos de implementação da política de Educação Patrimonial pelo Iphan as Casas do Patrimônio, quando resultantes de um arranjo institucional entre o Iphan, a comunidade local, sociedade civil e demais instituições públicas e privadas, para
> promoção de ações educativas, visando fomentar e favorecer a construção do conhecimento e a participação social para o aperfeiçoamento da gestão, proteção, salvaguarda, valorização e usufruto do patrimônio cultural brasileiro (BRASIL, 2016, p.2)

Dona Teté e João Chiador destacaram o Bumba meu boi como a manifestação mais trabalhada na escola, principalmente os bois tradicionais de sotaques de Zabumba - Mestre Apolônio - e da baixada - Mestre Leonardo -, essa ação educativa articula políticas de preservação e valorização dessa manifestação cultural, pois “o Bumba meu boi possui ramificações e denominações em todo o país, sendo a manifestação folclórica mais autêntica da cultura popular maranhense” (COSTA, 2015, p.32).

Ainda conforme as respostas dos entrevistados, foram unânimes em responder que a experiência de trabalhar as manifestações culturais foi muito satisfatória, pois até alunos tímidos se sentiram empoderados como bem citou João Chiador. O mesmo, também chamou atenção para os problemas estruturais como por exemplo, a evasão escolar, visto que quanto mais a escola se aproximar dos seus estudantes, do modo de vida deles, suas tradições, seus costumes e isto perpassa pelas manifestações culturais, a escola poderá diminuir a evasão escolar.

Em continuidade à entrevista, procuramos saber quais seriam os pontos positivos, negativos e desafios que a UEB Ministro Mário Andreazza tem tido em trabalhar conteúdos ou projetos de trabalho sobre as manifestações culturais afro-brasileiras e afro-maranhenses. As respostas estão descritas no quadro 7:

Quadro 7: Pontos positivos, negativos e desafios que a UEB Ministro Mário Andreazza enfrenta ao trabalhar as Manifestações Afro-Brasileira ou Afro-Maranhense

PARTICIPANTES	RESPOSTAS
PATATIVA	"Eu creio que o desafio maior é a não aceitação das religiões de matriz africana. Temos alunos da umbanda e estes sofrem muito quando recebem os caboclos nas salas de aula. Tem sido terrível o olhar preconceituoso do outro, até mesmo de professores extremamente evangélicos que não aceitam isso. Eu que tenho um olhar mais amplo tenho que acalmar não só os alunos como os próprios funcionários. Esse é o ponto negativo e o grande desafio na nossa escola".
D.TETÉ	"Os positivos são a própria vivência dos alunos, nossos alunos respiram a cultura e isso nos ajuda muito. O negativo é a organização pedagógica, como conseguir atrelar esses conteúdos dentro de uma carga-horária exaustiva e prescrita. O desafio é esse, colocar em prática, uma vez colocado só temos satisfação em realizar".
JOÃO CHIADOR	"O ponto positivo é o caráter interdisciplinar que estes conteúdos promovem na escola. Desde a semana pedagógica, nós professores já estabelecemos o junho e o novembro no mínimo para a realização desses projetos. Junho devido ao festejo junino e novembro devido a Consciência Negra. Fazemos de tudo um pouco, realizamos rodas de conversa, paródias, aulas passeios, chamamos a comunidade para dentro da escola, convocamos personalidades da cultura popular. Os desafios são os que já citei anteriormente, o currículo que pouco dialoga com esses grupos, alunos e professores doentes, alunos indisciplinados, exaustiva carga-horária que nas aulas de História por causa do ENEM tivemos um baque nas histórias locais".

Fonte: Pesquisa empírica (2022)

Interpretando as respostas dos sujeitos, podemos observar que as respostas diferem quanto aos pontos negativos e aos desafios. Patativa, por exemplo, chama atenção para o racismo religioso. Neste cenário, Senado Federal está discutindo mecanismos de combate ao racismo religioso, e que precisa ser dividido em três frentes: a educação, a representatividade e o jurídico (SENADO, 2023).

Na primeira frente que é da educação, os especialistas da área da Educação para as Relações Étnico-Raciais[35] afirmam que desde a aprovação da Lei nº 10.639/03, é obrigatório para todas as escolas em ensinar às crianças o respeito às diferenças e também a história e cultura afro-brasileira, de modo que as religiões de matriz africana sejam conhecidas e desmistificadas (SENADO, 2023, s.p). Assim, o pedagógico pode contribuir para a diminuição do racismo.

[35] O Senado Federal no intuito de elaborar um documento de combate ao racismo religioso está buscando contribuições técnicas de vários especialistas da Educação para as Relações Étnico-Raciais.

A segunda frente, que é a representatividade, os especialistas consideram que

> Os cultos de matriz africana precisam aparecer no noticiário, nas novelas e nos filmes com mais frequência e sem carga negativa, da mesma forma que aparecem as missas e as cerimônias católicas de casamento, por exemplo (SENADO, 2023, s.d).

A terceira frente - jurídica - descreve que o racismo é um crime e como tal deve ser tratado. Sobre isto: "Neste início de ano do governo de Lula foi assinado a Lei 14.532 [36]que equipara a injúria racial ao crime de racismo especificamente o racismo religioso" (SENADO, 2023, s.d). Tanto que o recém-criado Ministério da Igualdade Racial encabeçado por Annielle Franco tem como principal função na luta antirracista proteger as Tradições das Raízes de Matrizes Africanas (SENADO FEDERAL, 2023).

Quando Patativa expõe que nos momentos em que os alunos umbandistas incorporam caboclos[37] em sala de aula e que gera um certo conflito entre os alunos não umbandistas e de professores evangélicos, ela percebe uma forte necessidade da escola fazer um trabalho voltado para esclarecimentos sobre religiões de matriz afro-brasileira e afro-maranhense. Acrescentamos que os caboclos fazer parte do Tambor de Mina, religião de matriz afro-maranhense. Nesta direção.

> O tambor de mina se constitui uma das representações religiosas mais conhecidas no Maranhão e que, expandiu-se para os estados do Amazonas e Pará, alargando os horizontes religiosos e culturais e inserindo epistemologias referentes à localidade (FONSECA, 2021, s.d).

Ainda segundo Fonseca (2021, s.d), o tambor de mina "tem suas bases nas tradições trazidas pelas nações Ewá, Fon e Iorubá, onde são observadas as experiências, saberes, filosofias, valores éticos e estéticos desses povos em suas composições".

---

[36]"Altera a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989 (Lei do Crime Racial), e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para tipificar como crime de racismo a injúria racial, prever pena de suspensão de direito em caso de racismo praticado no contexto de atividade esportiva ou artística e prever pena para o racismo religioso e recreativo e para o praticado por funcionário público" (BRASIL, p. 1, 2023).

[37] Caboclos são entidades espirituais que fazem parte sobretudo da Umbanda, e especificamente no Tambor de Mina, religião essa afro-maranhense

Dona Teté expõe a exaustiva carga horária das disciplinas como um dos pontos negativos, pois considera que trabalhar as manifestações afro-brasileiras e afro-maranhenses nesse contexto se torna praticamente inviável, visto que na maioria das vezes os conteúdos já estão prescritos de cima para baixo. Todavia, reconhece que os alunos da UEB Ministro Mário Andreazza respiram cultura, portanto urge a necessidade da temática racial na escola.

João Chiador traz como algo positivo o caráter interdisciplinar que o ensino de cultura afro-brasileira e africana promove nos diferentes componentes curriculares. Os pontos negativos, ele entendeu como desafios, são a falta de diálogo entre o currículo e esses grupos, ou seja, a comunidade.

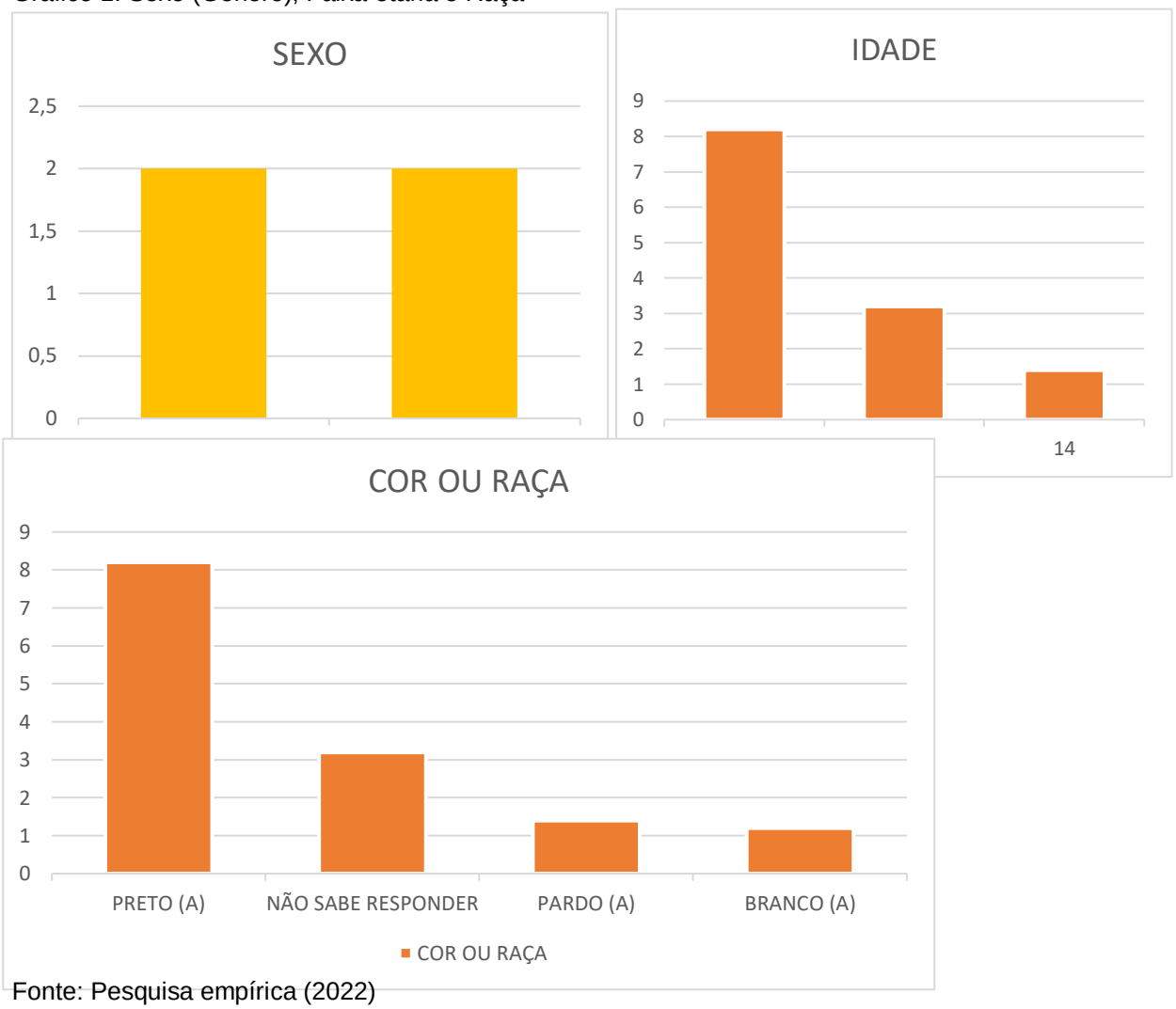
Nosso entendimento acerca das respostas dos entrevistados é que na UEB Ministro Mário Andreazza a Lei 10.639/2003 é aplicada, mas não é implementada, consequentemente as Diretrizes Curriculares para a Educação Escolar Quilombola não é atendida na UEB Ministro Mário Andreazza, uma vez que a escola mesmo estando situada dentro de um quilombo se comporta como uma escola regular de ensino atrelada a um calendário definido pela Secretaria Municipal de Educação – SEMED.

6.3.2. Os discentes

Os discentes do 9º ano participaram da pesquisa tornando-se colaboradores dela através de questionários (ANEXO C). Aplicamos questionários a 25% dos alunos das duas turmas do último ano do ensino fundamental. O nosso objeto de estudo são as manifestações culturais e segundo o Documento Curricular do Território Maranhense é conteúdo do 9º ano (DCTM, 2019).

As respostas dos sujeitos estão descritas em formato de gráficos, representados pelas variáveis: idade, sexo, cor ou raça. As respostas estão destacadas no gráfico 1:

Gráfico 1: Sexo (Gênero), Faixa etária e Raça



Fonte: Pesquisa empírica (2022)

Conforme as respostas dos participantes em relação ao gênero temos uma turma mista, com idades entre 14 a 16 anos. A idade de 16 anos se caracterizou como uma distorção, uma vez que estes alunos já deveriam estar no Ensino Médio. Podemos entender isso como consequência de problemas estruturais, tais como: evasão escolar que tanto João Chiador frisou na sua entrevista, como também a repetência. Quanto a cor ou raça, a maioria dos alunos se autodeclarou pretos/as, porém houve um quantitativo alto de quem não soube responder. Podemos entender isso como uma não aceitação, medo ou esses conceitos e a identificação racial ainda não estão definidos na vida desses jovens.

A autodeclaração de pardos, podemos levar em conta os registros de nascimentos que ainda fazem essa referência, no qual hoje de acordo com os estudos da ERER os pardos são os afrodescendentes. Um número pequeno se autodeclara

branco demonstrando que mesmo em um Quilombo pessoas podem residir sem se sentir pertencentes a ele.

Quanto as Manifestações Culturais, perguntamos aos discentes se eles gostam delas, as respostas estão descritas no gráfico 2:

Gráfico 2: Manifestações Culturais

Fonte: Pesquisa empírica (2022)

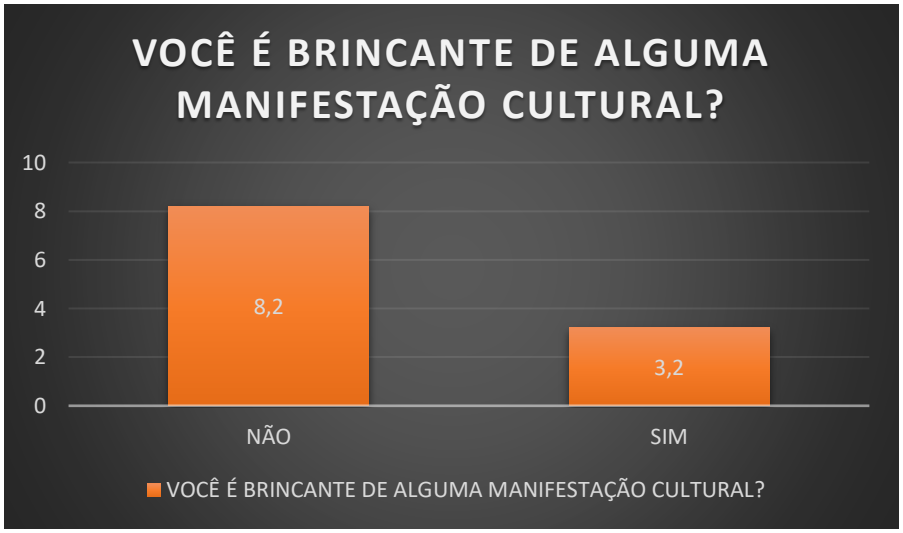
A maioria dos alunos gosta das manifestações culturais, sendo 87% deles. Podemos entender que devido residirem em um Quilombo os alunos conhecem as manifestações, isto faz referência a uma resposta de D. Teté que na entrevista nos afirmou que os alunos da UEB Ministro Mário Andreazza respiram cultura. Também, pedimos para eles justificarem suas respostas, metade dos alunos não justificou, mas a outra metade justificou. Nessa justificativa as respostas se assemelham, pois, sempre fazem referência a cultura, qualificando-a como algo muito bom.

Nessa perspectiva podemos fazer várias reflexões: Como estão sendo definidos os conceitos de cultura para esses jovens? Como essas manifestações culturais são apresentadas a eles? Eles a veem como um teatro a céu aberto ou tem consciência da importância delas na preservação de uma cultura ancestral? Somente a ERER pode dar condições para estes indivíduos terem o conhecimento exato da ancestralidade deles.

A partir disso perguntamos aos discentes se eles são brincantes[38] de alguma manifestação, as respostas estão descritas no Gráfico 3:

[38] Brincante é um termo usado nas manifestações artísticas e culturais no Maranhão que tem o significado de integrante ou componente, termos mais usados em outras partes do Brasil.

Gráfico 3: Brincante de Manifestações Culturais



Fonte: Pesquisa empírica (2022)

Conforme as respostas registradas no gráfico, quase 75% dos alunos não são brincantes de nenhuma e 28% são brincantes. Também, pedimos que respondessem de quais brincadeiras faziam parte, destacaram bumba boi, tambor crioula, grupos de reggae e cacuriá.

Procuramos compreender o conceito de Quilombo Urbano que os discentes têm, quais possíveis entendimentos teriam, bem como se teriam consciência de que o bairro da Liberdade é um Quilombo. O gráfico 4 traz um detalhamento dessas respostas subjetivas, vejamos:

Gráfico 4: Entendimento sobre Quilombo Urbano da Liberdade

Fonte: Pesquisa empírica (2022)

Analisando as respostas dos sujeitos, consideramos notório que a maioria não tem um conceito definido sobre Quilombo Urbano. Esse entendimento ainda não está claro para eles, por outro lado alguns o veem como um lugar onde tem a maior população negra do Estado, um lugar de culturas, um local onde se discute racismo. Essas categorias discursivas como racismo, cultura, população negra estão bem evidenciadas no cotidiano dos alunos, fazem parte da vivência deles, sintetizando o conceito estabelecido por eles podemos conceituar o Quilombo da Liberdade **como um lugar onde tem a maior população negra urbana do estado do Maranhão no qual há trocas culturais na luta antirracista**[39].

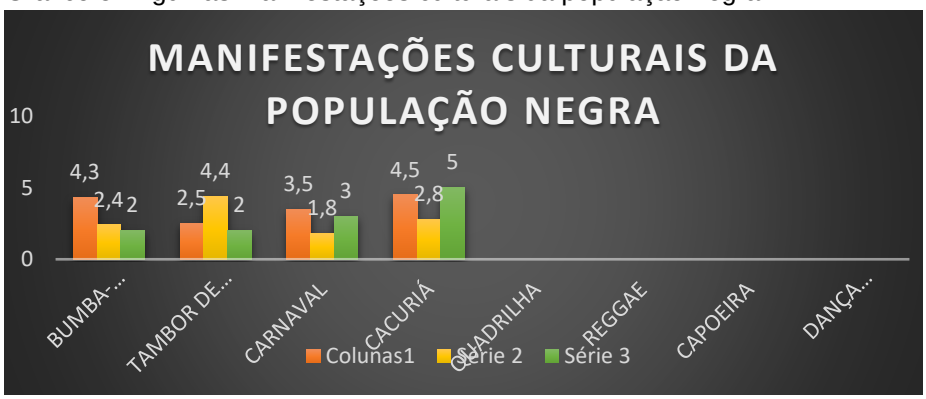
Há algumas respostas nesse gráfico bastante peculiares, como por exemplo, que o quilombo são construções antigas. O participante fez um recorte, as construções antigas fazem parte de muitos quilombos, são os patrimônios materiais. Outra resposta que merece uma atenção é o conceito de Quilombo Urbano da Liberdade, compreendido como uma comunidade de descendentes de africanos com suas tradições culturais e religiosas. Cabe problematizar sobre a compreensão de que os quilombos são formados por descendentes de africanos, pois muitas vezes termina em estereótipos pejorativos, que grande parte das vezes mostra um continente africano homogêneo. Porém, sabemos que a população negra que foi escravizada viera de vários países do continente africano. Sobre isso Rodrigues (2017, p.45) descreve:

> Em diferentes ocasiões é possível perceber que muitas das simplificações resultantes dos estereótipos estão de fato presentes em nossas relações cotidianas, eles não são um fator completamente externo às nossas experiências sociais ou às nossas vivências. Porém, mesmo diante dessa percepção, não podemos nos deixar acreditar que são retratos fiéis ou inteiramente verdadeiros de algo ou de alguém, uma vez que eles consistem em padrões normativos e carregam em si um forte caráter pejorativo e depreciativo para aqueles que são as vítimas dessa tipificação

Na perspectiva de compreender o conhecimento dos discentes acerca das manifestações culturais, pedimos que eles citassem algumas das manifestações culturais da população negra que mais gostavam no Quilombo Urbano da Liberdade. As respostas estão descritas no Gráfico 5.

[39]Grifamos esse conceito para destacá-lo como uma síntese das respostas dos alunos.

Gráfico 5: Algumas manifestações culturais da população negra

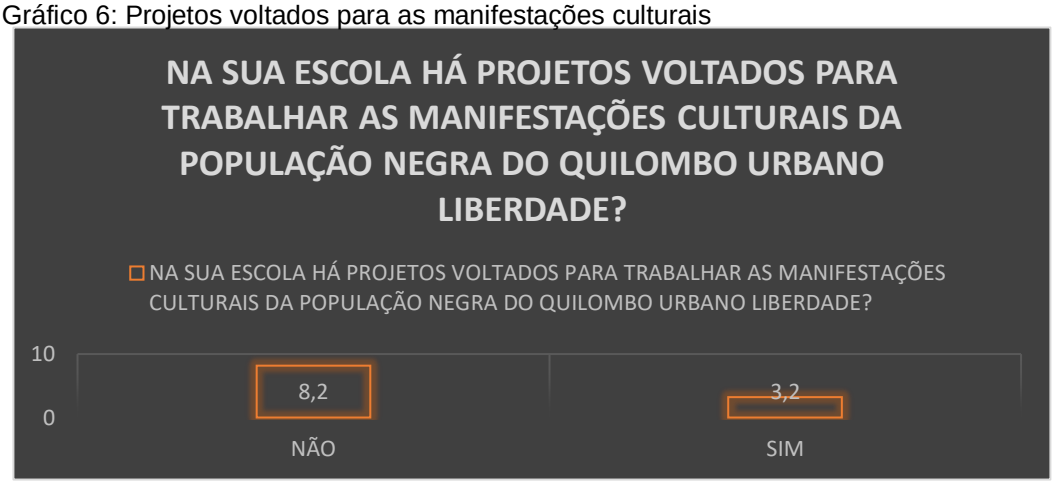


Fonte: Pesquisa empírica (2022)

Do exposto, as respostas que apresentaram maiores predileções numa ordem crescente fora: Quadrilha junina, Cacuriá, Tambor de Crioula, Bumba meu boi e Carnaval. Praticamente não foram apontadas o Reggae, a Capoeira e a Dança portuguesa.

Perguntamos aos discentes se a UEB Ministro Mário Andreazza desenvolve projetos voltados para trabalhar as manifestações culturais da população negra do Quilombo Urbano da Liberdade. As respostas estão descritas no gráfico 6.

Gráfico 6: Projetos voltados para as manifestações culturais



Fonte: Pesquisa empírica (2022)

A maioria dos discentes respondeu que a UEB Ministro Mário Andreazza não desenvolve projetos voltados para trabalhar as manifestações culturais da população negra no Quilombo Urbano Liberdade. Reportamos a resposta de João Chiador que afirmou que a pandemia foi uma barreira quanto a isso, pois antes a

equipe pedagógica realizava com maior frequência, mas durante a Pandemia da Covid-19 e esses 4 últimos anos do governo autoritário de Jair Bolsonaro houve um retrocesso na luta antirracista nas escolas. A educação é uma das primeiras pastas a sofrer o impacto da falta de políticas públicas, consequentemente uma inviabilidade ou invisibilidade da Lei nº 10.639/2003 nas escolas de todo o país.

Corroboramos com as ideias de Daniel Cara (2019, p.27) ao sintetizar esse período difícil para a educação, vejamos:

> No Brasil, a aliança entre o ultraliberalismo e o ultrarreacionarismo conquistou a hegemonia política em 2016. Sob Temer, o ultraliberalismo teve procedência. Sob Bolsonaro, ocorre o inverso. A colisão não é pacífica, e embora seja marcada por idas e vindas e acusações mútuas, ela não deixa de cumprir com o principal: enfraquecer as instituições, frear a democratização da sociedade brasileira e desconstruir o que se avançou em direção ao Estado de bem-estar social projetado pela Constituição Federal de 1988.

Os ultraliberais concebem a educação como um insumo econômico e a régua para medir a qualidade desse insumo é o *Programme for International Student Assessment* (Pisa)[40]. A entrada do Brasil no Pisa foi no ano de 2000, governo de Fernando Henrique Cardoso. Entretanto em 2007, no início do segundo mandado de Luiz Inácio Lula da Silva, o então ministro da Educação, Fernando Haddad criou o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB e estabeleceu metas de desempenhos pautadas no Pisa. Contudo o Pisa é uma iniciativa da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que fornece uma plataforma para comparar e padronizar programas econômicos e propor soluções de caráter liberal além de condenar políticas públicas domésticas e internacionais (CARA, 2019).

Perguntamos aos alunos como eles gostariam que a temática acerca das manifestações culturais afro-brasileiras e afro-maranhenses fossem trabalhadas na UEB Ministro Mário Andreazza. O gráfico 7 detalha algumas respostas subjetivas visto que uma parte dos alunos não quis opinar.

[40] Programa Internacional de Avaliação dos Estudantes, de iniciativa da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), organização internacional pautada na economia de mercado (CARA, 2019).

Gráfico 7: Como as Manifestações Culturais Afro-Brasileira e Afro-Maranhense deveriam ser trabalhadas na UEB Ministro Mário Andreazza.

Fonte: Pesquisa empírica (2022)

As instituições de ensino não devem deixar de levar em consideração os anseios dos seus alunos. Percebemos nas respostas deles uma necessidade imensa de projetos e eventos que discutam as manifestações afro-brasileiras e afro-maranhense no currículo. Ousamos dizer que há uma necessidade em discutir as manifestações afro-ludovicense, uma vez que estes alunos estão inseridos num Quilombo Urbano no Bairro da Liberdade de São Luís. Concordamos com Santos (2001, p.107) quando diz:

> É tarefa da escola fazer com que a História seja contada a mais vozes, para que o futuro seja escrito a mais mãos. É necessário romper o silêncio a quem foram relegados negros e índios na historiografia brasileira, para que possam construir uma imagem positiva de si mesmos.

Destarte, consideramos que os discentes do 9º ano da UEB Ministro Mário Andreazza buscam seu autorreconhecimento através do seu próprio cotidiano, assim são suas vivências que os definem enquanto sujeitos históricos. O homem é um ser histórico e ativo, o ser humano é social. “O agir humano se faz de forma ativa, social e histórica, produzindo não só os bens materiais, mas também sua própria humanidade” (ALMADA, 2015, p.33).

Dessa forma, a escola precisa ter uma concepção de currículo enquanto artefato cultural, um currículo que dialogue com a comunidade, que se aproxime do cotidiano dos alunos, que reflita acerca das relações étnico-raciais e que promova uma educação inclusiva de enfrentamento e combate ao racismo.

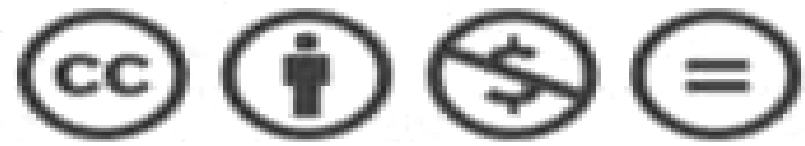
6.4 Proposta de aplicabilidade do Caderno de Orientações Pedagógicas Afro-Maranhense

Nosso produto educacional é um Caderno de Orientações Pedagógicas sobre as Manifestações Culturais do Quilombo Liberdade à luz da Lei nº 10.639/2003. A sua proposta versa sobre ações educativas e pedagógicas no contexto da Educação para as Relações Étnico-Raciais (ERER), tendo como base as Manifestações Afro-brasileiras e Afro-maranhenses.

Na perspectiva dos Estudos Culturais[41], o Caderno de Orientações Pedagógicas é considerado um artefato cultural que produz representações e pedagogias culturais sobre o patrimônio cultural imaterial do Quilombo urbano da Liberdade e que contribui na construção das subjetividades e identidades dos alunos (as) do 9º ano da Unidade de Educação Básica Ministro Mário Andreazza.

O Caderno de Orientações Pedagógicas Afro está sob a licença do Creative Commons (CC[42]), no qual se permite compartilhamento desde que se atribua o crédito à autoria (BY), sem permissão de alteração de seu conteúdo (ND); também não é permitido sua utilização para fins comerciais (NC). A figura 50 mostra o código da licença visualizado no produto educacional:

Figura 47 – Licença do produto educacional



BY NC ND

Pesquisa empírica (2023)

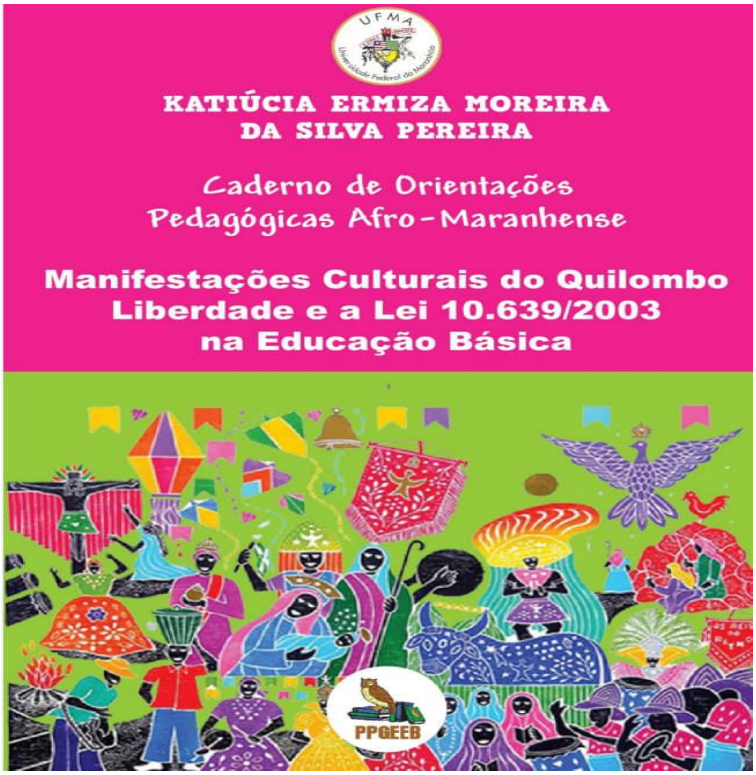
[41] "É um campo de estudos onde diversas disciplinas se interseccionam no estudo de aspectos culturais da sociedade contemporânea" (ESCOSTEGUY, 1998, p.88).

[42] "Creative Commons é um tipo de licença de atribuição em que os autores podem especificar que seu trabalho seja usado de uma determinada maneira. Entretanto, obras em Creative Commons ainda estão protegidas por direitos autorais. O que difere sua aplicação, nesses itens, é que os criadores optaram por ampliar sua disponibilidade para uso. Mesmo sob o regime, criadores tem total poder de decidir como seus trabalhos serão reutilizados ou revisitados de acordo com seu desejo" (GROSSI, 2017, p.1).

A construção do Caderno de Orientações Pedagógicas Afro-Maranhense se articula de forma integrada com a Educação das Relações Étnico-Raciais com Lei nº 10.639/2003, especificamente com o conteúdo refrente ao Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade.

O Caderno possui 71 páginas, o qual inclui os elementos pré-textuais – capa, folha de rosto; elementos textuais – cinco (5) capítulos sendo que o último se subdivide em subseções acerca das manifestações culturais; pós-textuais – referências, como observado na capa do Caderno de Orientações Pedagógicas:

Figura 48 - Capa artística do Caderno de Orientações Pedagógicas Afro-Maranhense



Pesquisa empírica (2023)

Os capítulos iniciais que compõem o Caderno são: Os quilombos no Brasil; os quilombos no Maranhão e o Quilombo Urbano da Liberdade. Acreditamos ser pertinente trazer a história e a origem dos quilombos no Brasil e no Estado do Maranhão, assim como evidenciar o primeiro quilombo urbano do Maranhão que está localizado na cidade de São Luís, fonte de nossa pesquisa, conforme a imagem abaixo:

Figura 49 - Primeiras seções do Caderno de Orientações Afro-Maranhense

Fonte: Pesquisa empírica (2023)

Os demais capítulos do Caderno de Orientações Pedagógicas estão organizados em forma de workshops. Importante esclarecer que para efeitos de tradução, workshop é o mesmo que oficina. Escolhemos os workshops porque é um tipo de evento que combina conhecimentos teóricos e práticos. Acrescentamos que para a prática deles é necessário que haja um instrutor e uma das principais vantagens dos workshops é o aprendizado facilitado; isso porque os conhecimentos são transmitidos de uma forma prática e dinâmica (INEICHEN, 2012).

As manifestações culturais exigem essa interação e acreditamos que os workshops são importantes ferramentas nesse aprendizado. Todos eles estão organizados nos seguintes tópicos:

a) **Planejamento**: orientações didáticas aos componentes curriculares de História e Geografia, tendo como público alvo os alunos do 8º[43] e 9º ano à luz dos documentos que fundamentam o ensino étnico-racial no Brasil: Parecer nº 03/2004, Lei nº 10.639/2003, Diretrizes Nacionais para a Educação Escolar Quilombola e a Base Nacional Curricular (BNCC). Conforme os documentos supracitados são feitos a seleção de conteúdos, os objetivos que se pretende alcançar assim como descrever as habilidades da BNCC que precisa ser desenvolvida.

b) Compreendendo o assunto: histórico do que se abordará, conceitos e teoria.

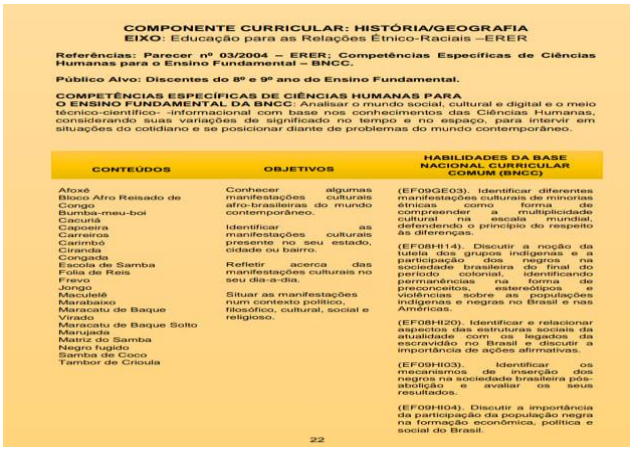
c) Sugestões de livros e vídeos: dedicado aos professores a fim de ampliarem o seu próprio repertório.

[43] A pesquisa sentiu a necessidade de organizar o produto educacional para os discentes do 8º ano, evidentemente que os sujeitos dela são os discentes do 9º, mas a própria BNCC exige esse tipo de relação devido suas competências que são específicas das Ciências Humanas do Ensino Fundamental.

d) **Operacionalizando o workshop**: o fazer pedagógico prático através das sequências pedagógicas, os recursos didáticos que serão utilizados, o passo a passo do workshop e a avaliação.
e) **Aprofundando o assunto**: Podcasts com o objetivo de trazer a comunidade para dentro da escola.
f) **Curiosidades**: informações adicionais sobre o tema e que é peculiar a nossa terra, a nossa gente.

O primeiro workshop é sobre o que são as manifestações culturais. O planejamento é todo organizado com o objetivo de trazer à tona as origens e a localização geográfica de cada uma. No tópico compreendendo o assunto é feito um passeio cultural pelo Brasil evidenciando as manifestações culturais que o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN tombou como Patrimônio Imaterial da Humanidade. Vejamos a imagem do planejamento.

Figura 50 - Workshop 1 – O que são manifestações culturais?



COMPONENTE CURRICULAR: HISTÓRIA/GEOGRAFIA
EIXO: Educação para as Relações Étnico-Raciais –ERER

Referências: Parecer nº 03/2004 – ERER; Competências Específicas de Ciências Humanas para o Ensino Fundamental – BNCC.

Público Alvo: Discentes do 8º e 9º ano do Ensino Fundamental.

COMPETÊNCIAS ESPECÍFICAS DE CIÊNCIAS HUMANAS PARA O ENSINO FUNDAMENTAL DA BNCC: Analisar o mundo social, cultural e digital e o meio técnico-científico- -informacional com base nos conhecimentos das Ciências Humanas, considerando suas variações de significado no tempo e no espaço, para intervir em situações do cotidiano e se posicionar diante de problemas do mundo contemporâneo.

CONTEÚDOS	OBJETIVOS	HABILIDADES DA BASE NACIONAL CURRICULAR COMUM (BNCC)
Afoxé Bloco Afro Reisado de Congo Bumba-meu-boi Cacuriá Capoeira Carreiras Carimbó Ciranda Congada Escola de Samba Folia de Reis Frevo Jongo Maculelê Marabaixo Maracatu de Baque Virado Maracatu de Baque Solto Marujada Matriz do Samba Negro fugido Samba de Coco Tambor de Crioula	Conhecer algumas manifestações culturais afro-brasileiras do mundo contemporâneo. Identificar as manifestações culturais presente no seu estado, cidade ou bairro. Refletir acerca das manifestações culturais no seu dia-a-dia. Situar as manifestações num contexto político, filosófico, cultural, social e religioso.	(EF09GE03). Identificar diferentes manifestações culturais de minorias étnicas como forma de compreender a multiplicidade cultural na escala mundial, defendendo o princípio do respeito às diferenças. (EF08HI14). Discutir a noção da tutela dos grupos indígenas e a participação dos negros na sociedade brasileira do final do período colonial, identificando permanências na forma de preconceitos, estereótipos e violências sobre as populações indígenas e negras no Brasil e nas Américas. (EF08HI20). Identificar e relacionar aspectos das estruturas sociais da atualidade com os legados da escravidão no Brasil e discutir a importância de ações afirmativas. (EF09HI03). Identificar os mecanismos de inserção dos negros na sociedade brasileira pós-abolição e avaliar os seus resultados. (EF09HI04). Discutir a importância da participação da população negra na formação econômica, política e social do Brasil.

22

Fonte: Pesquisa Empírica (2023)

Como observamos na imagem, o planejamento traz algumas habilidades da BNCC das Ciências Humanas que os educandos podem desenvolver. Os objetivos se propõem a fazer os educandos conhecer, identificar, refletir e situar as manifestações culturais. Os conteúdos são algumas manifestações culturais tombadas pelo IPHAN como Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade.

No tópico operacionalizando o workshop, organizamos duas sequências pedagógicas, a primeira é um mapa conceitual das manifestações culturais no Brasil, tomando como base o próprio mapa político brasileiro, bem como evidenciando as origens de cada uma, dialogando com os educandos. A segunda é organizar uma

visita na Casa de Festa do Maranhão localizada no Centro Histórico de São Luís a fim dos educandos conhecerem os elementos que compõem as manifestações além de desconstruir estereótipos reproduzidos pelo sistema racista.

O último capítulo do Caderno de Orientações Pedagógicas Afro-Maranhense é dividido em subseções, pois é nesta seção que abordamos as manifestações culturais do Quilombo Liberdade e adjacências, conforme a imagem a seguir:

Figura 51 - As Manifestações Culturais do Quilombo Urbano da Liberdade

Fonte: Pesquisa empírica (2023)

O primeiro subcapítulo é o Reggae, organizamos um planejamento que trouxesse as origens do reggae como um fenômeno da diáspora africana. A origem dele na Jamaica e sua disseminação por todo o estado do Maranhão a partir da segunda metade do século XX, principalmente sua força em São Luís no qual a alçou como a Jamaica Brasileira[44].

Tivemos o cuidado em organizar o planejamento conforme a Competência Específica de Ciências Humanas para o Ensino Fundamental da BNCC, à guisa de exemplo mostramos o reggae que é tematizado no mundo social, cultural, digital e no meio técnico-cientifico-informacional, visto que sofre variações de significado no

[44] Devido a altíssima relação do reggae com São Luís no qual esse ritmo arrasta multidões, a capital do Maranhão ficou conhecida como a Cidade do Reggae ou Jamaica Brasileira (FREIRE, 2012).

tempo e no espaço intervindo no cotidiano e se posicionando diante de problemas no mundo contemporâneo. Dessa forma, nos atemos às prescrições da BNCC quando enfatiza as competências dos meios técnicos, científicos e informacionais de uma dada área de conhecimento (BRASIL, 2022).

Vejamos a imagem do planejamento:

Figura 52 - Workshop 2 - Reggae

Fonte: Pesquisa empírica (2023)

No tópico operacionalizando o workshop, sugerimos duas sequências pedagógicas; a primeira é a música Ilha Bela de composição de Carlinhos Veloz[45], na voz da Tribo de Jah[46], pois o estilo musical do grupo é o reggae e a música Ilha Bela

[45] Carlinhos Veloz é um compositor e cantor que nasceu em Recife, Pernambuco. Todavia foi no Maranhão que lançou sua carreira solo, vencendo vários festivais na região tocantina. Em 2009, lançou seu primeiro DVD, Espelho D'Água, em São Luís (MA) no Teatro Artur Azevedo.

[46] "A história da banda Tribo de Jah iniciou-se na Escola de Cegos do Maranhão, onde, se conheceram os quatro músicos cegos e um quinto músico com visão parcial (apenas em um olho), lugar em que viviam em regime de internato, começaram a desenvolver o gosto pela música improvisando instrumentos e descobrindo timbres e acordes. Posteriormente passaram a realizar shows nos bailes populares da capital (São Luiz) e outras cidades do interior do estado fazendo covers de seresta, reggae e lambada. O reggae viria marcar profundamente a já tão forte e original cultura maranhense, contestado por uma minoria de intelectuais conservadores e abraçado pela grande massa, que através desse estilo musical originaria o título de 'JAMAICA BRASILEIRA' à capital do Maranhão. Centenas de clubes de reggae com suas "radiolas" (potentes equipamentos de som que se encarregavam de

na voz deles está em ritmo de reggae. O intuito é estabelecer com os educandos um diálogo acerca do reggae deixando-os expressarem seus sentimentos e percepções acerca do reggae, com base nessas informações conversar com os alunos acerca das origens do reggae na Jamaica e no Maranhão, assim como suas raízes africanas, podendo ampliar o assunto acerca do cantores de reggae conhecidos em São Luís, tanto os nacionais quanto os internacionais fazendo uma listagem das principais referências do reggae, como sugestão de avaliação propomos um concurso de reggae. Nessa sequência propomos no 7º passo mostrar aos educandos o Decreto Municipal que estabeleceu o dia municial do reggeiro em São Luís e estabelecer um diálogo com os educandos acerca dele.

A Lei nº 4102 de 30 de outubro de 2002 instituiu o dia municial do regueiro no município de São Luís:

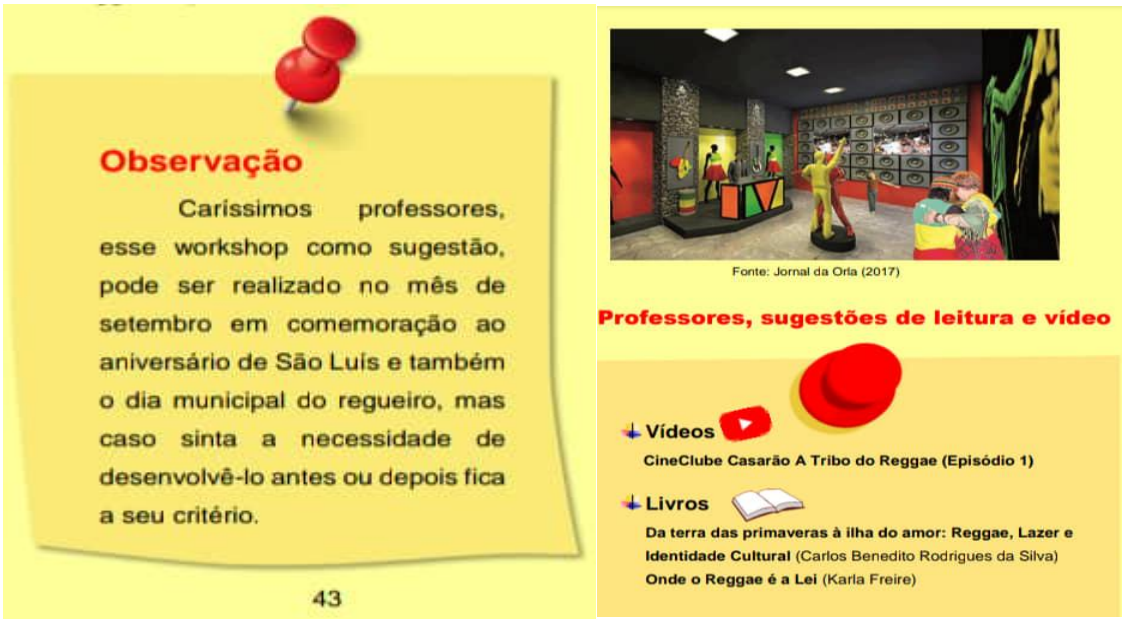
> **Art. 1º** Fica instituído, no âmbito do Município de São Luís, o "Dia Municipal do Regueiro", a ser comemorado no dia 5 de setembro.
>
> **Art. 2º** No "Dia Municipal do Regueiro" será escolhido por membros do Movimento Reggae e da Prefeitura Municipal de São Luís o "Regueiro do Ano" (SÃO LUÍS, p.1, 2008).

Na segunda sugestão de sequência pedagógica acerca do reggae, propomos uma visita ao Museu do Reggae em São Luís, localizado no Centro Histórico da Capital Maranhense. A museologia além de preservar o patrimônio, ensina através das vivências de grupos ou etnias. O museu conta a história do reggae em São Luís, o processo de disseminação dele e o quanto foi perseguido e estereotipado. Deixamos algumas sugestões aos professores de realização de um workshop, assim como sugestões de leitura e de vídeos, conforme estão descritas nas imagens a seguir:

---

divulgar o ritmo quando ainda não era tocado nas rádios) e depois diversos programas de rádios que finalmente viriam aderir o mesmo em busca de audiência justificariam largamente o título conquistado. Foi neste cenário que a Tribo de Jah deu a partida para difundir o seu reggae roots até os ossos, com suas mensagens de amor e paz, políticas sociais e divinas, as quais afastaram das grandes gravadoras, as rádios não tocavam, a TV tampouco informava e os jornais faziam vistas grossas. De forma independente a Tribo de Jah foi fazendo shows e divulgando seus discos, hoje conta com uma gravadora e uma distribuição a nível nacional" (TRIBO DE JAH, S/D, S/P).

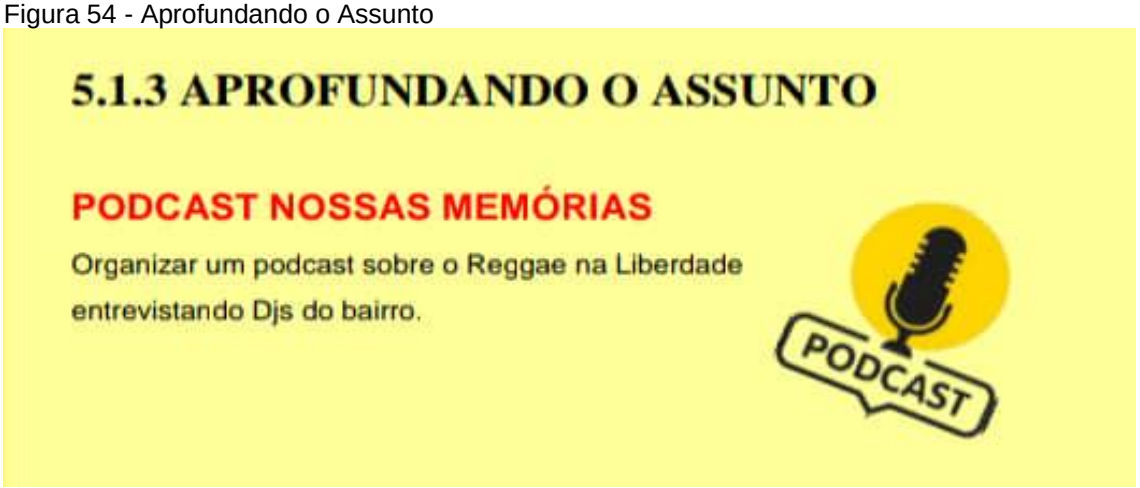
Figura 53 - Sugestões didáticas



Fonte: Pesquisa empírica (2023)

No tópico aprofundando o assunto optamos por um Podcast de entrevistas com Djs[47] do Quilombo Urbano Liberdade, conforme a imagem abaixo:

Figura 54 - Aprofundando o Assunto



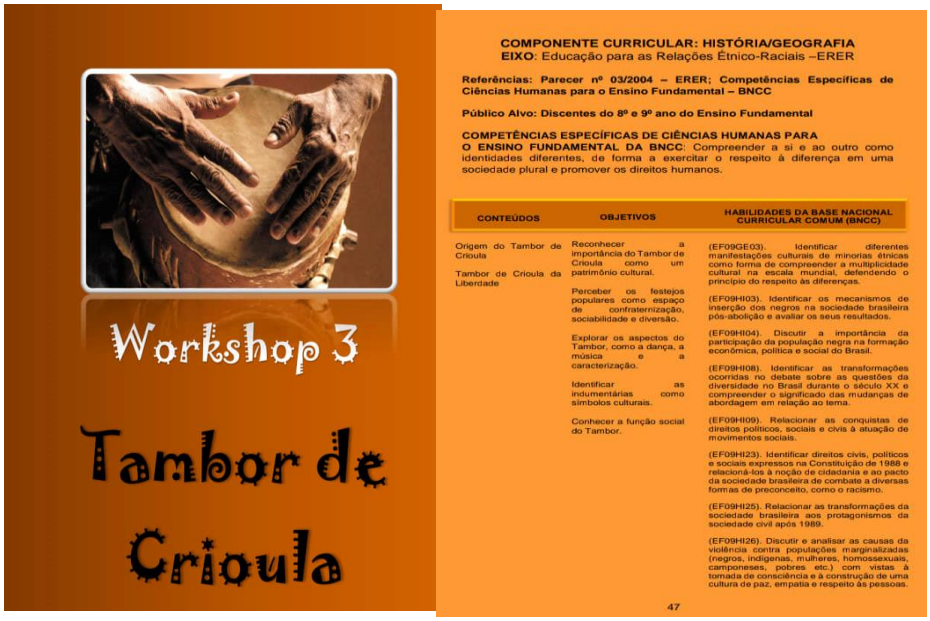
Fonte: Pesquisa empírica (2023)

[47] DJ é um artista responsável por transmitir músicas na rádio, televisão e demais veículos. O termo foi criado para retratar o locutor de rádio que tocava música através dos discos, o que já não é comum nos dias de hoje. O DJ de Reggae no Maranhão adota estratégias comunicacionais com características de atuação e performance a frente das radiolas além de serem os principais responsáveis por divulgar novas músicas e novos cantores de reggae (LOBATO; SILVA, 2019).

O workshop 3 intitulado Tambor de Crioula, sugerimos um conteúdo que mostre a origem e a história do Tambor de Crioula no Maranhão.

No tópico Compreendendo o Assunto enfatizamos que essa manifestação cultural do Tambor de Crioula é praticada na maioria dos municípios maranhenses devido ao sincretismo religioso, pois o mesmo cultua São Benedito, o santo dos pretos.

Figura 55 - Workshop 3 – Tambor de Crioula



Fonte: Pesquisa empírica (2023)

As sequências pedagógicas divulgam a importância do Tambor de Crioula no cotidiano das pessoas, tanto que a primeira propõe em sua avaliação um mapa geográfico dos tambores no bairro da Liberdade e nos bairros adjacentes, pois o workshop propõe estabelecer um mapa conceitual do tambor para que os alunos o conheçam e compreendam que grande parte das vezes uma manifestação cultural não surge do nada, que elas são um resultado de todo um legado ancestral.

Na segunda sequência é estabelecido o instrumento de percussão, as indumentárias, todos os elementos presentes no Tambor de Crioula. A avaliação propõe confecção desse instrumento de percussão para exposição e uma roda de tambor no pátio da escola.

No tópico Curiosidades Nossa terra, Nossa gente trazemos grandes referências de mulheres negras, dedicadas a cultura popular maranhense, incansáveis na luta contra o racismo e a discriminação racial. No tópico Podcast

propomos uma entrevista com cada uma delas que são as responsáveis pelos principais grupos de tambores de crioula do Quilombo Liberdade. A imagem abaixo traz algumas informações sobre elas:

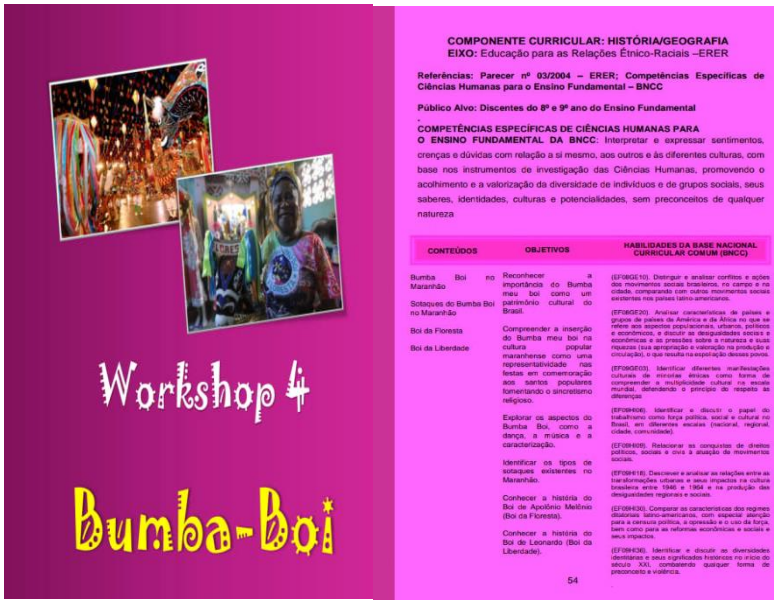
Figura 56: Curiosidades nossa Terra, nossa Gente

Fonte: Pesquisa empírica (2023)

No workshop 4 é o Bumba-Boi. Os educandos precisam interpretar e expressar sentimentos, crenças e dúvidas em relação a si mesmo, aos outros e às diferentes culturas, tendo como base os instrumentos de investigação das Ciências humanas no qual promoverão o acolhimento e a valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza (BRASIL, 2022).

No Planejamento, os conteúdos selecionados são o Bumba-Boi no Maranhão; os tipos de sotaques dele no Estado e dois bois tradicionais do Quilombo Liberdade: Boi da Floresta e Boi de Leonardo. Os objetivos versam sobre esses conteúdos tomando como base as habilidades da BNCC, conforme a imagem abaixo.

Figura 57 - Workshop 4 – Bumba-Boi



Fonte: Pesquisa empírica (2023)

No tópico compreendendo o assunto, o contexto histórico enfatiza a discriminação que o Bumba-boi sofreu na primeira metade do século XX. Traz os elementos folclóricos presente nesse patrimônio imaterial. Descreve o ciclo do boi no Maranhão e apresenta os bumba meu boi mais tradicional do Quilombo Urbano: Boi da Floresta e Boi de Leonardo.

No tópico operacionalizando o workshop, na sequência pedagógica 1 sugerimos um diálogo através de uma toada muito conhecida pelos ludovicenses, vejamos a imagem abaixo:

Figura 58: Operacionalizando o workshop

Fonte: Pesquisa empírica (2023)

A imagem descreve o passo a passo da sequência pedagógica, demonstra os recursos didáticos utilizados e como podemos dialogar com os educandos acerca do bumba meu boi através de uma toada – que são canções que tratam do cotidiano da população além de reverenciar a ancestralidade. Podemos contar a história desse importantíssimo patrimônio cultural imaterial da humanidade através da dança e da música.

Na sequência pedagógica 2 sugerimos um passeio cultural no Bairro da Liberdade. A sugestão é que os professores de Geografia e História caminhem juntos, organizando a turma a uma visita às sedes dos bumbas meu boi. Um grupo visitará a sede do Boi de Leonardo e o outro a sede do Boi da Floresta. Por conhecermos as redes municipais de educação do estado do Maranhão e o Ciclo do Boi, sugerimos essas visitas em outros meses, não necessariamente no mês de junho, visto que neste mês de junho os grupos de bois se apresentam nos arraiais e as escolas estão ocupadas em finalizar o primeiro semestre.

No Podcast, sugerimos entrevistas com lideranças da comunidade e no tópico Curiosidades, apresentamos o mingau de milho, este acompanha todo o ciclo do Boi e está presente no Boi de Leonardo desde a sua fundação em 1956 (PESQUISA EMPÍRICA, 2022).

Vejamos uma imagem dessa tradição junina maranhense:

Figura 59 - Mingau de Milho

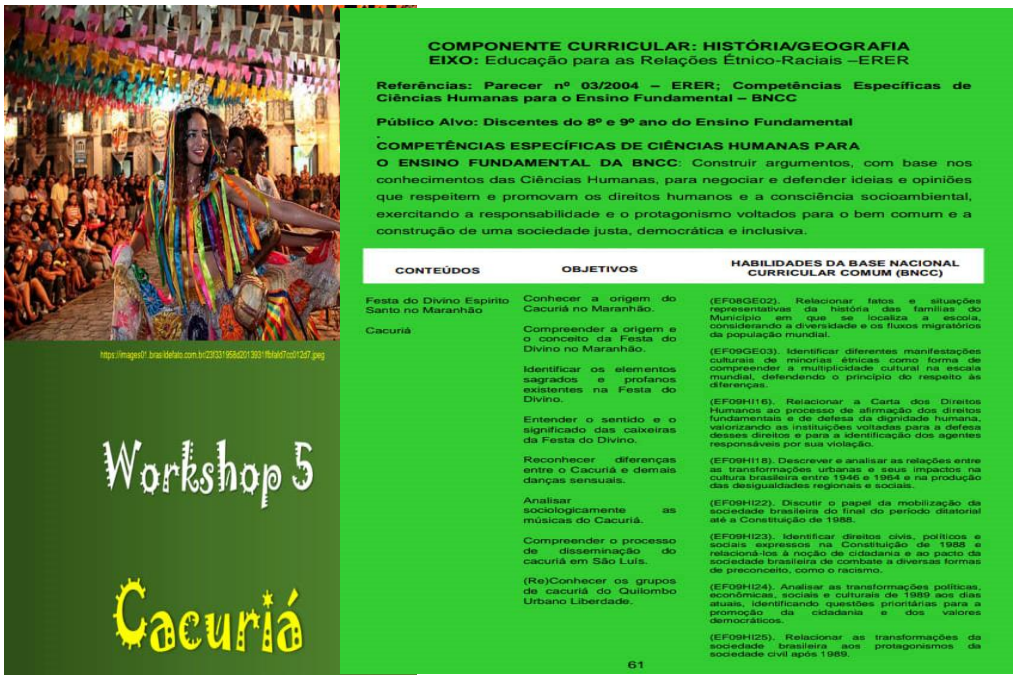
Fonte: O Imparcial (2021)

O workshop 5 é o Cacuriá, dança genuinamente maranhense. O indivíduo conforme as Competências da BNCC, construirão argumentos com base nos

conhecimentos das Ciências Humanas para negociar e defender ideias e opiniões que respeitem e promovam os direitos humanos e a consciência socioambiental, exercitando a responsabilidade e o protagonismo voltados para o bem comum e a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva (BRASIL, 2022).

Os conteúdos selecionados para o planejamento são a Festa do Divino Espírito Santo no Maranhão e o Cacuriá. O Cacuriá nasceu da Festa do Divino, vejamos a imagem abaixo:

Figura 60 - Workshop 5 - Cacuriá

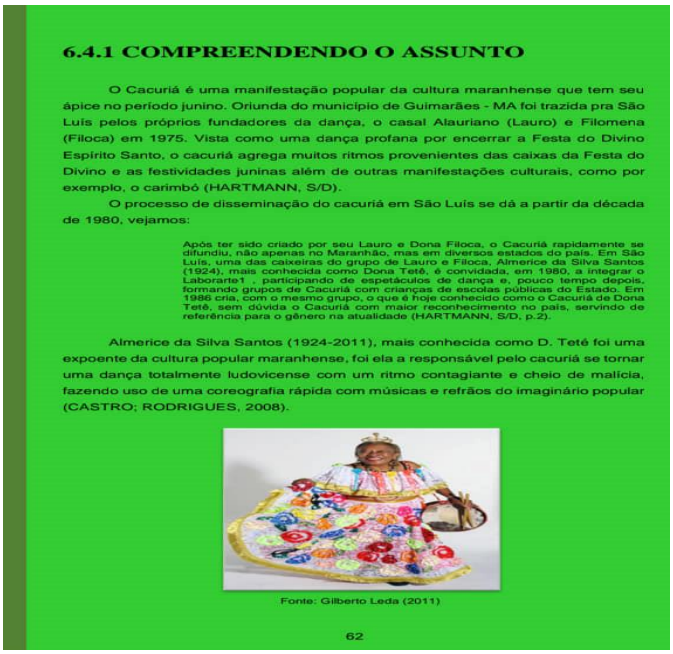


Fonte: Pesquisa empírica (2023)

Nos objetivos pretendemos que os educandos conheçam a origem do Cacuriá, assim como as origens e conceitos da Festa do Divino, identificando os elementos profanos e sagrados existentes nele. Entender o significado e o sentido das Caixeiras da Festa do Divino, assim como reconhecer diferenças entre o Cacuriá e demais danças sensuais, além de fazer uma análise sociológica das músicas para compreender o processo de disseminação da dança em São Luís.

No tópico Compreendendo o Assunto a imagem abaixo descreve a origem do Cacuriá no Maranhão:

Figura 61 - Origem do Cacuriá



6.4.1 COMPREENDENDO O ASSUNTO

O Cacuriá é uma manifestação popular da cultura maranhense que tem seu ápice no período junino. Oriunda do município de Guimarães - MA foi trazida pra São Luís pelos próprios fundadores da dança, o casal Alauriano (Lauro) e Filomena (Filoca) em 1975. Vista como uma dança profana por encerrar a Festa do Divino Espírito Santo, o cacuriá agrega muitos ritmos provenientes das caixas da Festa do Divino e as festividades juninas além de outras manifestações culturais, como por exemplo, o carimbó (HARTMANN, S/D).

O processo de disseminação do cacuriá em São Luís se dá a partir da década de 1980, vejamos:

> Após ter sido criado por seu Lauro e Dona Filoca, o Cacuriá rapidamente se difundiu, não apenas no Maranhão, mas em diversos estados do país. Em São Luís, uma das caixeiras do grupo de Lauro e Filoca, Almerice da Silva Santos (1924), mais conhecida como Dona Teté, é convidada, em 1980, a integrar o Laborarte1 , participando de espetáculos de dança e, pouco tempo depois, formando grupos de Cacuriá com crianças de escolas públicas do Estado. Em 1986 cria, com o mesmo grupo, o que é hoje conhecido como o Cacuriá de Dona Teté, sem dúvida o Cacuriá com maior reconhecimento no país, servindo de referência para o gênero na atualidade (HARTMANN, S/D, p.2).

Almerice da Silva Santos (1924-2011), mais conhecida como D. Teté foi uma expoente da cultura popular maranhense, foi ela a responsável pelo cacuriá se tornar uma dança totalmente ludovicense com um ritmo contagiante e cheio de malícia, fazendo uso de uma coreografia rápida com músicas e refrãos do imaginário popular (CASTRO; RODRIGUES, 2008).

Fonte: Gilberto Leda (2011)

62

Fonte: Pesquisa empírica (2023)

O Cacuriá não nasceu na Capital Maranhense, nasceu no município de Guimarães, no litoral maranhense. Ele foi trazido para São Luís pelos próprios fundadores, mas é em solo ludovicense que essa dança se expande, dando uma identidade aos maranhenses e principalmente aos ludovicenses (HATMANN, S/D).

No tópico operacionalizando o workshop sugerimos duas sequências pedagógicas; a primeira é uma seleção e análise de algumas músicas do Cacuriá na perspectiva de estabelecer um diálogo com os educandos acerca de sua origem, além de conscientizá-los acerca do preconceito presente na dança.

A segunda sequência trata da Festa do Divino no Maranhão, principalmente a mais conhecida que está localizada no município de Alcântara. A avaliação dessa segunda sequência propomos uma pesquisa do Cacuriá da Regina no Quilombo do Alberto e a Festa do Divino no Terreiro de Mina Pai Airton, ambos localizados no Quilombo Urbano da Liberdade.

No tópico curiosidades, trazemos informações acerca das Caixeiras do Divino, conforme a imagem abaixo descreve:

Figura 62 - Curiosidade nossa Terra, nossa Gente

Fonte: Pesquisa empírica (2023)

Ensejamos que este Caderno de Orientações Pedagógicas Afro-Maranhense estimule o desenvolvimento de competências e habilidades de História/Geografia e outras disciplinas que buscam reflexões e ações no combate ao preconceito e a discriminação racial em todo o estado do Maranhão.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo sobre a educação escolar quilombola na UEB Ministro Mário Andreazza nos possibilitou através das Manifestações Culturais trazer para o centro das discussões a questão das manifestações culturais da população afro-maranhense no Quilombo Urbano Liberdade na cidade de São Luís. Assim, buscamos descrever como as referidas manifestações podem contribuir para a efetivação da Lei nº 10.639/03, tendo como premissa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola.

Destacamos que nossa pesquisa ocorreu num território quilombola, portanto a escola por estar situada numa área quilombola é considerada, conforme determina as Diretrizes Curriculares para a Educação Escolar Quilombola, uma escola quilombola (BRASIL, 2022).

No entanto, percebemos que a UEB Ministro Mário Andreazza ainda não tem atendido as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola, pois continua seguindo à risca o calendário e as exigências da Secretaria Municipal de Educação de São Luís, configurando-se no seu aporte teórico e metodológico como as demais escolas regulares da rede municipal de ensino. Também, consideramos que o Projeto Político Pedagógico da referida escola não atende na sua plenitude as Diretrizes Curriculares da Educação Escolar Quilombola (UEB MINISTRO MÁRIO ANDREAZZA, 2022)

O Bairro da Liberdade se tornou um quilombo urbano no dia 13 de novembro de 2019 através da Portaria nº 192 (BRASIL, 2019). Desde então, as escolas públicas situadas no referido bairro são quilombolas. Desta forma, consideramos que é necessária e urgente uma formação continuada docente fundamentada nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola a fim de evitar um currículo que não dialogue com a comunidade quilombola, assim como corrigir erros no sentido de reduzir uma falácia de ensino guiada por discurso eloquente sem problematizar a história e cultura afro-maranhense e africana.

Iniciamos nossa pesquisa descrevendo o processo legal, histórico e sociológico que culminou na implantação da Lei 10.639/03. Assim, buscamos evidenciar leis que fundamentam todo esse processo. Dessa forma, trazemos à tona

as manifestações culturais afro-maranhense na perspectiva da efetivação da Lei nº 10.639/03 e a implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola. Ao descrever as manifestações da cultura maranhense, enquanto instrumento que traga para a sala de aula, concepções que via de regra são colocadas às margens do currículo, predominantemente eurocêntrico, sem considerar a diversidade de um estado que está no bojo dos estados mais negros do Brasil, significa antes de tudo, uma revisão no currículo.

Destacamos que as manifestações culturais evidenciadas na pesquisa são de matriz africana, no qual simboliza liberdade, sabedoria, conhecimento e resistência. A partir do percurso da pesquisa, pudemos observar a importância das manifestações culturais para a formação coletiva e individual dos indivíduos, tornando-os conscientes de sua identidade. O estudo buscou formar/educar pessoas para pensar a contribuição de sujeitos negros na constituição do país rompendo com a pedagogia do silêncio sobre as relações étnico-raciais que impera na educação.

Considerando as orientações do nosso mestrado profissional, seguimos os ritos metodológicos de uma pesquisa empírica, havendo a fase de observação, coleta de dados, montagem e aplicação dos instrumentos de coleta de dados, escrita do texto dissertativo e desenvolvimento da proposta do produto educativo. O produto é um caderno de orientações pedagógicas afro acerca das manifestações culturais afro-maranhense, relacionado ao processo de ensino e de aprendizagem.

Consideramos que cumprimos o objetivo geral, proposto em nossa Dissertação que foi: Investigar sobre as manifestações étnico-culturais afro-maranhenses e afro-brasileiras na Unidade de Educação Básica Ministro Mário Andreazza, no Quilombo Urbano da Liberdade, com vista a construir um Caderno de Orientações Pedagógicas Afro à luz da Lei nº 10.639/03.

Na Dissertação foram escritas várias seções relacionadas às manifestações da cultura popular maranhense, catalogadas para subsidiar a ação docente. Conseguimos, também desenvolver o produto educacional, que foi o Caderno de Orientações Pedagógicas Afro, enquanto uma proposta de aplicabilidade, em contextos escolares.

Quanto aos objetivos específicos, que foram em número de quatro. Consideramos que os alcançamos. Eis:

O primeiro objetivo específico buscou averiguar que conhecimentos teóricos e metodológicos os sujeitos da Unidade de Educação Básica Ministro Mário

Andreazza possuem acerca da Lei nº 10.639/2003 e das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola. Averiguamos que tanto a gestão, a coordenação pedagógica e o professor de História possuem conhecimentos básicos acerca da temática, isto é evidenciado na preocupação com projetos pedagógicos, formação de professores e material didático. Essa preocupação demonstra que os sujeitos são conscientes do seus papeis de promover a cidadania, apoiar a diversidade étnico-racial e combater o racismo.

O segundo objetivo específico buscou verificar as compreensões que os sujeitos da UEB Ministro Mário Andreazza têm acerca das manifestações étnico-culturais ou diversidade étnico-culturais em contextos escolares. Verificamos que os sujeitos têm compreensões básicas acerca das manifestações étnico-culturais e foram unânimes em afirmar o quão são importantes e imprescindíveis à nossa cultura e ao legado africano.

O terceiro objetivo específico buscou compreender de que forma a História e Cultura Afro-Brasileira e Africana são trabalhadas pelos sujeitos da UEB Ministro Mário Andreazza. Compreendemos que a História e Cultura Afro-Brasileira e Africana são trabalhadas em forma de projetos. No mínimo são trabalhados dois projetos no ano acerca da temática racial e todos os entrevistados afirmaram que a temática racial é trabalhada na escola devido sua localização geográfica, pois a UEB Ministro Mário Andreazza está localizada em um quilombo urbano.

O quarto e último objetivo buscou elaborar um Caderno de Orientações Pedagógicas Afro a fim de contribuir com o ensino de História e Cultura Afro-Maranhense e Africana. Elaboramos esse Caderno, como proposta de aplicabilidade na Unidade de Educação Básica Ministro Mário Andreazza, portanto cumprimos esse último objetivo.

Esta pesquisa, portanto, se ampara numa política curricular ancorada nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola que busca combater o racismo e a discriminação que atingem particularmente os negros em todo o país. Consideramos ter contribuído, ao focar a educação para as relações étnico-raciais; destacar a cultura étnico-maranhense; romper com estereótipos reprodutores de violência racial e valorizar o reconhecimento das culturas de matriz africana.

Acreditamos ainda, que a realização desta pesquisa contribuiu substancialmente para o nosso desenvolvimento pessoal e profissional. Nessa perspectiva, estudar as manifestações culturais afro-brasileiras e afro-maranhenses

em contextos escolares nos permitiu tomar uma ação frente ao enfrentamento e ao combate do racismo, nos possibilitando um engajamento político contra as práticas discriminatórias e pejorativas contra a cultura popular maranhense.

Este estudo possibilitou a inserção da cultura popular maranhense em contextos escolares em atendimento à Lei nº 10.639/2003 e às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola, assim como uma pesquisadora negra que buscou desconstruir conceitos, teorias e estereótipos que mantém negros e negras à margem dos direitos básicos de vida, assim como buscamos continuar o legado africano mantendo viva a chama dos conhecimentos e contribuições de nossa ancestralidade africana.

Do exposto, consideramos que o Caderno de Orientações Pedagógicas Afro-maranhenses (produto educacional), que de certa forma foi o *telos* principal da nossa pesquisa, poderá contribuir em apontar e sinalizar perspectivas de valorização das manifestações culturais e étnicas negras do Quilombo Urbano Liberdade para a escola pesquisada, quanto para as demais escolas maranhenses, e quiçá brasileiras.

Compreendemos que nossa pesquisa possa ter contribuído tanto para as demais escolas maranhenses, quanto à Unidade de Educação Básica Ministro Mário Andreazza, assim como ao Programa de Pós-Graduação em Gestão de Ensino da Educação Básica (PPGEEB), no tocante de pesquisas sobre Educação para as Relações Étnico-Raciais.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL. **Hoje é dia: 1ª Constituição Republicana do Brasil completa 130 anos.** 2021. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2021-01/hoje-e-dia-constituicao-de-1891-faz-130-anos>. Acesso em 26 out 2021.

AGÊNCIA BRASIL. **Há 80 anos, era promulgada a segunda Constituição da República.** 2021. Disponível em: <https://memoria.ebc.com.br/cidadania/galeria/audios/2014/07/ha-80-anos-era-promulgada-a-segunda-constituicao-da-republica>. Acesso em 26 out 2021.

AGÊNCIA BUSER. **Praça Nauro Machado - São Luís – MA**. 2023. Disponível em: https://www.buser.com.br/destinos/pontos-turisticos/ma/sao-luis/praca-nauro-machado> Acesso em 26 fev 2023.

ALMADA, Francisco de Assis Carvalho de. **A formação do professor de educação infantil no contexto das políticas educacionais**, São Luís: EDUEMA, 2015.

AMAZON. **Constituição Federal Brasileira de 1988.** Disponível em: <https://www.amazon.com.br/Constitui%C3%A7%C3%A3o-Federal-Brasileira-1988-Palavras-Chave-ebook/dp/B07N5DSSR7>. Acesso em 26 out 2021.

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do Trabalho Científico: elaboração de trabalhos na graduação**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

ANGELINE, Ana Michelle Lopes. et al. **A CULTURA É O HOMEM, E TUDO MAIS.** Disponível em: https://semanaacademica.com.br/system/files/artigos/a_cultura_e_o_homem_e_tudo_mais.pdf> Acesso em 08 fev 2022.

ANTUNES; SILVA; BANDEIRA, Isa Cristina Barbosa, Rafael Oliveira da; Tainá da Silva. **A REFORMA UNIVERSITÁRIA DE 1968 E AS TRANSFORMAÇÕES NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR**.2020. http://www.cchla.ufrn.br/shXIX/anais/GT29/A%20REFORMA%20UNIVERSIT%C1RIA%20DE%201968%20E%20AS%20TRANSFORMA%C7%D5ES%20NAS%20INSTITUI%C7%D5> Acesso em 13 nov 2021.

AROUCHA, Gilberto Matos. **Pensamento Geográfico: Contribuições para formações de professores**, São Luís: Estação Gráfica, 2009.

ARROYO, Miguel G. **Currículo, Território em Disputa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2020.

ASSUNÇÃO, Ana Valéria Lucena Lima. "**Quilombo Urbano", Liberdade, Camboa e Fé em Deus: identidades, festas, mobilização política e visibilidade na cidade de São Luís, MA**, São Luís: UEMA, 2017.

ASSUNÇÃO, Mathias Röhrig. Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil. In: REIS; GOMES, João José, Flávio dos Santos (Org.). **Quilombos maranhenses.** 1 ed. São Paulo: Claroenigma, 2012. p.494-533.

BARROS, Aidil de Jesus Paes de. **Projeto de pesquisa: propostas metodológicas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1990.

BBC NEWS BRASIL. **Frente Negra:** a história do movimento que apoiava o integralismo e foi pioneiro do ativismo negro no país. 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-53000662>. Acesso em 07 jan. 2022.

BATISTA, Paula Carolina. **O quilombo em espaços urbanos – 130 anos após a abolição**. GT 2 Comunicação, Cultura e Diversidade – IV SICCAL, 2019.

BERVIAN, Pedro Alcino; CERVO, Amado Luiz. **Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 1996.

BEZERRA; ANDRADE, Luana Gonçalves; Iarê Lucas. **RURALISMO PEDAGÓGICO: A CONSTRUÇÃO DO ENSINO RURAL DEBATE SOBRE OS PRIMEIROS ANOS DE FUNCIONAMENTO DA ESCOLA NORMAL RURAL DE JUAZEIRO DO NORTE**.http://uece.br/eventos/eehce2016/anais/trabalhos_completos/249-40015-30012017-102239.pdf. > Acesso em 06 nov 2021.

BORGES, Raimundo. **BAIRRO DA LIBERDADE SERÁ O MAIOR QUILOMBO URBANO DO BRASIL**. 2019. Disponível em: https://raimundoborges.com.br/2019/11/15/bairro-da-liberdade-sera-o-maior-quilombo-urbano-do-brasil/> Acesso em 02 dez 2021.

BRASIL, **Base Nacional Comum Curricular** – BNCC. 2022. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_sits.pdf> Acesso em 20 fev 2023.

BRASIL, Constituição Federal de 1891.**Secção 1 das Qualidades do Cidadão Brasileiro**. ─ 3. ed. ─ Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2012.

BRASIL, Constituição Federal de 1937. **Da Educação e da Cultura**. ─ 3. ed. ─ Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2012.

BRASIL, **Constituição dos Estados Unidos do Brasil (De 18 de setembro de 1946)**. Brasília: Senado Federal, 2020

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil de 1967**. Brasília: Senado Federal, 2021.

BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil. **Atos das Disposições Constitucionais Transitórias**, Brasília: Senado Federal, 2020.

BRASIL, **DECRETO-LEI Nº 1.915, DE 27 DE DEZEMBRO DE 1939**. 2022. Disponível em:http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/del1915.htm> Acesso em 17 fev 2022.

BRASIL, **Emenda Constitucional nº 48 de 10 de agosto de 2005**. 2021. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc48.htm#art1> Acesso em 25 jan 2022.

BRASIL, Fundação Palmares. **Portaria nº 192 de 13 de novembro de 2019**. Diário Oficial da União, Brasília, 2019.

BRASIL, **Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990**. 2021. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm> Acesso em 18 nov 2021.

BRASIL. **LEI Nº 14.532, DE 11 DE JANEIRO DE 2023**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/l14532.htm> Acesso em 14 abr 2023.

BRASIL, **Lei nº 12.796, de 04 de abril de 2013**. 2021. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12796.htm#art1> Acesso em 18 nov 2021.

BRASIL, **Lei 13. 845 de 18 de junho de 2019**. 2021. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Lei/L13845.htm#art2> Acesso em 18 nov 2021.

BRASIL, **LEI Nº 10.639, DE 9 DE JANEIRO DE 2003**. 2021. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm> Acesso em 22 nov 2021.

BRASIL, Ministério da Educação. **Diretrizes Nacionais para a Educação Escolar Quilombola.** Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica, Brasília 2013.

BRASIL, Ministério da Educação. **Diretrizes Nacionais Operacionais para a garantia de Qualidade das Escolas Quilombolas**. Parecer CNE/CEB nº 8/2020

BRASIL, Ministério da Educação. **Parecer 03 de 10 de março de 2004**. Brasília: MEC/SEPPIR, 2004a.

BRASIL, Ministério da Educação. **Resolução nº 8 de 20 de novembro de 2012**. Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, Brasília, 2020.

BRASIL, **Portaria Interministerial MEC/MJ/SEPPIR n. 605, de 20 de maio de 2008**. Brasília: MEC/MJ/SEPPIR, 2008.

BRASIL, **Portaria nº 137 de 28 de abril de 2016**. Diário Oficial da União, Brasília, 2016.

BRASIL, **Portaria Interministerial MEC/MJ/SEPPIR n. 605, de 20 de maio de 2008**. Brasília: MEC/MJ/SEPPIR, 2008.

BRASIL, **Proposta de Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana – Lei 10.639/2003**. Brasília: MEC, 2008.

BRASIL, **RESOLUÇÃO Nº 1, DE 17 DE JUNHO DE 2004**. 2020. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/res012004.pdf> Acesso em 22 nov 2021.

BRASIL. **Resolução Nº 196, De 10 de outubro de 1996.** Brasília. 1996. Disponível em:<

https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/1996/res0196_10_10_1996.html>. Acesso 11 ago 2023.

BRASIL DE FATO. **O Movimento Negro e a Constituição de 1988: Uma Revolução em Andamento**. 2019. Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/especiais/o-movimento-negro-e-a-constituicao-de-1988-uma-revolucao-em-andamento> Acesso em 13 nov 2021.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971**. 2021. Disponível em https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:hQRK5C9D1TAJ:https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br> Acesso em 18 nov 2021.

CARA, Daniel. Educação contra a barbárie: Por Escolas Democráticas e pela Liberdade de Ensinar. In: CÁSSIO; Fernando (Org.). **Contra a barbárie, o direito a educação.** 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2019. p.25-32.

CAVALLEIRO, Eliane. Racismo e anti-racismo na educação; repensando nossa escola. In: CAVALLEIRO, Eliane (Org.). **Educação anti-racista: compromisso indispensável para um mundo melhor.** 1 ed. São Paulo: Selo Negro, 2001. p.141-160.

CARNEIRO, Moaci Alves. **LDB fácil: leitura crítico-compreensiva**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

CARVALHO, José Murilo de. **A Formação das almas: o imaginário da República no Brasil**. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2004.

CASTRO, Márcio Sampaio de. **Quilombos Urbanos**. 2009. Disponível em: https://www.geledes.org.br/quilombos-urbanos/> Acesso em 01 nov 2021.

COELHO, Luíz Cláudio Araújo. **A Educação nas Constituições Brasileiras**. 2020. Disponível em: https://www.uni7.edu.br/recursos/imagens/File/direito/ic/v_encontro/aeducacaonasconstituicoesbrasileiras.pdf> Acesso em 24 out 2021.

CONRADO LEILOEIRO. **Constituição de 1946.** Disponível em: <https://www.conradoleiloeiro.com.br/peca.asp?ID=2544678>. Acesso em: 25 out 2021.

COSTA, Alex Silva. **Dança de Negro, Bailado Maranhense, Sotaque da Gente**. São Luís: UEMA, 2015.

COSTA, Rosângela Coêlho. **Projeto de trabalho sobre o reggae: uma intervenção didático-pedagógica do ensino de geografia na Unidade de Educação Básica Rosário Nina.** Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2019.

DAGOSTIN, Anelise Ambiel. **O Direito e a origem da expressão "para inglês ver"**. 2020. Disponível em: https://www.medina.adv.br/o-direito-e-a-origem-da-expressao-para-ingles-ver> Acesso em 19 mar 2023.

DANTAS, Alessandra. **10 anos da morte de Abdias Nascimento: relembre legado do intelectual, político e ativista.** https://ufmg.br/comunicacao/noticias/10-anos-da-morte-de-abdias-nascimento-relembre-legado-do-intelectual-politico-e-ativista> Acesso em 06 nov 2021.

DEISI. **Etimologia: Origem da Palavra**. Disponível em: https://origemdapalavra.com.br/pergunta/etimologia-531/> Acesso em 21 jul 2022.

DEMO, Pedro. **Pesquisa: princípio científico e educativo**. São Paulo: Cortez, 2000.

EDUCAÇÃO DO CAMPO. **Ruralismo Pedagógico.** 2017. Disponível em: <http://educacaodocampoitaqui.blogspot.com/>. Acesso em 07 ja. 2022.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina D. **Uma introdução aos Estudos Culturais**. Revista FAMECOS • Porto Alegre • nº 9 • dezembro 1998 • semestral.

DIAS. Hertz da Conceição. **Posse da Liberdade: a integração neoliberal e a ruptura político-pedagógica do hip hop em São Luís, a partir dos anos de 1990**. Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2009.

DIMENSTEIN, Dora. **A Educação Patrimonial, Memória e Cidadania: A Experiência dos Professores de História da Rede Municipal do Jaboatão dos Guararapes – PE**. 44 p. il. 2016.Monografia (Curso de Aperfeiçoamento em Gestão Cultural) – Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016.

DUARTE, Newton. **A individualidade para si: contribuição a uma teoria histórico crítica da formação do indivíduo**. Campinas, SP: Autores Associados, 2013.

EVARISTO, Conceição. **Poemas da recordação e outros movimentos**. Belo Horizonte: Nandyala, 2008.

Facebook. **Quilombo jamary dos pretos**. 2019. Disponível em: < https://www.facebook.com/136093793397190/photos/pb.100067408853963.-2207520000./958615421145019/?type=3>. Acesso em 07 jun 2023.

FACE BOOK. **Matadouro Modelo (1923), bairro: Liberdade, antigo Matadouro**. 2021. Disponível em<https://www.facebook.com/slzmemoria/photos/a.1412377072398352/2756789054623807/?type=3>. Acesso em 11 ago 2023.

FERNANDES, Florestan. **A integração do Negro na Sociedade de Classes.** São Paulo: Dominus Editora, 1965.

FILHO, Antônio Mário da Mota Limeira. **PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO: UMA AVALIAÇÃO SEGUNDO O PGMBOK**. 2009. Disponível em: https://www.cin.ufpe.br/~tg/2009-2/ammlf.pdf> Acesso em 22 mai 2023.

FOLHA DE SÃO PAULO. **1968: Mário Andreazza expõe política de transporte no auditório da Folha**. 2018. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/banco-de-dados/2018/09/1968-mario-andreazza-expoe-politica-de-transporte-no-auditorio-da-folha.shtml> Acesso em 02 jan 2023.

FONSECA, Sonia Luzia Nogueira da. **Religiões de matriz afro maranhense na perspectiva da Interculturalidade e da Lei nº 10.639/03:** um estudo sobre o Tambor de Mina no currículo escolar. Dissertação de Mestrado em Educação. Programa de Pós-Graduação em Gestão de ensino da Educação Básica. Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2021.

FRAZÃO, Thais. **Câmara de São Luís concederá título de cidadã ludovicense à vice-prefeita Esmênia Miranda**. 2021. Disponível em: https://www.camara.slz.br/camara-de-sao-luis-concedera-titulo-de-cidada-ludovicense-a-vice-prefeita-esmenia-miranda/> Acesso em 26 fev 2023.

FREIRE, Karla Cristina Ferro. **Onde o reggae é a lei**. São Luís, EDUFMA, 2012.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala:** formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 50 ed. São Paulo: Global, 2005.

FREITAS, Marcos Aurélio dos Santos. **Tambor de Crioula como pressuposto para a implementação da Lei 10.639/2003:** um estudo de caso na Unidade de Educação Básica Rosália Freire. Dissertação de Mestrado em Educação. Programa de Pós-Graduação em Gestão de ensino da Educação Básica. Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2021.

FREIRE, Paulo. **Poema: A Escola é**. 2023. Disponível em: http://www.cascavel.pr.gov.br/arquivos/07082015_poema__a_escola.pdf> Acesso 26 fev 2023.

.
GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, Arilson dos Santos. **Congressos em debates: Primeiro Congresso Nacional do Negro realizado na cidade de Porto Alegre no ano de 1958: organização, programação, participantes e temas**. Disponível em: http://eeh2008.anpuh-rs.org.br/resources/content/anais/1214577013_ARQUIVO_NOVO_ARILSON_anpuhrs_2008.pdf> Acesso em 17 fev 2022.

GOMES, João José, Flávio dos Santos (Org.). **Deus contra Palmares – Representações senhoriais e ideias jesuíticas.** 1 ed. São Paulo: Claroenigma, 2012. p.67-89.

GOMES, Nilma Lino. **O Movimento Negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação.** Petrópolis RJ: Vozes, 2017.

GOMES; RODRIGUES, Nilma Lino; Tatiane Consentino. **RESISTÊNCIA DEMOCRÁTICA: A QUESTÃO RACIAL E A CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988.**https://www.scielo.br/j/es/a/LF9R5KRdpnDkCSRvDjmWyfL/?lang=pt> Acesso em 06 nov 2021.

GRESSLER, LORI ALICE. **Introdução a pesquisa** – 2 ed. São Paulo. Loyola, 2004.

GROSSI, Gustavo. **CreativeCommons**. 2017. Disponível em: https://rockcontent.com/br/talent-blog/o-que-e-creative-commons/> Acesso em 25 abr 2023.

GUIA DO ESTUDANTE. **Conheça a origem da bandeira do Brasil.** 2021. Disponível: https://guiadoestudante.abril.com.br/estudo/conheca-a-origem-da-bandeira-do-brasil/. Acesso em 24 nov 2021.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. **Democracia Racial: o ideal, o pacto e o mito**. In: OLIVEIRA, Iolanda de. (Organizadora). Relações raciais e educação: Temas contemporâneos. Cadernos PENESB, Volume 4, Niterói (RJ): EdUFF, 2002, p. 33-69.

GRUPO CLASI. **Nossa Abrangência**. 2023. Disponível em: http://www.grupoclasi.com.br/grupo-clasi/> Acesso 23 fev 2023.

HARTMANN, Luciana. **Cacuriá: dinâmicas de uma tradição dançada**. Trabalho apresentado no VI Congresso de Pesquisa e Pós-Graduação em Artes Cênicas, 2010. Artigo no site: http://www.portalabrace.org/vicongresso/teorias/Luciana%20Hartmann%20-%20Cacuri%E1%20-%20din%E2micas%20de%20uma%20tradi%E7%E3o%20dan%E7ada.pdf> Acesso em 19 fev 2023.

HIGA, Carlos César. **Era Vargas: governo provisório (1930-1934)**. 2021. Disponível em: https://brasilescola.uol.com.br/historiab/governo-vargas.htm> Acesso 20 jun 2022

IMIRANTE. **Dia Nacional do Reggae: palavra que tem som e história**. 2021. Disponível em: https://imirante.com/namira/brasil/noticias/2021/05/11/dia-nacional-do-reggae-palavra-que-tem-som-e-historia.shtml> Acesso em 17 fev 2022.

IMIRANTE. **Morre João Chiador, ícone da cultura popular maranhense**. Disponível em: https://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/morre-joao-chiador-icone-da-cultura-popular-maranhense.ghtml> Acesso em 17 mar 2023.

INEICHEN, Julien. **O Workshop, tipificação de uma prática pedagógica mundializada**. II Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo. Teorias e práticas na Arquitetura e na Cidade Contemporâneas Complexidade, Mobilidade, Memória e Sustentabilidade Natal, 18 a 21 de setembro de 2012.

INEP. **Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova - 1932**. 2021. Disponível em: <http://inep80anos.inep.gov.br/inep80anos/passado/manisfesto-dos-pioneiros-da-educacao-nova-1932/143>. Acesso em 24 nov 2021.

INSTITUTO BAIXADA. **Baixada maranhense**. Disponível em < https://baixada.org.br/baixada-maranhense/> Acesso 25 agos 2023.

IPEAFRO. **70 ANOS DO 1º CONGRESSO DO NEGRO BRASILEIRO**. 2020. Disponível em: https://ipeafro.org.br/ha-70-anos-comecava-o-1o-congresso-do-negro-brasileiro/> Acesso em 17 de fev 2022.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Os tambores da ilha**. Brasília, DF: IPHAN, 2007.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia Científica**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 1991.

LEINEKER & ABREU, Mariulce da Silva Lima, Cláudia Barcelos de Moura. **A Educação do Campo e os Textos Constitucionais: Um estudo a partir da Constituição Federal de 1934**. Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul. IX ANPED SUL, 2012. Disponível em: http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/1772/79> Acesso em: 24 out 2021.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas-SP, Editora da UNICAMP, 1990.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. Goiânia: Editora Alternativa, 2001.

LIMA; JÚNIOR, BRZEZINSKI. Maria Eliene; Antônio da Silva Menezes; Iria. **CIDADANIA: SENTIDOS E SIGNIFICADOS**. In: IV Seminário Internacional de Representações Sociais, Subjetividade e Educação. ISSN 2176-1396, 2019.

LOBATO; SILVA. José; Fabíola. **O DJ e a Performance No Universo Reggae De São Luís**. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XXI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste – São Luís - MA – 30/05 a 01/06/2019. Disponível em: https://www.portalintercom.org.br/anais/nordeste2019/resumos/R67-1555-1.pdf> Acesso em 21 mai 2023.

LUNA, Fernanda. **Carta Magna**.https://www.educamaisbrasil.com.br/enem/historia/carta-magna> Acesso em nov 2021.

MARANHÃO, **Documento Curricular do Território Maranhense para a Educação Infantil e o Ensino Fundamental**. Secretaria de Estado da Educação do Maranhão –SEDUC, 2019.

MARANHÃO, **Fundação Palmares certifica mais de 30 comunidades quilombolas**. Secretaria de Igualdade Racial. 2021. Disponível em: https://igualdaderacial.ma.gov.br/fundacao-palmares-certifica-mais-de-30-comunidades-quilombolas/> Acesso em 29 nov 2021.

MILANI, Luciano. **Tambor de Crioula do Maranhão é reconhecido como patrimônio imaterial.** 2007. Disponível em: https://portalcapoeira.com/geral/cultura-e-cidadania/tambor-de-crioula-do-maranhao-e-reconhecido-como-patrimonio-imaterial/>Acessoem 01 fev 2022.

MINAYO, M.C. de S. **O desafio do conhecimento: Pesquisa Qualitativa em Saúde**. (12ª edição). São Paulo: Hucitec-Abrasco, 2010.

MISSIATTO, Leandro Aparecido Fonseca. **Memoricídio das populações negras no Brasil: atuação das políticas coloniais do esquecimento**. Revista Memória em Rede, Pelotas, v.13, n.24, Jan/Jul.2021 – ISSN- 2177-4129.

MIRHAN, Lejeune. **Marx para principiantes**. 1ª ed – Campinas, SP: Apparte, 2020.

MOREIRA, D. A. **Pesquisa em Administração: Origens, usos e variantes do método fenomenológico**. Revista de Administração e Inovação, v. 1, n. 1, 2014.

MORICONI, Lucimara Valdambrini. **Pertencimento e Identidade**. UNICAMP, Campinas – SP, 2014.

MOURA, Clóvis. **O Negro, de bom escravo a mau cidadão**? 2. ed. São Paulo: Editora Dandara, 2021.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra.** Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2020.

NAGLE, Jorge. **Educação e Sociedade na Primeira República**. São Paulo: EPU; Rio de Janeiro: Fundação Nacional de Material Escolar, 1974.

NUNES, Antônio de Assis Cruz. **O Sistema de Cotas para Negros na Universidade Federal do Maranhão: uma política de ação afirmativa para a população afro-maranhense**. São Luís, EDUFMA, 2013.

OLIVEIRA, Amália Xavier de. **História da Escola Normal Rural de Juazeiro do Norte**. Fortaleza, secretaria de cultura e desposto, 1984.

O ESTADO DO MARANHÃO. **Comunidade celebra 101 anos de fundação do bairro Liberdade**. 2019. Disponível em: https://imirante.com/oestadoma/noticias/2019/05/27/comunidade-celebra-101-anos-do-bairro-liberdade/> Acesso 10 fev 2022.

O ESTADO DO MARANHÃO. **Liberdade: bairro secular que nasceu de um matadouro**. 2018. Disponível em: https://imirante.com/oestadoma/noticias/2018/05/26/liberdade-bairro-secular-que-nasceu-de-um-matadouro/> Acesso em 05 jan 2022.

O IMPARCIAL. **Dona Teté e a história do Cacuriá**. 2017. Disponível em: https://oimparcial.com.br/entretenimento-e-cultura/2017/11/dona-tete-e-a-historia-do-cacuria/> Acesso em 17 mar 2023.

O IMPARCIAL. **Maranhão comemora o dia do Negro Cosme**. 2020. Disponível em: https://oimparcial.com.br/entretenimento-e-cultura/2020/09/maranhao-comemora-o-dia-do-negro-cosme/> Acesso em 29 nov 2021.

O IMPARCIAL. **Registros da história: Relembre os tempos áureos das fábricas do Maranhão**. 2020. Disponível em: https://oimparcial.com.br/cidades/2020/07/registros-da-historia-relembre-os-tempos-aureos-das-fabricas-do-maranhao/> Acesso em 03 dez 2021.

O IMPARCIAL. **Aprenda a fazer um mingau de milho fácil**. 2021. Disponível em: https://oimparcial.com.br/noticias/2021/06/aprenda-a-fazer-um-mingau-de-milho-facil/> Acesso em 19 fev 2023.

PALÁCIO PIRATININI. **1959-1963 Leonel de Moura Brizola**. Disponível em: https://www.palaciopiratini.rs.gov.br/leonel-brizola> Acesso em 17 fev 2022.

PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA. **No Senado, último discurso de Darcy Ribeiro é um tributo ao trabalhismo**. 2017. Disponível em: https://www.pdt.org.br/index.php/no-senado-ultimo-discurso-de-darcy-ribeiro-e-um-tributo-ao-trabalhismo/> Acesso em 17 fev 2022.

PENSADOR. **Rubem Aves**. Disponível em: <https://www.pensador.com/frase/NDc2MDUw> Acesso em 21 agos 2023.

PEREIRA, Josenildo de Jesus. **AS IDENTIDADES QUILOMBOLAS CONTEMPORÂNEAS: NUANCES DAS EXPERIÊNCIAS DO MARANHÃO**. 2007. Disponível em: https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:6t4SuXFDVcEJ:https://revistas.uece.br/index.php/embornal/article/download/3194/2707/11134+&cd=9&hl=pt-BR&ct=cln> Acesso em 29 nov 2021.

PEREIRA, KATIÚCIA ERMIZA MOREIRA DA SILVA. **POR UMA PEDAGOGIA ANTIRRACISTA EM TEMPOS PANDÊMICOS: A invisibilidade da Lei 10.639/03 no ensino remoto.** In: VII Semana Internacional de Pedagogia 2020 - Maceió - AL (on-line), 2021. Disponível em: <https://www.doity.com.br/anais/vii-semana-internacional-de-pedagogia-2020/trabalho/173507>. Acesso em: 17 abr 2021.

PORTAL GUARÁ. **Evento beneficente e cultural para a sambista maranhense Patativa marca o sábado na Praia Grande**. 2022. Disponível em: https://portalguara.com/evento-beneficente-e-cultural-para-a-sambista-maranhense-patativa-marca-o-sabado-na-praia-grande/> Acesso em 17 mar 2023.

PINHEIRO, Sílvio Sérgio Ferreira. **PALAFITAS SERÃO APARTAMENTOS: concepções, mecanismos e limites da participação popular do PAC Rio Anil no bairro da Liberdade, em São Luís do Maranhão**. PUC-SP, 2013.

PRICE, Richard. Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil. In: REIS; GOMES, João José, Flávio dos Santos (Org.). **Palmares como poderia ter sido.** 1 ed. São Paulo: Claroenigma, 2012. p.58-66.

PRODANOV & FREITAS. **METODOLOGIA DO TRABALHO CIENTÍFICO**: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico. 2ª ed. Universidade Feevale. Novo Hamburgo. Rio Grande do Sul, 2013.

QUEIROZ; MOITA, Cecília Telma Alves Ponte de; Filomena Maria Gonçalves da Silva Cordeiro. **Fundamentos Sócio-Filosóficos da Educação**.Campina Grande; Natal: UEPB/UFRN, 2007.

REINHOLZ, Fabiana. **Primeiro quilombo urbano do país comemora 10 anos de titulação no RS**. 2019. Disponível em: < https://www.brasildefators.com.br/2019/11/08/primeiro-quilombo-urbano-do-pais-comemora-10-anos-de-titulacao-no-rs#:~:text=Entre%20as%20Avenidas%20Nilo%20Pe%C3%A7anha,> Acesso em 21 agos 2023.

RESENDE Marília Ruiz e. **A Constituição de 1937 – a Polaca**. https://www.politize.com.br/constituicao-de-1937-a-polaca/> Acesso em 06 nov 2021.

RIBEIRO, Ana Emília. **Primeira lei de combate ao racismo completa 61 anos.** https://www.geledes.org.br/primeira-lei-de-combate-ao-racismo-completa-61-anos/?gclid=EAIaIQobChMI19aRiYGF9AIVDj5gCh2KMAXjEAAYAyAAEgIDM_D_BwE> Acesso em 06 nov 2021.

RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro: A formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

ROCHA; ALVES; REIS. Tânia Maria Rodrigues da; Ana Elizabeth Santos; Luciana Araújo.**Memória e formação de um povo negro**. Revista Brasileira de História & Ciências Sociais Vol. 6 Nº 12, Dezembro de 2014.

RODRIGUES, Gabriel Kupfer da Silva. **Por dentro da África:** muito além de uma história única. Monografia de Graduação de Jornalismo. Escola de Comunicação. Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2017. Disponível em: < https://pantheon.ufrj.br/bitstream/11422/6577/1/Grodrigues.pdf>. Acesso em 19 ago 2023.

RÚDIO, Franz Victor. **Introdução ao Projeto de Pesquisa**. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

SANTOS, Gislene Aparecida dos. **A invenção do ser negro: um percurso de ideias que naturalizaram a inferioridade dos negros**. Rio de Janeiro – RJ: Pallas, 2002.

SANTOS, Saulo Ribeiro dos. et al. **Percepção dos Ludovicenses sobre a Identidade Cultural da Cidade de São Luís (MA)**. Disponível em: https://www.ucs.br/ucs/eventos/seminarios_semintur/semin_tur_7/arquivos/02/13_Santos_Ribeiro_Santos_Moraes.pdf> Acesso em 19 mar 2023.

SÃO LUÍS. **LEI Nº 4102 DE 30 DE OUTUBRO DE 2002**. 2008. Disponível em: https://leismunicipais.com.br/a/ma/s/sao-luis/lei-ordinaria/2002/411/4102/lei-ordinaria-n-4102-2002-institui-o-dia-municipal-do-regueiro-no-municipio-de-sao-luis-e-da-outras-providencias> Acesso em 17 nov 2022.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão popular, 2013.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas/SP: Autores associados, 2013.

SAVIANI, Dermeval. **Política e educação no Brasil***:* o papel do Congresso Nacional na legislação do ensino. São Paulo: Autores Associados, 1987.
SENADO FEDERAL. **Constituições brasileiras**. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/noticias/glossario-legislativo/constituicoes-brasileiras> Acesso em 25 out 2021.

SENADO FEDERAL. **Racismo religioso cresce no país, prejudica negros e corrói democracia**. 2023. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2023/03/racismo-religioso-cresce-no-pais-prejudica-negros-e-corroi-democracia> Acesso em 14 abr 2023.

SENADO FEDERAL. **Parlamentares negros fazem história na luta contra o racismo**. Agencia Senado, 2006. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2006/09/19/parlamentares-negros-fazem-historia-na-luta-contra-o-racismo> Acesso em 25 nov 2021.

SILVA, Daniel Neves. "**Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP)"; Brasil Escola**. Disponível em: https://brasilescola.uol.com.br/historiab/o-dip-estado-novo.htm> Acesso em 17 de fev 2022.

SILVA, Dedval Brandão da. **ESTADO E CULTURA: MANIFESTAÇÕES CULTURAIS TRADICIONAIS E AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE CULTURA**. Disponível em: https://mail.google.com/mail/u/0/#inbox/FMfcgzGlkZChSFgkspnVwfPnQPGpFSWL?projector=1&messagePartId=0.2> Acesso em 08 fev 2022.

SILVA, Carlos Benedito Rodigues da. **Da terra das primaveras à ilha do amor:** Reggae, Lazer e Identidade Cultural. 2 ed. São Luís, Pitomba 2016.

SILVA, Gilvânia Maria. **Lideranças Quilombolasdas Comunidades Frechal, MA e Conceição das Crioulas, PE e fundadores da CONAQ**. 2013. Disponível em:<http://conaq.org.br>. Acesso em 10 out 2019.

SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 18. ed. São Paulo: Malheiros, 2000.

SILVA, Maria Aparecida (Cidinha). Racismo e anti-racismo na educação; repensando nossa escola. In: CAVALLEIRO, Eliane (Org.). **Formação de educadores/as para o combate ao racismo: mais uma tarefa essencial.** 1 ed. São Paulo: Selo Negro, 2001. p.65-82.

SILVA; ROCHA, Lívia Sonalle do Nascimento; Francineide Rodrigues Passo. **O TECNICISMO E AS REFORMAS EDUCACIONAIS NO CONTEXTO DA DITADURA MILITAR**. Disponível em: https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2015/TRABALHO_EV045_MD1_SA1_ID5667_06092015200241.pdf> Acesso em 17 nov 2021.

SO HISTORIA. **Constituição Polaca - 1937**. Disponível em: <https://www.sohistoria.com.br/ef2/eravargas/p3_2.php>. Acesso em 26 out 2021.

SCHWARCZ, Lilia Moritz e STARLING, Heloísa Murgel. **Brasil: Uma Biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SCHUCH. Matheus. 2015. **Porto Alegre tem o quarto território quilombola reconhecido**. Disponível em: < https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2015/10/porto-alegre-tem-o-quarto-territorio-quilombola-reconhecido-cj5w3encv196oxbj05p4mybux.html> Acesso em 21 agost 2023.

SKIDMORE, Thomas E. **Uma História do Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

TARDIFE, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2020.

TODA MATÉRIA. **História do Halloween**. 2023. Disponível em: https://www.todamateria.com.br/historia-do-halloween/> Acesso em 26 fev 2023.

TRIBO DE JAH. **A HISTÓRIA TRIBO**. Disponível em: <https://tribodejahoficial.com.br/tribo-de-jah> Acesso 23 agos 2023

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1995.

UNIDADE DE EDUCAÇÃO BÁSICA MINISTRO MÁRIO ANDREAZZA. **Projeto Político Pedagógico**. São Luís - MA– 2020.

UNIVERDIDADE FEDERAL DO MARANHÃO. **Instrução Normativa nº 04/2020/PPGEEB/UFMA**: Formas metodológicas de apresentação do produto educacional na dissertação durante o período de distanciamento social do novo Coronavírus (Sars-cov-2/covid-19). 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO. **O Tambor de Mina do Maranhão e a Casa das Minas**. 2015. Disponível em: http://www.gpmina.ufma.br/o-tambor-de-mina-do-maranhao-e-a-casa-das-minas/> Acesso em 02 fev 2022.

USP. **Guia de Apresentação de Teses.** Universidade de São Paulo. Faculdade de Saúde Pública. São Paulo: Faculdade de Saúde Pública da USP, 2017.

VAINFAS, Ronaldo. Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil. In: REIS; GOMES, João José, Flávio dos Santos (Org.). **Quilombos maranhenses.** 1 ed. São Paulo: Claroenigma, 2012. p.67-89.

VERMELHO. **O Brasil do século 19 a partir do olhar de Rugendas**. 2019. Disponível em: https://vermelho.org.br/2019/01/12/o-brasil-do-seculo-19-a-partir-do-olhar-de-rugendas/> Acesso em 01 dez 2021.

VIEIRA, Cláudio. **Bois de São Luís festejam São Marçal. 2019**. Disponível em: https://brasilfestasefolias.com.br/bois-de-sao-luis-festejam-sao-marcal/> Acesso em 01 fev 2022.

APÊNDICES

APÊNDICE A – ROTEIRO DE OBSERVAÇÃO

ROTEIRO DE OBSERVAÇÃO NA UEB MINISTRO MÁRIO ANDREAZZA	
CENÁRIO FÍSICO DA ESCOLA	**REGISTRO**
Banheiros	
Cantina	
Diretoria	
Laboratório de Informática	
Ornamentações no contexto étnico-racial	
Pátio	
Salas de aula	
Sala de professores	
Sala de Recurso	
Secretaria	
CENÁRIO PEDAGÓGICO-ADMINISTRATIVO	**REGISTRO**
Projeto Político Pedagógico	
Planos de Ensino	
Projetos de Ensino	
CENÁRIO PEDAGÓGICO-DOCENTE	**REGISTRO**
Reuniões e planejamento pedagógico	
Relação gestão-coordenação-docente	

APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTA COM A EQUIPE/GESTÃO: GESTORA E COORDENADORA PEDAGÓGICA

1) Qual o seu entendimento sobre a Lei 10.639/2003?
2) O que você sabe sobre manifestações étnico-culturais ou diversidade étnico-culturais?
3) A UEB Ministro Mário Andreazza desenvolve projetos de trabalho sobre História e Cultura Afro-Brasileira e Africana à luz da Lei 10.639/2003?
4) O que você entende sobre Quilombo Urbano?
5) Como você relaciona quilombo urbano x manifestações culturais afro-brasileiras e afro-maranhenses?
6) Qual manifestação étnico-cultural afro-maranhense do Bairro da Liberdade a Escola trabalha ou já trabalhou? Comente acerca dessa experiência.
7) Quais seriam pontos positivos, negativos e desafios que a UEB Mário Andreazza tem tido em trabalhar conteúdos ou projetos de trabalho sobre manifestações culturais afro-brasileiras e afro-maranhenses?

APÊNDICE C - ROTEIRO DE ENTREVISTA COM O PROFESSOR DE HISTÓRIA

1) Qual o seu entendimento sobre a Lei 10.639/2003?
2) De que forma você trabalha a Lei 10.639/2003 nas aulas de História?
3) O que você sabe sobre manifestações étnico-culturais ou diversidade étnico-culturais?
4) O que você entende sobre Quilombo Urbano?
5) Como você relaciona quilombo urbano x manifestações culturais afro-brasileiras e afro-maranhenses?
6) Como você organiza e desenvolve conteúdos ou projetos de trabalho voltados para manifestações culturais afro-brasileiras e afro-maranhenses?
7) Você trabalha ou já trabalhou nas aulas de História alguma Manifestação Cultural do Bairro da Liberdade na UEB Ministro Mário Andreazza? Caso a resposta seja positiva, descreva um pouco dessa experiência

APÊNDICE D – QUESTIONÁRIO APLICADO AOS ALUNOS DO 9º DA UEB MINISTRO MÁRIO ANDREAZZA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO DE ENSINO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Caro (a) discente

Este questionário trata de uma pesquisa sobre as manifestações étnicas e culturais do Quilombo Urbano da Liberdade ou Bairro da Liberdade. Contamos com a sua colaboração em responder as perguntas.

Muito Obrigada!

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Idade_____ Sexo (gênero): ( ) masculino ( ) Feminino
( ) outro_____
cor ou raça: ( ) preta ( ) parda ( ) branca ( ) indígena ( ) não sei responder

1 Você gosta de manifestações culturais (bumba-boi, reggae, cacuriá, danças, tambor de crioula e etc)?
( ) Não ( ) Sim
Justifique:
2 Você é brincante de alguma delas?
( )Não ( ) Sim Qual?
3 O que você entende por quilombo urbano da Liberdade?
4 Cite algumas manifestações culturais da população negra que você gosta no do Quilombo Urbano da Liberdade.
5 Na sua escola há projetos voltados para trabalhar as manifestações culturais da população negra do Quilombo Urbano da Liberdade?
( ) Não ( ) Sim

6 Como você gostaria que a temática acerca das manifestações culturais afro-brasileiras e afro-maranhenses fossem trabalhadas na sua escola? Justifique sua resposta.

APÊNDICE E – CADERNO DE ORIENTAÇÕES PEDAGÓGICAS AFRO-MARANHENSE

KATIÚCIA ERMIZA MOREIRA
DA SILVA PEREIRA

Caderno de Orientações Pedagógicas Afro-Maranhense

Manifestações Culturais do Quilombo Liberdade e a Lei 10.639/2003 na Educação Básica

KATIÚCIA ERMIZA MOREIRA DA SILVA PEREIRA

Caderno de Orientações Pedagógicas Afro-Maranhense

Manifestações Culturais do Quilombo Liberdade e a Lei 10.639/2003 na Educação Básica

São Luís - MA
2023

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
Reitor Prof. Dr. Natalino Salgado Filho

AGÊNCIA DE INOVAÇÃO, EMPREENDEDORISMO, PESQUISA, PÓS GRADUAÇÃO E INTERNACIONALIZAÇÃO
Prof. Dr. Fernando Carvalho Silva

COORDENADORA DO PROGRAMA DE POS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO DE ENSINO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (PPGEEB)
Prof. Dra. Vanja Maria Dominices Coutinho Fernandes

AUTORA DO PRODUTO EDUCACIONAL
Prof. Mestranda Katiúcia Ermiza Moreira da Silva Pereira

ORIENTADOR DO PRODUTO EDUCACIONAL
Prof. Dr. Antonio de Assis Cruz Nunes

IMAGEM DA CAPA

fbcdn-sphotos-f-a.akamaihd.net
https://br.pinterest.com/pin/340655159293077094/

São Luís – MA
2023

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....05
1 INTRODUÇÃO..... 06
2 A HISTÓRIA DOS QUILOMBOS NO BRASIL.....08
3 OS QUILOMBOS NO MARANHÃO.....13
4 O QUILOMBO URBANO LIBERDADE.....17
5 WORKSHOP 1 - O QUE SÃO MANIFESTAÇÕES CULTURAIS?.....21
5.1 Compreendendo o assunto.....23
5.2 Operacionalizando o workshop.....35
5.3 Aprofundando o assunto.....37
6 AS MANIFESTAÇÕES CULTURAIS DO QUILOMBO URBANO DA LIBERDADE.....38
6.1 Workshop 2 - Reggae.....39
6.1.1 Compreendendo o assunto.....41
6.1.2 Operacionalizando o workshop.....42
6.1.3 Aprofundando o assunto.....44
6.1 Workshop 3 – Tambor de Crioula.....46
6.2.1 Compreendendo o assunto.....48
6.2.2 Operacionalizando o workshop.....49
6.2.3 Aprofundando o assunto.....51
6.1 Workshop 4 – Bumba-Boi.....53
6.3.1 Compreendendo o assunto.....55
6.3.2 Operacionalizando o workshop.....57
6.3.3 Aprofundando o assunto.....59
6.1 Workshop 5 - Cacuriá.....60
6.4.1 Compreendendo o assunto.....62
6.4.2 Operacionalizando o workshop.....63
6.4.3 Aprofundando o assunto.....66
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....67
REFERÊNCIAS.....68

APRESENTAÇÃO

Caro (a) colega professor (a),

Desenvolvemos este caderno de orientações pedagógicas afro-maranhense sobre as Manifestações Culturais do Quilombo Urbano Liberdade, com intuito de contribuir para o ensino das Ciências Humanas (História/Geografia) no ensino fundamental, o público alvo são os alunos do 8º e 9º ano. Fruto das reflexões desenvolvidas no Mestrado Profissional, aqui são apresentados conteúdos e atividades em linguagens diversificadas capazes de estimular o desenvolvimento de competências e habilidades de História/Geografia e outras disciplinas que buscam reflexões e ações no combate ao preconceito e a discriminação racial em nosso estado.

O caderno foi elaborado em formato de workshops no qual apresenta sequências pedagógicas de temas que possam ser trabalhados considerando o planejamento e a realidade de cada sala de aula. Sinta-se à vontade para utilizar todos os workshops nas sequências apresentadas ou parte deles.

Incentivamos o uso deste caderno como uma sugestão na execução da Lei 10.639/2003 assim como da Lei de Diretrizes de Base da Educação (LDB) em seus artigos 26A e 79B.

Os Quilombos são lugares repletos de sentidos e sua história deve ser (re) visitada. Que este material possibilite um caminho para nos aproximarmos das nossas raízes africanas.

Prof. Katiúcia Ermiza Moreira da Silva Pereira
Mestranda PPGEEB/UFMA

1 INTRODUÇÃO

A partir das discussões da Constituinte que resultou em nossa atual Carta Magna, as organizações do movimento negro se fortaleceram e conquistaram reconhecimento e espaço nos âmbitos de discussão e decisão política, o que se percebe pelos marcos legais que foram promulgados, não sem constante luta, desde então, como:

> - A Lei n.º 716/1989, que ficou conhecida como Lei Caó em homenagem ao seu autor, o deputado Carlos Alberto de Oliveira, e define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor;
> - O Decreto n.º 228/ 2002, que institui, no âmbito da Administração Pública Federal, o Programa Nacional de Ações Afirmativas;
> - O Decreto n.º 886/2003, que institui a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial (PNPIR);
> - O Decreto n.º 887/2003, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias;
> - A Lei nº 639/2003, que instituiu a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-brasileira nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio; e
> - A Lei n.º 288/2010, que institui o Estatuto da Igualdade Racial.
> - A Lei nº 711/2012, que determina a reserva de cotas para o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio a pessoas autodeclaradas pretas, pardas ou indígenas (BRASIL, 2023, p.1)

Diante de tantas leis e decretos o Movimento Negro elegeu a escola como uma instituição que enfrente e combata o racismo presente na sociedade brasileira, a própria Fundação Palmares fruto dessa luta fora criada como uma herdeira e guardiã do legado de Zumbi dos Palmares. Vejamos:

> A história e a figura de Zumbi serviram de inspiração e atuam como símbolos de todas essas conquistas. A Fundação Cultural Palmares (FCP), criada pela Lei n°. 7.668/1988 e cuja finalidade é promover a preservação dos valores culturais, sociais e econômicos decorrentes da influência negra na formação da sociedade brasileira, também se sente herdeira de seu legado.
> O Dia da Consciência Negra, criado em 2003 e instituído oficialmente em 2011, pela Lei 12.519, e declarado feriado em mais de mil municípios brasileiros, é uma data a ser celebrada ininterruptamente e a memória de Zumbi dos Palmares algo a ser expandido continuamente (BRASIL, 2023, p.1)

Nessa perspectiva de luta e de ações coordenadas no combate ao racismo que nos propusemos a estudar as manifestações culturais no sentido de garantir direitos de aprendizagens a educandos do 8º e 9º ano do ensino fundamental. Valorizamos suas identidades, etnias, seus costumes e suas tradições, reconhecendo que o indivíduo não

é só corpo e mente mas um ser diverso e complexo e a riqueza de sua diversidade e sua complexidade está nas raízes de sua ancestralidade.

O Maranhão é um dos estados mais negro da federação. Apesar de ser considerado uma sociedade escravista tardia, no final do século XVIII atingiu seu ápice escravocrata. São inúmeros os quilombos rurais no estado e recentemente tivemos o reconhecimento do primeiro quilombo urbano do estado, justamente na cidade de São Luís, o Quilombo Urbano da Liberdade.

Este material pedagógico busca descrever algumas manifestações do quilombo oferecendo possibilidades de trabalhos pedagógicos aos alunos a fim de garantir direitos de aprendizagens e a manutenção do legado ancestral com o objetivo de torná-los capazes de se reconhecerem enquanto pertencentes a grupos e/ou etnias para que possam enfrentar e combater o racismo.

2 A HISTÓRIA DOS QUILOMBOS NO BRASIL

https://www.estudokids.com.br/wp-content/uploads/2015/08/a-historia-de-quilombo-dos-palmares.gif

2 A HISTÓRIA DOS QUILOMBOS NO BRASIL

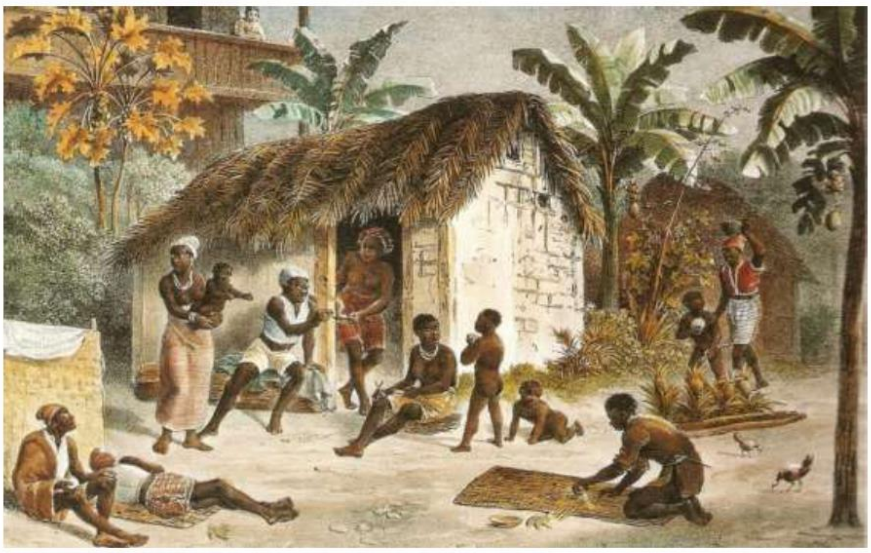
Conforme as Diretrizes Curriculares para a Educação Escolar Quilombola (2013), na África a palavra quilombo refere-se a uma associação de homens, aberta a todos. No Brasil, o termo *quilombo* é carregado de significado e sentido, uma vez que o surgimento dele aqui está atrelado ao desembarque de africanos escravizados em terras tupiniquins. Então os quilombos podem ser considerados como:

> "uma inspiração africana, reconstruída pelos escravizados para se opor a uma estrutura escravocrata, pela implantação de outra forma de vida, de outra estrutura política no qual todos os oprimidos são acolhidos" (BRASIL, 2013, p.429).

Na memória popular o exemplo de quilombo mais conhecido é o de Palmares. Este resistiu por cerca de cem anos às expedições repressivas, promoveu assaltos aos engenhos e povoações coloniais e estimulou fugas em massa de escravos na Capitania. Palmares incomodou tanto, provocou inúmeras inquietações que por diversas vezes a coroa portuguesa pressionada por colonos, padres e altos funcionários do governo, tentou fazer acordos com os rebeldes na tentativa de aniquilar os quilombos. Entretanto, essas tentativas só serviram para atiçar a resistência dos quilombolas e fazê-los símbolos de resistência como é o caso de Zumbi dos Palmares (VAINFAS, 2012).

Fonte: Fundação Palmares (2023)

O Quilombo de Palmares surgiu no século 16, residiam nele cerca de mais de 30 mil pessoas no seu auge, escravos fugidos das capitanias de Pernambuco e Bahia. Tinha uma organização política no qual muitos estudiosos o classificam como uma República – *A República de Palmares*. No século seguinte (17), pequenos povoados organizados conhecidos como mocambos, no qual as decisões políticas eram tomadas em reunião com a liderança de cada mocambo desse em consonância com o chefe supremo, primeiramente Acotirene, sucedida por Ganga Zumba, e depois Zumbi (VALENTE, 2017).



Fonte: Super Interessante (2018)

Quilombo em foco!

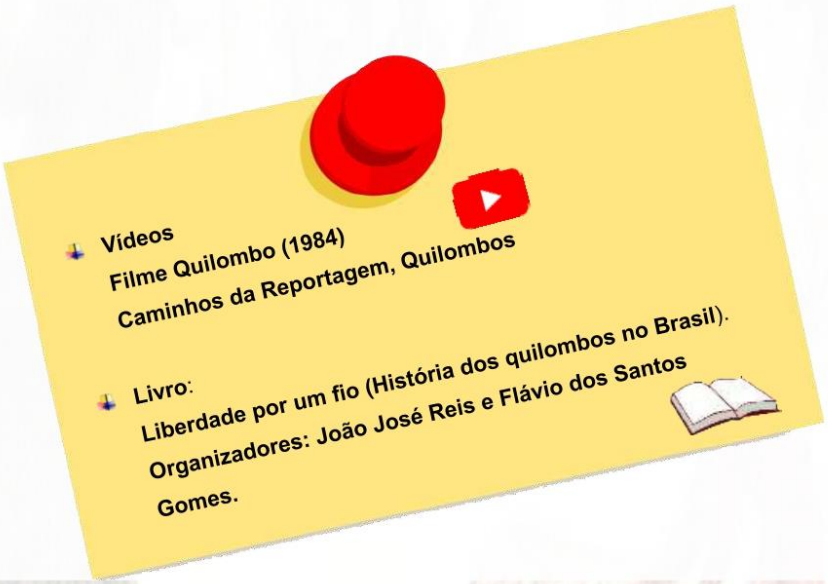
Os estudos sobre quilombos se deve a três grandes intelectuais negros, conhecidos como teóricos dos quilombos (BATISTA, 2019):

Clóvis Moura	Criou o termo quilombagem para ressaltar as atividades de resistências, rebeldia e protesto dos escravizados tendo como núcleo central o quilombo.

Maria Beatriz Nascimento	Traz à tona a ressignificação que o termo quilombo teve ao longo do tempo até os dias atuais no qual se tornou um projeto de nação dos excluídos que versa pelo território e pertencimento objetivando a existência.
Abdias do Nascimento	Propõe um Estado Nacional Quilombola antirracista, livre, justo e soberano, ou seja, o quilombo é um legado que devemos continuar.

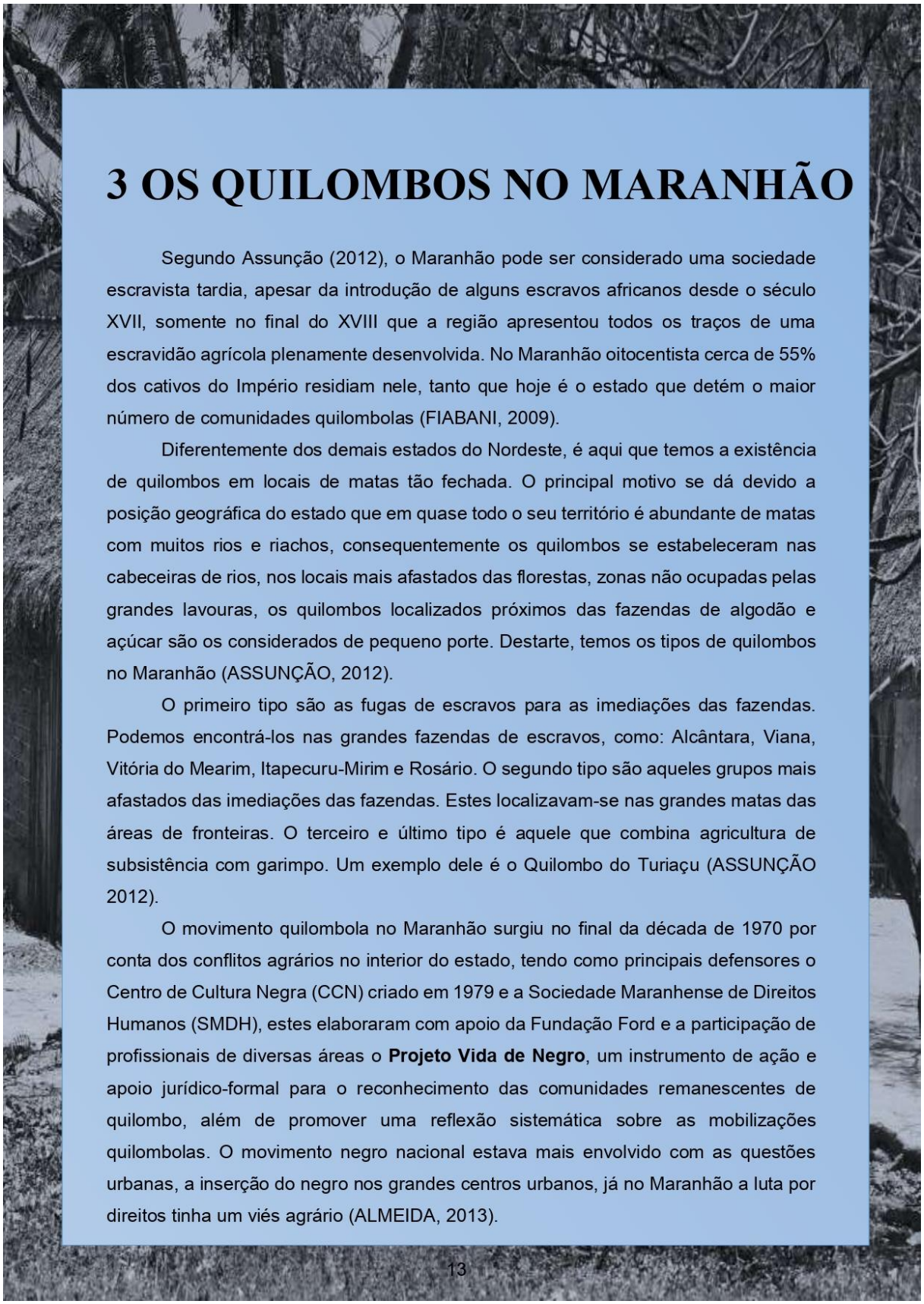
O reconhecimento dos quilombos no Brasil se deu na segunda metade do século XX, antes era como se essa população não existisse no país, confinada a um breve período após a abolição da escravatura, o não reconhecimento e a evidente permanência dos quilombos demostra a grande resistência histórica desses povos no sentido da luta pela preservação de seus direitos, sua identidade cultural e posse de suas terras (MARANHÃO, 2019).

Professores, sugestões de leitura e vídeo



3 OS QUILOMBOS NO MARANHÃO

https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/d/d9/Casas_de_taipa_no_Maranh%C3%A3o.jpg



3 OS QUILOMBOS NO MARANHÃO

Segundo Assunção (2012), o Maranhão pode ser considerado uma sociedade escravista tardia, apesar da introdução de alguns escravos africanos desde o século XVII, somente no final do XVIII que a região apresentou todos os traços de uma escravidão agrícola plenamente desenvolvida. No Maranhão oitocentista cerca de 55% dos cativos do Império residiam nele, tanto que hoje é o estado que detém o maior número de comunidades quilombolas (FIABANI, 2009).

Diferentemente dos demais estados do Nordeste, é aqui que temos a existência de quilombos em locais de matas tão fechada. O principal motivo se dá devido a posição geográfica do estado que em quase todo o seu território é abundante de matas com muitos rios e riachos, consequentemente os quilombos se estabeleceram nas cabeceiras de rios, nos locais mais afastados das florestas, zonas não ocupadas pelas grandes lavouras, os quilombos localizados próximos das fazendas de algodão e açúcar são os considerados de pequeno porte. Destarte, temos os tipos de quilombos no Maranhão (ASSUNÇÃO, 2012).

O primeiro tipo são as fugas de escravos para as imediações das fazendas. Podemos encontrá-los nas grandes fazendas de escravos, como: Alcântara, Viana, Vitória do Mearim, Itapecuru-Mirim e Rosário. O segundo tipo são aqueles grupos mais afastados das imediações das fazendas. Estes localizavam-se nas grandes matas das áreas de fronteiras. O terceiro e último tipo é aquele que combina agricultura de subsistência com garimpo. Um exemplo dele é o Quilombo do Turiaçu (ASSUNÇÃO 2012).

O movimento quilombola no Maranhão surgiu no final da década de 1970 por conta dos conflitos agrários no interior do estado, tendo como principais defensores o Centro de Cultura Negra (CCN) criado em 1979 e a Sociedade Maranhense de Direitos Humanos (SMDH), estes elaboraram com apoio da Fundação Ford e a participação de profissionais de diversas áreas o **Projeto Vida de Negro**, um instrumento de ação e apoio jurídico-formal para o reconhecimento das comunidades remanescentes de quilombo, além de promover uma reflexão sistemática sobre as mobilizações quilombolas. O movimento negro nacional estava mais envolvido com as questões urbanas, a inserção do negro nos grandes centros urbanos, já no Maranhão a luta por direitos tinha um viés agrário (ALMEIDA, 2013).

Centro de Cultura Negra (CCN)

Fonte: Jornal Pequeno (2023)

O legado de Mundinha Araújo

Nasceu no dia 08 de janeiro de 1943, na cidade de São Luís. Foi uma das fundadoras do Centro de Cultura Negra no Maranhão, localizado no bairro do João Paulo na capital maranhense. É considerada a pioneira no mapeamento dos quilombos no Maranhão. Através de seu trabalho na militância do CCN conseguiu integrar as comunidades nos eventos estaduais promovidos para debater acerca das terras de preto no Maranhão culminando no reconhecimento da primeira comunidade negra

PROJETO VIDA DE NEGRO (PVN)

Criado em 17 de abril de 1988. Destacando-se como um lugar de reflexão sistemática sobre as mobilizações quilombolas acoplando o conhecimento militante às memórias locais de resistência, além de funcionar como um instrumento de ação e apoio no reconhecimento jurídico-formal das comunidades remanescente de quilombos (FIABANI, 2009).

O PVN dedicou-se a mapear as comunidades negras rurais, fazer um levantamento das terras de preto, buscar parcerias e encaminhar aos governos estadual e federal a solicitação da regularização das terras negras rurais. Também promoveu uma série de eventos com o intuito de debater, dialogar e militar pelo reconhecimento dessas comunidades quilombolas, como por exemplo, Os Encontros das Comunidades Negras Rurais no Maranhão (FIABANI, 2009).

rural, titulada em 1992 _ **Reserva Extrativista do Quilombo de Frechal**, localizado no município de Mirinzal – MA. Ainda como consequência desses encontros foi criado em 20 de novembro de 1997 a Associação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas do Maranhão – ACONERUC (SERRA, 2021).

Mundinha sempre buscou falar e escrever sobre as histórias de resistências e a luta dos negros, buscando ressignificar as narrativas sobre o momento histórico de dor e sofrimento vivenciado por eles. Por isso escreveu Memórias de Velho, que retrata bem que nossas histórias só podem ser contadas por nós mesmos (SERRA, 2021).

Reserva Extrativista do Quilombo de Frechal

Fonte: Imirante (2021)

Segundo dados da Secretaria de Igualdade Racial, o Maranhão, hoje, possui 713 comunidades remanescentes de quilombos reconhecidas, dentre essas 518 já receberam seus certificados emitido pelo órgão responsável, a Fundação Palmares (MARANHÃO, 2021).

A história dos quilombos no Maranhão está intimamente ligada com o sentimento de luta dos quilombolas, pela identidade quilombola. Ainda que a escravidão fosse presente no estado, na maioria das vezes os negros se organizavam para lutar contra a opressão de seus algozes. Então, se hoje temos 713 comunidades quilombolas reconhecidas pelo governo estadual, muito se deu pela luta desde os séculos passados ficando evidente que os negros não eram passivos à sua condição social.

Professores, sugestões de leitura e vídeo

- **Vídeos**
  Terras de Quilombo, um filme de Murilo Santos

- **Livros**:
  Insurreição De Escravos Em Viana, 1867
  Breve Memoria Das Comunidades De Alcântara
  (Mundinha Araújo)

4 – O QUILOMBO URBANO LIBERDADE

https://bulicoso.com.br/wp-content/uploads/2021/02/MG_1473-1024x565.jpg

4 O QUILOMBO URBANO LIBERDADE

Os bairros Liberdade, Camboa, Fé em Deus, Diamante e adjacências constituem o primeiro quilombo urbano do Maranhão: O Território Liberdade Quilombola. Estes bairros estão situados na porção leste da cidade de São Luís, próximo ao Centro Histórico. O Bairro liberdade tem suas origens descritas de duas formas: a primeira é descrita pela historiografia maranhense, que creditou a fundação do bairro a um sítio chamado de Itamaracá de propriedade de Ana Joaquina Jansen Pereira, e a segunda é descrita pela história oral, os relatos dos moradores antigos, no qual creditam ao Matadouro essa origem (ASSUNÇÃO, 2017).

Fonte: Aventuras na História (2021

Ana Joaquina Jansen Pereira, escravocrata do século XIX, uma mulher à frente do seu tempo. Líder política, acumulou grande fortuna ao se relacionar amorosamente com o coronel Isidoro Rodrigues Pereira. Foi muito criticada pela sociedade da época por ser mãe solteira e antes de casar com o coronel fora acusada de ser sua amante, uma vez que ele era casado quando se envolveu com ela, quando ficou viúvo o senhor Isidoro casou com Ana Jansen e ela voltou a ser respeitada, teve 6 filhos e por suas ideias liberais, era duramente criticada, principalmente por ser uma empresária num ambiente dominado por homens. Se transformou num mito, conhecida como a Rainha do Maranhão por entrar para a política numa época em que as mulheres não tinham vez nas decisões. Faleceu em 1889, aos 82 anos de causas naturais (COSTA, 2018).

Fonte: São Luís Memória (2021)

O antigo Matadouro Modelo, construção inaugurada em 1918, era um prédio moderno na época que por muito tempo serviu como local onde era armazenado e abatido os animais destinados para o consumo público. Por muitos anos, o bairro Liberdade era chamado de Matadouro por causa deste prédio que se tornou de fato um marco para o bairro, marco para o início do bairro (DIAS, 2009).

Esse abatedouro de animais teve sua construção concluída em 1920. Em 1937 ele foi estatizado pelo prefeito Otacílio Saboya Ribeiro, como consequência iniciou-se o processo de ocupação dessa área culminando anos mais tarde num bairro (DIAS, 2009).

Esse percurso histórico na formação dos bairros Liberdade, Fé em Deus, Camboa e Diamante se assemelha com os quilombos urbanos do restante do Brasil, pois o surgimento deles tem suas bases na vinda da família real para o Brasil em 1808 e aqui é resultante da busca por melhores condições de vida através da Fábrica de Fiação de Tecidos Maranhense localizada no bairro da Camboa e pela expropriação de suas terras pela grilagem.

No Brasil Imperial, surgiu o *frenesi* nos centros urbanos, concentração de negros que se dividiam entre os escravos que perambulavam pelas ruas carregando sacas dos navios para os cais e os escravos de ganho que trabalhavam como marceneiros, sapateiros, prostitutas, quitandeiras ou carregadores. No fim do dia eles levavam o dinheiro arrecadado para seus senhores. No início do século XIX a massa era constituída de libertos e fugitivos das fazendas (CASTRO, 2009).

Desde o século XIX os quilombos urbanos começaram a se estabelecer nas cidades, os chamados dormitórios de negros ora se organizavam dentro das cidades, no frenesi delas, ora fora delas, nos altos dos morros. Eles constituíram aglomerados de negros transformando-se em comunidades clandestinas, um reduto de resistência na luta abolicionista. Ainda com o fim da escravidão em 1988, os quilombos urbanos não desapareceram da paisagem das cidades (BRASIL, 2013).

No bairro da Liberdade observamos o contingente populacional que em sua maioria é formada por negros com raízes africanas bastante expressiva, demonstrada não só em suas tradições, mas no modo de vida e na sua cultura. A Liberdade e adjacências é a área mais negra da capital maranhense, haja vista que é muito forte o legado africano, o qual é demonstrado nas mais diversas manifestações culturais dentre elas: o Hip Hop que é um “movimento político e cultural das classes populares, gestado no universo plebeu da comunidade negra e periférica” (DIAS, 2009, p.209); Os terreiros de umbanda; festa do divino, boi de sotaques de zabumba, destacando-se o boi de Leonardo e o boi de Apolônio; o reggae, blocos-afros, blocos carnavalescos, etc.

O Território Liberdade Quilombola foi reconhecido pela Fundação Palmares através da Portaria nº 192 no dia 13 de novembro de 2019, publicado no Diário oficial da União (BRASIL, 2019). Esse reconhecimento ainda não garante a posse da terra aos quilombolas, mas é um importantíssimo avanço para a posse dela.

Fonte: Imirante (2018)

Professores, sugestões de leitura e vídeo

- **Vídeos**

Documentário São Luís do Maranhão (2004)

Documentário "VOZES DA LIBERDADE" narra histórias do primeiro quilombo urbano do maranhão (2022)

- **Livros**:

Educação popular e juventude negra: um estudo político-pedagógica do movimento hip-hop em São Luís Maranhão (Rosenverck Estrela Santos)

Workshop 1

O QUE SÃO MANISFESTAÇÕES CULTURAIS?

https://906a0b1d8e.clvaw-cdnwnd.com/bbeaf1f3b7efe0078357264da42cd841/system_preview_detail_200012604-6f118700ea/cultura%20popular%20maranhense.png

COMPONENTE CURRICULAR: HISTÓRIA/GEOGRAFIA
EIXO: Educação para as Relações Étnico-Raciais –ERER

Referências: Parecer nº 03/2004 – ERER; Competências Específicas de Ciências Humanas para o Ensino Fundamental – BNCC.

Público Alvo: Discentes do 8º e 9º ano do Ensino Fundamental.

COMPETÊNCIAS ESPECÍFICAS DE CIÊNCIAS HUMANAS PARA O ENSINO FUNDAMENTAL DA BNCC: Analisar o mundo social, cultural e digital e o meio técnico-científico- -informacional com base nos conhecimentos das Ciências Humanas, considerando suas variações de significado no tempo e no espaço, para intervir em situações do cotidiano e se posicionar diante de problemas do mundo contemporâneo.

CONTEÚDOS	OBJETIVOS	HABILIDADES DA BASE NACIONAL CURRICULAR COMUM (BNCC)
Afoxé Bloco Afro Reisado de Congo Bumba-meu-boi Cacuriá Capoeira Carreiros Carimbó Ciranda Congada Escola de Samba Folia de Reis Frevo Jongo Maculelê Marabaixo Maracatu de Baque Virado Maracatu de Baque Solto Marujada Matriz do Samba Negro fugido Samba de Coco Tambor de Crioula	Conhecer algumas manifestações culturais afro-brasileiras do mundo contemporâneo. Identificar as manifestações culturais presente no seu estado, cidade ou bairro. Refletir acerca das manifestações culturais no seu dia-a-dia. Situar as manifestações num contexto político, filosófico, cultural, social e religioso.	(EF09GE03). Identificar diferentes manifestações culturais de minorias étnicas como forma de compreender a multiplicidade cultural na escala mundial, defendendo o princípio do respeito às diferenças. (EF08HI14). Discutir a noção da tutela dos grupos indígenas e a participação dos negros na sociedade brasileira do final do período colonial, identificando permanências na forma de preconceitos, estereótipos e violências sobre as populações indígenas e negras no Brasil e nas Américas. (EF08HI20). Identificar e relacionar aspectos das estruturas sociais da atualidade com os legados da escravidão no Brasil e discutir a importância de ações afirmativas. (EF09HI03). Identificar os mecanismos de inserção dos negros na sociedade brasileira pós-abolição e avaliar os seus resultados. (EF09HI04). Discutir a importância da participação da população negra na formação econômica, política e social do Brasil.

5.1 COMPREENDENDO O ASSUNTO

O Patrimônio cultural imaterial, também chamado de patrimônio cultural intangível, consiste em uma categoria de patrimônio cultural que abrange as expressões culturais e tradições de grupos que preservam a ancestralidade e a cultura para as gerações futuras (BRASIL,2020).

Etimologicamente a palavra manifestação vem do Latim *manifestus*, que significa compreensível, claro, aparente, evidente. Ainda a palavra é formada por *manus* que significa mão, mais *festus*, que significa agarrado, apanhado (DEISI, 2012, p.1).

No mundo contemporâneo essa capacidade de recriar artefatos culturais dando um novo sentido e um novo significado tem atraído diversos estudos devido a memória que busca incansavelmente manter a cultura fomentando um equilíbrio entre as variações de tempo e espaço e o legado ancestral dentro de uma sociedade pluricultural, digital e técnico-cientifica-informacional.

O patrimônio imaterial, de modo geral, é transmitido de geração em geração, sendo constantemente recriado pelas comunidades e pelos grupos de seu ambiente. Eles geram identidade, sentimento de pertencimento e contribuem para a promoção do respeito à diversidade e a criatividade humana (BRASIL, 2020).

O Brasil rico por excelência em sua diversidade étnico-racial possui uma variedade imensa de manifestações culturais. Dentre ela destacamos as seguintes:

Afoxé

Fonte: BRASIL(2023)

O **Afoxé** é uma expressão artístico-religiosa, geralmente conduzido por um Babalorixá ou Ialorixá, e funcionam no interior dos terreiros de Candomblé. A ligação dos grupos com a tradição africana também se traduz nas cores que levam às ruas, fazendo referência aos Orixás.

Bloco Afro

Fonte: BRASIL(2023)

Os **Blocos Afro** possuem forte viés político, levantando a bandeira da luta contra o racismo e pela afirmação da identidade negra. Parte dessas agremiações ampliam suas atividades para além do Carnaval, promovem ações educativas e de formação profissional. A percussão é a base musical dessa manifestação.

Bumba-meu-boi

Fonte: BRASIL(2023)

A auto do **Bumba-meu-boi** é apresentado como a morte e a ressurreição de um boi especial. Pai Francisco, o escravo de confiança do patrão, mata e arranca a língua do boi para satisfazer os desejos de grávida de sua esposa, Mãe Catirina. Após ser perseguido, preso e castigado, Pai Francisco se vê forçado a ressuscitar o animal. Todos, então, cantam e dançam em comemoração. O boi é uma das principais referências da cultura negra maranhense, presente em vários estados brasileiros.

Cacuriá

Fonte: BRASIL(2023)

A dança acontece após a derrubada do mastro que marca o fim da Festa do Divino, no estado do Maranhão. É o momento em que caixeiras e festeiros se unem para dançar. Com mais de duas décadas de existência tem seu arranjo musical marcado por caixas, flautas, clarinetes, violões e banjos, flautas, clarinetes, violões e banjos.

Capoeira

Fonte: BRASIL(2023)

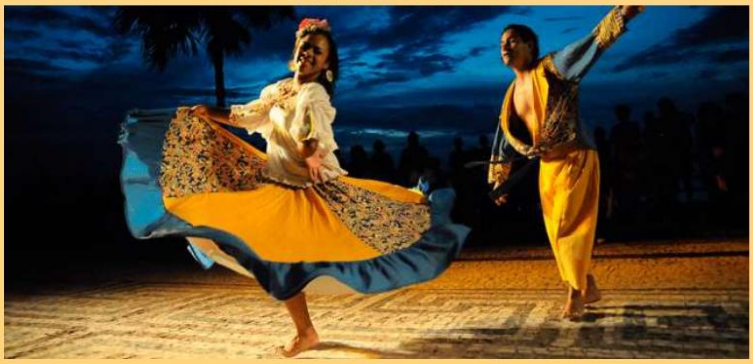
A **Capoeira** é uma manifestação cultural presente hoje em todo o território brasileiro e em mais de 150 países, com variações regionais e locais criadas a partir de suas modalidades mais conhecidas: as chamadas capoeira angola e capoeira regional". Os principais aspectos da capoeira, como prática cultural desenvolvida no Brasil, são o saber transmitido pelos mestres, como reconhecidos por seus pares, e a roda, onde a capoeira reúne todos os seus elementos e se realiza de modo pleno.

Carreiros

Fonte: BRASIL(2023)

No período colonial os carros-de-boi eram guiados com cargas agrícolas e de minérios, ou como transportes de pessoas. Com a abolição da escravatura as procissões de trabalho deixaram de ser vistas como obrigações e passaram a compor as festas religiosas. Nelas representam reverência aos ancestrais, além de agradecimentos pelas colheitas e pelas graças alcançadas. Na atualidade, acontecem em diversos pontos do país, sendo a mais famosa a Romaria de Carreiros de Trindade, no estado de Goiás, onde é dedicada ao Divino Pai Eterno.

Carimbó



Fonte: BRASIL(2023)

O **Carimbó** é um encontro do pé batido indígena com a dança de origem africana, preservado pela oralidade dos mestres populares. O nome **Carimbó** deriva do instrumento de percussão indígena *curimbó*, que na língua tupi quer dizer pau oco. Em setembro de 2014, foi aprovado pelo Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural para se tornar Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil.

Ciranda

Fonte: BRASIL(2023)

Surgida nas regiões litorâneas do Nordeste brasileiro, e tendo como referência Pernambuco, nasceu de mulheres de pescadores que cantavam e dançavam esperando que esses retornassem do mar. É uma dança comunitária que se constitui de um círculo que aumenta na medida em que as pessoas chegam para a coreografia. De mãos dadas, a cada giro os integrantes imitam o vai e vem das marés. O mestre cirandeiro é o integrante mais importante da roda, cabendo a ele "tirar as cantigas", improvisar versos e tocar o ganzá enquanto preside a brincadeira coordenando a percussão.

Congada

Fonte: BRASIL(2023)

O **Congado**, também chamado de **Congo** ou **Congada** mescla cultos católicos com africanos num movimento sincrético. É uma dança que representa a coroação do rei do Congo, acompanhado de um cortejo compassado, cavalgadas, levantamento de mastros e música. Os instrumentos musicais utilizados são a cuíca, a caixa, o pandeiro, o reco-reco. O ponto alto da festa é a coroação do rei do Congo.

Escola de Samba

Fonte: BRASIL(2023)

Manifestação cultural popular, o samba acontece em quase todos os estados brasileiros desde os tempos coloniais. Um misto de festa e espetáculo, o desfile de uma **Escola de Samba** é um verdadeiro ritual de canto, visual, música e dança. O enredo transforma-se numa linguagem plástica traduzido nas fantasias, adereços e alegorias. A presença do casal de Mestre-sala e Porta-bandeira no desfile é um dos elementos mais representativos.

Folia de Reis

Fonte: BRASIL(2023)

Comum nas regiões Centro-Oeste e Sul do país, a festa religiosa celebra os Três Reis Magos em visita ao menino Jesus. Os foliões que participam do cortejo, organizados em grupo, visitam as casas no período entre o Natal e o dia seis de janeiro. Além dos músicos, o grupo também se compõe de dançarinos, palhaços e outras figuras folclóricas, caracterizadas segundo as lendas e tradições de cada localidade. Todos se organizam sob a liderança do Mestre da Folia e seguem em reverência aos passos da bandeira, cumprindo rituais tradicionais repletos de beleza e riqueza cultural.

Frevo

Fonte: BRASIL(2023)

O **Frevo** é uma forma de expressão musical, coreográfica e poética. O gênero musical urbano surge no final do século 19, no Carnaval, em um momento de transição e efervescência social como forma de expressão das classes populares nos espaços públicos e nas relações sociais. Sua dança origina-se na capoeira.

Jongo

Fonte: Fundação Palmares (2023)

O **Jongo** é uma forma de expressão negra brasileira praticada no meio urbano e em comunidades rurais do Sudeste brasileiro. Acontece nas festas de santos católicos e divindades afro-brasileiras. É uma forma de reverência aos antepassados e afirmação das identidades negras.

Maculelê

Fonte: BRASIL(2023)

Foi inspirado em uma arte marcial armada de escravizados malês. Conta a lenda de um jovem guerreiro que sozinho defendeu sua tribo de um grupo rival usando apenas dois pedaços de pau. Na dança, com dois bastões, os participantes desferem e aparam golpes no ritmo da música. Outros grupos pelo país utilizam facões no lugar dos bastões, o que proporciona um bonito efeito visual pelas faíscas que saem após cada golpe.

Marabaixo

Fonte: BRASIL(2023)

De origem africana, a festividade é realizada pelas comunidades negras do estado do Amapá. Trata-se de uma homenagem ao Divino Espírito Santo e a Santíssima Trindade que tem início na Páscoa e segue até o Domingo do Senhor. O festejo que representa a história e a cultura afro-amapaense, é caracterizado por missas, novenas e ladainhas. É marcado pelas batidas de tambores e “caixas de marabaixo”, além de danças de roda. O nome da festa se deve ao fato de que os negros foram trazidos mar abaixo, da África para ao Brasil.

Maracatu de Baque Virado

Fonte: BRASIL(2023)

Os grupos de Maracatu de Baque Virado tiveram origem nas coroações de rainhas e reis negros denominados Reis do Congo. Na atualidade integram os festejos carnavalescos com um cortejo real negro ricamente trajado com sedas, veludos, bordados e pedrarias, em referência à corte europeia. A música é composta por batuques da tradição africana fundamentados no Candomblé.

Maracatu de Baque Solto

Fonte: BRASIL(2023)

Também conhecido como Maracatu Rural é uma referência da cultura pernambucana, no qual figuram os caboclos de lança. A maioria de seus integrantes é de trabalhadores rurais, que também produzem as próprias fantasias, guiadas, relhos e chapéus. Diferencia-se dos outros maracatus por seu estilo de vestimentas e pela musicalidade própria. Enquanto no maracatu de Baque Virado os tambores marcam a harmonia, os instrumentos de sopro dão a essência do Maracatu de Baque Solto, conhecido ainda como Maracatu de Orquestra.

Marajuda

Fonte: BRASIL(2023)

Também conhecida como Barquinha, Nau Catarineta e Chegança, a Marujada marca os festejos dos santos padroeiros locais com desfiles do porto até a igreja, entoados pela bandinha, cujos componentes estão devidamente fardados de marujos.

Matriz do Samba

Fonte: BRASIL(2023)

No começo do século 20 se consolidaram, no Rio de Janeiro, três formas de samba: o partido alto, o samba-enredo e o samba de terreiro. Matrizes referenciais do gênero, guardam relação direta com os padrões sociais de onde surgem. Nele, existe a autoria individual, porém a performance é coletiva. O improviso é outro aspecto importante e se mantém enraizado na prática amadora ou comunitária dessas formas de expressão

Negro Fugido

Fonte: BRASIL(2023)

Mantido há mais de um século pelos pescadores da região do Recôncavo Baiano, o Nego Fugido é um teatro popular de rua que mistura também elementos da dança, música e declamação. Conta uma versão peculiar da história do Brasil que compreende a abolição da escravatura a partir de um processo de revolta, luta e resistência do povo negro. A narrativa entrelaça o legado coletivo do Recôncavo, à prática da pesca artesanal e às práticas religiosas e culturais afro-brasileiras locais.

Reisado de Congo

Fonte: BRASIL(2023)

Festa popular da região do Cariri, no estado do Ceará, tem como característica o teatro urbano e as danças de cortejo, legados marcantes das festas religiosas de matriz africana. A manifestação carrega também traços do catolicismo, recordando o trajeto dos Três Reis Magos para visitar o menino Jesus. É realizada na rua sob a forma de procissão, onde reúne cantadores e dançadores acompanhados por uma orquestra e apresenta dramatizações.

Samba de Coco

Fonte: BRASIL(2023)

A apresentação está ligada à constituição das comunidades negras em Pernambuco e Alagoas, com forte influência indígena. Os quilombolas cantam enquanto praticam o ritual da quebra do coco para a retirada da “coconha” (amêndoa), essencial no preparo de alguns alimentos. No Samba, o tirador do coco, também chamado de coqueiro ou conquista, é quem puxa os versos que podem ser tradicionais ou improvisados, que são sempre respondidos pelo coro de participantes.

Samba de Roda

Fonte: BRASIL(2023)

Considerado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) como Patrimônio Imaterial brasileiro, o Samba de Roda do Recôncavo Baiano é uma das mais importantes expressões musical, coreográfica, poética e festiva do país. Reúne as tradições culturais que incluem o culto aos orixás e caboclos, o jogo da capoeira e a chamada comida de azeite. Variante musical mais tradicional do samba, surgiu, provavelmente, no século XIX e é considerada por historiadores como uma das fontes do samba carioca, também tombado como Patrimônio Cultural do Brasil.

Tambor de Crioula

Fonte: BRASIL(2023)

O Tambor de Crioula é uma forma de expressão negra brasileira que envolve dança circular de mulheres e ocorre na maioria dos municípios do Maranhão. Os tocadores e cantadores, também denominados coreiros, são conduzidos pelo ritmo incessante dos tambores e a força das toadas evocadas, culminando na punga (ou umbigada).

5.2 OPERALIZANDO O WORKSHOP

RECURSOS DIDÁTICOS: Datashow, papel A4, pincel, quadro-branco.

SEQUÊNCIA PEDAGÓGICA 1

As Manifestações Culturais Regionais Brasileira: origens e conceitos

1º Passo: De forma dialogada com os educandos, abordar o contexto histórico das diferentes manifestações culturais.

2º Passo: Apresentar o mapa político do Brasil, em seguida listar as manifestações culturais regionais brasileira estabelecendo os conceitos e origens delas nas regiões do Brasil.

3º Passo: Conversar com a Turma acerca das manifestações culturais conhecidas e observar as desconhecidas. Em seguida com base nas informações acerca das conhecidas promover uma interação onde aborde as raízes africanas contidas nelas. Acerca das desconhecidas da Turma informa-la sobre cada uma abordando as origens e os conceitos.

4º Passo: Dividir a Turma em grupos de 5 educandos e sugeri a construção do mapa político-cultural brasileiro evidenciando uma manifestação para cada estado brasileiro.

5º Passo: Fazer uma exposição dos mapas dos grupos onde cada grupo apresentará o seu demostrando que o legado africano atingiu todo território nacional.

6º Passo: Avaliação: O grupo deverá elaborar um pequeno texto, em folha de papel A4, com aproximadamente 10 linhas, discorrendo sobre o seguinte tema: A importância das manifestações culturais para a nossa sociedade.

SEQUÊNCIA PEDAGÓGICA 2

Museologia: Casa de Festa do Maranhão

1º Passo: Organizar com a equipe pedagógica da escola uma visita ao Museu Casa de Festa do Maranhão localizado no Centro Histórico de São Luís.

2º Passo: Em posse da autorização para a visitação no museu, fazer um preparo para a visita acerca do que irão observar, mas deixá-los livres para que eles mesmos estabeleçam uma conexão entre o cotidiano e as observações.

3º Passo: No museu deixar que o guia informe os educandos acerca das manifestações culturais.

4º Passo: No pátio do museu, dialogar com os educandos acerca de suas percepções evidenciando a importância das manifestações culturais na sociedade maranhense.

5º Passo: Avaliação: Produção de um objeto afro observado no museu, elemento pertencente de alguma manifestação cultural para fazer uma exposição na turma.

Professores, sugestões de leitura e vídeo

- **Vídeos**

  Documentário: Além do Samba, a resistência afro-brasileira

- **Filmes:**

  1 – AmaElo – É tudo pra ontem (2020) Netflix
  2 – Menino 23: Infâncias Perdidas no Brasil (2016) Youtube
  3 – A Negação do Brasil (2000) Youtube
  4 – Branco sai, preto fica (2014) Netflix
  5 – Kbela (2015) Youtube

5.3 APROFUNDANDO O ASSUNTO

PODCAST NOSSAS MEMÓRIAS

Organizar um podcast sobre o tema Manifestações Culturais com entrevistas de lideranças políticas da comunidade.

CURIOSIDADES

Teatro Experimental do Negro (TEN)

O Teatro Experimental do Negro (TEN) surgiu em 1944, no Rio de Janeiro, como um projeto idealizado por Abdias Nascimento (1914-2011), com a proposta de valorização social do negro e da cultura afro-brasileira por meio da educação e arte, bem como com a ambição de delinear um novo estilo dramatúrgico, com uma estética própria, não uma mera recriação do que se produzia em outros países.

Fonte: Fundação Palmares (2020)

6 – AS MANIFESTAÇÕES CULTURAIS DO QUILOMBO URBANO NA LIBERDADE

https://cdn.xxl.thumbs.canstockphoto.com.br/%C3%A9tnico-cabe%C3%A7a-isolado-pretas-tradicional-afro-africano-tribal-envolt%C3%B3rio-mulheres-mulher-clip-arte-vetor_csp86909510.jpg

Workshop 2

REGGAE

https://vermelho.org.br/wp-content/uploads/2019/10/sao_luis117713.jpg

COMPONENTE CURRICULAR: HISTÓRIA/GEOGRAFIA
EIXO: Educação para as Relações Étnico-Raciais –ERER

Referências: Parecer nº 03/2004 – ERER; Competências Específicas de Ciências Humanas para o Ensino Fundamental – BNCC.

Público Alvo: Discentes do 8º e 9º ano do Ensino Fundamental.

COMPETÊNCIAS ESPECÍFICAS DE CIÊNCIAS HUMANAS PARA O ENSINO FUNDAMENTAL DA BNCC: Analisar o mundo social, cultural e digital e o meio técnico-científico- -informacional com base nos conhecimentos das Ciências Humanas, considerando suas variações de significado no tempo e no espaço, para intervir em situações do cotidiano e se posicionar diante de problemas do mundo contemporâneo.

CONTEÚDOS	OBJETIVOS	HABILIDADES DA BASE NACIONAL CURRICULAR COMUM (BNCC)
Origem do Reggae Reggae na Jamaica Reggae no Maranhão Reggae em São Luís Reggae no Quilombo Liberdade	Compreender o reggae como um fenômeno social proveniente da diáspora africana. Analisar as relações sociais estabelecidas por determinados grupos negros na sociedade brasileira. Conhecer a origem jamaicana do reggae. Identificar o processo de ressignificação do reggae no Maranhão. Avaliar o cenário sociocultural de São Luís que sofreu consideráveis mudanças nos últimos 20 anos no qual influenciou o reggae a assumir uma identidade maranhense com uma linguagem própria. Entender o contexto socioespacial do reggae no Quilombo Liberdade.	(EF08GE01) Descrever as rotas de dispersão da população humana pelo planeta e os principais fluxos migratórios em diferentes períodos da história, discutindo os fatores históricos e condicionantes físico-naturais associados à distribuição da população humana pelos continentes. (EF08GE02) Relacionar fatos e situações representativas da história das famílias do Município em que se localiza a escola, considerando a diversidade e os fluxos migratórios da população mundial. (EF08GE03) Analisar aspectos representativos da dinâmica demográfica, considerando características da população (perfil etário, crescimento vegetativo e mobilidade espacial). (EF08GE04) Compreender os fluxos de migração na América Latina (movimentos voluntários e forçados, assim como fatores e áreas de expulsão e atração) e as principais políticas migratórias da região. (EF08GE17) Analisar a segregação socioespacial em ambientes urbanos da América Latina, com atenção especial ao estudo de favelas, alagados e zona de riscos. (EF09GE03) Identificar diferentes manifestações culturais de minorias étnicas como forma de compreender a multiplicidade cultural na escala mundial, defendendo o princípio do respeito às diferenças. (EF09HI03) Identificar os mecanismos de inserção dos negros na sociedade brasileira pós-abolição e avaliar os seus resultados. (EF09HI04) Discutir a importância da participação da população negra na formação econômica, política e social do Brasil. (EF09HI17) Identificar e analisar processos sociais, econômicos, culturais e políticos do Brasil a partir de 1946. (EF09HI33) Analisar as transformações nas relações políticas locais e globais geradas pelo desenvolvimento das tecnologias digitais de informação e comunicação.

6.1.1 COMPREENDENDO O ASSUNTO

O Reggae é uma manifestação artística cultural que tem suas raízes na diáspora africana solidificando suas origens na Jamaica, mas foi no Maranhão que esse ritmo musical encontrou maior acolhida entre os maranhenses. “O Maranhão conserva muitas tradições folclóricas, como o Bumba-Meu-Boi e o Tambor-de-Crioula, mas não deixa de assimilar o moderno: São Luís é considerada a capital brasileira do reggae” (MILANI, 2007, p. 1).

Conforme Marcelino (2020), os escravizados que chegaram ao porto de São Luís no século XVIII embarcaram na Costa da Mina, hoje Costa do Marfim. Na mesma época, desembarcaram em território jamaicano mais de 500 mil escravizados originários da Costa do Ouro, atual República do Gana. Portanto a fluidez e o preparo físico-corpóreo para esse ritmo dançante.

A globalização promove a aproximação entre etnias pertencentes a um mesmo lugar, dessa forma estabelece um conceito universal de cultura. O cenário sociocultural muda conforme os processos de construção de identidades. Hoje, os estudos provam que as culturas são ressignificadas nas trocas com as expressões culturais tradicionais (SILVA, 2016).

O reggae quando iniciou em São Luís encontrou fortes barreiras para o seu desenvolvimento, sua chegada na Capital Maranhense ainda é bastante polêmica, não há um consenso quanto a isso, porém ele enfrentou muita violência e truculência policial porque surgiu na periferia. Bairros de negros periféricos, como é o caso da Liberdade, enfrentou muito preconceito porque é estigmatizado como um lugar de preto marginal (FREIRE, 2012).

O reggae chegou em São Luís no final da década de 70 e início de 80, nesse período enfrentou grande resistência da sociedade ludovicense, o aparato do Estado mostrou sua força coercitiva no Clube Espaço Aberto, uma violência tamanha que causou comoção social nos jovens universitários.

Na década seguinte (90), o reggae não estava mais só nos guetos, nas periferias, mas em toda a cidade, em todo o estado, o mundo empresarial do reggae tinha tomado proporções imensas, tanto que alguns desses empresários não dominavam só o campo econômico mas despontavam-se também na política.

O reggae surge na zona rural de São Luís e se estende para a zona urbana, em 30 de outubro de 2002, a Prefeitura Municipal de São Luís, através da Lei nº 4102, instituiu o dia municipal do regueiro, comemorado todo 5 de setembro (SÃO LUÍS, 2008).

Fonte: Imirante (2022)

6.1.2 OPERALIZANDO O WORKSHOP

RECURSOS DIDÁTICOS: Caixa de som, xerox, pincel, quadro-branco.

SEQUÊNCIA PEDAGÓGICA 1

Música Ilha Bela (Carlinhos Veloz)

1º Passo: Convidar os alunos para ouvir a música Ilha Bela na voz da Tribo de Jah.

2º Passo: Distribuir xerox com a letra da música aos educandos e junto com eles cantar a música ao som da Tribo de Jah.

3º Passo: Conversar com a Turma acerca da letra da música e perguntar a eles o que acham desse ritmo dançante. Deixar que eles expressem os sentimentos deles em relação ao reggae.

4º Passo: Em seguida com base nas informações, estabelecer um diálogo acerca da origem do reggae na Jamaica e no Maranhão, assim como sua raiz africana.

5º Passo: Fazer uma análise sociológica da letra da música observando as percepções dos educandos acerca da valorização de sua terra e também o sentimento deles em relação ao reggae enquanto uma identidade cultural nossa.

6º Passo: Ampliar o assunto com eles acerca dos cantores de reggae que conhecem assim como outras músicas desse ritmo, fazendo uma listagem dos cantores nacionais e internacionais e os melôs ou pedras que conhecem e mais gostam.

7º: Passo: Mostrar o decreto municipal que estabeleceu o dia municipal do regueiro e estabelecer um diálogo acerca dele.

8º Passo: Avaliação: Concurso de Reggae.

SEQUÊNCIA PEDAGÓGICA 2

Museologia: Museu do Reggae no Maranhão

1º Passo: Organizar com a equipe pedagógica da escola uma visita ao Museu do Reggae no Maranhão localizado na Praça do Reggae.

2º Passo: Em posse da autorização para a visitação no museu, fazer um preparo para a visita acerca do que irão observar, mas deixá-los livres para que eles mesmos estabeleçam uma conexão entre o cotidiano e as observações.

3º Passo: No museu, contar a história do reggae no Maranhão e em São Luís

4º Passo: No pátio do museu, dialogar com os educandos acerca de suas percepções evidenciando a importância do reggae.

5º Passo: Avaliação: Produzir um texto bibliográfico sobre qualquer uma das personalidades do reggae exposta no museu.

Observação

Caríssimos professores, esse workshop como sugestão, pode ser realizado no mês de setembro em comemoração ao aniversário de São Luís e também o dia municipal do regueiro, mas caso sinta a necessidade de desenvolvê-lo antes ou depois fica a seu critério.

Fonte: Jornal da Orla (2017)

Professores, sugestões de leitura e vídeo

- **Vídeos**

  CineClube Casarão A Tribo do Reggae (Episódio 1)

- **Livros**

  Da terra das primaveras à ilha do amor: Reggae, Lazer e Identidade Cultural (Carlos Benedito Rodrigues da Silva)

  Onde o Reggae é a Lei (Karla Freire)

5.1.3 APROFUNDANDO O ASSUNTO

PODCAST NOSSAS MEMÓRIAS

Organizar um podcast sobre o Reggae na Liberdade entrevistando Djs do bairro.

Curiosidade nossa Terra, nossa Gente!

Beber uma "maguinha suadinha"

CURIOSIDADES

Nascida e criada no Maranhão, a cerveja Magnífica, da Ambev, é feita a partir da mandioca produzida por agricultores locais e tem a leveza e o sabor perfeitos para curtir a cidade ao som do reggae. Carinhosamente apelidada pelos locais de "maguinha", ela tem sua melhor versão quando chega "suadinha", ou seja, bem gelada. Vendida exclusivamente dentro dos limites do estado, a Magnífica é parte do universo maranhense. Conforme Lourival Brandão, um dos produtores da marca, os turistas a procuram muito e a frase sempre proferida por eles é: Rapaz, me vende a cerveja para eu mostrar lá na minha região' (AMBEV, 2020).

Fonte: AMBEV (2020)

Workshop 3

Tambor de Crioula

https://www.fundacaodecultura.ms.gov.br/wp-content/uploads/2019/09/Tambor_de_Crioula_Edgar_Rocha_22.jpg

COMPONENTE CURRICULAR: HISTÓRIA/GEOGRAFIA
EIXO: Educação para as Relações Étnico-Raciais –ERER

Referências: Parecer nº 03/2004 – ERER; Competências Específicas de Ciências Humanas para o Ensino Fundamental – BNCC

Público Alvo: Discentes do 8º e 9º ano do Ensino Fundamental

COMPETÊNCIAS ESPECÍFICAS DE CIÊNCIAS HUMANAS PARA O ENSINO FUNDAMENTAL DA BNCC: Compreender a si e ao outro como identidades diferentes, de forma a exercitar o respeito à diferença em uma sociedade plural e promover os direitos humanos.

CONTEÚDOS	OBJETIVOS	HABILIDADES DA BASE NACIONAL CURRICULAR COMUM (BNCC)
Origem do Tambor de Crioula Tambor de Crioula da Liberdade	Reconhecer a importância do Tambor de Crioula como um patrimônio cultural. Perceber os festejos populares como espaço de confraternização, sociabilidade e diversão. Explorar os aspectos do Tambor, como a dança, a música e a caracterização. Identificar as indumentárias como símbolos culturais. Conhecer a função social do Tambor.	(EF09GE03). Identificar diferentes manifestações culturais de minorias étnicas como forma de compreender a multiplicidade cultural na escala mundial, defendendo o princípio do respeito às diferenças. (EF09HI03). Identificar os mecanismos de inserção dos negros na sociedade brasileira pós-abolição e avaliar os seus resultados. (EF09HI04). Discutir a importância da participação da população negra na formação econômica, política e social do Brasil. (EF09HI08). Identificar as transformações ocorridas no debate sobre as questões da diversidade no Brasil durante o século XX e compreender o significado das mudanças de abordagem em relação ao tema. (EF09HI09). Relacionar as conquistas de direitos políticos, sociais e civis à atuação de movimentos sociais. (EF09HI23). Identificar direitos civis, políticos e sociais expressos na Constituição de 1988 e relacioná-los à noção de cidadania e ao pacto da sociedade brasileira de combate a diversas formas de preconceito, como o racismo. (EF09HI25). Relacionar as transformações da sociedade brasileira aos protagonismos da sociedade civil após 1989. (EF09HI26). Discutir e analisar as causas da violência contra populações marginalizadas (negros, indígenas, mulheres, homossexuais, camponeses, pobres etc.) com vistas à tomada de consciência e à construção de uma cultura de paz, empatia e respeito às pessoas.

6.2.1 COMPREENDENDO O ASSUNTO

O Tambor de Crioula é uma manifestação afro-brasileira que ocorre na maioria dos municípios do Maranhão, envolvendo uma dança circular feminina, canto e percussão de tambores. Foi reconhecido como Patrimônio Imaterial da Cultura Brasileira pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em 2007. Trazida para o estado do Maranhão por escravizados de diversas regiões africanas nos séculos XVIII e XIX, como divertimento ou uma forma de louvor e de pagar promessa a São Benedito (IPHAN, 2007).

O Tambor de Crioula tem uma representação de uma história de luta das condições aviltantes da população negra escravizada, pois convertia suas dores e crenças, em ideais de liberdade (FREITAS, 2021).

O Tambor de Crioula conquistou um lugar de destaque, dentre as expressões culturais brasileiras por compor práticas, celebrações, conhecimentos e técnicas que expressam a vida cultural de comunidades e grupos socais.

A dança do tambor de crioula é um movimento corporal artístico, geralmente executado pelas mulheres, mas também pode ser apresentada por homens com coreografias bastante livres e variadas (FREITAS, 2021).

A dança também é de cunho religioso porque cultua Sã Benedito, o santo preto dos católicos, formando o sincretismo religioso. As roupas ou indumentárias possui características variadas, a saia bastante rodada das mulheres feitas de chitão florido, a blusa branca com babado na gola e torso na cabeça e os colares no pescoço transmitem a reverência aos orixás. A indumentária masculina basicamente é calça, camisa com botões e chapéu de couro ou de palha.

No bairro da Liberdade em São Luís destacamos dois importantes Tambores: **O Tambor de Crioula da Nadir e o Tambor de Crioula da Regina**. Ao longo do ano esses tambores acompanham toda a vida dos moradores do bairro, eles celebram o nascimento de uma criança, enlutam um ente querido de alguém, comemoram alguma conquista. Segundo, as responsáveis dos Tambores (Nadir e Regina), eles rodam mais que o Bumba-Boi, pois não estão restritos a um período, mas sim ao cotidiano das famílias, é o dia a dia das pessoas.

O Tambor de Crioula na Liberdade comemora aniversários, casamentos, formatura, pontuação no ENEM, entrada na Universidade, copa do mundo, cura de alguma doença, emprego, ou seja, tudo o que faz parte do cotidiano das pessoas.

Fonte: IPHAN (2007)

6.2.2 OPERALIZANDO O WORKSHOP

RECURSOS DIDÁTICOS: Data show, Tambor, Quadro-Branco.

SEQUÊNCIA PEDAGÓGICA 1

Tambor de Crioula: origem e conceito

1º Passo: Promover uma roda de conversa, colocando os alunos numa posição circular.

2º Passo: Conversar com a Turma acerca do que eles sabem sobre Tambor de Crioula (conhecimentos prévios).

3º Passo: Com base nos conhecimentos prévios dos educandos, apresentar em forma de slides a história do Tambor de Crioula no Maranhão.

4º Passo: Após a apresentação dos slides, fazer perguntas acerca do que foi apresentado.

5º Passo: Fazer com a Turma um mapa conceitual acerca do Tambor.

6º Passo: Dialogar com os educandos acerca do sincretismo religioso e se possível mostrar objetos profanos e cristãos presentes no Tambor.

7º: Passo: Fazer uma listagem de palavras que fazem parte do Tambor de Crioula demostrando a linguagem dele.

8º Passo: **Avaliação**: Fazer um mapa geográfico do bairro destacando os Tambores de Crioula existente nele e nos bairros adjacentes.

SEQUÊNCIA PEDAGÓGICA 2

Roda de Tambor

1º Passo: Organizar com a Turma uma Roda de Tambor

2º Passo: Na roda, contar a história do Tambor de Crioula

3º Passo: Explorar o instrumento de percussão (tambor).

4º Passo: Deixar os educandos livres para demostrar a batida do tambor por qualquer objeto que tenham (caderno, livro, celular, as mãos e etc.)

5º) Passo: Conversar com os educandos acerca desse som e da riqueza cultural dele.

6º) Passo: Deixá-los livres para que expressem as suas percepções sobre o Tambor.

7º) Passo: Dialogar com os alunos acerca dos elementos rituais do Tambor.

8º Passo: **Avaliação:** Confeccionar em grupo de 4 educandos o instrumento de percussão tambor para uma exposição e batida no pátio da escola.

Observação

Caríssimos professores, esse workshop como sugestão, pode ser realizado no mês de novembro em comemoração ao **Decreto 3.551** (BRASIL, 2007) que titulou o Tambor de Crioula como Patrimônio Cultural do Brasil (20/11/2007) e também é o mês que se Comemora a Consciência Negra no Brasil.

Professores, sugestões de leitura e vídeo

Vídeos

- **Tambor de Crioula da Comunidade Quilombola Santa Rita – Conexão Cultural 4 - #governodomaranhao #SECMA.**
- **Tambor de Crioula do Maranhão.**

Livros

- **Dissertação (Mestrado): Tambor de Crioula como pressuposto para a implementação da Lei 10.639/2003** (Marcos Aurélio dos Santos Freitas)

6.2.3 APROFUNDANDO O ASSUNTO

PODCAST NOSSAS MEMÓRIAS

Organizar um podcast sobre o Tambor de Crioula da Liberdade entrevistando as senhoras Nadir e Regina, responsáveis pelos principais Tambores do bairro.

Curiosidade nossa Terra, nossa Gente!

Grandes Referências de Mulheres Negras do Quilombo Liberdade

Fonte: Blogue Zema Ribeiro(2019)

Regina Avelar, nascida em Cururupu-MA, Mulher Negra, moradora do Quilombo Urbano da Liberdade, é uma das cinco filhas de Leonardo, o fundador de um dos bois mais tradicionais de São Luís: **O Boi de Leonardo**.

Hoje, é ela a responsável pelo Boi e pelo Tambor de Crioula conhecido popularmente como **Tambor de Crioula da Regina**. O Tambor foi fundado em 1956.

Regina Avelar dá continuidade ao legado do seu pai, promovendo e divulgando tanto o Boi quanto o Tambor como heranças culturais da ancestralidade negra.

Fonte: O IMPARCIAL (2022)

Nadir Olga Cruz, Mulher Negra, Moradora do Quilombo Urbano da Liberdade, Turismóloga, Gestora Cultural, Artesã, e Coordenadora do Boi e Tambor da Floresta de Mestre Apolônio. É uma das fundadoras do Tambor da Floresta conhecido como **Tambor da Nadir**.

Nadir Cruz é uma incansável na luta pela disseminação cultural dessas importantes Manifestações Culturais que muito traduzem nossa herança ancestral.

Toma sempre como ponto de partida sua história de vida, através de suas memórias é divulgado a função social do Boi e do Tambor da Floresta: Ambos têm como função social fazer um resgate, promover a transformação social, como um dos muitos exemplos, está a própria história de vida dela, pois também foi resgatada pelo Boi e por isso através dele e do Tambor continua o legado de oferecer oportunidade a outros que necessitam ser resgatados.

Workshop 4

Bumba-Boi

https://joeljacintho.com.br/boi-de-leonardo-e-show-de-teresa-canto-no-mais-cultura-e-turismo-desta-sexta-feira-22/>

https://radios.ebc.com.br/tarde-nacional/2022/06/conheca-festas-juninas-bumba-meu-boi-do-maranhao>

COMPONENTE CURRICULAR: HISTÓRIA/GEOGRAFIA
EIXO: Educação para as Relações Étnico-Raciais –ERER

Referências: Parecer nº 03/2004 – ERER; Competências Específicas de Ciências Humanas para o Ensino Fundamental – BNCC

Público Alvo: Discentes do 8º e 9º ano do Ensino Fundamental

.

COMPETÊNCIAS ESPECÍFICAS DE CIÊNCIAS HUMANAS PARA O ENSINO FUNDAMENTAL DA BNCC: Interpretar e expressar sentimentos, crenças e dúvidas com relação a si mesmo, aos outros e às diferentes culturas, com base nos instrumentos de investigação das Ciências Humanas, promovendo o acolhimento e a valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza

CONTEÚDOS	OBJETIVOS	HABILIDADES DA BASE NACIONAL CURRICULAR COMUM (BNCC)
Bumba Boi no Maranhão Sotaques do Bumba Boi no Maranhão Boi da Floresta Boi da Liberdade	Reconhecer a importância do Bumba meu boi como um patrimônio cultural do Brasil. Compreender a inserção do Bumba meu boi na cultura popular maranhense como uma representatividade nas festas em comemoração aos santos populares fomentando o sincretismo religioso. Explorar os aspectos do Bumba Boi, como a dança, a música e a caracterização. Identificar os tipos de sotaques existentes no Maranhão. Conhecer a história do Boi de Apolônio Melônio (Boi da Floresta). Conhecer a história do Boi de Leonardo (Boi da Liberdade).	(EF08GE10). Distinguir e analisar conflitos e ações dos movimentos sociais brasileiros, no campo e na cidade, comparando com outros movimentos sociais existentes nos países latino-americanos. (EF08GE20). Analisar características de países e grupos de países da América e da África no que se refere aos aspectos populacionais, urbanos, políticos e econômicos, e discutir as desigualdades sociais e econômicas e as pressões sobre a natureza e suas riquezas (sua apropriação e valoração na produção e circulação), o que resulta na espoliação desses povos. (EF09GE03). Identificar diferentes manifestações culturais de minorias étnicas como forma de compreender a multiplicidade cultural na escala mundial, defendendo o princípio do respeito às diferenças (EF09HI06). Identificar e discutir o papel do trabalhismo como força política, social e cultural no Brasil, em diferentes escalas (nacional, regional, cidade, comunidade). (EF09HI09). Relacionar as conquistas de direitos políticos, sociais e civis à atuação de movimentos sociais. (EF09HI18). Descrever e analisar as relações entre as transformações urbanas e seus impactos na cultura brasileira entre 1946 e 1964 e na produção das desigualdades regionais e sociais. (EF09HI30). Comparar as características dos regimes ditatoriais latino-americanos, com especial atenção para a censura política, a opressão e o uso da força, bem como para as reformas econômicas e sociais e seus impactos. (EF09HI36). Identificar e discutir as diversidades identitárias e seus significados históricos no início do século XXI, combatendo qualquer forma de preconceito e violência. .

6.3.1 COMPREENDENDO O ASSUNTO

O bumba meu boi é uma manifestação artística e popular do folclore brasileiro. É reconhecido como Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade, pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), e como Patrimônio Cultural do Brasil, pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN (CAETANO, 2020)

A origem do Bumba Boi no Brasil, mas precisamente na Região Nordeste, é datada no século XVIII devido a sua importância significativa nesse período, como por exemplo, a econômica, nessa época haviam muitos criadores de gado e colonizadores que faziam uso da mão de obra escravizada. Diante dessa origem negra, o bumba boi já passou por muitas perseguições das elites locais. No Maranhão, por exemplo, durante anos o bumba boi foi muito perseguido, chegando mesmo a ser considerado subversivo.

Na cidade de São Luís o bumba boi fora colocado na clandestinidade, nesse período ele não podia se apresentar no centro da cidade, por isso só se apresentavam até no bairro do João Paulo, atualmente continua esse encontro todos anos no bairro do João Paulo devido ao Festejo de São Marçal[1].

O ritual que envolve a dança do Bumba boi está ligado a lenda do casal de escravizados: Pai Francisco e Catirina. Reza a lenda que Catirina estava grávida e desejou comer a língua do boi preferido do seu patrão. Pai Francisco para satisfazer o desejo de sua esposa cortou a língua do boi matando-o. Quando o dono da fazenda ficou sabendo convocou curandeiros e pajés para ressuscitá-lo. O boi voltou a vida e toda a comunidade celebrou com uma grande festa. A felicidade do fazendeiro era tamanha pela graça concedida que perdoou Pai Francisco e Catirina.

Os sotaques têm especificidades que se manifestam nos ritmos das músicas, na escolha dos instrumentos de percussão e nas indumentárias, nos personagens e nos passos da evolução da dança, que podem formar círculo, semicírculo ou fileiras simétricas. No Maranhão destacamos os sotaques de matraca, zabumba, orquestra, costa de mão e baixada.

---

[1] O festejo de São Marçal ocorre todos os anos, no dia 30 de junho, dia segundo a tradição católica em que se reverencia Marçal, um mártir esquecido, mas que também pregou com Antônio, João e Pedro, que tem seus dias festejados respectivamente 13, 24 e 29 de junho. Importante destacar que até 1950 o Bumba meu boi era rechaçado, não era bem visto pela elite de São Luís, como não podiam se apresentar no centro da capital maranhense, os grupos de bumba meu boi realizavam sua brincadeira nos bairros João Paulo, Areal, Anil e a Zona Rural de São Luís (VIEIRA, 2019).

O ciclo do boi no Maranhão durante o ano pode ser dividido em quatro etapas:

1ª etapa: ensaios

2ª etapa: batismo — quando o boi recebe todas as bênçãos do padroeiro da festa.

3ª etapa: brincadeiras em arraiais — acontecem durante as festividades juninas.

4ª etapa: a morte do boi — geralmente acontece a partir do mês de julho podendo se estender até outubro.

No Quilombo Urbano da Liberdade destacamos dois bois tradicionais: **Boi da Liberdade**, fundado em maio de 1956 por Leonardo e **Boi da Floresta** fundado em 12 de março de 1972. Quanto aos sotaques o Boi da Liberdade tem o sotaque de zabumba e o Boi da Floresta tem em suas origens o sotaque da baixada.

A função social dos bois é diferente: O Boi de Leonardo tem como principal missão a cura das graves e pequenas moléstias. Leonardo utilizava da sabedoria ancestral e do dom que possuía para fazer as famosas beberagens[1], verdadeiras curas milagrosas às pessoas. Já o Boi de Apolônio tem a missão de transformar vidas, faz um resgate de pessoas que estão em situação de vulnerabilidade.

Fonte: CAETANO (2020)

[2] No Maranhão é muito comum o uso de plantas medicinais para a cura de doenças. O sentido das folhas é a capacidade política e reprodução social dos agentes religiosos, que reforçam suas identidades por meio de práticas rituais (ALVES, 2017).

6.2.2 OPERALIZANDO O WORKSHOP

RECURSOS DIDÁTICOS: Data show, Caixa de som, Quadro-Branco, Xerox.

SEQUÊNCIA PEDAGÓGICA 1

Toada: Maranhão, meu tesouro, meu torrão (Humberto Barbosa Mendes)

1º Passo: Dialogar com os educandos acerca do Bumba Boi (conhecimentos prévios).

2º Passo: Distribuir xerox da toada Maranhão, meu tesouro, meu torrão e em seguida colocar a toada para ser ouvida pela Turma.

3º Passo: Conversar com a Turma acerca do som e da batida que ouvem aproveitando para descrever os sotaques existentes no Maranhão.

4º) Passo: Apresentar o mapa político-geográfico do Maranhão para demostrar os municípios que cada sotaque predomina.

5º Passo: Explorar a letra da toada listando todos os recursos naturais e culturais existentes nela.

6º Passo: Contar a lenda da morte do boi (Pai Francisco e Catirina) demostrando a origem folclórica e religiosa dessa manifestação cultural.

7º Passo: Promover uma reflexão dos educandos acerca de um período em que o Bumba Boi era mal visto pelos ludovicenses e por isso sofreu muita perseguição do governo. .

8º: Passo: Conversar com a Turma acerca dos festejos dos santos populares.

9º Passo: **Avaliação**: Dividir a Turma em 5 grupos (zabumba, matraca, orquestra, costa-de-mão e baixada), cada grupo fará uma pesquisa acerca desse sotaque e de um Boi que o represente fazendo uma biografia, também farão uma pesquisa política-geográfica acerca do município maranhense onde o boi pesquisado reside para uma apresentação de um seminário na sala-de-aula.

SEQUÊNCIA PEDAGÓGICA 2

Passeio cultural no Quilombo da Liberdade

1º Passo: Agendar uma visita da Turma nas sedes dos bois tradicionais (Liberdade e Floresta) do Quilombo Liberdade.

2º Passo: Os professores de História e Geografia farão uma parceria, dividirão a turma em dois grupos e cada professor será responsável por um.

3º Passo: Cada grupo fará uma visita a sede dos bois tradicionais da Liberdade, um irá a sede do Boi de Leonardo e o outro a sede do Boi de Apolônio Melônio.

4º Passo: Pedir os educandos que anotem tudo que observar na sede do boi além de estar atentos as informações que terão no lugar.

5º) Passo: Deixá-los livres para que expressem as suas percepções acerca do que estão observando.

6º) Passo: Dialogar com os educandos acerca dos elementos rituais do Boi.

7º Passo: Avaliação: Com base no que foi coletado na sede do boi cada grupo fará uma linha do tempo do Bumba-Boi visitado desde sua fundação aos diais atuais e fará uma apresentação para toda a turma.

Observação

Caríssimos professores, como sugestão esse workshop, pode ser realizado nos meses de março, abril, maio (ensaios do boi) ou agosto e setembro (folclore e morte do boi). O mês de junho além de ser muito tumultuado devido ao fechamento do semestre também é a época em que os bois estão se apresentando nos arraiais, as agendas lotadas deles não permitirão uma visitação em suas sedes.

Professores, sugestões de leitura e vídeo

- **Vídeos**
  - **O AUTO DO BUMBA MEU BOI DA FÉ EM DEUS, um filme de Murilo Santos**
  - **Complexo Cultural do Bumba-meu-Boi do Maranhão**
  - **Pátio Aberto 2022 - Apresentação Bumba Meu Boi da Floresta de Mestre Apolônio**
- **Livros**
  - **Dança de Negro, Bailado Maranhense, Sotaque da Gente: um estudo sobre as novas configurações do Bumba meu boi e do Tambor de Crioula** (Alex Silva Costa)

6.3.3 APROFUNDANDO O ASSUNTO

PODCAST NOSSAS MEMÓRIAS

Organizar um podcast sobre os Bois do Quilombo Urbano Liberdade entrevistando lideranças da comunidade.

Curiosidade nossa Terra, nossa Gente!

Mingau de Milho, uma doçura junina.

Fonte: O IMPARCIAL (2021)

O mingau de milho no Maranhão está no cotidiano das famílias maranhenses. Em relação ao Bumba-Boi ele não pode faltar, desde o primeiro ensaio à morte do boi, é o mingau que alimenta os brincantes. O mingau de milho está presente no Boi de Leonardo desde a sua fundação em 1956, faz parte da história e memória do boi. Com seu custo barato mas com um valor nutricional imenso, o mingau de milho é um patrimônio da culinária maranhense.

https://images01.brasildefato.com.br/23f331958d2013931ffbfafd7cc012d7.jpeg

Workshop 5

Cacuriá

COMPONENTE CURRICULAR: HISTÓRIA/GEOGRAFIA
EIXO: Educação para as Relações Étnico-Raciais –ERER

Referências: Parecer nº 03/2004 – ERER; Competências Específicas de Ciências Humanas para o Ensino Fundamental – BNCC

Público Alvo: Discentes do 8º e 9º ano do Ensino Fundamental

.

COMPETÊNCIAS ESPECÍFICAS DE CIÊNCIAS HUMANAS PARA O ENSINO FUNDAMENTAL DA BNCC: Construir argumentos, com base nos conhecimentos das Ciências Humanas, para negociar e defender ideias e opiniões que respeitem e promovam os direitos humanos e a consciência socioambiental, exercitando a responsabilidade e o protagonismo voltados para o bem comum e a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.

CONTEÚDOS	OBJETIVOS	HABILIDADES DA BASE NACIONAL CURRICULAR COMUM (BNCC)
Festa do Divino Espirito Santo no Maranhão Cacuriá	Conhecer a origem do Cacuriá no Maranhão. Compreender a origem e o conceito da Festa do Divino no Maranhão. Identificar os elementos sagrados e profanos existentes na Festa do Divino. Entender o sentido e o significado das caixeiras da Festa do Divino. Reconhecer diferenças entre o Cacuriá e demais danças sensuais. Analisar sociologicamente as músicas do Cacuriá. Compreender o processo de disseminação do cacuriá em São Luís. (Re)Conhecer os grupos de cacuriá do Quilombo Urbano Liberdade.	(EF08GE02). Relacionar fatos e situações representativas da história das famílias do Município em que se localiza a escola, considerando a diversidade e os fluxos migratórios da população mundial. (EF09GE03). Identificar diferentes manifestações culturais de minorias étnicas como forma de compreender a multiplicidade cultural na escala mundial, defendendo o princípio do respeito às diferenças. (EF09HI16). Relacionar a Carta dos Direitos Humanos ao processo de afirmação dos direitos fundamentais e de defesa da dignidade humana, valorizando as instituições voltadas para a defesa desses direitos e para a identificação dos agentes responsáveis por sua violação. (EF09HI18). Descrever e analisar as relações entre as transformações urbanas e seus impactos na cultura brasileira entre 1946 e 1964 e na produção das desigualdades regionais e sociais. (EF09HI22). Discutir o papel da mobilização da sociedade brasileira do final do período ditatorial até a Constituição de 1988. (EF09HI23). Identificar direitos civis, políticos e sociais expressos na Constituição de 1988 e relacioná-los à noção de cidadania e ao pacto da sociedade brasileira de combate a diversas formas de preconceito, como o racismo. (EF09HI24). Analisar as transformações políticas, econômicas, sociais e culturais de 1989 aos dias atuais, identificando questões prioritárias para a promoção da cidadania e dos valores democráticos. (EF09HI25). Relacionar as transformações da sociedade brasileira aos protagonismos da sociedade civil após 1989.

6.4.1 COMPREENDENDO O ASSUNTO

O Cacuriá é uma manifestação popular da cultura maranhense que tem seu ápice no período junino. Oriunda do município de Guimarães - MA foi trazida pra São Luís pelos próprios fundadores da dança, o casal Alauriano (Lauro) e Filomena (Filoca) em 1975. Vista como uma dança profana por encerrar a Festa do Divino Espírito Santo, o cacuriá agrega muitos ritmos provenientes das caixas da Festa do Divino e as festividades juninas além de outras manifestações culturais, como por exemplo, o carimbó (HARTMANN, S/D).

O processo de disseminação do cacuriá em São Luís se dá a partir da década de 1980, vejamos:

> Após ter sido criado por seu Lauro e Dona Filoca, o Cacuriá rapidamente se difundiu, não apenas no Maranhão, mas em diversos estados do país. Em São Luís, uma das caixeiras do grupo de Lauro e Filoca, Almerice da Silva Santos (1924), mais conhecida como Dona Tetê, é convidada, em 1980, a integrar o Laborarte1 , participando de espetáculos de dança e, pouco tempo depois, formando grupos de Cacuriá com crianças de escolas públicas do Estado. Em 1986 cria, com o mesmo grupo, o que é hoje conhecido como o Cacuriá de Dona Tetê, sem dúvida o Cacuriá com maior reconhecimento no país, servindo de referência para o gênero na atualidade (HARTMANN, S/D, p.2).

Almerice da Silva Santos (1924-2011), mais conhecida como D. Teté foi uma expoente da cultura popular maranhense, foi ela a responsável pelo cacuriá se tornar uma dança totalmente ludovicense com um ritmo contagiante e cheio de malícia, fazendo uso de uma coreografia rápida com músicas e refrãos do imaginário popular (CASTRO; RODRIGUES, 2008).

Fonte: Gilberto Leda (2011)

A Festa do Divino no Maranhão embora para muitos pareça uma festa cristã ela é muito sincrética, mistura elementos católicos com elementos de religiões de matriz africana, embora outras danças sejam introduzidas na Festa do Divino, como é o caso do Tambor de Crioula, o Cacuriá é considerado uma dança mais profana que as outras. As músicas e as danças são constituídas por músicas menores, o ritmo é dado por caixas e sempre há uma pessoa que introduz a ladainha, seguida pelos participantes que, além de dançar, respondem ao coro (RONDINELLI, 2023).

A dança é feita aos pares ou em formato de roda. As moças dançam com blusas geralmente curtas e saia comprida rodada, sempre adornadas por flores. Já os rapazes costumam usar colete sem camisa por baixo e calças curtas. Ambos dançam descalços. A sensualidade da dança é transmitida através das indumentárias e das coreografias (RONDINELLI, 2023).

Fonte: TUDO PARA HOMENS (2019)

6.4.2 OPERALIZANDO O WORKSHOP

RECURSOS DIDÁTICOS: Computador, Data show, Caixa de som, Quadro-Branco, Cartaz.

SEQUÊNCIA PEDAGÓGICA 1

Cacuriá, Dança Sensual e Profana

1º Passo: Dialogar com os educandos acerca do Cacuriá, colocando-os em posição de círculo.

2º Passo: Selecionar algumas músicas do cacuriá (Bananeira, Cabeça de Bagre, Choro da Lera, Divino, Gavião, Jabuti, Ladeira, Mariquinha e etc.) Escolha no máximo três dessas músicas para serem ouvidas estabelecendo um diálogo com a turma acerca da rima, da métrica e do cotidiano das pessoas.

3º) Passo: Após a seleção fazer um cartaz com as letras das músicas selecionadas para ficar exposto na turma.

4º Passo: Fazer uma apresentação de slides acerca da história do cacuriá em São Luís.

5º) Passo: Explorar o sincretismo religioso presente na dança no qual a faz ser considerada profana.

6º Passo: Mediar o entendimento dos educandos acerca do profano e do sensual.

7º Passo: Conversar com a Turma acerca da Festa do Divino Espírito Santo no Maranhão principalmente a origem das caixeiras.

8º Passo: Promover uma reflexão dos educandos acerca do preconceito presente na dança do cacuriá.

9º Passo: **Avaliação**: Concurso de Cacuriá no pátio da escola

SEQUÊNCIA PEDAGÓGICA 2

Festa do Divino

1º Passo: Convidar a Turma para irem ao laboratório de informática da escola.

2º Passo: No laboratório, dividir os educandos em duplas e mandá-los fazer uma pesquisa sobre a Festa do Divino no Maranhão, principalmente a mais conhecida que acontece na cidade de Alcântara.

3º Passo: Apresente o mapa político do Maranhão demonstrando a cidade de Alcântara e os municípios que ela faz limites além de destacar um pouco do modo de vida dos cidadãos de lá.

4º Passo: No quadro branco deixe perguntas que você considere pertinente acerca da Festa do Divino e que deseja que os alunos direcionem seu olhar.

5º Passo: Estabeleça um debate com a turma a partir do momento que a pesquisa começa a fluir.

6º) Passo: Com base no pesquisado pela Turma, converse com ela acerca do Cacuriá, sobre a origem da dança está intimamente ligada a Festa do Divino principalmente as caixeiras.

7º) Passo: Dialogue com a Turma acerca da relação da cidade de Alcântara com o bairro Liberdade.

8º Passo: Pergunte aos educandos sobre os grupos de cacuriá que eles conhecem e se algum deles é brincante de algum, caso tenha esse aluno peça que ele(a) descreva para a Turma o que significa o cacuriá na sua vida.

9º Passo: Avaliação: A Turma será dividida em dois grandes grupos, cada grupo ficará responsável por uma manifestação cultural. Um pesquisará sobre o **Cacuriá da Regina** no Quilombo do Alberto (Rua Inglês de Sousa) e o outro pesquisará sobre a **Festa do Divino** que se realiza no Terreiro de Mina Pai Airton (Rua Nossa Senhora das Graças) no bairro da Liberdade, o grupo poderá visitar os locais e/ou entrevistar moradores antigos e brincantes dessas manifestações. A pesquisa se encerrará com um seminário na Turma.

Observação

Caríssimos professores, como sugestão, esse workshop pode ser realizado no mês de maio (Festa do Divino) ou junho (período junino)

Professores, sugestões de leitura e vídeo

Vídeos

- **Meu Divino Maranhão**
- **Sonora Brasil: Caixeiras do Divino (Parte 1)**
- **Conheça o ritual da Festa do Divino na Casa das Minas**
- **Conheça a Dança do Coco: ritmo que é a prova de resistência da cultura popular - 05/04/2022 (globoplay)**

Livros

- **Cacuriá: dinâmicas de uma tradição dançada** (Luciana Hartmann)

6.3.3 APROFUNDANDO O ASSUNTO

PODCAST NOSSAS MEMÓRIAS

Organizar um podcast sobre o Cacuriá do Quilombo Urbano Liberdade entrevistando lideranças da comunidade.

Curiosidade nossa Terra, nossa Gente!

Caixeiras da Festa do Divino

Fonte: ENCONTROTECA (S/P)

"As Caixeiras do Divino são responsáveis por conduzir todos os rituais da festa do Divino Espírito Santo no Maranhão. Realizada nas casas de culto e terreiros de umbanda, também chamadas Tambor de Mina, a festa começou no Brasil no início do século XVII, com a vinda dos colonos portugueses para o Brasil. No século XIX, essa tradição já fazia parte da cultura popular da região. O que une as várias comunidades no Maranhão na Festa do Espírito Santo é o papel fundamental e protagonista das Caixeiras do Divino. Trata-se de um conjunto de mulheres que tocam caixa (instrumento de percussão) e cantam, comandando os rituais da festa. São guardiãs da tradição e se espalham pelo estado do Maranhão, como em Alcântara, São Luís, Rio Grande, Pedrinhas, Rosário, Providência, Comunidade Quilombola de Santa Rosa dos Pretos, entre outras localidades" (ENCONTROTECA, S/D, S/P).

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Corroboramos das ideias de Tardif (2020) que qualifica os alunos enquanto objeto do trabalho docente e por tanto os professores carregam as marcas do ser humano, acreditamos despertar através dos workshops o gosto, interesse e curiosidade do corpo docente e discente da UEB Ministro Mário Andreazza pelas manifestações culturais. Considerando a importância delas enquanto um patrimônio imaterial da cultura maranhense, no qual seu legado precisa ser ecoado e transmitido às gerações futuras.

Desenvolvemos este material que tem como principal objetivo auxiliar os professores em suas práxis, organizando sequências pedagógicas completas com sugestão de avaliação para garantia de aprendizagens dos alunos acerca da cultura popular maranhense e o quanto essa cultura incide no cotidiano deles. Acreditamos que as sequências pedagógicas informam, divulgam, analisam e demonstram conhecimentos acerca da ancestralidade negra.

Escolhemos divulgar as manifestações do Quilombo Urbano da Liberdade por nele existir um legado ancestral vasto e diversificado, algo que não pode passar despercebido de nossas escolas principalmente aquelas que se encontram localizadas nele. As Diretrizes Curriculares da Educação Escolar Quilombola preceituam escolas quilombolas só por estarem localizadas em territórios quilombolas então este trabalho muito contribui para a execução das diretrizes na UEB Ministro Mário Andreazza.

Ensejamos que apreciem e executem as sequências pedagógicas em forma de workshop no intuito de combater preconceitos e a discriminação racial.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria da Conceição Pinheiro de. **O MOVIMENTO QUILOMBOLA NA BAIXADA OCIDENTAL MARANHENSE: história, memória e identidade de comunidades remanescentes de quilombos em Pinheiro**. 2013. Disponível em: http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1371343653_ARQUIVO_OMovimentoquilombolnaBaixadaMaranhense.pdf> Acesso em 18 jan 2023.

AMBEV. **Yes, Nós temos Jamaica**. 2020. Disponível em: https://revistatrip.uol.com.br/trip/maranhao-terra-do-reggae-no-brasil> Acesso em 12 fev 2023.

ALVES, Luciana Railza Cunha. O sentido das folhas: rediscutindo a territorialidade no terreiro Ilê Axé Alagbedê Oludumare. In: FERREIRA; ABREU, Maria Milena Galdez; Marilande Martins (Org.). **Cultura, fenômenos religiosos e o mundo do trabalho no tempo presente.** 1 ed. São Luís: EDUEMA, 2017. p.63-86.

ASSUNÇÃO, Ana Valéria Lucena Lima. "**Quilombo Urbano", Liberdade, Camboa e Fé em Deus: identidades, festas, mobilização política e visibilidade na cidade de São Luís, MA**, São Luís: UEMA, 2017.

ASSUNÇÃO, Mathias Röhrig. Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil. In: REIS; GOMES, João José, Flávio dos Santos (Org.). **Quilombos maranhenses.** 1 ed. São Paulo: Claroenigma, 2012. p.494-533.

BRASIL**, Base Nacional Comum Curricular – BNCC**. 2022. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_sits.pdf> Acesso em 20 fev 2023.

BRASIL, Fundação Palmres. 2023. Disponível em: https://www.palmares.gov.br/?p=53642> Acesso em 11 jan 2023.

BRASIL, Fundação Palmares. 2020. Disponível em: https://www.palmares.gov.br/?page_id=34089> Acesso em 11 fev 2023.

BRASIL, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN. **Tambor de Crioula no Maranhão**. 2007. Disponível: http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/63/> Acesso em 15 jan 2023.

BRASIL, Ministério da Educação. **Parecer 03 de 10 de março de 2004**. Brasília: MEC/SEPPIR, 2004 a.

BLOGUE: Tudo para homens. **Porque ir pro São João no Maranhão?** 2019. Disponível em: https://tudoparahomens.com.br/porque-ir-pro-sao-joao-no-maranhao/> Acesso em 19 fev 2023.

CASTRO, Sílvio Rogério Rocha de; RODRIGUES, Wanderson Ney Lima. **"São Luís – MA: cultura, poder, política e mídia".** Trabalho apresentado no XXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2008. Artigo no site: http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2008/resumos/R3-1684-1.pd> Acesso em: 19 fev 2023.

CAETANO, Érica. **Bumba meu boi**. 2020. Disponível em: https://mundoeducacao.uol.com.br/folclore/bumba-meu-boi.htm> Acesso em 17 fev 2023.

COSTA. Fernando. **O verdadeiro medo da poderosa Ana Jansen**. 2018. Disponível em: https://oimparcial.com.br/noticias/2018/01/o-verdadeiro-medo-da-poderosa-ana-jansen/> Acesso em 24 jan 2023.

DIAS. Hertz da Conceição. **Posse da Liberdade: a integração neoliberal e a ruptura político-pedagógica do hip hop em São Luís, a partir dos anos de 1990**. Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2009.

DEISI. **Etimologia: Origem da Palavra**. Disponível em: https://origemdapalavra.com.br/pergunta/etimologia-531/> Acesso em 21 jul 2022.

ECONTROTECA. **Caixeiras do Divino**. Disponível em: https://www.encontroteca.com.br/grupo/caixeiras-do-divino> Acesso em 20 fev 2023.

FIABANI, Adelmir. **OS QUILOMBOS CONTEMPORÂNEOS MARANHENSES E A LUTA PELA TERRA**. 2009. Disponível em: https://estudioshistoricos.org/edicion_2/adelmir_fabiani.pdf> Acesso em 18 jan 2023.

HARTMANN, Luciana. **Cacuriá: dinâmicas de uma tradição dançada**. Trabalho apresentado no VI Congresso de Pesquisa e Pós-Graduação em Artes Cênicas, 2010. Artigo no site: http://www.portalabrace.org/vicongresso/teorias/Luciana%20Hartmann%20-%20Cacuri%E1%20-%20din%E2micas%20de%20uma%20tradi%E7%E3o%20dan%E7ada.pdf> Acesso em 19 fev 2023.

JORNAL DA ORLA. **Capital do Maranhão ganha Museu do Reggae**. 2017. Disponível em: https://jornaldaorla.com.br/noticias/33307-capital-do-maranhao-ganha-museu-do-reggae/> Acesso em 12 fev 2023

LEDA, Gilberto. **Roseana lamenta morte de D. Teté: "deixa uma lacuna"**. 2011. Disponível em: https://gilbertoleda.com.br/2011/12/11/roseana-lamenta-morte-de-d-tete-deixa-uma-lacuna/> Acesso em 19 fev 2023.

MARANHÃO, **Documento Curricular do Território Maranhense para a Educação Infantil e o Ensino Fundamental**. Secretaria de Estado da Educação do Maranhão –SEDUC, 2019.

O IMPARCIAL. ***Aprenda a fazer um mingau de milho fácil***. 2021. Disponível em: https://oimparcial.com.br/noticias/2021/06/aprenda-a-fazer-um-mingau-de-milho-facil/> Acesso em 19 fev 2023.

O IMPARCIAL. **Boi de Leonardo e show de Teresa Canto no 'Mais Cultura e Turismo' desta sexta-feira (22)**. 2016. Disponível em: https://joeljacintho.com.br/boi-de-leonardo-e-show-de-teresa-canto-no-mais-cultura-e-turismo-desta-sexta-feira-22/> Acesso 17 fev 2023

O IMPARCIAL. ***Liderança feminina no bumba-meu-boi***. 2022. Disponível em: https://oimparcial.com.br/entretenimento-e-cultura/2022/06/lideranca-feminina-no-bumba-meu-boi/> Acesso em 17 fev 2023.

RÁDIO EBC. **Conheça as festas juninas do Bumba Meu Boi do Maranhão**. 2022 Disponível em: https://radios.ebc.com.br/tarde-nacional/2022/06/conheca-festas-juninas-bumba-meu-boi-do-maranhao> Acesso em 17 fev 2023.

RIBEIRO, Zema. **Resistência em Liberdade**. 2019. Disponível em: https://zemaribeiro.wordpress.com/2019/05/04/resistencia-e-m-liberdade/> Acesso em 17 fev 2023.

RONDINELLI, Paula. **"Cacuriá"; *Brasil Escola***. Disponível em: https://brasilescola.uol.com.br/educacao-fisica/cacuria.htm. Acesso em 19 fev 2023.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis – RJ: Vozes 2020.

VAINFAS, Ronaldo. Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil. In: REIS; GOMES, João José, Flávio dos Santos (Org.). **Quilombos maranhenses.** 1 ed. São Paulo: Claroenigma, 2012. p.67-89.

VALENTE, Jonas. **Quilombo dos Palmares é reconhecido patrimônio cultural do Mercosul.** Portal Geledés, 2017. Disponível em: https://www.geledes.org.br/quilombo-dos-palmares-e-reconhecido-patrimonio-cultural-do-mercosul/> Acesso em jan 2023.

VERMELHO. **Museu do Reggae será inaugurado em São Luís, no Maranhão**. 2018. Disponível em: https://vermelho.org.br/2018/01/18/museu-do-reggae-sera-inaugurado-em-sao-luis-no-maranhao/> Acesso em: 20 fev 2023.

VIEIRA, Cláudio. **Bois de São Luís festejam São Marçal. 2019**. Disponível em: https://brasilfestasefolias.com.br/bois-de-sao-luis-festejam-sao-marcal/> Acesso em 01 fev 2022.

SOBRE A AUTORA

Katiúcia Ermiza Moreira da Silva Pereira, Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Gestão do Ensino de Educação Básica – PPGEEB. Especialista em Língua Portuguesa e Literaturas pela Faculdade Atenas Maranhense – FAMA Graduada em Letras/Inglês pela FAMA), Professora da Educação Básica, atuando nas Secretarias Municipais de Educação (SEMED) de São Luís e Santa Rita – MA. Integrante dos Grupos de Pesquisa: **Grupo de Estudos e Pesquisas Investigações Pedagógicas Afrobrasileiras** (GIPEAB); **Núcleo de Estudos em África** (NEÁFRICA). Membra da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN) e da Associação Nacional de Pesquisadores em Educação (ANPED). Contato: e-mail: katiuciamoreira@outlook.com

SOBRE O ORIENTADOR

Antônio de Assis Cruz Nunes, Doutor em Educação pela Unesp/Marília-SP. Especialista em Planejamento Educacional pela Universidade Salgado de Oliveira (RJ). Especialista em Avaliação à Distância pela Universidade de Brasília. Mestre em Educação pela Universidade Federal do Maranhão. Atualmente é Professor Adjunto I da Universidade Federal do Maranhão, na qual leciona Metodologia da Pesquisa Educacional e Pesquisa Educacional. É graduado em Pedagogia pela UFMA.É membro da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN). É Avaliador Ad hoc da FAPEMA. Coordena o Grupo de Estudos e Pesquisa Investigações Pedagógicas Afrobrasileiras (GIPEAB) do Departamento de Educação I (UFMA). É Consultor Ad hoc da FAPEMA. É membro do Fórum dos Programas de Pós-Graduação Profissionais em Educação (FOMPE). É membro do Fórum dos Programas de Pós-Graduação em Educação da ANPED Nacional. É membro do Fórum dos Programas de Pós-Graduação em Educação da ANPED da Região Nordeste. Está Vice-Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Ensino da Educação Básica (PPGEEB). Foi Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Ensino da Educação Básica (PPGEEB) da UFMA. Está Coordenador do Curso de Pedagogia do Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR). Foi membro do Conselho de Pesquisa e Extensão (CONSEPE) da UFMA. Foi membro do Conselho Universitário (CONSUN) da UFMA Tem várias publicações em anais de congressos sobre estudos etnico-raciais, especialmente cotas para negros. Foi co-fundador do Curso de Especialização em Gênero e Diversidade na Escola. Desenvolve estudos na área de relações étnicas e raciais e Metodologia de Pesquisa Educacional. Contato: e-mail: antonio.assis@ufma.br

ANEXOS

ANEXO A - CARTA DE APRESENTAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DA UEB MINISTRO MÁRIO ANDREAZZA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEMED
SECRETARIA ADJUNTA DE ENSINO – SAE

AUTORIZAÇÃO PARA PESQUISA DE CAMPO

A Secretaria Municipal de Educação – SEMED, através do Núcleo de Estágio e Pesquisa – NEP, autoriza a realização da pesquisa de campo, a partir das informações apresentadas no Projeto de Pesquisa intitulado: **AS MANIFESTAÇÕES ÉTNICO-CULTURAIS AFRO-MARANHENSES NO CONTEXTO DA LEI Nº 10.639/2003: um estudo da Unidade de Educação Básica (UEB) Mário Andreazza no Território Liberdade Quilombola,** sob a responsabilidade da pesquisadora **Katiúcia Ermiza Moreira da Silva Pereira,** mestrando do Programa de Pós-Graduação (PPGE), orientada pela Profª. Drª. **Vanja Maria Dominices Coutinho Fernandes**, da IES **Universidade Federal do Maranhão - UFMA.**

A pesquisa será realizada na UEB Ministro Mário Andreazza, no período de 19 / 10 /2022 a 21 / 11 /2022. Caso a pesquisa ultrapasse o ano exercício, a SEMED renova a autorização para o ano seguinte sem prejuízo no desenvolvimento da mesma.

O pesquisador e a Instituição de Ensino Superior, se corresponsabilizam de forma ética no resguardo da segurança e bem-estar dos sujeitos da pesquisa nela recrutados e das informações obtidas nesse processo, sendo assegurada a confiabilidade dos dados.

O descumprimento das condicionantes assegura à SEMED o direito de retirar a anuência a qualquer momento da pesquisa.

Para efeito de publicização dos resultados, a SEMED deverá em tempo, ser informada, considerando sua coparticipação no trabalho científico.

São Luís, 19 de outubro de 2022.

Secretaria Adjunta de Ensino – SAE

GUSMAIA MOUSINHO PESTANA
Secretária Adjunta de Ensino
Matrícula nº 593036-1
SAE/SEMED

Superintendência da Área de Ensino Fundamental - SAEF

ANEXO B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
OGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO GESTÃO DE ENSINO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (PPGEEB)

PPGEEB

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, _____, **Gestora, Coordenadora, Professor) em exercício na Unidade de Educação Básica Ministro Mário Andreazza**, concordo em conceder entrevista **para Katiúcia Ermiza Moreira da Silva Pereira,** discente do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Ensino da Educação Básica (PPGEEB) da Universidade Federal do Maranhão (Campus de São Luís), para a **pesquisa** intitulada: **"AS MANIFESTAÕES ÉTNICO-CULTURAIS AFRO-MARANHENSES NO CONTEXTO DAA LEI Nº 10.639/2003:** um estudo na (UEB) Ministro Mário Andreazza no Território Liberdade Quilombola".

Declaro estar ciente de que minha participação é voluntária e que fui devidamente esclarecido quanto aos objetivos e procedimentos desta pesquisa. Declaro, ainda, estar ciente de que por intermédio deste Termo são garantidos a mim os seguintes direitos: (1) solicitar, a qualquer tempo, maiores esclarecimentos sobre esta Pesquisa; (2) ter ampla possibilidade de negar-me a responder a quaisquer questões ou a fornecer informações que julguem prejudiciais à minha integridade física, moral e social.

São Luís, _____/_____/_____

_____

Assinatura do entrevistado(a)